

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FÁBIO TEIXEIRA PITTA

*Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista:
o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*

Versão Corrigida

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FÁBIO TEIXEIRA PITTA

*Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista:
o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Orientador: Professor Dr. Anselmo Alfredo

Versão Corrigida
São Paulo
2011

Ficha de aprovação

Autor: Fábio Teixeira Pitta

E-mail: pitta.fabio@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Anselmo Alfredo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____.

Resumo

Esta dissertação teve como intenção analisar o Proálcool (1975-1990) e suas consequências para o setor sucroalcooleiro paulista, relacionando-o ao processo de modernização retardatária promovida pelo Estado brasileiro, que redefiniu o papel do campo no processo de acumulação capitalista, no Brasil. Pretendeu-se verificar se a necessidade reiterada de intervenção estatal via créditos subsidiados junto à produção do setor indicava uma crise da acumulação capitalista na sua forma atual, a partir do que Marx denominou como capital fictício. Assim, se colocou como questão se a dívida dos fornecedores e industriais do complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista para com a União, no final da década de 1980 (final do terceiro período do Proálcool), expressava o momento fictício de reprodução do capital na incapacidade (sem a intervenção do Estado) de reprodução do setor, tanto pela exploração do trabalho como pela incorporação da renda da terra ao capital que se territorializava no campo. Esta dissertação procurou verificar tal questão através da história dessa territorialização (e sua consequente diferenciação de áreas nas DIRAs, em São Paulo), e também avaliar dados, para então compreender quais as relações entre a inserção nesse momento particular da acumulação capitalista e a transformação das relações de produção particulares conforme existentes no Brasil (como o agregado, no Vale do Jequitinhonha) e em São Paulo (como o colono), anteriormente ao processo de modernização. O trabalho “precarizado” do “bóia-fria” pôde, assim, ser entendido como expressão da crise da sociedade do trabalho, sendo a alta composição orgânica dos capitais no setor – percebida de forma fetichista como desenvolvimento econômico – o fundamento da conformação das características daquele trabalho. Através de trabalho de campo à área de Olímpia-SP, pretendeu-se, então, compreender a forma pela qual as personificações do capital (proprietário de terras, capitalista e trabalhador) subjetivam o momento da crise, enquanto o da própria forma social capitalista.

Palavras-chave: Proálcool, Reprodução Crítica, Trabalho Volante, Agroindústria Sucroalcooleira, Modernização Retardatária.

Abstract

This thesis aimed at analyzing the Proálcool (1975 – 1990) and its consequences to the sugarcane industry at São Paulo state, trying to relate it to the process of modernization promoted by Brazilian State, which redefined the role of agriculture on the national process of capitalist accumulation. It sought, also, to verify if that industry's state subvention necessity for credit outpointed a capitalist accumulation crisis on its actual form, from what Marx called fictitious capital. Therefore, we questioned if the sugarcane industry debts with the Brazilian State, at the end of the 1980s (as the last period of Proálcool), expressed the fictitious moment of capitalist reproduction as the impossibility (one without State subventions) of that industry to reproduce itself whether from labor exploitation, or from the ground rent extraction. This dissertation tried to answer it by thinking on the history of capital territorialization on local agriculture and by data examination, in order to comprehend the relations between its insertion at this particular capitalist accumulation moment and the changing of social production relations as they existed before that modernization process (the “agregado”, at Vale do Jequitinhonha; and the “colono”, at São Paulo). “Precarious” labor of “day-laborers”, thus, could be interpreted as an expression of labor society crisis, being the high capital organic composition of sugarcane industry the ground from where this labor's characteristics are/were conformed, although this composition is widely seen as economic growth. With fieldworks at Olímpia area (São Paulo), we intended to comprehend how capital personifications (landlord, capitalist and laborer) see this crisis moment and if they relate it as being from the capitalistic social form itself.

Keywords: Proálcool; Critical Reproduction; Day-laborer; Sugarcane Industry; Modernization Process.

Agradecimentos

Ao ter terminado esta dissertação e começar a conceber o que poderia destacar nestes agradecimentos, comecei a tentar retomar diversos momentos fragmentários que voltavam às minhas preocupações tanto durante o processo de pesquisa e composição escrita, quanto nos momentos não dedicados ao trabalho. Lembrei, porque continua a me perseguir, uma tentativa do professor Dieter de voltar minha preocupação para além da pesquisa em si e de seu objeto (o Proálcool? o “bóia-fria”? o capital? o fetichismo? a relação social de dominação abstrata?): dizia que o mais importante era me colocar como sujeito, inserido na pesquisa, no texto, no objeto. Perceber-me objetivado.

Retomo isso agora, findado o texto, por acreditar não ter conseguido levar às últimas consequências a exigência do Dieter. Mas também para tentar considerar tal exigência por sabê-la fundamental; e também por poder, assim, explicitar a partir daí a contradição inerente à prática teórica da crítica negativa: esta se coisifica na própria forma teoria, lócus da divisão social do trabalho, aplicada academicamente na forma dissertação. Movido pelo ódio, o desejo do fim da mediação social da mercadoria se concretiza como a forma que aparece na coisa, o texto acabado. A crítica negativa, assim, permanece repositória da forma social que tanto se espera implodir.

Se intentamos estar, e se estamos ainda, com o Marx crítico do fetichismo, não aceitamos a concepção de que a sociedade viva um momento crítico que possa se resolver no pensamento – como o da alienação ou o do cinismo – e concebemos que assim o seja porque o fetichismo se objetiva como forma social. Partimos do fundante de que o fetichismo é a subjetivação da necessidade objetiva dos homens em sociedade apagam sua relação social que se dá através das coisas, por essa relação aparecer como propriedade das coisas de satisfazerem aos homens. A dominação aparece como liberdade. A academia, inclusive, permite a crítica negativa. Porém, continuamos dominados.

Assim, se ora apresentamos os agradecimentos desta dissertação como autocrítica, mas não apenas, o fazemos para tentar, no mínimo, desacreditar as propriedades imanentes de um texto, que, aliás, apagam o processo social que o determina e que deve ser criticado. Agradecer como recuperação de um processo é contraditório neste limite, o da objetivação e o do processo tautológico. Este é o limite

da relação com todos aqueles que comigo conviveram, me acolheram, me alimentaram, me aguentaram e me criticaram.

Os últimos anos trazem à memória mediações que não estão sintetizadas aqui, apesar deste texto ser parte delas. As conversas e entrevistas nos trabalhos de campo, mas também a recepção amiga em suas casas pelo Plácido, pela Lenita e pelo Luís Carvalho. A disposição pela discussão que o Anselmo, o Dieter, o Carlão, a Carol e o Cássio tiveram no caminho para a compreensão das contradições críticas do processo social vivido e teorizado. As contribuições trazidas por todos aqueles que leram meu texto de qualificação. O carinho e atenção sempre presentes da Mamá. E a tentativa sempre recomeçada e infundável da amizade tanto na experiência coletiva de reprodução da vida em casa, como nas diversas instâncias cindidas, nos grupos de estudo, nas quadras de futebol, nas festas, nas casas dos amigos, nos botecos, nos meus pais.

* * *

Uma menção deve ser feita ao professor Pedro Ramos que me concedeu os *Boletins de Safra* do IAA, além de horas de boa discussão. Foi muito difícil encontrar outros dados pertinentes a esta pesquisa referentes ao período do Proálcool. Passei boa parte dos três anos de mestrado procurando, sem encontrar, muitas das informações das quais eu necessitava.

A revisão final do texto foi feita pelo Cássio Boechat e pela Carolina von Zuben.

Esta pesquisa foi financiada por bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Sumário

Introdução – A crise financeira de 2008 e o Proálcool.....	01
<i>Capítulo 1. A mecanização do corte de cana-de-açúcar e a redução absoluta da força de trabalho no setor sucroalcooleiro paulista atual</i>	<i>09</i>
1.1 – Abstração real e dominação social no momento de ficcionalização do capital.....	09
1.2 – Relações sociais de produção no setor sucroalcooleiro da área de Olímpia: seus fundamentos teóricos e as abordagens canônicas acerca do “bóia-fria”.....	17
<i>Capítulo 2. O fetiche da história, o espaço como abstração, o fetiche da mercadoria.....</i>	<i>53</i>
2.1 – A história como aporia	53
2.2 – A geografia no Brasil e o fetiche do duplo da mercadoria.....	69
2.3 – A luta dos trabalhadores de Guariba e a contradição entre capital e trabalho.....	76
2.4 – O aumento absoluto do número de cortadores em São Paulo; a diminuição do número de trabalhadores no setor sucroalcooleiro e na agricultura paulista; a conseqüente queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra no decorrer do Proálcool.....	83
2.5 – A formação do “bóia-fria” como crise da sociedade do trabalho.....	94
<i>Capítulo 3. O Proálcool como expressão da reprodução fictícia do capital no campo paulista.....</i>	<i>123</i>
3.1 – Caracterizando o Proálcool.....	123
3.2 – Inadimplência e endividamento do setor sucroalcooleiro.....	151
3.3 – Críticas ao Proálcool: da política econômica ou da economia política?.....	155
3.4 – A autonomização do Estado e a modernização retardatária brasileira como colapso da modernização.....	164
Considerações finais.....	170
Referências.....	176

Lista de mapas e tabelas

Mapas

Mapa 1 – O antigo município de Olímpia.....	08
Mapa 2 – Produção total de álcool por DIRA – São Paulo – Safras 1975-1997.....	147

Tabelas

Tabela 1 – Distribuição por estados, no Brasil, de tipos de corte de cana-de-açúcar 2002/2003.....	40
Tabela 2 – Trabalhadores ocupados na agropecuária, estado de São Paulo, anos agrícolas 1970/1971 – 1993/1994.....	85
Tabela 3 – Composição da área agropecuária (em hectares) do estado de São Paulo, médias anuais dos triênios 1949 /1951 a 2005/2007.....	87
Tabela 4 – Produção, área colhida, produtividade da lavoura canavieira paulista; não-residentes e total de trabalhadores da agropecuária em São Paulo: 1970/71; 1980/81; 1990/91.....	90
Tabela 5 – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo, 1969-2005, São Paulo (todos os valores monetários expressos em R\$ de julho de 1994).....	107
Tabela 6 – Recursos financeiros direcionados para o Proálcool (US\$ milhões).....	129
Tabela 7 – Área colhida, quantidade produzida de cana-de-açúcar e rendimento agrícola no Brasil – 1974 a 1985.....	130
Tabela 8 – Açúcar: quantidades exportadas (Brasil e mundo), preços e receita das exportações, 1972-1979.....	132
Tabela 9 – Produção, área e número de propriedades com cana-de-açúcar, por estrato de área – São Paulo.....	133
Tabela 10 – Produção de álcool (1.000L) no Brasil, safras 1970/71-1979/80.....	140
Tabela 11 – Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91.....	143
Tabela 12 – Evolução da capacidade de produção de álcool no Brasil, 1974/1985 (em milhões de litros/safra).....	145
Tabela 13 – Produção de álcool – Brasil (milhões de litros).....	148

Tabela 14 – Proporção de vendas de veículos a álcool sobre o total de veículos – Brasil (1980-1990 e 1994-1995).....	148
Tabela 15 – Venda de Veículos a Álcool – Brasil (1980-97).....	149
Tabela 16 – Endividamento das empresas sucroalcooleiras – Brasil (mil US\$).....	152
Tabela 17 – Preços pagos ao produtor de cana-de-açúcar para o estado de São Paulo (em R\$/tonelada) – preços deflacionados – valores de fevereiro de 1996.....	154

Introdução – A crise financeira de 2008 e o Proálcool

Em julho de 2009, ao realizarmos um trabalho de campo na área de Olímpia¹, em São Paulo, pertencente à mesorregião de São José do Rio Preto², encontramos uma situação bastante particular, determinada pela crise do sistema financeiro que se iniciou no ramo imobiliário estadunidense em setembro de 2008, mas que se fez sentir em diversos ramos produtivos, em diversos países, incluindo aí o ramo sucroalcooleiro paulista. Aparecendo como “crise de liquidez” às personificações sociais envolvidas – usineiros, proprietários de terras, arrendatários, técnicos agrícolas – ficou patente para nós as determinações que o *capital fictício* (MARX, 1983, III, t. I, cap. XXV)³, enquanto possibilidade de contração de novas dívidas para pagamento de dívidas antigas, impõe ao entrelaçamento da cadeia produtiva do ramo em questão.

Diversas usinas não conseguiam financiamento para “rolagem” de suas dívidas, fazendo com que deixassem de pagar o que deviam aos fornecedores de cana. Estes, por sua vez, muitas vezes não conseguiam saldar suas dívidas (principalmente as maiores, relacionadas à compra de tratores e colhedoras), o que os impedia de conseguir novos empréstimos também para “rolagem” de suas dívidas, levando muitos à falência.

Nas fazendas do grupo Bulle Arruda S.A. Agropastoril⁴ (em Olímpia, Monte Verde, Cajobi), por exemplo, seus acionistas colocaram à venda as propriedades

¹ Denominaremos nesta dissertação como área de Olímpia o que foi o antigo município de Olímpia, que existiu de 1917 até 1945, quando se desmembrou em outros nove pequenos municípios: Olímpia, Cajobi, Severínia, Embaúba, Altair, Guaraci, Icém, Paulo de Faria, Orindiúva; e que, no período a ser pesquisado, fazia parte da DIRA de São José do Rio Preto. A escolha desta área para os trabalhos de campo assumiu como critério a possibilidade de dar continuidade a duas outras pesquisas (de dois amigos) realizadas no Programa de Mestrado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. A primeira, de Cássio Arruda Boechat (2009), analisa a formação e a dissolução do colonato na década de 1960 nesta área; enquanto a segunda, de Ana Carolina Gonçalves Leite (2010), enfoca a formação do trabalhador volante (“bóia-fria”), que migra do Vale do Jequitinhonha para Olímpia na época da colheita, retornando ao Vale quando esta termina. Outros municípios também pertencentes à mesorregião de São José do Rio Preto, como Nova Granada, também foram visitados. Além disso, Bebedouro e Sertãozinho – próximos à área visitada, porém parte da mesorregião de Ribeirão Preto – fizeram parte de nossos trabalhos de campo.

² Segundo a metodologia atual do IBGE para tais divisões. Assim exposto: “[...] A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise, e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2008).

³ Para nosso entendimento de tal momento de *O Capital* (MARX, 1983) ver o item 3.3, “Críticas ao Proálcool: da política econômica ou da economia política?”, deste trabalho.

⁴ Acompanhamos as atividades deste grupo de fornecedores de cana-de-açúcar. Visitamos a área de Olímpia em quatro ocasiões, antes e depois da crise de 2008. Ao longo desta dissertação abordaremos a relação deste grupo com a Usina Guarani, fundada em 1954, produtora de açúcar e álcool, principalmente com sua unidade em Severínia.

produtoras de cana-de-açúcar, recebendo inclusive uma proposta de compra do grupo francês Tereos, proprietário das usinas Guarani, com diversas unidades na região. De 30% de capital constante, o Grupo Bulle Arruda S.A. saltou para 99% em um ano⁵ (2008-2009), demonstrando necessidade de alto montante de investimento para o setor. Vale ressaltar que o grupo Bulle Arruda era credor de uma usina do grupo Equipav, em Lins, região onde haviam arrendado terras para fornecerem cana. Esta usina não pagava suas dívidas. A compra de tratores e colhedoras ocorre aparentemente por meio do que Marx (1983) denominou *capital fictício*, já que os juros para compra de novos tratores são mais baixos do que para os mais antigos, ficando menos custoso comprar um novo e rolar as dívidas. Lenita Arruda Boechat, diretora do grupo, informou (em entrevista realizada em 24 de julho de 2009) que pagavam juros de 13% e substituíram os tratores por outros com financiamento a 9%. Disse que havia, no momento da entrevista, um financiamento do governo de 5% ao ano e que estavam pensando em trocá-los novamente, caso recebessem o que lhes era devido pelo Grupo Equipav. Se não recebessem, não conseguiriam nem pagar as dívidas que possuíam, daí a necessidade de venda das propriedades⁶.

A impossibilidade de crédito acabava por afetar os trabalhadores volantes ou “bóias-frias” (em sua maioria, registrados), já que, nos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais pelos quais passamos (Olímpia, Nova Granada, Icém), os acordos realizados com fornecedores de cana ou usineiros não estavam sendo cumpridos, ou seja, estava-se pagando menos do que o combinado junto aos sindicatos; além de, em alguns casos, os salários não estarem sendo pagos. Sérgio Luís Sanches, presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Olímpia, em entrevista realizada em 22 de julho de 2009, ressaltou com veemência:

“– Quero ser sincero com vocês. Neste ano não conseguimos nada. Os acordos não estão sendo cumpridos. Buscamos negociar, para conseguir o melhor pro trabalhador. Tentamos que paguem pelo menos um mínimo, para que o trabalhador não deixe de receber mesmo tendo trabalhado. Ano passado foi muito melhor, mas sempre há casos de não cumprimento dos acordos”.

⁵ Segundo estimativas do próprio grupo, fornecidas por Lenita Arruda Boechat, em entrevista realizada em 24 de julho de 2009.

⁶ Tal unidade da Equipav foi comprada, em 2009, por uma multinacional indiana, a Shree Renuka. Este negócio é parte de um processo atual de entrada de multinacionais no setor de usinas brasileiro. Tal processo, no entanto, não fará parte do escopo de nossas formulações para esta dissertação.

Podíamos, assim, observar um fenômeno que está imanentemente relacionado ao Proálcool. Trata-se da implicação que o Proálcool teve sobre o setor sucroalcooleiro, inserindo-o em uma relação particular com o crédito, a partir do que denominaremos *momento de reprodução fictícia do capital* (KURZ, 1995). O que, para nós, é cabível para os dias atuais mesmo apesar de o mercado de açúcar e etanol atualmente estar liberalizado⁷, o que ocorreu a partir de 1990, quando da extinção do Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA) pelo governo Fernando Collor de Melo.

O Programa Nacional do Álcool (PNA) ou Proálcool, lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar”, já que destinou créditos subsidiados ao setor no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990 (TCU, 1990, p. 49), com o objetivo de ampliar a produção de álcool anidro e hidratado⁸, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino dessa matéria-prima, o que colocou a produção de cana-de-açúcar em um novo patamar de modernização. A semelhança entre o período em que se aplicou o Programa e o subsequente, o da liberalização (que vigora atualmente), pode ser notada na incapacidade do setor saldar suas dívidas, tanto em um quanto no outro momento. Segundo o balanço do Proálcool, que pode ser encontrado no relatório da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de 1991⁹, as dívidas decorrentes do financiamento oferecido pelo programa recaíram sobre 160 empresas inadimplentes, totalizando 2,5 bilhões de dólares, sendo o Sul e Sudeste responsáveis por 51,6% do seu total. De todo o montante de crédito fornecido em 15 anos, apenas 42,5% foram saldados, sem contar as anistias. No Norte e Nordeste a relação de inadimplentes para o setor industrial chegava a 92%.

Para investigarmos a relação entre os dois momentos (o do Proálcool e o atual), tentávamos, nos trabalhos de campo, apreender quais eram as transformações mais recentes na produção de cana-de-açúcar que precederam a crise do sistema financeiro estadunidense, assim como o impacto desta no ramo em questão¹⁰. Esta crise, por sua

⁷ Partimos aqui da análise de Robert Kurz (1999) desenvolvida em *O Colapso da Modernização*, que entende Estado e mercado como categorias de um mesmo processo histórico, fundamentais para o desdobramento das contradições da forma mercadoria, apesar de ambas as instâncias aparecerem aos homens como separadas e como sujeitos históricos. Por exemplo, o Estado, para Lênin, quando da “ditadura do proletariado”; e o mercado, para Adam Smith, enquanto “mão invisível”.

⁸ O álcool anidro é aquele adicionado à gasolina para uso de veículos movidos por este combustível. Já o álcool hidratado é aquele utilizado nos carros movidos a álcool apenas.

⁹ Os dados também podem ser encontrados em Thomaz Jr. (2002, p. 90 e 102).

¹⁰ Ver, por exemplo, notícias encontradas na mídia sobre a crise do setor em 2008-2009: “Usina pede recuperação judicial por causa da crise” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2008); “Usinas de

vez, será entendida aqui como explicitação fenomênica da *crise do sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1999, cap. 8-9), conforme pretendemos desdobrar ao longo desta dissertação.

Segundo Fernando Homem de Melo, professor de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em entrevista realizada em 02 de março de 2010, o ramo sucroalcooleiro passa por um momento aparentemente distinto daquele existente quando da implantação do Proálcool, mas que, na verdade, guarda semelhanças fundamentais com este. Diz ele:

“– O setor continua necessitando de subsídios e perdão de dívidas para existir. Hoje, tais subsídios diretos não existem, porém, podem ser encontrados de maneira disfarçada, embutidos nos preços da gasolina, por exemplo.”

Em recente monografia, Ogata (2009) procura ressaltar a continuidade de subsídios indiretos e “disfarçados” para o etanol em razão da cobrança de porcentagens maiores de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para a venda da gasolina, o que garante a competitividade do etanol e sua realização no processo de circulação enquanto mercadoria. Para São Paulo, por exemplo, enquanto o etanol paga 12% de ICMS, a gasolina deve recolher 25% (OGATA, 2009, p. 40). O Estado, assim, é capaz de garantir, através da tributação, as produções de etanol que irão se reproduzir. A necessidade de subsídios demonstra uma característica comum fundamental do momento atual do setor sucroalcooleiro e do momento de implantação do PNA.

Desejávamos compreender como os envolvidos no processo de produção de cana, açúcar e álcool subjetivam o processo social no qual estão inseridos. Assim, nos trabalhos de campo, foi importante também encontrar pessoas que participaram do ramo sucroalcooleiro nas décadas de 1970 e 1980, o que permitiu relacionar os dois momentos destacados, de ampla presença do Estado e de liberalização.

Nossa inserção na área de Olímpia, delimitada para nossos trabalhos de campo, pretendeu compreender empiricamente como ocorreu e ocorre o entrelaçamento da cadeia produtiva (KURZ, 1999) dessas mercadorias e a relação entre os homens

álcool dão calote no fisco em São Paulo” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2009); “Setor sucroalcooleiro do Brasil tem pausa após grande expansão” (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 out. 2009). Nesta última encontramos: “Segundo dados da Datagro, estima-se que quase metade do setor tenha ficado próximo da falência, especialmente as empresas que já estavam muito endividadas e que sofriam com os preços baixos do açúcar e do etanol nos anos anteriores”.

mediada por estas, conforme discussão de nossos capítulos 1 e 2; mas também pesquisamos, para compor esta dissertação, como se deu a territorialização do capital (ALFREDO, 2005) e das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1974) no setor sucroalcooleiro, para interpretá-las como um processo de *modernização retardatária*¹¹ (KURZ, 1999) da agricultura brasileira empreendida¹² pelo Estado ditatorial através do Proálcool (1975-1990), compondo um recorte espacial mais amplo do que o da área visitada, já que em nosso capítulo 3 apresentamos tal territorialização para o Estado de São Paulo.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos a relação social de produção de assalariamento no corte de cana no período que vai de 2007 a 2010, quando de nossas visitas à área de Olímpia, e cotejamos o que encontramos com as análises teóricas sobre o “bóia-fria”. No segundo capítulo fazemos uma discussão sobre o fetichismo da forma social da mercadoria, assim como este aparece nas disciplinas parcelares como a história e a geografia, mas passamos também pela filosofia e economia, para, conclusivamente, discutirmos as diferenças do assalariamento no momento de nossos trabalhos de campo e no de conformação do “bóia-fria”, nos anos 1960. No terceiro e último capítulo, através de uma análise do Proálcool, explicitamos a necessidade de créditos subsidiados naquele momento para a reprodução do setor sucroalcooleiro paulista como característica do momento de reprodução fictícia do capital, em nível nacional e mundial.

¹¹ Considerada por Kurz (1999) um momento de presença maior do Estado na economia para o aprofundamento das relações sociais baseadas na forma mercadoria, intencionando acelerar o processo de valorização do valor com a finalidade de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Vale ressaltar que a adoção desses níveis como parâmetro se dá em um momento particular do processo global de acumulação capitalista, já que o momento de acumulação primitiva (MARX, 1983, I, t. II, cap. XXIV), percorrido primeiramente pela Inglaterra, se localiza em um passado remoto e não tinha nenhum nível de produtividade como pressuposto a ser alcançado. Ou seja, tal modernização deve percorrer um processo de acumulação muito maior – já que o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais é mais elevado do que aquele necessário para a Inglaterra colocar a acumulação sobre seus próprios pressupostos – e em muito menor distensão temporal do que aquele inglês. Por isso tal modernização é denominada “retardatária”, e daí deriva que esta seja praticamente impossível de se realizar.

¹² Como veremos, a constituição do chamado complexo agroindustrial sucroalcooleiro é considerada como antecedendo ao Proálcool. Porém, tal programa pode ser compreendido como um momento de inflexão e aprofundamento da industrialização do setor, já que pode ser caracterizado como a principal atuação do Estado em termos de política agrícola: “O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do Complexo Agroindustrial; a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais – o Sistema Nacional de Crédito Rural – e por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado, configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural” (DELGADO, 1983, p. 22).

Através de entrevista qualitativa aberta, aqueles que entrevistamos foram levados a refletir sobre seu processo de trabalho e os aspectos envolvidos nele (história de vida, práticas cotidianas), assim como sobre as possibilidades de atuação política. A pergunta teórica que tínhamos em mente e que embasava nossos questionamentos dizia respeito à ontologia do fundamento social (KURZ, 1999) existente – o trabalho – como nexos da formação capitalista, sendo esta voltada para a valorização do valor. Assim, conversamos com cortadores de cana, tratoristas, caminhoneiros, “gatos”, fornecedores de cana proprietários de terras, usineiros, presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, técnicos agrícolas, economistas e até com um consultor especialista na rolagem de dívida de usinas. Nessas entrevistas foi possível destacar a mediação da mercadoria como a forma dessas personificações se relacionarem. Vamos partir das apreensões junto a tais personificações do capital (MARX, 1983) para explicitarmos os possíveis confrontos entre seus discursos sobre o momento atual do trabalho no corte de cana e aquele de conformação do trabalhador “bóia-fria”, na década de 1960.

Escolhemos empreender este caminho por desejarmos alcançar a possibilidade da crítica ao capital como uma relação social determinada historicamente, mas que proporciona a aparência de naturalização de seu movimento como sendo da própria essência humana, ou da vontade do homem enquanto sujeito histórico. Tal característica provém do que Marx denominou *o caráter fetichista da mercadoria* (MARX, 1983, I, t. I, p. 70). Este apaga o processo histórico e, levando à naturalização subjetiva do que é socialmente constituído, permite a reprodução da relação social baseada na forma mercadoria, apesar de aparecer à apreensão das *personas* (MARX, 1983) envolvidas como posituação do trabalho humano: melhoria de condições, transformação, superação ou mesmo atuação autônoma sobre a realidade¹³. Desta forma, crescimento da produtividade e da produção (consequência do Proálcool, no caso estudado) aparece aos homens como capacidade humana de satisfação de necessidades livremente e racionalmente formuladas, mas tem por finalidade tautológica a reprodução da dominação social abstrata: a crise de valorização do valor (MARX, 1983, I, t. I, cap. I).

Assim, o aspecto da relação social capitalista hipostasiado (POSTONE, 1993) como essência humana pode variar de acordo com a posição da *persona* na divisão

¹³ A esta aparência de autonomia da vontade do sujeito em relação às determinações da forma social, Marx denominou de *personificação do capital* (MARX, 1983), já que em *O Capital* o sujeito é o próprio capital enquanto relação social (para tal interpretação, ver POSTONE, 1993). Utilizaremos, assim, neste texto o conceito de *personas* (MARX, 1983) ao nos referirmos aos envolvidos nas relações sociais de produção do setor sucroalcooleiro.

social do trabalho, não de forma determinante, mas como expressão das contradições entre o duplo aspecto da forma mercadoria e do trabalho produtor de mercadorias: abstrato e concreto. Tal contradição se desdobra, permitindo a acumulação e colocando-a em movimento crítico. A crise imanente de acumulação, assim, determina o devir das categorias do capital. Isso ocorre desde a formação destas, durante o Sistema Colonial; passando pelo momento de universalização de sua pressuposição, com a primeira e segunda revoluções industriais e suas crises de superprodução, o que forçou a formação de mercados consumidores nas antigas colônias; até a crise do sistema mundial produtor de mercadorias, enquanto impossibilidade de valorização do valor. Esta se dá após a revolução microeletrônica, da década de 1970, momento em que se implanta o Proálcool, no Brasil.

A crítica a que nos propomos tem como objeto de análise a expressão particular que a articulação entre as categorias terra, trabalho e capital (MARX, III, t. II, cap. XLVIII) apresentou através da atuação contraditória do Estado brasileiro no planejamento econômico voltado para o desenvolvimento das forças produtivas, a fim de alcançar os níveis de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo. Tal planejamento, então, se configura para nós como uma modernização retardatária (KURZ, 1999), em um momento de acumulação capitalista também historicamente determinado. Assumimos, assim, que o Proálcool, enquanto política econômica que afirmava visar à substituição da matriz energética brasileira¹⁴, aprofundou, em nível nacional, as contradições da forma mercadoria (MARX, I, t. I, p. 62) no momento de reprodução fictícia do capital (KURZ, 1995), ou seja, de sua crise. Foi esta modernização retardatária que, para nós, conformou a relação social de produção de assalariamento denominada trabalho volante, ou “bóia-fria”, inclusive. Desta forma, é a partir da concepção da crise do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 1999) como momento de reprodução fictícia do capital, no qual o Proálcool e o setor sucroalcooleiro atual são parte e expressão, que embasaremos esta dissertação.

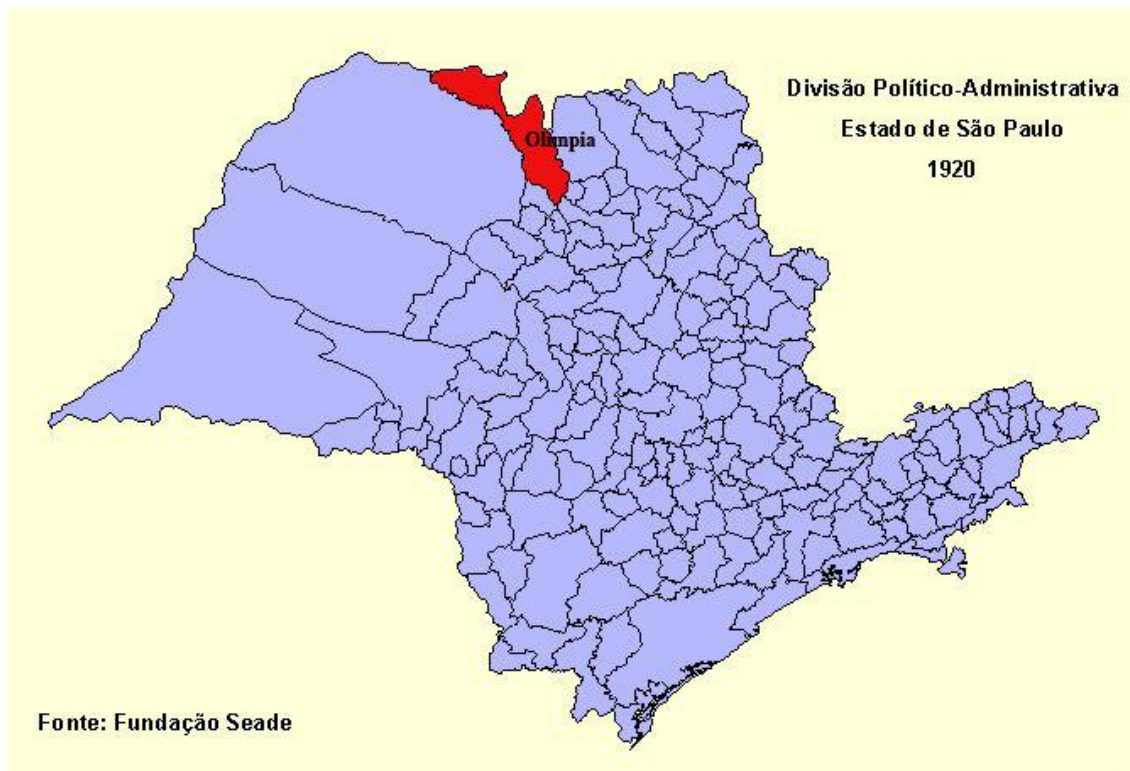
Isto nos coloca um problema histórico fundamental, de modo que não basta entender o capital como uma relação social específica. Para além disso, é fulcral

¹⁴ O plano visava a substituição da gasolina pelo etanol. E não que isto em certo sentido não tenha ocorrido. Hoje o consumo de álcool hidratado como combustível para automóveis ultrapassa o de gasolina em São Paulo. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), até outubro de 2009, as vendas de álcool hidratado no estado de São Paulo somaram 6,9 bilhões de litros, ante 5,4 bilhões de litros de gasolina (Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 21/12/2009). A questão que se coloca, assim, diz respeito às determinações de crise que levaram a tal substituição, fazendo do Estado um *sujeito* (KURZ, 1999).

historicizar o próprio movimento crítico da acumulação capitalista (ALFREDO, 2008), que assume formas particulares nos seus diferentes momentos históricos, assim como nos diferentes Estados Nacionais, e nestes, nas distintas regiões (OLIVEIRA, 2008). Ressaltamos, então, que é na contradição dinheiro X trabalho que se deve investigar tal movimento crítico, uma vez que é este o fundamento responsável pela própria acumulação.

Para nós, o Proálcool é expressão de um momento particular. É a articulação dos planejadores do Estado que subjetivam certa objetividade social e a repõem, pelo planejamento, em patamares de maior aprofundamento das contradições da relação de troca. Sabemos, porém, que há uma discussão acerca do momento no qual o processo acumulativo nacional e universal se encontra: este é visto como acumulação primitiva que se repõe (OLIVEIRA, 2007); como reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1974); ou, ainda, como crise do sistema mundial produtor de mercadorias. São tais possibilidades de interpretação como formas de subjetivação da objetividade presente que buscamos agora, no primeiro capítulo, articular com as informações encontradas em nosso trabalho de campo.

Mapa 1 – O antigo município de Olímpia



Fonte: Boechat (2009, p. 108).

1. A mecanização do corte de cana-de-açúcar e a redução absoluta da força de trabalho no setor sucroalcooleiro paulista atual

1.1 – Abstração real e dominação social no momento de ficcionalização do capital

Marx, em seu importante item “Método da Economia Política”, da “Introdução” de *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1982), investigou o procedimento que tanto a economia política (em Adam Smith e Ricardo), quanto a filosofia (em Hegel) utilizavam para apreender o “mundo”:

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desdobrada, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda sua significação (MARX, 1982, p. 15).

Daí a confusão que pode se proceder na compreensão da formação social. Partimos das categorias mais abstratas, já que a mediação social se dá através de uma abstração que se realiza¹⁵, trabalho humano *sans phrase* (MARX, 1982), em geral. No capítulo I de *O Capital*, Marx analisa tal forma de mediação social e a descreve como baseada na troca de mercadorias. No momento da troca se igualam duas coisas distintas. O que permite compará-las é justamente uma abstração social que apaga as diferenças entre as coisas trocadas, incluindo neste apagamento, a própria diferença entre homens e coisas. No sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 1999) comparamos diferenças através da desigualdade entre o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, incluindo nesta possível – mas *absurda* (MARX, 1983) – mensuração o próprio valor da força de trabalho como uma mercadoria

¹⁵ “O trabalho abstrato, cujo conceito Marx estabelece, não é uma generalização mental, mas sim uma realidade social, uma abstração que se torna realidade. [...] se todas as mercadorias devem ser trocáveis entre si, o trabalho contido nas mercadorias deve igualmente ser imediatamente trocável. Só o pode se for igual em todas as mercadorias, ou seja, se tratar sempre do mesmo trabalho. O trabalho contido em uma mercadoria deve ser igual ao trabalho contido em todas as outras mercadorias. Na medida em que se representam no valor, todos os trabalhos valem somente enquanto ‘dispêndio da força humana de trabalho’, o respectivo conteúdo concreto é apagado: os trabalhos todos equivalem-se entre si. Não se trata aqui de uma operação puramente mental: de fato, o valor dos diferentes trabalhos representa-se numa forma material, o valor de troca, que nas condições mais evoluídas toma a forma de uma quantidade determinada de dinheiro. O dinheiro representa algo de abstrato – o valor – e representa-o enquanto algo de abstrato. Uma soma de dinheiro pode representar qualquer valor de uso, qualquer trabalho concreto. Onde a circulação de bens for mediada pelo dinheiro, a abstração tornou-se algo de bastante real. Podemos então falar de uma ‘*abstração real*’” (JAPPE, 2006, p. 38-39).

vendável¹⁶. E, até mesmo por isso, tal formação social só se encontra plenamente constituída a partir do momento em que o preconceito da igualdade entre os homens está presente na consciência destes¹⁷.

Assim, além da consciência dos homens modernos hipostasiar, para outras formações históricas, as categorias mais abstratas da mediação social do sistema produtor de mercadorias, há também a possibilidade equivocada de, ao se tentar analisar relações sociais de produção desta formação social em determinados recortes espaciais¹⁸, se compreender tais relações como específicas de outras formações históricas ou, ainda, partes de certos momentos da reprodução capitalista, como vigorando em tal recorte: escravismo, servidão, existência do campesinato ou predominância do momento de reprodução baseado na mais-valia absoluta (MARX, 1983). Veremos adiante como diferentes estudos acerca da formação brasileira teorizaram sobre o capitalismo a partir destes diferentes modos ou relações sociais de produção. Marx, pelo contrário, estava preocupado, em sua crítica à Hegel, com uma compreensão da totalidade, possível somente ao conseguir desvendar a própria articulação (ou mediação social) do sistema e entendeu-a como contraditória. Tal

¹⁶ É por meio da venda de sua força de trabalho que aquele que não detém os meios de produção pode acessar as demais mercadorias, e é na diferença entre o valor da força de trabalho e o valor do produto produzido pela força de trabalho posta em atividade no processo produtivo que reside a mais-valia. Temos, assim, que o processo de acumulação ocorre às costas dos homens (MARX, 1983), a partir de uma forma social de mediação que abstrai as qualidades distintas das coisas comparando-as por meio da igualdade do valor.

¹⁷ “O segredo da expressão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (MARX, 1983, I, t. I, p. 62). Na Europa, tal momento se consolida a partir da revolução industrial e da difusão do Código Civil Napoleônico (1804), que abolia o direito feudal nos territórios conquistados por Napoleão. Nos países periféricos (colônias neste momento), a não-simultaneidade da formação categorial colocou a igualdade entre os homens apenas posteriormente. No Brasil, por exemplo, apenas em 1888 se aboliu a escravidão.

¹⁸ Richard Hartshorne afirma que a geografia é *a ciência da diferenciação de áreas* (1969, capítulo 2), o que implica revelar o caráter da área estudada. Trata-se, portanto, de buscar os elementos empiricamente comuns que caracterizariam uma área. É a definição desses elementos comuns que possibilita diferenciar as áreas, determinar o que é semelhante e dessemelhante, e mesmo o que é específico a cada uma delas. Assim, a separação de áreas é dada pelo pesquisador, pela definição dos elementos empiricamente significantes. O que quer dizer também que estes, do ponto de vista do pesquisador, são abstraídos da separação e caracterização da área. Assim, utilizamos o conceito de “diferenciação de áreas” de forma crítica, com a intenção de explicitar que os elementos empiricamente significantes escolhidos pelo Estado para diferenciar as áreas levam em conta a possibilidade de atuação das políticas econômicas via subsídios estatais, que atuam sobre estes elementos no sentido de “modernizá-los”. Isto nos permitirá interpretar o papel do Estado como modernizador. Os investimentos do Proálcool seguiam como critério do que era empiricamente significativa a produtividade e a produção de mercadorias, dividindo o estado de São Paulo em áreas como as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs). E, como veremos no capítulo 3 (“O Proálcool como expressão da reprodução fictícia do capital no campo paulista”), tais investimentos incidiram sobre as áreas mais produtivas. Ver também a discussão acerca da naturalização do espaço como objeto da geografia, no item 2.2, “A geografia no Brasil e o fetiche do duplo da mercadoria”.

contradição revela-se no pleno funcionamento lógico da forma social, momento de prevalência da mais-valia relativa, exemplificado na análise que Marx faz da situação da Inglaterra, no século XIX.

Em *O Capital*, Marx desvenda a contradição na reprodução capitalista a partir da “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (MARX, 1983, I, t. I, cap. XXIII), como sendo entre dinheiro (que no processo produtivo é capital), que se valoriza através da extração de mais-valia, e trabalho, o fundamento social (POSTONE, 1993) que produz o valor. Conforme os desdobramentos do capital, o trabalho é substituído por máquinas no processo produtivo, tornando cada vez mais crítica a própria acumulação capitalista. O aumento da composição orgânica do capital (MARX, 1983) diminui o custo de reprodução da força de trabalho, mantendo a acumulação capitalista possível até certo limite. A partir de determinado momento a taxa de lucro média cai tendencialmente, já que é no desenvolvimento das forças produtivas que um capitalista vence a concorrência frente aos demais capitalistas, ficando com um lucro maior do que o médio, o que retroalimenta o aumento da composição orgânica. A este fenômeno Marx denominou *queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 1983). Este processo exige transformações nas formas de acumulação do próprio capital, determinadas pela crise imanente do processo de acumulação.

Tal análise, porém, que tem na mais-valia relativa o cerne dos desdobramentos desta contradição, pode ser entendida como uma exposição lógica que, ao se objetivar, não se realiza sem percalços. Ou seja, também não se pode dizer que as categorias do capital, enquanto conceito, estejam postas e se realizem ao mesmo tempo e em todos os espaços em que a lógica de tal conceito esteja universalizada (ALFREDO, 2008). Justamente por isso, o tempo sob o capitalismo adquire uma característica específica, não linear, nem circular, mas sim caracterizado por rupturas, quebras e distensões¹⁹. Assim, na medida em que Marx analisa a preponderância da mais-valia relativa na acumulação capitalista inglesa do século XIX, devemos notar que a produção de mercadorias no Brasil independente era realizada por relações sociais de produção escravistas, o que não significa que tal produção de mercadorias estivesse separada e independentemente do conceito de capital.

¹⁹ Ver Marx (1983, I, t. II, cap. XXIV): “A assim chamada acumulação primitiva”, no qual Marx mostra a brusca ascensão econômica da burguesia – após a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), quando esta chega ao poder legislativo – por meio da expropriação das terras de camponeses e incorporação das riquezas ali existentes sem isto acarretar custos aos primeiros.

A modernização se constitui como um processo de âmbito não só mundial, mas também universal. Trata-se, portanto, da universalização de uma sociabilidade pela forma valor e que tende, de modo lógico e histórico, a se constituir necessariamente, como uma realidade que impõe a sua expansão mundial. Isto, contudo embora necessário, não se faz linearmente [...]. A dinâmica de uma realidade cujo elemento lógico se estabelece sob o prisma da acumulação ampliada da riqueza, projeta um sentido dos processos sociais cujas temporalidades co-existentes acabam por ser a expressão da forma pela qual esta universalidade da forma se efetivou [...]. Sob esta perspectiva, as resultantes críticas da forma valor, ao estabelecerem o tempo como barreira a ser superada para a sua própria reprodução, acabam por iludir o próprio tempo como elemento constituinte daquilo que está posto, e não como algo a ser superado (ALFREDO, 2006b, p. 2).

Para Robert Kurz, tal descompasso, como *não-simultaneidade* (KURZ, 1999), é a característica que os Estados-Nação tentam superar ao empreenderem processos de modernização que os levem a alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, almejando tomar o lugar destes através da tentativa de constituição das categorias capitalistas. Tal subjetivação é, para nós, fetiche da linearidade do tempo como possibilidade de superação das contradições da forma posta conforme o percorrer desta linearidade. A modernização é, entretanto, posta enquanto crise imanente da própria acumulação e, sem tal processo, as trocas internacionais ficariam inviabilizadas para os países com menor desenvolvimento das forças produtivas. É em razão da equivalência das trocas que as diferenças entre países e entre regiões internas aos países são obscurecidas e equiparadas a partir da abstração real, aparecendo tais regiões como atrasadas ou desenvolvidas, a partir da desigualdade entre elas, justamente o que mobiliza o desejo pela superação da desigualdade por parte das políticas econômicas nacionais.

Marx, em *O Capital*, tenta demonstrar, principalmente no Livro II, *O Processo de Circulação do Capital*, por quais metamorfoses passa o dinheiro (D) para, através da extração de mais-valia, aparecer ao final do processo de circulação como mais-dinheiro (D')²⁰. Porém, se observamos apenas o circuito pelo qual o trabalhador assalariado se sociabiliza, aparece um circuito de troca simples: M – D – M, em que o primeiro M é a venda da força de trabalho como mercadoria:

²⁰ O Processo completo de metamorfose é: D – M – P – M' – D'. Sendo M as mercadorias que entrarão no processo produtivo, podendo estar dividido em força de trabalho (FT) e matérias-primas (MP); P são estas mercadorias em processo produtivo, momento de valorização do valor prévio; M' a mercadoria final acrescentada de valor; e D' a realização de M' ao ser vendida no mercado (MARX, 1983, II, p. 47). Neste momento da exposição Marx abstrai o capital fixo.

O trabalhador assalariado vive somente da venda da força de trabalho. A manutenção desta – a automanutenção dele – exige consumo diário. Seu pagamento precisa portanto ser repetido constantemente em prazos mais curtos, para que ele possa repetir as compras necessárias à sua automanutenção, o ato $FT - D - M$ ou $M - D - M$ (MARX, 1983, II, p. 32).

Logo em seguida, o autor insere tal circuito nas determinações da finalidade da reprodução das relações sociais de produção capitalistas:

Ao funcionar, o capital produtivo consome seus próprios componentes, para convertê-los em massa de produto de valor maior. Como a força de trabalho só opera como um de seus órgãos, também o excedente do valor do produto acima do valor de seus elementos constitutivos, gerado por seu mais-trabalho, é fruto do capital (MARX, 1983, II, p. 33)²¹.

Vimos que, em Marx, o trabalho assalariado é fruto da mediação da forma mercadoria própria do moderno, ou seja, da troca de equivalentes que possibilita a desigualdade. Porém, certos autores estudiosos da formação social brasileira tentaram caracterizar como “camponesa” a relação social de produção à qual um pequeno produtor de cana, por exemplo, estaria vinculado (produtor que “apenas” é proprietário de terras, capitalista e assalariado ao mesmo tempo). Para eles, estes seriam, em essência, participantes de um circuito de troca simples (OLIVEIRA, 2007), algo que, para Marx, é imanente à relação social de produção capitalista. Como se esta relação camponesa e sua troca simples fossem trans-históricas, o que significa entendê-las como autônomas em relação à própria formação social da qual surge.

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por exemplo, tentou se diferenciar das leituras que entendem o “camponês” como resquício feudal, ou que o colocam em vias de extinção. Para ele, o “camponês”, no capitalismo, é fruto da própria modernização.

²¹ “Não se exagera muito se se afirma que a conversão da fórmula $M - D - M$ na fórmula $D - M - D$ encerra em si toda a essência do capitalismo. A transformação de trabalho abstrato em dinheiro é o único objetivo da sociedade mercantil; produção de valores de uso, toda ela, mais não é do que um meio em vista de uma única finalidade: no termo da operação dispor de uma soma maior de dinheiro do que aquela de que se dispunha no início” (JAPPE, 2006, p. 61).

Entretanto, sua análise não faz uma crítica do trabalho produtor de mercadorias no capitalismo, mas, em certo sentido, faz uma defesa de uma “classe social”, já que a troca de mercadorias é, para ele, parte essencial da mediação social do “camponês” como classe e não a forma de mediação social capitalista. Essa defesa tem, como pleito político, uma distribuição mais equânime da “riqueza social” e, como crítica, a expropriação do produto do trabalho do pequeno produtor através de uma suposta troca desigual na venda da matéria-prima para a indústria.

Para Marx (1983), em *O Capital*, é a mediação social da mercadoria que estabelece uma totalidade, e não algo como um “modo de vida camponês”, já que ela contém os dois momentos da contradição do capitalismo, ou seja, o duplo da mercadoria: o valor de uso e o valor, sendo ambos forma de aparecimento social das características do trabalho produtor de mercadorias. Ou seja, as demais particularidades do sistema, as formas que tal contradição assume, não estão separadas dos desdobramentos sempre críticos desta contradição, sendo postos por ela, apesar de aparentarem autonomia em relação ao processo social, já que são objetivadas em uma mercadoria, ou na mercadoria desdobrada, o dinheiro. Este duplo se autonomiza no dinheiro (MARX, 1983, III, t. II, cap. XLVIII, p. 269), que aparece como algo separado da forma social, e, justamente por isso, é percebido como trans-histórico (lembramos do senso comum historicista que diria: “mas o dinheiro sempre existiu!”). Em sua função de meio de pagamento, o dinheiro pode ser utilizado para saldar dívidas sem que a valorização do capital tenha ocorrido, postergando-a ao futuro. Daí não importar o circuito visualizado pelo recorte do observador: a mediação dos homens pelas coisas produzidas para a troca aparece como concretização de trabalho humano para satisfação das necessidades formuladas pelos indivíduos, mas é determinada por um sentido crítico tautológico de acúmulo abstrato de valor.

Robert Kurz (1995) demonstra justamente esta autonomização do dinheiro que, no processo social de valorização imanentemente crítico, desdobra-se em sua relação com o trabalho produtor de valor e com a terra, determinando a forma de acumulação dos diferentes momentos de reprodução do capital. Do ponto de vista da produção global de riqueza abstrata, com a chamada terceira revolução industrial, nos anos 1960 e 1970, que realizou a automação dos processos produtivos, o trabalho produtivo, em sua relação com o trabalho morto empregado, não teria mais capacidade de valorizar o valor, propiciando uma inversão em relação às determinações das características da

própria acumulação capitalista (KURZ, 1995). Tal incapacidade só pode ser sustentada através do que Marx chamou de capital fictício (MARX, 1983, III, t. I, cap. XXV), um dos momentos fetichistas do processo capitalista. O crédito é um compromisso de valorização futura que pode ativar processos produtivos em um dado momento. A acumulação desses compromissos ao nível do capital global alimenta uma possível crise que pode aparecer no momento em que os credores não consigam pagar o que devem, como na crise financeira de 2008, tendo que renovar suas dívidas com novos financiamentos para que isto não ocorra. A necessidade do financiamento bancário para a crescente substituição do trabalho vivo por capital constante no processo produtivo teve como consequência a crescente dificuldade em pagar os compromissos creditícios assumidos, o que fez com que a necessidade de novos financiamentos para reprodução ampliada da produção aumentasse ainda mais a dependência em relação ao capital fictício e, assim, aprofundasse a crise no processo de valorização do valor. Tal forma do capital passou a funcionar como adiantamento da realização da valorização que nunca chegará a ocorrer, o que caracteriza um momento particular da reprodução social. O capital fictício, por isso, passa a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade e produção destas, sendo esta inversão a característica particular desse momento. Assim, o capital fictício funciona como uma dominação social objetiva e fantasmagórica sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias²².

No Brasil, foi justamente neste período de terceira revolução industrial que ocorreram as grandes injeções de empréstimos estadunidenses, gerando um processo de modernização da agricultura baseada em créditos subsidiados pelo Estado. Houve, assim, uma modernização dos processos produtivos agrícolas através da mecanização²³

²² “O trabalho, como dispêndio abstrato de energia humana no processo da racionalidade empresarial, e o dinheiro, como forma fenomênica do valor econômico [...] são as duas faces da mesma moeda. O dinheiro representa ou ‘é’ nada mais que trabalho morto, tornado realmente abstrato na forma duma coisa que consiste numa acumulação sempre acrescida de tal meio fetichista. O humano processo de ‘metabolismo com a natureza’ (MARX) tornou-se um abstrato e em si insensato dispêndio de força de trabalho, justamente porque o dinheiro se autonomizou do agente humano, na forma fetichista potenciada do capital: não é a necessidade humana que guia este dispêndio; pelo contrário, a forma morta dessa energia, autonomizada como coisa, subordinou a si a satisfação das necessidades humanas [...]. Como o trabalho e o dinheiro constituem fases diferentes do desenvolvimento da valorização como fim em si mesmo, estes dois momentos também podem separar-se em situações de crise, deixando, assim de coincidir. Tal falta de coincidência manifesta-se como desvinculação entre o dinheiro e a substância abstrata do trabalho: a multiplicação do dinheiro ocorre então mais rapidamente que a acumulação de trabalho morto abstratizado, destacando-se assim de sua própria base” (KURZ, 1995, p. 1).

²³ A automação na produção de cana hoje chega ao nível de não se precisar mais nem do motorista do trator ou colhedeira, já que estes podem ser controlados por um GPS (*Global Positioning System*). Isto

e do uso de insumos (como químicos fertilizantes, inseticidas e herbicidas), o que diminuiu a relação entre capital constante e capital variável presente no campo e colocou a valorização crítica dos capitais em um novo momento. A modernização da agricultura que ocorria neste momento em nível mundial foi comumente denominada “Revolução Verde”²⁴. No Brasil, tal momento pode ser caracterizado como tentativa da indústria nacional internalizada incorporar sobrelucro via renda da terra à sua acumulação, sem conseguir mesmo assim se reproduzir ampliamente (ALFREDO, 2006a), conforme abordaremos adiante. Tais capitais só passam a se manter produzindo através da existência continuada de empréstimos, capital ocioso que busca se valorizar, determinando, nessa busca, uma exploração de trabalho futuro e, contraditoriamente, um aprofundamento sempre crescente da própria crise. Podemos, assim, ressaltar a possibilidade de apreendermos a crise financeira estadunidense de 2008 como a explicitação, aos olhos das personificações sociais, de uma crise que é imanente ao próprio processo social capitalista, sendo esta e o próprio Proálcool partes de um mesmo momento do capitalismo.

O setor sucroalcooleiro no Brasil passou por diversas crises em sua história. Estas, porém, possuem características diversas. A penúltima, da segunda metade dos anos 1980, quando faltou álcool nos postos de abastecimento e seu preço se elevou, tornando-o não competitivo em relação à gasolina, foi consequência do Proálcool,

nos mostra que a própria substituição de trabalho vivo por morto continua a ocorrer em um patamar muito elevado, mesmo para tratoristas e motoristas.

²⁴ Trata-se “aqui do processo de modernização do campo, que ocorreu em diferentes escalas de tempo e intensidade, percorrendo todos os continentes, e que recorrentemente é reconhecido pela terminologia de ‘Revolução Verde’. Tal denominação foi empregada pelo Banco Mundial para se referir aos novos cultivos baseados em sementes de alto rendimento desenvolvidas pelo agrônomo norte-americano Norman Borlag, e passou a ser comumente utilizada para se referir ao conjunto de políticas e estratégias adotadas para acelerar a imposição da lógica industrial capitalista no campo [...].

Os países ‘vitoriosos’ da Segunda Guerra passaram a dominar o conhecimento técnico-científico produzido não somente em seus países, mas também aqueles desenvolvidos por japoneses e alemães. Parte dos cientistas dos países ‘perdedores’ passou a trabalhar para as indústrias bélicas, farmacêuticas e agroquímicas dos EUA, França, Inglaterra e Suíça. As fórmulas químicas da IG Farben foram tratadas como informações secretas, e seu complexo industrial foi dividido entre as empresas Bayer, Basf e AGFa. Mais do que isso, possuíam também toda a estrutura que havia sido montada para a guerra, com parque industrial e matérias-primas químicas e biológicas, cujo consumo havia se reduzido drasticamente a partir de 1945. Não por acaso, já em 1943, iniciava-se a experimentação de mercadorias produzidas a partir desse arsenal industrial em países como o Brasil. Quase vinte anos mais tarde, em 1965, houve a difusão do que ficou conhecido como ‘pacote tecnológico’, conjunto de produtos como sementes melhoradas, insumos e defensivos químicos e biológicos atrelados ao uso de equipamentos e máquinas agrícolas nas áreas de paisagem homogênea, onde prevaleciam os cultivos de monoculturas. Estivesse no Hemisfério Norte ou Sul, a orientação de práticas agrícolas da Revolução Verde era a mesma: uso intensivo do solo, irrigação, rotação de curta duração, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas, fungos e ervas, e uso regular de maquinários. Os fabricantes por detrás dos pacotes tecnológicos enfatizavam que os resultados econômicos da produção agropecuária estavam diretamente atrelados ao uso combinado de tais mercadorias [...]” (CAMARGO, 2010, p. 19-21).

modernização da agricultura que perdurou por mais ou menos quinze anos e fomentou a produção de cana, álcool e de carros movidos por este combustível. O Relatório do Tribunal de Contas da União, de 1990 (TCU, 1990), justamente tentava avaliar as causas de tal crise, destacando que o fim dos créditos subsidiados oferecidos pelo governo ao setor sucroalcooleiro havia levado muitas empresas à bancarrota. O ciclo de modernização pelo qual o setor passou nos últimos anos (de 2003 a 2008) durou cerca de cinco anos, até a crise de 2008, o que demonstra um potencial de crise ainda maior conforme o montante de crescimento em produtividade do trabalho e da produção. A diferença é que o crédito nesse último momento não desfruta de um programa voltado especificamente para o setor sucroalcooleiro. Tal setor conta com grande participação do crédito privado e de empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Porém, a presença particular do crédito, para as últimas décadas, é o que caracteriza para nós um determinado momento crítico de reprodução do capital global, que se expressa no setor em questão por meio dessas duas últimas crises. Nesse contexto, a defesa de um “modo de vida camponês”, como em Oliveira (2007), passa pela exigência de distributivismo de crédito, o que significa apenas o aprofundamento das contradições do momento particular de reprodução do capital. Além disso, esse momento sobre o qual vimos dissertando significa, para nós, a própria *crise do trabalho* enquanto fundamento social (KURZ, 1999), o que nos permite levantar questões acerca do significado que o surgimento do trabalho volante (“bóia-fria”) a partir da década de 1960²⁵ traz em seu bojo. O modo como os agentes envolvidos subjetivam na forma da ontologia do trabalho tal momento crítico de sociabilidade pela mercadoria, confrontando o que encontramos em campo com algumas vertentes teóricas sobre o setor, será agora tematizado nesta dissertação.

1.2 – Relações sociais de produção no setor sucroalcooleiro da área de Olímpia: seus fundamentos teóricos e as abordagens canônicas acerca do “bóia-fria”

Destaquemos as relações sociais de produção que encontramos na área de Olímpia. A primeira década do século XXI viu retomar o crescimento na produção de álcool combustível, aparecendo aos estudiosos como causas desse crescimento o

²⁵ Em relação com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Abordaremos a relação entre legislação e movimento da reprodução capitalista da sociedade mais a frente.

surgimento dos carros *flexfuel*, que permitem tanto o uso da gasolina quanto do álcool, abrindo um potencial de mercado internacional e nacional enorme²⁶, assim como as pesquisas divulgadas que propagandeavam o etanol como solução para a crise energética e para o aquecimento global²⁷.

Esta expansão pode ser representada por alguns números²⁸, para o período 2000-2009:

- a área ocupada pela cultura saltou de 4,8 para 9,4 milhões de hectares, entre 2000 e 2009;
- a produção de cana-de-açúcar saltou de 326,1 milhões de toneladas para 653,2 milhões de toneladas;
- a produtividade de 67,8 toneladas por hectare para 79,3 t/ha;
- e de 11 bilhões de litros de etanol em 1986 para 17,8 bilhões de litros na safra 2006/2007.

Após um grande período imersa em uma crise sem precedentes, marcada pela combinação entre abertura comercial, desregulamentação de preços e queda na demanda de seus principais produtos, a agroindústria canavieira nacional ingressou em um novo dinamismo, marcado pelo aumento da concorrência interna, mudanças nas relações entre usineiros, fornecedores e trabalhadores e intensificação do progresso técnico, que resultaram na redução de custos e no aumento de sua competitividade. Hoje, o país é responsável por 45% da produção mundial de etanol combustível, que é obtido a partir da cana-de-açúcar cultivada em praticamente todas as regiões do país, e processada através de uma rede de mais de 400 usinas e destilarias” (GONÇALVES, 2009, p. 2).

O governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) incentivou tal expansão e tentou de muitas maneiras tornar as vendas do etanol brasileiro em *commodity* para exportação. Porém, o trabalho do “bóia-fria” e as condições em que este se desenvolve foram um dos empecilhos a este movimento de internacionalização. Discussões acerca de como transformar as condições de trabalho estiveram em pauta na mídia. Nos meios acadêmicos o debate teórico enveredou por caracterizar a relação social de produção na qual o cortador de cana estaria inserido: relações arcaicas, trabalho “escravo”, “camponês”, assalariado “precarizado”, substituição do cortador pela mecanização.

²⁶ Enquanto durante o Proálcool a perspectiva era de venda de álcool hidratado em um mercado interno.

²⁷ Poderíamos seguir com uma lista do que aparece como causa para a elevação da demanda da produção de cana: “excelentes perspectivas do comércio interno e internacional, tanto para o açúcar, quanto para o álcool; a elevação dos preços internacionais do petróleo; o crescimento da demanda interna de álcool hidratado, devido ao sucesso dos automóveis *flex fuel*, movidos tanto a álcool, quanto a gasolina; o efeito do protocolo de Kyoto, que ao impor a redução, por parte dos países signatários, das emissões de CO₂, tem provocado o crescimento da demanda externa por álcool anidro; a incapacidade dos EUA, maior produtor mundial de álcool de milho, de atender ao crescimento de sua demanda interna por álcool e, tampouco, da demanda externa, o que deixa este mercado aberto ao álcool do Brasil; além dos baixos custos de produção do açúcar e do álcool no Brasil” (GONÇALVES, 2009, p. 2).

²⁸ Para tais dados ver Gonçalves (2009), que se utiliza de dados da CONAB e do IBGE.

Assim, nas conversas com cortadores de cana em nossos trabalhos de campo na área de Olímpia, tentamos retomar as experiências pessoais de formas de trabalho do cortador de cana para além do momento de explicitação da crise que havíamos encontrado, em 2008, quando muitos nem recebiam os salários, a fim de entendê-las como partes de um mesmo processo. Tentávamos apreender, inclusive, a relação dos cortadores com os demais envolvidos no setor sucroalcooleiro, através da perspectiva da mercadoria como mediadora desta relação. Assim é importante ressaltar que o momento em que abordaremos a lavoura canavieira era, para além das consequências da crise de 2008, o momento em que a mecanização do corte se tornou hegemônica, no começo dos anos 2000. No capítulo 2, aprofundaremos a análise da formação do “bóia-fria”, a partir dos anos 1960, em uma realidade do mesmo momento de crise da sociedade do trabalho (KURZ, 1999), mas que, no entanto, apresentava particularidades distintas daquelas encontradas quando de nossa visita em trabalho de campo.

a) O cortador de cana-de-açúcar como trabalhador assalariado

Tivemos contato com cortadores que estão no corte há dez, quinze, vinte anos; provenientes do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; da Paraíba; do sul da Bahia, e outros. As histórias de vida são diversas. Entrevistamos também cortadores que possuem família na área estudada e são descendentes de avós que passaram pela dissolução do regime de colonato no estado de São Paulo, a partir da erradicação dos cafezais. Moram na zona urbana, nas periferias destas, e trabalham na zona rural, enfrentando o desemprego recorrentemente. Podem ou não estar empregados.

Dos cortadores que entrevistamos apresentaremos (no capítulo 1) alguns que migraram da Paraíba durante a década de 1990, ou seja, mais recentemente; e outros que migraram durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, a partir do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, processo concomitante à chegada das produtoras de eucalipto nas áreas de chapada da região (como veremos no capítulo 2). Os migrantes foram *mobilizados para o trabalho* (GAUDEMAR, 1977)²⁹ quando da formação de um mercado nacional de força de trabalho (como crise da sociedade de trabalho, conforme analisaremos), resultante da modernização retardatária brasileira. No Vale do Jequitinhonha a modernização pode ser caracterizada pela expropriação de terras tidas

²⁹ Para o histórico de tais mobilizações, ver Silva (1999) e Martins (1986).

pelo Estado como devolutas e que foram cedidas em comodato a empresas estatais ou multinacionais (que assim não pagavam pela terra ao Estado), apesar de estarem ocupadas por posseiros que as utilizavam e tiveram que dali migrar. Muitos ainda possuíam um pedaço de terra fora das chapadas. A propriedade de terras nas cidades de origem dos cortadores é uma característica que os migrantes paraibanos que entrevistamos também apresentam. Porém, o que permite que os migrantes a mantenham é o trabalho na safra de cana-de-açúcar. Vêm para o corte de cana, em São Paulo, em busca de alguma forma de sobrevivência, já que a terra, hoje, é mais uma das escassas e críticas possibilidades de trabalho existentes. Muitos dos cortadores entrevistados permanecem no corte de cana até os dias de hoje. Alguns ainda migram, outros se mudaram definitivamente para São Paulo. Outros ainda, como exceção que confirma a regra, “ascenderam” na hierarquia da cadeia produtiva tornando-se fiscais de turma, “gatos”, “turmeiros”, motoristas de caminhão e até pequenos fornecedores.

Na lavoura de cana-de-açúcar encontramos as diversas personificações do capital em um momento em que as categorias de terra, capital e trabalho aparecem como capazes de auferir ganhos, cada qual relativo à sua *persona*: ao dono da terra, renda; ao capitalista, juros; ao trabalhador, salário (MARX, 1983, III, t. II, cap. XLVIII). O trabalho assalariado é o que prevalece – e o cortador de cana foi o que predominou em número em relação aos demais trabalhadores nas fazendas agora predominantemente canavieiras – até este momento em que a mecanização do corte parece colocar em dúvida a permanência desta forma de trabalho.

As fazendas do grupo Bulle Arruda S/A (localizadas em Olímpia, Cajobi e Monte Verde) são fornecedoras de cana para a Usina Guarani S/A, localizada em Severínia. Seus proprietários são também capitalistas que investem na produção agrícola uma vez que a cana é uma matéria-prima para a produção de álcool e açúcar da Usina Guarani. Sua lavoura se utiliza de insumos para adubação e correção de acidez do solo, tratores para plantio e tratos culturais (aplicação de inseticidas e herbicidas), além de, desde os anos 1990, utilizarem carregadeiras para empilhar a cana no treminhão que a leva até a usina. Esse fornecedor emprega tanto trabalhadores especializados em cada um desses momentos da produção – tratorista, motorista de caminhão, mecânicos, técnicos agrícolas – como cortadores de cana.

A carregadeira foi, a partir de 2009, substituída pela colhedeira mecânica, que também substituiu os cortadores de cana. De uma turma de 40, na safra 2007/2008, para

2 canudeiros³⁰, na de 2008/2009. Este processo de aumento da composição orgânica dos capitais do setor ocorreu pouco antes da crise fenomênica de 2008, o que dificultou o pagamento das colhedeiças que haviam sido compradas por parte dos fornecedores e usinas.

O corte de cana, quando da ausência da colhedeira, envolve, por sua vez, uma equipe. Esta é comandada por um “Empreiteiro”, responsável pelo trabalho dos cortadores (nos anos 1970 e 1980, quem exercia tal função era o “gato”). Conhecemos o empreiteiro contratado pelo Grupo Bulle Arruda S/A para organizar o corte em sua lavoura. Chamá-lo-emos de “Empreiteiro1”. Nas lavouras deste grupo tal empreiteiro é registrado como funcionário de usina. Seu salário, entretanto, continuava correspondendo a 20% do valor da produção dos cortadores. A equipe por ele administrada, ainda hoje, é constituída por 2 fiscais de turma, um motorista de ônibus (irmão do “Empreiteiro1”) e os cortadores de cana (40 no ano de 2008). O ônibus é de sua propriedade. Todos, inclusive os cortadores, são registrados diretamente pela usina e recebem desta. O ônibus pega os cortadores a partir das cinco da manhã, nos centros urbanos onde vivem, como as periferias das cidades de Novais, Severínia e Olímpia. Os funcionários pelos quais o empreiteiro é responsável, excluindo os cortadores, recebem um salário fixo mensal. O papel do empreiteiro é de organizar o corte de cana para que seja o mais produtivo possível, seus fiscais de turma ordenam o trabalho dos cortadores determinando onde cortam e o ritmo do corte. Quanto maior a produtividade do cortador, maior a remuneração do empreiteiro, que recebe uma porcentagem fixa da tonelagem de cana cortada, o que também garante aumento da taxa de mais-valia para cada força de trabalho (MARX, 1983, I, t. II, Cap. IXX), apropriada pelo grupo de fornecedores de cana-de-açúcar, uma vez que, como já foi ressaltado, neste caso capitalista e proprietário de terras³¹ são a mesma personificação.

O “Empreiteiro1” também possuía uma empresa registrada, que era contratada da Usina Guarani, para cortar e carregar cana, ou em terras arrendadas pela usina para produção canavieira, ou em terras de fornecedores que deixavam a cargo da Usina Guarani o corte e o transporte de sua produção. Neste caso, a empresa de empreita era

³⁰ São denominados assim por cortarem apenas três ruas de cana para permitir a entrada da colhedeira no talhão. Cortam cana sem estar queimada com preço maior do que o pago pela cana queimada. Suas condições de trabalho são das mais árduas, já que estão desgarrados da turma que normalmente segue no ônibus, com a maioria dos demais cortadores para alguma lavoura que não possui colhedeira. Comem e descansam a céu aberto. Chegam antes e são os últimos a serem pegos pelo ônibus.

³¹ Assim, tal aumento da taxa de mais-valia se dá inclusive através de sobrelucro (renda da terra).

composta pelos mesmos membros utilizados pelo Grupo Bulle Arruda S/A³². Entretanto, neste caso em que o corte é terceirizado para a empreiteira, é ela quem recebe e paga os cortadores, diferentemente de quando o empreiteiro é registrado como funcionário da empresa fornecedora de cana, como destacamos anteriormente. A prática de a empresa empreiteira ser responsável pelo contrato e pagamento dos cortadores foi predominante nas décadas de 1960 até 1980, apesar de ainda existir e, como veremos, era uma das maneiras de aumentar a extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores.

Vale ressaltar que o “Empreiteiro1” era também, em 2009, vereador da cidade de Novais, zona urbana entre Olímpia e Catanduva que se tornou, a partir da década de 1990, o local de moradia de muitos dos cortadores de cana da área de Olímpia.

Se olharmos para as relações de troca de mercadorias que se estabelecem apenas entre estas três empresas: Bulle Arruda S/A, Usina Guarani S/A e empresa do “Empreiteiro1”, aparecem-nos diversas características do entrelaçamento produtivo do setor. Como já destacamos, o Grupo Bulle Arruda S/A personifica tanto o capitalista que investe na agricultura quanto o proprietário fundiário, e fornece cana para a industrialização dessa matéria-prima. A Usina Guarani S/A, por sua vez, personifica o capitalista industrial que compra matéria-prima de diferentes fornecedores. Ela também é capitalista da agricultura e proprietária fundiária, já que planta cana em suas terras, além de terceirizar o corte dessa matéria-prima para a empresa do “Empreiteiro1”. Ao mesmo tempo, a Usina Guarani arrenda terras de outros proprietários fundiários, concentrando, assim, as personificações do capitalista agrícola, do proprietário de terras e do industrial.

Foi a partir de meados dos anos 2000 que o Grupo Bulle Arruda S/A passou a contratar seus funcionários diretamente. Até então, terceirizava o corte através de outra empresa, a do “Empreiteiro 2”, como o denominaremos a partir de agora. O “Empreiteiro 2” realizou serviços de corte de cana para estes fornecedores desde a década de 1980. Foi ele também empreiteiro da Usina Guarani S/A, durante os anos 1980 e 1990. A própria direção do Grupo Bulle Arruda S/A nos informou que o preço

³² O Setor sucroalcooleiro firmou um “Termo de Compromisso” com o Ministério do Trabalho, em junho de 2009, com a finalidade de eliminar algumas práticas comuns no corte de cana consideradas nocivas ao trabalhador, como a não contratação direta dos cortadores pela empresa interessada, uma maneira convencional de não se respeitar os direitos trabalhistas:

“Cláusula Segunda; item a) contratar diretamente os seus trabalhadores para as atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; item c) eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar” (MTE, 2009, p. 1).

pelos serviços (porcentagem da produção do cortador) que a empresa do “Empreiteiro 2” cobrava era altíssimo (110% maior do que gastam contratando diretamente os trabalhadores), o que demonstra o controle que essas empresas terceirizadas têm no setor. Destacamos tal característica aqui já que, como analisaremos adiante, a terceirização do corte foi, e continua sendo, uma das formas das fazendas produtoras de cana não pagarem os dissídios aos cortadores, além de não os registrarem, não garantindo os direitos trabalhistas a estes.

O “Empreiteiro 2”, com uma equipe que em 2008 contava com 200 cortadores, tinha se reduzido para apenas 32 cortadores, em 2009, em razão da mecanização do corte na região. Este possuía um ônibus para transporte dos cortadores de suas casas até a lavoura, uma carregadeira, e empregava dois fiscais de turma, sendo um deles o motorista do ônibus. Além de se responsabilizar pela empreita de corte de cana de diversas fazendas da área de Olímpia, o “Empreiteiro 2” é também proprietário de 72 hectares e arrenda 12 hectares para o plantio de cana-de-açúcar. Assim, este personifica tanto o proprietário de terras quanto o capitalista que arrenda terras e a empresa terceirizada que se responsabiliza por realizar o corte de cana, através do controle e agenciamento da força de trabalho.

Detenhamo-nos, agora, no corte de cana. Os cortadores têm sua remuneração vinculada à sua produção. O canavial é entrecortado por curvas de nível chamadas de ruas. Os fiscais determinam quais ruas são da responsabilidade de cada um, em um sistema que abrange cinco ruas para cada. Os cortadores devem empilhar a cana na rua central, para permitir a carregadeira de coletá-las e empilhá-las no caminhão. O fiscal, ao final da jornada, mede quantos metros cada um cortou e registra tais dados para que, a cada quinze dias, os cortadores recebam o pagamento por tonelada cortada.

Em entrevista realizada em 28 de julho de 2009, em Olímpia, o “Empreiteiro 2” nos explicou como funciona o pagamento por produção para o cortador de cana-de-açúcar. Sua fala é bastante elucidativa, acompanhemola:

Pesquisador: – Quando o senhor era cortador, quantas toneladas de cana por dia o senhor conseguia cortar?

“Empreiteiro 2”: – *Dez toneladas, oito toneladas... Depende da cana. Cana caída, grossa, que a gente chama de primeiro corte é mais difícil de cortar.*

P: E se paga mais por ela?

“Empreiteiro 2”: – *Aí é que está o negócio, a diferença é mínima. Não tem nem base. Porque se você pagar, por exemplo, três reais e trinta em uma cana em pé (segundo corte pra frente), e três reais e cinquenta em uma deitada, e reparar na facilidade que a cana em pé tem pra cortar, ele vai ganhar mais cortando cana em pé, mesmo com ela pagando menos.*

P: – Fazendo uma média, então, quantas toneladas de cana seu pessoal corta por dia?

“Empreiteiro 2”: – *O meu pessoal é selecionado, pessoal muito bom. Dos que eu dispensei nesse ano só restaram os melhores. Eu corto onze, doze toneladas/dia. Dá pra cortar até mais um pouco. Tem cabra que corta quinze, dezesseis, mas é difícil manter essa média por muitos dias consecutivos. Ele se cansa, corta menos e depois volta a cortar mais de novo.*

P: – E o sistema de corte, como é hoje?

“Empreiteiro 2”: – *Cinco ruas, por metro linear...*

P: – E a pesagem, pra fazer a tonelada por metro?

“Empreiteiro 2”: – *Na usina.*

P: Quando se fica sabendo o preço da cana que você vai cortar?

“Empreiteiro 2”: – *Isso eu sempre achei uma grande ignorância. Tem empreiteiro que dá o preço do talhão antes de cortar. Eu vou e peso e pago. Não adianta nada eu falar pra você cortar uma cana e dizer que vou te pagar vinte centavos o metro. Mas amanhã ela não dá os vinte centavos então o que é que vai acontecer. Só porque você deu o preço você vai garantir? Não tem como você garantir. Então você não está pagando o preço exato dela.*

P: – Então faz como, daí, hoje?

“Empreiteiro 2”: – *Eu, eu, eu... Eu corto a cana, talhão. Você veja aquela cana que o meu caminhão está carregando. Aquele é o talhão quatorze. Aquele outro que eles estão cortando é o dezessete. O debaixo é o dezesseis. Entra na usina, tudo etiquetado. Talhão quatorze, quatorze, então. Fechou o talhão, metragem, aí eu fico sabendo o peso. Deu quatrocentas toneladas aquele talhão quatorze, três reais e trinta a tonelada, vezes quatrocentas toneladas, dá mil e duzentos reais. Divide os mil e duzentos reais pelos metros que cada um cortou.*

P: – Como se calcula esse preço da tonelada?

“Empreiteiro 2”: – *Do sindicato. Isso é um acordo. É o que o pessoal faz. E eu não consigo entender. É o que o próprio sindicato quer. Que se dê o preço antes. E não está certo. O que o pessoal precisa é de uma coisa consistente. O certo é você levar na usina, pesar e dar o preço. Você pode dar o preço até três, quatro dias depois. Mas que seja o preço exato. Desse jeito o sindicato atrapalhou. Ele deveria colocar uma pessoal pra controlar o peso, não exigir que se dê o preço antes.*

P: – Mas me deixe entender uma coisa. Ao dar o preço depois não há a possibilidade de se alterar o peso?

“Empreiteiro 2”: – *Mas entre você dar o preço da cana, aí você pesa ela e o peso é maior que aquele que você estipulou pra dar o preço, você acha que o turmeiro vai dar o preço certo?*

P: – Mas nesse processo de você levar a cana pra pesar não dá pra adulterar o peso na hora de passar pro cortador?

“Empreiteiro 2”: – *Dá também. Não tem ninguém olhando. Mas eu acho mais seguro dar o preço depois. Injusto todo mundo pode ser. É do ser humano. Eu nem dou preço de cana. Mas eles nunca me perguntam. Nunca dizem que errei, mas pode ter erro. Quem faz a contabilidade pra mim pode errar...*

A pressão exercida sobre o trabalhador para aumentar sua produtividade é bem elucidativa do momento de reprodução fictícia do capital que encontramos no trabalho de campo. Ela ocorre com os fiscais dispensando os cortadores que não se esforçam para alcançar metas que superem a média de toneladas de cana por dia. A dispensa, então, em razão da entrada cada vez maior da colhedeira, é iminente. Só ficam os mais produtivos. Muitas vezes são os mesmos cortadores que vinte anos antes cortavam 10 toneladas de cana por dia e que hoje cortam de doze a quinze toneladas de cana por dia. Destacamos aqui que foi o próprio processo de modernização que levou a esta concorrência entre os trabalhadores, já que, a partir dos anos 1990, o número absoluto de força de trabalho envolvida na lavoura passou a decrescer com a mecanização, criando um contingente de desempregados no setor³³. O aprofundamento do aumento da composição orgânica do capital na lavoura canavieira levou a um aumento constante da concorrência entre os cortadores e, conseqüentemente, ao aumento da produtividade do trabalho. Este aumento da produtividade não significaria, necessariamente, rebaixamento do salário, já que poderia ocorrer remunerando o mesmo montante de trabalho necessário por tonelada cortada pelo trabalhador. Mas não é este o caso no corte de cana³⁴. Estimativas calculam que um “bóia-fria” da cana cortava, em média, 3 toneladas de cana por dia em 1969. Em 1977, após o advento do PNA, a média já era de 3,77. Em 1985, 5 toneladas por dia. Em 1998, 7 toneladas, chegando a 8 toneladas em 2005 (RAMOS, 2007, p. 16).

³³ Esta característica expressa que o mesmo processo ocorre no capital global, processo que podemos fenomenicamente chamar de “desemprego estrutural”. Neste, os desempregados, mesmo estando mobilizados, não conseguem encontrar outros trabalhos, em razão da alta composição orgânica do capital global.

³⁴ Veremos que a tentativa de aumentar a taxa de mais-valia para cada força de trabalho, conforme o que Marx denominou de mais-valia absoluta, também ocorre concomitante ao processo de aumento da produtividade do trabalho, sendo ambos conseqüência do processo de mecanização e da concorrência entre estes trabalhadores. Vale explicitar, ainda, que a exploração do trabalho não realiza a valorização do capital constante para sua reprodução ampliada sem o recurso à dívida, em razão da alta composição orgânica dos capitais do setor, como destacamos anteriormente. É esta a perspectiva teórica que acompanha nossa análise. Para a formulação das categorias de mais-valia absoluta e relativa, ver Marx (1983, I, t. I, cap. V-X).

Fica devidamente explicitado que a remuneração do trabalho na cana deve-se, fundamentalmente, ao crescente esforço feito pelos cortadores de cana queimada, que permitiu a elevação do rendimento de corte, mas que não conseguiu evitar que a remuneração diária real na atualidade seja menor do que a que se conseguia na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980. É este esforço que sempre fez com que a remuneração diária do cortador sempre tenha se situado acima tanto do salário mínimo diário como do salário médio do trabalhador volante utilizado pelas lavouras paulistas. Como tem sido divulgado pela imprensa, este esforço pode ser a causa principal de recentes mortes nos canaviais paulistas. Embora poucos empregadores (usineiros, fornecedores e, principalmente, intermediários) pareçam estar dispostos a confirmar, não há contratação de trabalhadores que não atinjam um certo mínimo de rendimento diário de corte e há pesquisadores que afirmam que a média da atual safra deverá situar-se em torno de 15 toneladas (RAMOS, 2007, p. 16).

Os relatos de birôla, câimbra generalizada pelo corpo seguida de morte em razão de esforço excessivo no trabalho – tendo ocorrido 17 mortes nos canaviais paulistas nas safras 2004/2007 (RAMOS, 2007, p. 16) –, denunciados pelo Serviço Pastoral do Migrante, de Guariba³⁵, e pela Rede Social (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2009), estão relacionados, assim, à modernização retardatária empreendida pelo Estado brasileiro, como pretendemos demonstrar ao longo desta dissertação, e não, como muitos argumentam, como incompletude do processo de modernização – como “modernização dolorosa” (SILVA, 1981a) – discurso que positiva e repõe a necessidade da própria modernização.

A fala que transcrevemos do “Empreiteiro 2” explicita também a possibilidade das empreiteiras, fornecedores e usinas registrarem as toneladas de cana cortadas pelos trabalhadores com valores inferiores aos reais. Isso porque, como vimos, não há maneira do cortador saber se o peso daquilo que cortou, representado em metros, está ou não correto. Aqui encontramos uma forma de extração de mais-valia absoluta, ficando a diferença com aquele que contrata os serviços do corte de cana.

Quando da crise de 2008/2009, as empreiteiras, fornecedores e usinas deixaram de cumprir inclusive os acordos anuais realizados junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, como já mencionamos anteriormente. Passaram a pagar pela cana menos do que os acordos estabeleceram, configurando assim um aumento da taxa de mais-valia através do aumento da mais-valia absoluta.

³⁵ Para acompanhar denúncias de super-exploração do trabalho e casos de morte nos canaviais, ver o sítio da Pastoral do Migrante de Guariba: <www.pastoraldomigrante.org.br>.

Acerca desta questão, um exemplo nos foi dado por Neide Maciel (em entrevista realizada em 24/07/2009), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Granada, a noroeste de Olímpia. Todos os cortadores vinculados a este sindicato (680 trabalhadores, que faziam parte de 22 turmas) trabalhavam para a Usina Vale do Rio Turvo, localizada em Ouro Verde. Tal usina não havia mecanizado sua colheita de cana. Dona Neide, que havia sido cortadora de cana na área de Olímpia, tendo morado em Severínia, afirmou que os cortadores recebiam oito centavos de real por metro de cana cortada (de segundo corte e queimada), em julho de 2009. Naquele momento a usina não cumpria o pagamento do acordo da safra de 2007/2008, que estabelecia o preço de 22 centavos por metro de cana. É importante, assim, destacarmos aqui que o preço da cana por metro desconsidera o peso da mesma. Dona Neide nos explicou que a usina alegava estar falida e não ter condições de pagar melhores preços pela cana cortada. Quando a questionamos acerca dos procedimentos que o Sindicato poderia adotar com relação a tal rebaixamento dos salários, Dona Neide argumentou que não havia o que fazer. Se os trabalhadores fizessem greve seriam demitidos e ficariam sem receber os atrasos. Se a usina fosse multada, fecharia, e os trabalhadores ficariam sem emprego. Dona Neide alegava falta de poder de “barganha” do sindicato junto à usina, o que demonstra, para nós, as determinações da crise como dominação abstrata sobre o setor estudado.

b) O aprofundamento do processo de mecanização do corte de cana

Uma das principais distinções que podemos estabelecer entre o momento atual de reprodução fictícia do capital e o da formação do trabalhador volante como relação social de produção é a diminuição do número absoluto de cortadores devido à generalização da mecanização do corte pelas colhedeiras³⁶.

³⁶ Tal distinção importa em nosso argumento já que muitos (usineiros, representantes dos governos federais e intelectuais) apresentam a expansão em termos de produção, produtividade e área plantada com cana-de-açúcar em São Paulo, ao longo do Proálcool, como tendo levado ao aumento do número absoluto de trabalhadores. Não que as colhedeiras já não fossem utilizadas anteriormente, ao longo da década de 1980. Porém, muitos autores (GONÇALVES, 1996; THOMAZ JR., 2002) enfatizam que foi a partir da década de 1990 que estas passaram a predominar nas unidades produtivas, conduzindo, neste período, à diminuição no número absoluto de cortadores no setor sucroalcooleiro paulista. Tentaremos discutir, porém (ver capítulo 2, item 2.4), que o setor, durante o Proálcool, apresentava alta composição orgânica de capital, e que os investimentos em tecnologia, no setor, em São Paulo, levavam a uma diminuição relativa do capital variável, mesmo com a expansão do corte de cana.

Em nosso trabalho de campo, entramos em contato com os dois únicos volantes que ainda trabalhavam para o Grupo Bulle Arruda S/A – Luís Ferreira e Luís Carvalho, de quem falaremos mais adiante – e com o “Empreiteiro 1”, que possuía uma empresa terceirizada de corte de cana; conseguimos conversar, também, com os cortadores que ainda remanesciam no corte para outros fornecedores. Todos demonstravam insegurança quanto ao futuro. Não sabiam se conseguiriam emprego na safra seguinte. Diziam que o que os deixava mais inseguros era o movimento do próprio “Empreiteiro 1”, que havia comprado dois caminhões, com empréstimos, para “mudar de ramo”, o que significava, para eles, que teriam que procurar emprego com outro empreiteiro, o que seria muito difícil de conseguir.

O “Empreiteiro 1” nos disse, em julho de 2009, que, com a possibilidade de diminuição dos contratos de empreita de corte de cana, estava buscando mudar sua profissão. Iria passar a ser motorista de caminhão, carregando cana, cortada por colhedeiças, das fazendas até a usina.

Ao visitarmos Novais, em dezembro de 2010, encontramos o “Empreiteiro 1” com dificuldades tanto como caminhoneiro carregador de cana, como na empreita de força de trabalho. Ele nos disse que estava falido. Que não havia conseguido contratos para arremontar força de trabalho para sua empreiteira e, conseqüentemente, não conseguia quitar sua dívida para pagar os caminhões que havia comprado para mudar de profissão. Disse estar bastante preocupado em ter que devolver os caminhões, pois ficaria sem possibilidade de emprego. Dizia também que não conseguia contratos para carregar cana no caminhão em razão da concorrência.

A incerteza em relação ao futuro, assim, era subjetivada tanto por cortadores, como pelos seus empregadores diretos, os empreiteiros. Nas lavouras em que a colheita foi mecanizada, o trabalho no corte se transformou radicalmente. Isto porque a colhedeira “trabalha” praticamente sem parar. Dois grupos de trabalhadores são envolvidos em dois ciclos de doze horas, com apenas cinco pessoas em cada grupo: um motorista da colhedeira, dois tratoristas, um mecânico que faz a manutenção dos equipamentos (principalmente da colhedeira) e um fiscal. Os dois tratoristas pilotam o transbordo, que percorre os talhões de cana ao lado da colhedeira e sobre os quais esta despeja a cana. Depois de carregado, o transbordo leva a cana até o caminhão que, depois de carregado, dirige-se para a usina beneficiadora da cana. A cada dez horas a colhedeira pára. Nela se faz a manutenção necessária, por duas horas, sendo em seguida

colocada novamente em funcionamento. Assim, os ciclos correm das seis da manhã às seis da tarde; das seis da tarde às seis da manhã. O fiscal nos disse que qualquer erro na pilotagem dos equipamentos causa prejuízo. Qualquer atraso na baliza do transbordo, no momento de fazer a volta para se aproximar do caminhão, é registrado nos arquivos do tratorista. Algumas reincidências nesses erros podem chegar a causar a demissão do mesmo.

Em Novais, em dezembro de 2010, as conversas com os cortadores se detiveram no aumento da violência na cidade, segundo muitos em razão do alcoolismo motivado pelo desemprego; mas também se lamentavam muito acerca da dificuldade de se conseguir emprego nos poucos postos de trabalho que restavam nas colheitas mecanizadas. Muitos fizeram cursos e estavam sendo testados para tentar se tornar pilotos de colhedeira ou tratoristas. Poucos eram os contratados, já que com a mecanização o número de trabalhadores se reduz drasticamente. Todos os trabalhadores com quem conversávamos diziam ser muito difícil encontrar trabalho em outro ramo produtivo qualquer. Como estivemos na cidade ao final da colheita, em dezembro de 2010, ouvimos de muitos que não pretendiam voltar na safra de 2011, mas que também não sabiam como encontrariam emprego em suas cidades de origem. Outros disseram que migrariam em busca de emprego no corte de cana no Centro-Oeste do país, região em que a mecanização ainda não havia chegado com tanta força.

Acerca dos impactos da mecanização temos um exemplo na conversa com o Sr. Walkimar Brasil de Souza Pinto, engenheiro agrônomo, responsável pela Casa de Agricultura de Bebedouro, realizada em 29 de julho de 2009. Este afirmou que o desemprego, a prostituição, o tráfico de drogas, assaltos e assassinatos vêm aumentando em relação – estabelecida por ele – com o aumento das áreas produtoras de cana, já que as usinas têm trazido turmas de fora da cidade para colher nas terras arrendadas por elas. Além disso, ainda segundo o engenheiro, a mecanização tem avançado de maneira vertiginosa, o que faz com que o trabalho do cortador se torne desnecessário e o número de postos de trabalho venha decrescendo, mesmo em termos absolutos. Apesar de o senhor Walkimar não possuir os dados para nos apresentar, ressaltou que a tendência para o estado de São Paulo é esta, tendo ele tomado conhecimento disso nas reuniões de trabalho junto aos responsáveis por demais Casas de Agricultura do estado.

O impacto do processo de modernização sobre o moderno, com a mecanização do corte, em São Paulo, atinge aqueles mobilizados anualmente para esta tarefa e que

migram de outros estados para trabalharem nas lavouras de cana paulistas, e não apenas os moradores permanentes das periferias das cidades que trabalham na zona rural. Muitos dos cortadores que prevaleceram no corte de cana, em São Paulo, durante as décadas de 1970 a 1990 eram do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. A partir da década de 1990, cortadores que vêm de Alagoas, da Bahia e da Paraíba passam a ser comuns nos canaviais paulistas. A perspectiva de diminuição do corte, porém, aflige tanto àqueles cortadores mais antigos, quanto os mais novos. Em entrevista realizada por Lúcia Cavalieri (2010, p. 237), em agosto de 2009, no assentamento do Graça, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Antônio e Márcia, em sua roça, falaram sobre a situação de seu plantio e do trabalho no corte de cana:

Márcia: – Aqui agora só se faz roça longe, né? É uai... A roça que se faz aqui você anda meia hora, uma hora, hora e meia. Andando para poder ir nela quase todo dia, fica longe e é desgastante.

Antônio: – E o pior é que plantar fica mais caro que se for comprado.

Márcia: – Tem ano que não dá nada.

Antônio: – Tem ano que não dá, mas quando Deus ajuda que chove a gente não tira o dinheiro que gastou, mas colhe, né?

Márcia: – Colhe.

Antônio: – Colhe. Milho, feijão, andu, manaíba.

Márcia: – E o filho dele está na cana.

Antônio: – No plantio, no corte de cana.

Márcia: – Esse ano ele ficou aqui quatro meses que não estava pegando seguro. Ele ligou pra mim estes dias que está querendo vir embora porque onde ele está, está ruim, porque o corte de cana está ruim este ano. E quem foi daqui pra lá voltou tudo. Usina está ruim.

Antônio: – As máquinas estão tirando o emprego braçal. Então depois o que eu vou fazer em uma usina? Vou passar fome? Então fico aqui, vou plantar um pé de milho, um pé de andu ou qualquer outro. Trabalho um dia pra um, outro dia pra outro... levando esta vida aí.

Márcia: – Ele está mesmo agora lá, está trabalhando de ajudante em uma obra. Ele está em uma obra no Mato Grosso. Só que é ruim porque ele está sem carteira assinada. E sem carteira assinada é um perigo.

Conversamos também com outros trabalhadores provenientes do Nordeste, principalmente da Paraíba, que diziam ter vindo para São Paulo por “vontade própria”, em busca de “enriquecimento”. Tal forma de subjetivação se mostra como questão

pertinente ao debate acerca das relações sociais de produção sob o capitalismo. Muitos cortadores relatam que, após terem de deixar terras que utilizavam no Vale do Jequitinhonha, ficavam tentados pelas promessas feitas pelos “gatos” em suas cidades de origem (Araçuaí, Itinga, Minas Novas, entre outras) e acabavam vindo para o corte em busca de dinheiro, já que não possuíam mais terras para plantar. Outros que ainda mantiveram a terra, não sendo esta suficiente para sua reprodução, também migraram nesse momento em que o “gato” era o responsável pelo transporte do “bóia-fria”. Esse processo ocorrido em nível nacional, quando do surgimento do trabalhador volante, principalmente a partir de 1960, faz parte do momento de mobilização para o trabalho (GAUDEMAR, 1977) concomitante ao processo de modernização retardatária da ditadura militar, nos anos 1960-1970. Já as migrações do final dos anos 1990 são parte de um processo de reprodução da mobilidade para o trabalho para o corte de cana que é mais recente. Denominamos reprodução da mobilidade considerando que o mercado nacional de força de trabalho já havia se constituído, desde os anos 1960. Nos aproximemos deste momento mais atual, por enquanto.

Muitos, apesar das condições de trabalho, viam e veem no corte de cana a possibilidade de ascensão social, ao “pegar em dinheiro”, como dizem. Luís Ferreira e Luís Carvalho são os canudeiros que restaram como cortadores do Grupo Bulle Arruda S/A. Ambos hoje cortam cana abrindo os chamados “canudos”, caminhos nas ruas de cana que devem ser feitos para a colhedeira poder entrar no talhão. São os cortadores mais produtivos e justamente por isso foram os que permaneceram contratados, mesmo após a compra das colhedeiros pelo Grupo. Eles nos contaram um pouco de como se tornaram “bóias-frias” e do que pretendiam fazer se ficassem sem trabalho. Usamos seus exemplos para cotejarmos com as formulações teóricas acerca do que é a relação social de produção assalariada do “bóia-fria”. Desejamos, assim, fechar este capítulo inicial, explicitando nossa compreensão da relação social de produção no corte de cana no momento processual de substituição do cortador pela colhedeira.

“Pensei que fosse morrer”, contou-nos, em entrevista realizada em 26 de julho de 2009, Luís Carvalho, 40 anos, cortador de cana em São Paulo, desde 1999. Ele reside em Novais, cidade que recebe cortadores de diversas regiões do Brasil durante a safra. Explicando por que:

“– Trabalhava na usina Jaciara, em Minas Gerais, em 1998. Foi o pior lugar que já conheci. Não tínhamos direito algum e pagavam R\$ 0,10 para qualquer tipo de cana e

íamos do alojamento, onde dormíamos amontoados nos colchonetes que nos davam, para a plantação, de pau-de-arara. O problema foi que uma rapaziada fez uma revolta e puseram fogo nos barracos. Aí o gato e seus capangas disseram que iam cobrar da gente trabalhando. Batia em alguns. Fugi. Voltei pra Paraíba e tive que vender gado pra pagar as dívidas que tinha feito pra poder viajar pra esta usina.”

Luís Ferreira, 43 anos, seu parceiro, também paraibano, está no corte desde 1997. Conhecem-se há anos e trabalham para o “Empreiteiro 1”. Luís Ferreira disse ter passado por trabalho escravo (o que a lei considera juridicamente “trabalho análogo ao de escravo”), no Mato Grosso do Sul, em 1997. Não tinha o dinheiro da passagem para voltar, por ter ficado doente um mês por causa da comida que o “gato” lhe fornecia e cobrava, tendo de trabalhar doente para pagar sua dívida.

Os cortadores disseram que procuraram o contato do “gato” em sua cidade natal, Princesa Isabel, na Paraíba, e vieram. A necessidade de procurar trabalho assalariado aparece, para eles, como natural, já está introjetada. O “gato” não fazia o transporte deles a partir da Paraíba. Após algum tempo, fixaram-se com um desses “gatos” (hoje chamados empreiteiros) e vêm para o corte em São Paulo em todas as safras “por conta própria”. O que faz estes homens deixarem suas casas, viajarem milhares de quilômetros para se submeterem a este trabalho, longe da família e de seus amigos, relações que demonstram valorizar quando dizem que a saudade “é muita”?

José de Souza Martins (1981), ao tentar explicar o fenômeno do trabalhador volante, formula que a expansão do capitalismo para o campo, constituindo o Complexo Agroindustrial, dar-se-ia pela incorporação da renda da terra à acumulação urbano-industrial, interpretação que pretendemos questionar aqui. O que distinguiria o campo da cidade, nessa leitura, seria o caráter específico da terra³⁷. Seu proprietário cobraria um tributo da sociedade para aquela se tornar produtiva, permitindo a exploração do trabalho nela realizado.

O trabalho estaria baseado no “camponês”, “classe social” reiteradamente expropriada no processo de incorporação de novas terras, e que, por isso, teria na sua relação com o capital contradições diferentes daquelas que os operários apresentam. O desenvolvimento do campo não é entendido por Martins (1981) como modernização do

³⁷ Para o autor, o que distinguiria o campo da cidade seria o caráter específico da produção que utiliza a terra como meio. Assim, a terra se caracteriza por ser necessária à produção capitalista, sendo utilizada para a exploração do camponês de modo distinto daquele sofrido pelo operário. “A terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho” (MARTINS, 1981, p. 159).

atraso, ideal que, com insistência, ele tenta criticar, mas sim como reposição contraditória de relações sociais de produção “não-capitalistas”:

Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1981, p. 16).

Martins, ao ressaltar a preponderância da existência da economia de subsistência camponesa como resistência ao capital, formula que mesmo aqueles camponeses que migram para o corte de cana – sua análise enfocou os migrantes do Vale do Jequitinhonha –, o fazem para poderem reproduzir sua realidade camponesa. Esse migrante, mesmo que passasse a maior parte do tempo na lavoura canavieira (oito, nove meses do ano), teria a reprodução familiar como meta:

Mas, para o migrante, o salário apenas complementa a sua reprodução e a de sua família como força de trabalho. Porém, enquanto camponês, se recria como operário para o capital, inteiro, pronto para trabalhar. O capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita. Quem paga esse preço é a família camponesa. E, com isso, o capital não expande o mercado interno de que necessita para se expandir (MARTINS, 1986, p. 54).

Como ocorre, então, para Martins, a sujeição desse “camponês” sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção, e sem que o lavrador seja expulso da terra? “Através da sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1981, p. 175), na desigualdade da troca de mercadorias da unidade camponesa no mercado. Ou seja, a valorização capitalista só se realizaria enquanto acumulação primitiva, enquanto expropriação do “camponês” e sua constante recolocação. Tal sujeição levaria à necessidade do “camponês”, para sobreviver (MARTINS, 1981), buscar complementar sua subsistência através do assalariamento “precarizado”. Para Martins, é a possibilidade de se reproduzir pela agricultura de subsistência que permite ao capital “o assalariamento barato, a super-exploração, a pobreza absoluta e a escravidão por dívidas na lavoura canavieira” (MARTINS, 1986, p. 55), isso porque a reprodução deste trabalhador não passa inteiramente pela mediação do capital que o assalaria.

Em Martins (1986) é na incorporação da renda da terra camponesa pelo capital que estaria a contradição e a chave para a resposta do papel do campo no Complexo Agroindustrial:

No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade [...]. O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade como no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra (MARTINS, 1981, p. 175).

A oscilação entre a defesa da revolução socialista e a da autonomia do trabalho “camponês” através da reforma agrária – por meio da ação do Estado – aparecem aqui como emancipação possível, pelo acesso do “camponês” aos meios de produção, a partir de uma perspectiva distributivista do valor, e da “estatização da propriedade” (MARTINS, 1981, p. 172). Para Martins (1981), seria como se a reprodução do não assalariamento pelo acesso à terra garantisse a autonomia do camponês. Isto seria característico do “camponês”, que, assim, tem como parte de seu processo de produção a troca de mercadorias, sendo seu trabalho positivado. Para o autor, o “camponês” se insere na troca simples, e tem, apenas no momento da troca, parte de seu trabalho apropriado pelo capital. Desta forma, se tal troca fosse justa e equânime parece que, para Martins, não haveria necessidade de crítica à forma mercadoria da mediação social capitalista, justamente aquela que iguala diferenças a partir de uma abstração que se realiza, crítica que pretendemos aqui desdobrar. Martins, ao tratar da contradição capital X trabalho coloca:

O capital introduz a cooperação no trabalho sem introduzir a cooperação na distribuição dos frutos do trabalho [...]. O capital não promove apenas o aparecimento de um novo modo de produzir a riqueza; é também um novo modo de produzir a miséria (MARTINS, 1984, p. 14).

A crítica de Martins, assim como a de Ariovaldo Umbelino de Oliveira é essencialmente distributivista. Não questionam o trabalho do “camponês”, de como a própria equivalência da troca de mercadorias determina o que chamam de “produção camponesa de subsistência”. O trabalho é, para eles, característica positiva e natural desta relação social de produção.

Oliveira (1998) segue, em linhas gerais, a leitura de Martins que acabamos de apresentar. Sua análise coloca ênfase no papel preponderante que o sistema financeiro “mundializado” exerce no processo de modernização da agricultura brasileira. O autor mostra, por meio de dados, como o aumento da dívida externa condiciona a expansão da indústria à agricultura, de forma que os países centrais do capitalismo incorporariam os juros com a finalidade de acumulação via pagamento das dívidas. Como se a ideia de incorporação da renda da terra ao capital urbano-industrial (MARTINS, 1984) se desse,

então, pelo capital financeiro, estabelecendo trocas desiguais com os produtores considerados camponeses. Assim, no limite, uma defesa da igualdade da troca passaria por uma política econômica estatal de subsídio creditício ao pequeno produtor, com a finalidade de superação do atraso de desenvolvimento de suas forças produtivas em comparação com as empresas com maior composição orgânica do capital. Veremos que, na década de 1980, o Proálcool destinou subsídios a pequenas produções sem, no entanto, possibilitar a separação da chamada “produção camponesa” das determinações contraditórias críticas da forma mercadoria. Ou seja, a necessidade de dívidas novas para rolar dívidas antigas apareceria, não como determinação de um momento particular do capitalismo, mas como possibilidade de resistência do “camponês”. Esta noção acaba positivando a troca de equivalentes como característica “natural” de uma relação social de produção baseada no trabalho “camponês” e não a tematiza como própria do capitalismo como mediação social.

Para nós, os desdobramentos da forma mercadoria são a base para o estabelecimento de relações sociais de produção, e o movimento destas no campo paulista pode ser explicitado a partir daí. As diferenças de características entre as formas de trabalho das relações sociais de produção estão determinadas, assim, por esses desdobramentos, e acompanham as formas particulares de acumulação capitalista a nível nacional e mundial. O excedente de terras, com a proximidade relativa da fronteira agrícola, e a ausência de um exército industrial de reserva formado no Brasil, após o final da escravidão, estabeleceram a necessidade de garantir a realização do trabalho como no regime de colonato, em São Paulo (BOECHAT, 2009), ou de morador, no Nordeste, ou ainda, com os agregados e posseiros no Vale do Jequitinhonha (LEITE, 2010), conformando relações sociais de produção que possibilitavam a acumulação capitalista naquele momento. Foi a impossibilidade do trabalhador se reproduzir pela venda de sua força de trabalho que o levou a ter de produzir mercadorias para o proprietário de terras e capitalista (uma mesma pessoa que personificava ambos) em troca do acesso parcial à terra e a outros meios de produção para sua reprodução. Com o processo de modernização retardatária brasileira, como vimos destacando, ocorreu a dissolução das relações sociais de produção em que o trabalhador se encontrava “preso” à terra, e a consequente formação de um mercado de trabalho nacional capaz de incorporar, embora apenas criticamente, tais trabalhadores – que Martins (1981) e Oliveira (2007) entenderam como “campesinato”, inclusive. Em um primeiro momento

a mobilização para o trabalho ocorreu de forma violenta, com a expropriação de terras e expulsão de moradores, agregados e colonos, nas diferentes regiões do país onde prevaleciam tais relações particulares de produção, como no caso analisado por Martins (1981), no Vale do Jequitinhonha (1986), nos anos 1960. Mesmo os pequenos proprietários, a partir desse momento, tiveram que passar a migrar. Num momento posterior, já na década de 1990, com a coexistência de pequenos proprietários e, predominantemente, trabalhadores assalariados, a busca por trabalho que trouxesse a aparente perspectiva de enriquecimento funcionava e funciona como reprodução da mobilidade do trabalho, fazendo com que muitos continuem a migrar para o corte de cana na lavoura canavieira paulista, a partir das mais diversas origens. Para o pequeno proprietário, sem possibilidade de enriquecimento e de consequente modernização de sua produção, ficar na terra pode significar perdê-la em algum momento futuro. Significa também não conseguir “pegar em dinheiro” para mandar o filho para a escola, comprar roupas e remédios, ou seja, se sociabilizar na sociedade capitalista em crise.

Os cortadores de cana Luís Carvalho e Luís Ferreira disseram possuir terrenos que herdaram da família, avós ex-posseiros, que conseguiram a propriedade das terras. Disseram também possuir acesso a alimentos, e viver próximo a açudes, onde podem pescar e nadar. Em entrevista com ambos e com Antônio, 39 anos, também cortador (da Usina Guarani), primo de Luís Ferreira, tentávamos entender o que os mobilizava para o corte de cana.

Antônio: “– Milho temos o ano todo. É uma beleza. Guardamos em silos e damos pras criações, porcos, galinha. Alguns de nós têm gado”.

Questionados então do porquê da vinda para o corte e a submissão a relações de trabalho com as características por eles descritas, encontramos respostas que dizem muito sobre como eles entendem sua existência enquanto “camponeses”:

Luís Ferreira: – *Não há trabalho pra gente lá. Não tem como garantir condições melhores para nossos filhos. Não tem como pegar no dinheiro. Até pode ser que um dia tenhamos que vender as terras.*

Pesquisador: – E vendendo o que vocês produzem, não ajudaria?

Luís Ferreira: – *Não tira nada, não, minha nossa senhora. Se for vender milho não compra uma casa de rua, não. Uma casa de trinta mil conto, não compra mesmo. Aí não tem condição.*

P: – E pra que você precisa do dinheiro se tem comida à vontade, como você disse? Precisa procurar emprego fora mesmo?

Luís Carvalho: – *Tem que trabalhar pra juntar um trocadinho. Também pra comprar roupas, remédios, calçados, arroz, sal, querosene. Mas é também pra garantir que os filhos cresçam na vida.*

Luís Ferreira: – *Nós temos o que comer lá, temos casas boas pra morar, isso a gente tem tudo, graças a deus. A gente vem pra cá interessado em comprar uma moto, um carrinho, essas coisas, uma casa na rua.*

P: – E que tipo de trabalho têm lá?

Luís Carvalho: – *Tem diária na roça dos outros. A diária é dez reais, mas só tem trabalho por uma semana. E as terras lá não são grandes, então não tem trabalho. No corte tem trabalho por nove meses, o corte é melhor. Dá pra juntar. Aqui você trabalha seis, sete meses e vai juntando aos poucos, até podemos contratar diária pra nossa roça.*

P: E na capital, tem trabalho?

Antônio: – *Eu tenho casa na capital. Mas pra nós, lá, só tem trabalho de pedreiro. Ou de frentista. E ganha muito pouco. Não dá pra comprar uma casa na cidade.*

P: – E como você conseguiu uma casa?

Antônio: – *No corte de cana, aqui mesmo.*

Luís Ferreira: – *Ele tem até carro.*

Luís Carvalho: – *Pra gente é pra tentar comprar um carro, uma moto, uma casa, ir pra cidade e poder se divertir na roça.*

Luís Carvalho e Luís Ferreira dizem gostar do corte por permitir-lhes acumular “aos pouquinhos” para terem uma vida que permita o consumo de mercadorias como comida, roupas, remédios, mas também carros, motos e eletroeletrônicos, assim como para conseguir garantir uma vida urbana a seus filhos. Eles desconhecem boa parte de seus direitos trabalhistas e não sabem dizer se o que recebem por metro de cana cortada equivale aos acordos do sindicato, que são concebidos em toneladas. Sabem quando estão ganhando bem ou mal, mas não se estão sendo pagos corretamente. Dizem não participar de greves, desconhecem como o cálculo para pagamento do que cortaram é feito e não têm contato com o presidente do sindicato de Olímpia, no qual estão registrados. São trabalhadores com alta produtividade. Aceitam cortar canudos de cana sem queimar, o que exige maior esforço e que os permite ganhar mais do que a média, recebendo conforme o acordo sindical (0,25 centavos de real o metro do canudo para a região). No entanto, enquanto a turma da qual fazem parte tem horário de entrada e de saída, caminhão com água e toldo, os dois não usufruem desses benefícios. Achrom positivo poder passar mais tempo diário cortando, o que os permite receber mais. Poderiam ser considerados – através de um olhar de fora, reificante – alienados, a partir

de uma análise de defesa da luta de classes, ou fetichistas³⁸ em relação à mercadoria, a partir de outra leitura. Ficam isolados no meio do canavial, abrem canudos de três ruas de cana plantada para a entrada da colhedeira, mas se sentem privilegiados por continuarem tendo emprego. A necessidade de trabalhar está, para eles, naturalizada em um momento de diminuição vertiginosa da possibilidade de continuarem no corte de cana. Estão no limite do processo de aumento da composição orgânica do capital:

Luís Carvalho: – *Eu estou pensando em vir morar aqui.*

Pesquisador: – Em Novais?

Luís Carvalho: – *Sim, aqui. E, então, eu volto pra lá (Paraíba) às vezes.*

P: – Mas e a colhedeira? Não está diminuindo as chances de emprego por aqui?

Luís Carvalho: – *Mas o Paulo disse que na safra que vem ele nos quer nos canudos.*

P: – Mas disse também que ele tinha mais de cento e vinte trabalhadores no ano passado e agora só tem 32. Dizem que a colhedeira substitui 120 homens e que trabalha de manhã e de noite. Você não tem medo de depois ficar sem emprego?

Luís Ferreira: – *Aí a gente tem que procurar outra coisa pra fazer, não tem jeito.*

P: – E ficar lá na Paraíba?

Luís Ferreira: – *Ah, não tem jeito de ficar, vamos ter que arrumar emprego lá, e lá é muito difícil. Não pega no dinheiro. Se faz roça não pega no dinheiro, na cidade não tem emprego.*

Estes cortadores de cana não demonstram o desejo de se manterem em uma condição social de “reprodução simples” que reponha seus hábitos e valores, muito pelo contrário. Explicitam o desejo de acumularem para satisfazerem o consumo de mercadorias, participando, assim, de um circuito ampliado de acumulação e consumo. Não conseguem formular, porém, a impossibilidade de reproduzirem a sociabilidade que conheceram seus pais nas décadas anteriores aos anos 1960, antes da mobilização para o trabalho promovida pela modernização retardatária. Estão determinados pelo consumo de mercadorias que aparece socialmente em conformidade com o *espetáculo* (DEBORD, 1997), ao qual têm acesso através da televisão e da relação social mediada por imagens. A casa “na rua” os permite sair da zona rural para terem uma vida

³⁸ A crítica a esta forma de subjetivação do fetiche pode ser encontrada em Lukács (2003) e Lefebvre (1974), a partir da concepção de que a mercadoria apaga o trabalho como aquele que produz valor. A consequência desta crítica implicaria a ontologia do trabalho concreto como essencial ao homem e a tomada de partido do trabalhador pela conquista da “riqueza” por ele produzida frente à exploração e má distribuição desta riqueza pelo capital. Sobre esses entendimentos da noção de fetiche da mercadoria (MARX, 1983, I, t. I cap. I), ver discussão no capítulo 2 desta dissertação.

urbana³⁹, em que os filhos podem ir à escola, para não se reproduzirem através da roça, nem do “trabalho pesado” (segundo Luís Ferreira). Estão interessados no consumo de moto e carro, o que os permite aparecer socialmente a partir do que possuem. Se concordamos com a concepção de Guy Debord, no importante aforismo 34, que diz que “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p. 25), podemos então inferir que o desejo de consumo dessas mercadorias está determinado por um momento de reprodução particularmente crítico da finalidade tautológica de valorização do valor⁴⁰. Este, para continuar mediando as relações sociais, necessita expandir ficticiamente (pelo crédito) a realização de seus produtos, estando o consumo destes, assim, atrelados a esta crise. Tal imposição social se explicita no momento de extrema mecanização, quando a necessidade de acumular aparece naturalizada aos participantes do processo, sendo a mecanização e a diminuição dos postos de trabalho no corte de cana a reprodução destes na situação de “sujeitos monetarizados sem dinheiro” (KURZ, 1999). O desejo de acumulação – subjetivação da necessidade desta – através do recurso ao assalariamento ocorre em momentos em que o mercado de trabalho em nível nacional está posto, fazendo com que o trabalhador se desloque conforme as “oportunidades” cada vez mais escassas de trabalho. Neste momento, a mobilidade pode aparecer positivamente no discurso do cortador de cana que migra da Paraíba (ou de Minas, como é o caso de Antônio) como sua vontade de enriquecer, mas é a única maneira de se sociabilizar em tal momento de reprodução da

³⁹ Ao reencontrarmos Luís Carvalho em visita à sua residência em Novais, em 04/04/2010, ele indicou o plano de deixar o corte de cana para procurar trabalho em Sorocaba, para onde seus dois filhos haviam migrado (seu filho mais velho estava de licença do emprego em razão de um acidente de moto). Nessa cidade trabalham em uma fábrica de vidro e prometem conseguir emprego para o pai, que está aflito com a possibilidade de não mais encontrar ocupação no corte de cana. Luís Carvalho planeja vender sua casa na zona rural de Princesa Isabel, Paraíba, para poder se mudar. Além disso, ele nos contou estar empregado por contrato de safra no Grupo Cerradinho, de Catanduva (com terras arrendadas na área de Olímpia, já que as cidades são próximas), onde encontra cana queimada para cortar, nos locais onde a colhedeira não acessa. Disse ter trocado de empregador já que o desgaste por cortar apenas os chamados “canudos” estava fazendo sua produtividade cair drasticamente.

⁴⁰ Em Debord (1997), também encontramos: “A abundância das mercadorias, isto é, da relação mercantil, já não pode ser senão a sobrevivência ampliada” (DEBORD, 1997, p. 30). E: “Na fase primitiva da acumulação capitalista, a economia política só vê no proletário o operário, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera em seus lazes, em sua humanidade. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente levado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então, o humanismo da mercadoria se encarrega dos ‘lazes e da humanidade’ do trabalhador [...]” (DEBORD, 1997, p. 31).

sociedade capitalista, devido à dificuldade, cada vez maior, de se conseguir trabalho e, assim, de conseguir acessar dinheiro.

Segundo dados do IDEA (Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial), em apenas uma safra, a de retomada na expansão da produção de açúcar e álcool no começo dos anos 2000, para São Paulo, Mato Grosso, Centro-Sul, e para o Brasil como um todo, a mecanização acompanhou a expansão na lavoura de cana-de-açúcar⁴¹. Mesmo partindo do pressuposto de que dados estatísticos não são isentos, já que os critérios utilizados para compô-los são escolhas de um pesquisador que formula certo discurso com aparência de isenção, podemos utilizá-los para ilustrar esses desdobramentos.

Tabela 1 – Distribuição por estados, no Brasil, de tipos de corte de cana-de-açúcar 2002/2003

Estados e Regiões	Tipos de Corte			
	Manual		Mecanizado	
	2001/2002	2002/2003	2001/2002	2002/2003
São Paulo	76	56,7	24	43,3
Goiás	62,5	58,8	37,5	41,2
Minas Gerais	67,6	81,1	32,4	18,9
Mato Grosso do Sul	70,1	72,6	29,9	27,4
Mato Grosso	92,2	20,3	7,8	79,7
Paraná	93,6	88,6	6,4	11,4
Rio de Janeiro/ES	97,9	98	2,1	2
Alagoas/Ba/Se	87,2	100	12,8	0
Paraíba/PE/RN	84,7	100	15,3	0
Centro Sul	75,2	56,4	24,8	43,6
Nordeste/Leste	87,4	99,6	12,6	0,4
Brasil	77,2	58,9	22,8	41,1

Fonte: IDEA (2002/2003).

⁴¹ O “Protocolo de Cooperação” assinado entre Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, em 4 de junho de 2007, estipula a modificação dos prazos estabelecidos pela lei estadual paulista número 11.241/02 (Lei Estadual de Queima) para a eliminação da queimada utilizada para facilitar o corte manual de 2021 para 2014, o que impulsiona ainda mais o aumento na mecanização da colheita atualmente.

O limiar entre o desemprego e o trabalho do “bóia-fria” está presente nas preocupações de todos os cortadores com quem conversamos. No Sindicato dos Empregados Rurais de Olímpia, o presidente, Sérgio Luís Sanches, formula com muita preocupação esta situação e deixa transparecer a contradição na qual ele próprio está inserido devido à posição que assume frente a ela:

“– Nem nós queremos acabar com o salário por produtividade. Ninguém vai querer dobrar o piso, que hoje está R\$ 585,00 pra compensar o que ganha um trabalhador que corta com alta produtividade. Um trabalhador destes tira R\$ 1.500,00; R\$ 1.800,00; até R\$ 2.000,00 por mês. É preferível deixar ele trabalhar na produção, adequar as condições pra evitar mortes, e aqueles que têm poder físico e atividade, ele vai ganhar de acordo com a produção. Se você conversar com trabalhadores vai ver. Se você pegar um moço de R\$ 2.000,00 e falar que ele vai ganhar menos, eu vou arrumar um problema pra mim. Se o cara é pobre ele quer ganhar dinheiro. Essa migração não vai parar com o fim do corte de cana. Não fomos nós que criamos isso, foram as empresas. A partir do momento que veio pra nossa região e conheceu o dinheiro e conheceu um valor maior ele não vai deixar de vir. Quem não tem emprego está indo pra construção civil. Não dá pra pensar que se acabar o corte não haverá problemas de desemprego de migrantes vindos de fora. Já está acontecendo. Vem trabalhador de fora, não arruma emprego e não tem dinheiro pra voltar. E isso vai trazer muitos problemas. Tem gente revoltada por aí. E ninguém quer trabalhador andando pelas ruas, pelas estradas, desempregado. Não sei o que vamos fazer, o caminho será outro. Ano passado estava muito melhor. Mas com o tamanho da mecanização...”

Assim, ao mesmo tempo em que Sérgio percebe a necessidade social da mediação do dinheiro para esses cortadores, e que estes podem ficar desempregados com a expansão da mecanização, ele formula também a dificuldade do trabalho no corte de cana, principalmente para ele, devido aos casos de descumprimento dos acordos. Este é o limite de sua formulação, vislumbrando, como ideal, um trabalhador bem remunerado, reprodução de uma troca equânime entre patrão comprador de força de trabalho e cortador de cana, seu vendedor.

Para os anos anteriores, após a promulgação da NR-31⁴², Sérgio disse que em alguma medida os acordos eram cumpridos, assim como as normas de segurança, já que

⁴² Norma Regulamentadora 31 – *Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura*, de 2005. Esta estabelece a competência da Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho, na fiscalização e determinação das punições aos descumprimentos do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 (e das demais leis que o reformulam), “combatendo o trabalho infantil”, “escravo” e tentando garantir “a segurança e saúde no trabalho” (NR-31, 2005).

a fiscalização havia aumentado⁴³. Em visita à Pastoral do Migrante de Guariba, realizada em 29 de julho de 2009, conversamos com a Irmã Inês, também engajada na defesa dos direitos dos trabalhadores. Ela também expressou a percepção de melhoria nas condições dos trabalhadores nos anos precedentes à “crise financeira”, apesar da convivência com formas de descumprimento de direitos para o mesmo período, no corte em São Paulo, como mostram os estudos de Maria Aparecida de Moraes Silva (2008). A preocupação de Maria Aparecida está em explicitar que a existência de “trabalho precarizado” não ocorre apenas nas regiões de fronteira, mas também na principal região produtora de cana do país. Assim, destaca-se que a modernização, com a mecanização do corte, não teria extinguido a existência da mais-valia absoluta no setor estudado, contrariando a própria perspectiva teórica que agora vamos detalhar:

Em síntese, do conjunto de registros/denúncias descrito, foram três as questões levantadas pela presente análise: a segmentação da força de trabalho, a partir de divisão étnica do trabalho [...]; a imobilização da força de trabalho de migrantes, muitos dos quais sujeitados aos gatos em virtude das dívidas contraídas e alojados em condições extremamente precárias; e a super-exploração, responsável por algumas mortes⁴⁴ no processo de trabalho (SILVA, 2008, p. 71).

A perspectiva dos entrevistados (cortadores no limiar do desemprego, a do presidente do sindicato e a da Irmã Inês) subjetiva como ideal para o futuro a prevalência da mais-valia relativa, numa relação de troca justa de equivalentes entre comprador e vendedor da força de trabalho – como na Inglaterra analisada por Marx.

Estas formas de engajamento – sindicalismo, lutas salariais, denúncias de trabalho escravo ou de desrespeito aos direitos trabalhistas – podem ser relacionadas, em certos sentidos, à análise acerca das relações sociais de produção no campo formuladas por Caio Prado Júnior em seu livro *A questão agrária no Brasil*, o que nos remete a uma perspectiva teórica distinta da que defende a reprodução do “campesinato” no campo brasileiro. O *sentido da colonização* (PRADO JR., 2000a) para Caio Prado Jr. foi a

⁴³ As garantias trabalhistas incluem diária mínima independente da produção, hora transporte, folga remunerada, Equipamento de Proteção Individual (EPI), ticket alimentação (opcional). Estas muitas vezes não são cumpridas, acarretando em multas àqueles pegos em desacordo com a lei.

⁴⁴ “Um outro dado extraído reporta-se à super-exploração dessa força de trabalho, a ponto de extrapolar os limites físicos, ocasionando mortes nos canaviais. Além das condições alimentares insuficientes – causadas pelos baixos salários, calor excessivo, elevado consumo de energias, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante – a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada ser cada vez maior, tem sido definidora do aumento da produtividade do trabalho, principalmente a partir da década de 90, quando as máquinas colhedoras de cana passaram a ser empregadas em número crescente” (SILVA, 2008, p. 71)

produção de mercadorias tropicais voltada para o abastecimento do mercado internacional, o que teria estabelecido uma relação de dependência e desigualdade nas trocas comerciais do país com o estrangeiro e é o que explica, para ele, a predominância de relações sociais de produção “fortemente espoliativas” (PRADO JR., 2000b, p. 31) na agricultura. A grande concentração de terras, proveniente do imperialismo remanescente, e a consequente existência de um exército industrial de reserva no campo, permitiriam o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho a níveis miseráveis (PRADO JR., 2000b, p. 18) e a manutenção de baixos padrões de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, Prado Jr. parte da concepção de desenvolvimento desigual e combinado (como desenvolvida por Lênin e Trotsky) para formular a necessidade de soberania nacional através de uma modernização atrelada à distribuição interna desta riqueza produzida.

Tais políticas deveriam ser formuladas e aplicadas pelo Estado através de ações jurídicas, como fica claro quando o autor analisa o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 (Lei n. 4.214). Para ele, o Estatuto deveria ser acompanhado de uma política de distribuição de terras, o que diminuiria o exército industrial de reserva do campo e exigiria o aprimoramento do nível tecnológico das empresas agropecuárias para diminuição de seus custos, compensando a elevação com os custos de reprodução da força de trabalho originados pelo cumprimento dos direitos trabalhistas.

No estudo *Errantes do fim do século*, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) analisa justamente as consequências da modernização do campo no que diz respeito às relações de trabalho, ou seja, a passagem do colonato para o que ela considera regime assalariado⁴⁵, a partir da década de 1960. Como marco decisivo desta transição, Silva elege o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963 (Governo João Goulart). Pelo ETR, o empregador deve recolher 27,5% sobre cada jornada de trabalho de cada trabalhador registrado, levando o patrão a preferir contratar seus empregados como volantes, o que comporia menores custos, conseqüentemente. O ETR teria sido, então, para Silva, responsável pela expulsão dos trabalhadores das fazendas e teria piorado as condições dos antigos colonos paulistas ou lavradores mineiros, transformados em “bóias-frias”, mais “explorados” ainda, justamente em um momento de acirramento da luta de classes (SILVA, 1999, p. 64) em razão da industrialização do campo. Por outro lado, Silva entende que ao “bóia-fria” lhe foi negado ser trabalhador, até mesmo pela

⁴⁵ “Processo de acumulação primitiva de proletários” (SILVA, 1999).

própria legislação⁴⁶. Esta teria gerado a precarização das condições de trabalho e fazia com que o trabalhador tivesse que constantemente ir à busca de trabalho, daí o termo volante. Essa busca por trabalho poderia ser mensal, quinzenal e até diária, isto após a maioria dos que se tornaram cortadores de cana terem migrado para as regiões produtoras de cana. A crítica de Silva (1999) incide sobre a extração de mais-valia absoluta e deseja a troca justa entre vendedor e comprador de força de trabalho, não possibilitada pelo ETR. A autora exige, assim, como luta política, o reconhecimento legal e jurídico do “bóia-fria” como trabalhador.

Em uma perspectiva da Geografia que prioriza o ponto de vista do trabalho e de sua exploração, e que segue o entendimento de Prado Jr., podemos destacar a interpretação do Proálcool de Antônio Thomaz Jr. em *Por trás dos canaviais, os nós da cana* (2002). Neste, o autor reitera a ideia de “modernização conservadora”, a partir das constatações acerca do elitismo do sistema de créditos subsidiados estatais, e acrescenta que, também em relação aos chamados fatores de produção, teria sido o significativo aumento na exploração da força de trabalho e a intensificação da contradição entre capital e trabalho que teria permitido a viabilidade “estrutural” (THOMAZ JR., 2002, p. 81) do Proálcool: “dentre outras razões, o sucesso do Proálcool deve-se à grande disponibilidade de mão-de-obra de baixa qualificação [...]” (THOMAZ JR., 2002, p.81).

Além disso, a explicação que o autor utiliza para o processo de modernização do campo, em relação ao capital sucroalcooleiro em questão, passa pela substituição da força de trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas em razão de uma intenção explícita e racional dos grandes latifundiários e usineiros, na tentativa de resolver a contradição entre capital e trabalho. Essa tentativa de substituição da força de trabalho se acirraría cada vez mais com a “expansão capitalista”⁴⁷, formadora do trabalhador assalariado. Conclui-se, conseqüentemente, que essa modernização apenas teria mantido a divisão de classes previamente existente no Brasil, tendo a “ditadura militar” direcionado sua política econômica para o favorecimento das camadas

⁴⁶ Em Silva (1999), a Lei 6.019, de 1974, enquadró definitivamente o trabalhador eventual como aquele que não ultrapassava 90 dias em um emprego, justamente o caso do cortador de cana que passa a ser utilizado principalmente no momento da colheita da cana: “Frisa-se que essas leis (Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra) não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola” (SILVA, 1999, p. 66-67).

⁴⁷ Esta conclusão está desenvolvida quando da análise da greve dos cortadores de cana de Guariba, em 1984, no item “O movimento em espiral do capital sucroalcooleiro paulista”. (THOMAZ JR., 2002, p.62).

dominantes da sociedade brasileira do momento: latifundiários, industriais e banqueiros; e por isso tratar-se-ia de uma “modernização conservadora”.

Thomaz Jr. (2002), entretanto, isola um ramo particular de reprodução capitalista, abordando o crescimento em termos absolutos da produção de cana-de-açúcar, das inversões em capital constante e do número de trabalhadores. Já que o autor não se centra no processo como totalidade inserida em um momento de reprodução crítica do capitalismo, ele não explicita por que as empresas do setor sucroalcooleiro não acumulam a ponto de não necessitarem do Estado para reproduzirem ampliadamente seus capitais. Ao contrário, Thomaz Jr. elabora uma crítica a partir da ideia de aliança entre o Estado e as elites nacionais. Ou seja, a contradição como imanente ao processo de acumulação em razão da queda tendencial da taxa de lucro⁴⁸ não está posta como parte de sua análise.

A análise de Thomaz Jr. (2002) incide principalmente sobre o movimento grevista de cortadores de cana de Guariba, de 1984. Para ele, o trabalho seria como o pólo positivo (“negação da negação”) da contradição por ele formulada. A oposição ao capital teria levado à necessidade de mecanização da colheita de cana, o que permitiu a continuidade do processo de acumulação capitalista e transformou as possibilidades de inserção política dos movimentos dos trabalhadores. Ao conceber tal continuidade indefinida da acumulação, Thomaz Jr. não questiona como esta pode ocorrer sem trabalho e não tematiza sua crise.

Sabemos que o que desencadeou a greve foi a tentativa dos capitalistas da região de aumentar a produtividade do trabalho, estendendo o número de ruas a serem cortadas de cinco para sete, no eito da cana. Assim, estaríamos diante de uma situação em que o cortador, recebendo por metro, teria que cortar duas ruas a mais de cana para a mesma

⁴⁸ O próprio Thomaz Jr. (2002), ao expor os subsídios estatais no terceiro período do Proálcool (1985-1990), destaca que a incidência destes muda de foco e passa a privilegiar a inserção de novos produtores (buscando a desconcentração da produção), assim como a modernização das pequenas e menos produtivas propriedades. Ressalta, assim, que isto, *ao invés de promover uma equalização entre os produtores*, apesar de intencioná-la, apenas aumentou a concentração pela possibilidade das grandes fazendas de incorporar maiores parcelas de sobrelucro, do que Marx classificou de renda diferencial I – quando solos piores são incorporados pela extensão de dada produção; e de renda diferencial II – quando com o aumento da composição orgânica do capital, as produções com menores custos se apropriam de maior sobre-lucro em razão das menos produtivas balizarem os preços.

“Os produtores mais eficientes não estavam perdendo com a esquematização em prática, ao contrário, eram a referência do menor custo, portanto com possibilidade de auferir um quantum de sobrelucro maior [...] Assim, ao serem criadas condições para manutenção de produtores em situação ‘marginal’, foram, também, dadas condições para reprodução ampliada de produtores ‘progressistas’. Ou seja, a mesma ação estatal, de uma só vez, intensificou a manutenção e recriação na diferencialidade no setor que fez precipitar, na segunda metade de década de 80, uma débâcle nas empresas sucroalcooleiras”. (THOMAZ JR., 2002, p. 98)

remuneração anterior, aumento de exploração que poderíamos enquadrar no que Marx chamou de extração da *mais-valia absoluta*. O movimento grevista – e isto é sintomático do momento analisado – mobiliza-se como reação à crise de acumulação capitalista no sentido de aumentar a exploração do trabalho⁴⁹.

A modernização da agricultura, para Thomaz Jr., é a possibilidade de continuidade da própria exploração, o que garantiria a reprodução e a satisfação de interesses de uma classe social (burguesia). Assim, ele não a vislumbra como necessidade de reprodução fictícia de capitais ociosos que, mesmo ao extraírem mais-valia e sobrelucro, não conseguem se reproduzir, ampliando ainda mais a crise de tal mediação social. Fica-nos a questão da possibilidade de valorização do valor com ausência de trabalho, sendo que apenas este produz valor. Thomaz Jr. (2002, p. 197) ressalta, para o ano de 1994, que: “o corte mecanizado é, hoje, de 35 a 40% mais barato, em média, do que corte manual”, o que mostra que a mecanização levou à tentativa de acumulação pela incorporação de sobrelucro referente à renda diferencial II (MARX, 1983, III, t. II, cap. XL).

Em entrevista com o Sr. Hernani Bulle Arruda, em 21 de julho de 2009, ficou explícita, em seu discurso, a presença do mesmo pressuposto do qual parte Thomaz Jr. de continuidade da acumulação, mesmo com uma composição orgânica de capital extremamente alta. O Sr. Hernani, sócio majoritário do Grupo Bulle Arruda S/A, afirmou preferir substituir a utilização de força de trabalho por maquinário em razão da diminuição de custo, inclusive por “reduzir encargos com os direitos trabalhistas”, o que levou o grupo a possuir 99% de sua produção mecanizada, como destacado anteriormente.

Diferentemente das justificativas expostas pelos autores que se utilizam de uma tentativa de crítica ao Proálcool pelo viés da “modernização conservadora” como racionalidade de políticas econômicas de favorecimento da burguesia e dos latifundiários, pretendemos desdobrar a investigação sobre a incapacidade da reprodução do setor em questão. Esta expressa, justamente, a contradição inerente ao

⁴⁹ Em entrevista com Irmã Inês (realizada em 29 julho de 2009), responsável pela Pastoral do Migrante de Guariba, presente e atuante no local quando da greve de 1984, ficou claro que para ela uma ação possível se dá como tentativa de melhoria das condições de trabalho e de salário do cortador. O enfoque aqui está na diminuição da exploração, enquanto constituição plena do Estado de Direito. Tal perspectiva se insere, segundo sugerimos, nas lutas por estabelecer a troca justa entre trabalhador e detentor dos meios de produção, justamente a troca de equivalência abstrata que caracteriza o capitalismo, como no momento analisado por Marx, o do caso inglês no século XIX. A atuação da Pastoral, hoje, na região, se dá como tentativa de extinção do trabalho escravo, por meio de denúncias e conscientização dos trabalhadores.

sistema produtor de mercadorias que, para continuar acumulando, necessita “expulsar” força de trabalho do processo produtivo. Tal movimento impede, conseqüentemente, a própria valorização do valor e da mediação social pelo valor (não fosse o papel desempenhado pelo capital fictício, como destacaremos ainda no texto).

Também para Caio Prado Jr. (2004), o ponto de chegada a ser atingido pelo Brasil seria a troca de equivalentes na compra e venda de força de trabalho. Para tanto, o crescimento econômico e sua distribuição passariam pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pondo, como limite da formulação teórica, a defesa do trabalho e da riqueza por este produzida. A crítica do autor à modernização promovida pelo “milagre econômico” dos anos antecedentes ao Proálcool passa por concebê-la como “modernização conservadora”, em oposição a uma “modernização democrática” (distributivista). Isto, para nós, é justamente hipostasia da reprodução da necessidade tautológica de aumento da riqueza abstrata do sistema capitalista⁵⁰.

Prado Jr. (2004) deixa esta leitura ainda mais explícita para o período em questão quando escreve, em 1973, logo após o final do período comumente denominado “milagre econômico”, o “*Post-scriptum*” ao livro *História econômica do Brasil*. Aí fica clara sua formulação acerca desse novo momento de tentativa de reprodução da acumulação capitalista baseada no capital financeiro internacional, reprodução dos “remanescentes do velho sistema da economia brasileira”, porém, agora, em outra escala, a de subordinação aos centros do sistema financeiro, enquanto corolário do imperialismo e da reprodução da desigualdade nas trocas internacionais. Assim,

⁵⁰ Diversos autores dividem esta perspectiva modernizadora e distributivista, que, como dissemos, pode ser encontrado, em relação ao Brasil, nos escritos de Caio Prado Júnior. José Graziano da Silva (SILVA, 1981b), em relação ao Complexo Agroindustrial no estado de São Paulo, não aceita a noção de “camponês” e nem a de sua expropriação constante enquanto forma de acumulação primitiva para explicar o movimento de expansão do capitalismo ao campo. Durante o “milagre econômico”, o aumento dos subsídios estatais para a agricultura paulista teria levado ao movimento de diminuição do número de estabelecimentos, com aumento na área ocupada. Os expropriados neste processo passaram, então, a ser trabalhadores assalariados volantes, submetidos a uma relação social de produção presente apenas naquelas situações em que a industrialização da agricultura não teria se completado, o que permitiria a continuidade da apropriação da renda da terra por parte da indústria instalada no campo. “Daí ser mais correto afirmar que, além do assalariamento temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação do proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento” (SILVA, 1981b, p. 119). A responsabilidade disso seria da política de “modernização dolorosa” (SILVA, 1981a) empreendida pelo Estado brasileiro. Do ponto de vista do autor, esta modernização assim se caracterizaria por fazer surgir o trabalho precarizado, já que o trabalhador, mesmo quando migrou para as cidades, também aí se viu sem emprego, em razão do caráter “tardio” do desenvolvimento industrial brasileiro. Vale lembrar que Silva, então, defende uma política estatal de aceleração planejada de crescimento – não considerando a contradição imanente a este – como forma de acabar com as contradições existentes no capitalismo brasileiro, o que criaria o proletário (acabando com o problema do volante) no campo e também formaria o proletário urbano.

concomitante a esse período, se introduziu na lavoura canavieira o “salariado puro” (PRADO JR., 2004, p. 341), que acarretou na perda do direito do trabalhador produzir seu próprio alimento, acentuando a deterioração do nível de vida do trabalhador em relação ao momento anterior:

E aqui entra em cena o caso brasileiro. O nosso país não ficaria à margem da tremenda ofensiva, pelo mundo afora, do capitalismo internacional mobilizado pelos grupos financeiros e monopólios, e que encontraria aqui larga e generosa acolhida graças à orientação política entre nós adotada. Os primeiros, à busca de aplicações para os excessos de liquidez proporcionada pelos eurodólares e outras fontes abundantes de capitais na época disponíveis; os outros, os monopólios, como bons negociantes, à cata de quaisquer oportunidades de novos negócios que relativamente abundam, e, de imediato, muito bons, nas áreas do terceiro mundo semivirgem ainda do progresso capitalista mais recente, onde quase tudo, no nível desse progresso, estava por fazer ou introduzir. E oferecendo por isso boas perspectivas em que se associavam, de um lado, à ânsia de uma relativamente escassa, mas, em conjunto, apreciável minoria de consumidores potenciais melhor aquinhoados e aspirantes sedentos dos padrões da sociedade de consumo norte-americana e europeia (é o que os economistas chamam de ‘efeito de demonstração’). De outro lado, a presença naquele Terceiro Mundo de abundante disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo e sem as impertinentes exigências – ou liberdade de exprimi-las – que tornavam tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo do capitalismo desenvolvido (PRADO JR., 2004, p. 347-348).

Fica-nos o problema acerca da troca de equivalentes a nível internacional, na tentativa de formularmos uma crítica à modernização como promessa de alcance dos padrões internacionais e da idealização da igualdade capitalista, que é própria da forma da mediação social e de sua lógica contraditória, como caracterizamos anteriormente a partir de Marx. Robert Kurz (1999), ao caracterizar o momento da terceira revolução industrial como *colapso da modernização*, ressalta que justamente na troca de equivalentes, ou seja, de mercadorias, encontra-se a explicação para a crise da sociedade do trabalho, a partir do desemprego estrutural e de suas consequências sociais. A partir desta leitura, podemos entender o “bóia-fria” como expressão deste momento na relação social de produção no campo, para o setor sucroalcooleiro, como encontrado na região visitada. Assim, foi o alto nível de produtividade do setor que criou a possibilidade de existência de um trabalhador assalariado, super-explorado e sem direitos trabalhistas respeitados, já que o processo de modernização acabou por não incorporar a força de trabalho mobilizada em tal momento, o que gerava, e ainda gera, uma pressão salarial para baixo e um número absoluto de trabalhadores sem emprego ou sujeitos a condições miseráveis de trabalho.

Entendemos, assim, que o aumento da produtividade do trabalho e da consequente produção de cana-de-açúcar está posto como desdobramento da crise de acumulação do setor analisado, já que, devido à incapacidade de valorização do valor em razão da alta composição orgânica dos capitais envolvidos, estes buscam aumentar a taxa de mais-valia por trabalhador, na tentativa inalcançável de compensar a queda na taxa de lucro e de renda da terra para cada soma de capital investido.

Se a mediação social ocorre por meio do acesso ao dinheiro e a crise da sociedade do trabalho coloca a impossibilidade desse acesso para um imenso contingente mobilizado para o trabalho, é a própria sociabilidade que está em crise. Foi o que Robert Kurz denominou *sujeitos monetarizados sem dinheiro* (KURZ, 1999).

Para Kurz, as trocas aparecem enquanto desiguais dadas as diferenças de produtividade entre as empresas produtoras de mercadorias – a estas diferenças Kurz denominou *não-simultaneidade*–, representadas a nível internacional também pela desigualdade entre seus Estados Nacionais. Essas trocas são mediadas pela abstração real que equipara as diferenças e as compara pelo valor. Trata-se aqui da troca de equivalentes, colocando a não-simultaneidade e o acúmulo de riqueza. Para aqueles Estados com composição orgânica de capital menor, a modernização aparece sempre como finalidade para superação do atraso. Porém, tal movimento de modernização não pode ser eterno e a corrida por alcançar os melhores níveis de produtividade acaba por corroer (KURZ, 1999, p. 159) a própria possibilidade de acumulação dessas empresas e nações, assim como aprofunda em crise a própria sociabilidade dos sujeitos modernos mediados pelo dinheiro:

A situação é diversa quando sistemas industriais com diversos níveis históricos de desenvolvimento entram em contato sem filtros. Em vez da formação de um novo nível médio, o que abaxaria o nível das economias nacionais desenvolvidas, o que ocorre é a aniquilação e a liquidação da produção não contemporânea e pouco produtiva [...] De novo é o Estado que deve intervir, tanto para boa parte das despesas gerais internas do sistema produtor de mercadorias, quanto no que se refere às pressões externas da concorrência [...] Com as barreiras alfandegárias, pode-se proteger a própria indústria sub-produtiva da concorrência estrangeira mais competitiva [...], mas, em consequência, delinea-se rapidamente uma dicotomia nos termos de troca, isto é, quantidade sempre maiores de próprio trabalho devem ser trocadas por quantidades sempre menores de trabalho alheio. Tal circunstância suscitou a temática ilusória de troca justa ou injusta (KURZ, 1995, p.11).

Se, em um primeiro momento, o acesso ao capital fictício se mostrou como possibilidade de alcançar tais níveis de produtividade – no Brasil, a partir da década de

1950, como veremos –, a corrida por se manter à frente levou ao descolamento exponencial do dinheiro adiantado em relação ao trabalho produtor de valor, invertendo, assim, a determinação da acumulação capitalista, que hoje se baseia na necessidade sempre crescente de valorização de um dinheiro adiantado, processo impossível de se realizar – *simultaneidade negativa*, nos termos de Kurz (1999). O Proálcool, enquanto modernização da agroindústria sucroalcooleira, significou, assim, a tentativa desse capital fictício se reproduzir, sem conseguir, já que o capital sucroalcooleiro não consegue quitar suas dívidas. E, ainda, sem a continuidade da rolagem das dívidas, ou seja, sem injeção de capital fictício, o setor não consegue se reproduzir. Essa injeção, vale destacar novamente, ocorreu seja pela ação do Estado, como no momento do Proálcool, seja pelo mercado liberalizado, o que não excluiu as ações do Estado com a ascensão da dívida interna.

Graças à sua vantagem na produtividade e na intensidade de capital, as metrópoles industriais puderam durante muito tempo sugar a maior parte da mais-valia global e manter acesso ao crédito internacional, para além dos mercados financeiros nacionais; ao passo que as periferias, para manter um mínimo de reprodução, tiveram de recorrer cada vez mais à criação estatal de dinheiro sem substância, ou seja, à inflação do papel-moeda. Contudo, em virtude do processo de globalização a partir dos anos 80, também os velhos centros capitalistas se acham cada vez mais próximos desta situação. O financiamento temporário através de emissões de papel-moeda, típico da economia de guerra [...], não só se repete hoje em grande parte do mundo, mas tornou-se já a condição duradoura da reprodução social como tal [...] a reprodução social sob a forma-mercadoria é alimentada diretamente com volumes de moeda criados do nada, com base na simples decisão estatal (KURZ, 2005, p. 15).

O trabalho volante, então, pode ser compreendido como consequência do processo de modernização, e não como ausência de modernização, finalizado tal processo como crise da sociedade produtora de valor. Sendo assim, não é uma modernização sobre o moderno que eliminaria tal crise, mas só a agravaria, consequência que aparece na coexistência de aumento da produtividade do trabalho (trabalhadores que hoje cortam quinze toneladas em um dia e casos de morte por estafa) e da mais-valia absoluta (rebaixamento dos salários, não respeito aos direitos trabalhistas, más condições de alojamento e de alimentação), no setor estudado⁵¹. Isto

⁵¹ Tal coexistência não reproduz, destarte, o argumento de David Harvey, em *Condição Pós-Moderna* (2007). O autor defende que esta combinação, denominada por ele de “acumulação flexível”, na forma de se explorar o trabalho perpetua a reprodução ampliada do capital, sem considerar o argumento da crise da sociedade do trabalho.

ocorre justamente pela não-simultaneidade imanente aos desdobramentos na formação das categorias do capital nas diversas regiões do globo.

Esta não-simultaneidade pode ser percebida se destacarmos que o processo de modernização retardatária da União Soviética a partir da década de 1920, e de outros países denominados do “terceiro mundo”, a partir dos anos 1950, com auge nos 1970, não se deu conforme o modelo de acumulação primitiva inglesa – analisado por Marx (1983, I, t. II, cap. XXIV) –, mas, sim, sob a necessidade e intenção de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. A importação do Departamento I da economia dos países centrais acabou por internalizar altos níveis de produtividade, fazendo com que a industrialização brasileira fosse incapaz de absorver toda força de trabalho mobilizada pelo próprio processo de modernização. Incapacidade esta que pode ser entendida como expressão do que vimos denominando não-simultaneidade. Este processo foi responsável pela formação de mercado nacional de força de trabalho para as cidades e para o campo, mas que se constituiu concomitantemente ao início do momento da crise da sociedade de trabalho a nível nacional e mundial, enquanto criação de uma superpopulação relativa (MARX, 1983) composta por desempregados em termos absolutos (KURZ, 1999). Entendemos, a partir desta formulação, as falas dos cortadores de cana entrevistados por nós na área de Olímpia, já que a possibilidade futura de extinção de trabalho no corte de cana significa o desemprego, dada a extrema dificuldade de conseguir emprego inclusive em quaisquer outros setores. Além disso, a propriedade de terras por parte de alguns destes cortadores não significa para eles, como vimos, solução para o problema do desemprego.

As formulações teóricas acerca do trabalho, como as apresentadas aqui, o fetichizam como essência humana e, por isso, não chegam a formular sua crise no momento atual da reprodução social capitalista. A ontologia do trabalho apresentada por essas leituras conduz à hipostasia de uma sociedade que realize as promessas da mediação capitalista subjetivada como ideologia positiva, reproduzindo assim suas contradições. Seria, para a perspectiva que pretendemos apresentar aqui, o próprio processo de troca de equivalentes que estaria em crise com a crise do trabalho, determinando a necessidade de crítica à ontologia deste, como faremos a seguir.

O terceiro mundo realizou a maior parte de sua acumulação primitiva somente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, num nível muito mais elevado do desenvolvimento do mercado mundial e da produtividade que no tipo soviético [...] o processo de acumulação primitiva atingiu a sociedade

inteira apenas em um aspecto: a economia de subsistência tradicional, que em grande parte sobreviveu à época colonial, foi destruída em poucas décadas [...]. Mas já que a abertura forçada ao mercado mundial e a exigência de uma produtividade elevada impediam uma industrialização recuperadora completa e extensa, a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra. Ficou parada na metade do caminho, isto é, depois de desarraigar as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas (KURZ, 1999, p. 180).

2. O fetiche da história, o espaço como abstração, o fetiche da mercadoria

2.1 – A história como aporia

No texto “Epistemologia da História em Adam Schaff” (PITTA, 2005)¹, intencionamos investigar o livro desse autor marxista, *História e Verdade* (SCHAFF, 1983), a partir da discussão levantada sobre a possibilidade do conhecimento científico em História. O autor analisa neste estudo duas concepções distintas e diametralmente opostas de “ciência” da história: o positivismo (de Leopold von Ranke) e o presentismo (de Benedetto Croce). A primeira corrente, que prevaleceu na Europa do século XIX, buscava realizar uma historiografia dos fatos históricos que abordasse primordialmente os grandes *personagens*, seu papel político e suas instituições. Acreditava e pregava uma escrita neutra e isenta, desconsiderando o caráter subjetivo do conhecimento e sua inserção no processo social. Ou seja, idealizava uma objetividade pura dos documentos, representada pela narrativa histórica, como se seguisse os pressupostos epistemológicos das ciências naturais (SCHAFF, 1983). Os presentistas, por sua vez, também surgidos no século XIX, compartilham de uma concepção relativista subjetivista, e negam que o conhecimento histórico seja possível, considerando-o como projeção do pensamento e dos interesses do presente sobre o passado (SCHAFF, 1983, p. 101). Tal formulação parece-nos reproduzir a discussão entre os iluministas franceses e ingleses acerca da verdade em filosofia da ciência. Podemos citar Descartes e o idealismo, assim como John Locke e o empirismo como seus expoentes².

No início do século XX surgiu, na França, a denominada Escola dos Annales³, tendo como principais representantes os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Esta formulou seus pressupostos historiográficos de maneira a se opor com veemência ao positivismo na história, sem defender o presentismo. Para isto, concebeu a necessidade

¹ Pesquisa realizada junto ao departamento de Filosofia, da Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como Iniciação Científica, em 2004, sob a orientação do professor Franklin Leopoldo e Silva.

² A alternativa epistemológica que Schaff propõe passa por uma reformulação da concepção de verdade enquanto equivalência entre objeto do conhecimento e representação deste no intelecto. Para ele, apenas uma concepção de verdade que se constrói temporalmente, em um sentido hegeliano de dialética que supera as contradições, permitiria considerar as divergências entre explicações e causas utilizadas por diferentes historiadores ao investigarem um mesmo fato histórico. Ver Schaff (1983), capítulo 4, “A objetividade histórica”.

³ Tal nome provém da publicação francesa, com primeiro número lançado por Bloch e Febvre em 1929 e que existe até os dias de hoje. Foi originalmente chamada *Annales d’histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie*, de Vidal de la Blache. Para tais publicações ver Burke (1990).

de reconhecimento de um sujeito que conhece o passado como objeto de pesquisa. A Escola dos Annales se engendrou em pesquisas interdisciplinares, passando por fortes influências da geografia de Vidal de la Blache, e da sociologia de Emile Durkheim, para não ficar em objetos vinculados à história factual política e dos grandes personagens.

Como esses historiadores tentaram resolver o relativismo de uma concepção de história como a presentista, que proclamava a subjetividade socialmente específica daquele que pretende construir conhecimento? Em primeiro lugar, assumiram a cientificidade do discurso historiográfico e tal se deu a partir de dois instrumentais metodológicos: a história-problema, no método regressivo; e a comparação, constituindo-se no que ficou conhecido como história das mentalidades⁴. Para esses historiadores, a historiografia positivista acabava por construir um discurso aparentemente científico e não levava em consideração os interesses envolvidos em sua apreciação do passado. A forma de explicitar que os interesses daquele que pretende conhecer possibilitam suas escolhas dos documentos, recortes das informações, afirmações e apagamentos, seria partir de um problema do presente para se buscar compreender o passado⁵. A partir desse problema, o historiador deveria regredir ao passado, mostrando as diferenças para com o presente. A fim de ressaltar a “liberdade” do homem enquanto sujeito de seus feitos (BURKE, 1990), o historiador precisaria buscar o instrumental da sociedade pesquisada, sua mentalidade. O enfoque, assim, da pesquisa histórica dessa escola não está em se perguntar sobre as determinações dos problemas que o presente coloca para entender o passado, mas buscar a verdade deste a partir da possibilidade de compreensão da mentalidade do objeto pesquisado⁶. Mudaram em relação ao positivismo, com isso, os objetos pesquisados e as fontes pertinentes de responder aos problemas propostos, mas não a busca de cientificidade da disciplina.

Segundo a leitura que Burke (1990) faz de Febvre, este, ao tratar do problema acerca da existência do ateísmo em Rabelais (BURKE, 1990, p. 39-43), conclui seu

⁴ Ver Burke, 1990.

⁵ “Sin embargo, toda historia es elección. Lo es porque existe el azar que aquí destruyó y allá salvaguardó los vestigios del pasado. Lo es porque existe el hombre: cuando los documentos abundan, abrevia, simplifica, hace hincapié en esto, relega aquello a segundo término. Y lo es, principalmente, por el hecho de que el historiador no va rondando al azar a través del pasado, como un traperero en busca de despojos, sino que parte con un proyecto preciso en la mente, un problema a resolver, una hipótesis de trabajo a verificar [...] elaborar un hecho es construir. Es dar soluciones a un problema, si se quiere. Y si no hay problema no hay nada” (FEBVRE, 1970, p. 22 e 23).

⁶ Tal escola historiográfica teve como um de seus principais expoentes Fernand Braudel, da chamada segunda geração do Annales (BURKE, 1990), que veio a São Paulo com a missão francesa (1935-1937) para fundar a subseção de Geografia e História da Universidade de São Paulo. A historiografia da Escola dos Annales é a base para a historiografia uspiana.

estudo constatando que a defesa da inexistência de Deus no século XVI era impossível, já que a sociedade francesa da época pode ser caracterizada por um instrumental intelectual “primitivo” (BURKE, 1990, p. 41) em relação ao instrumental proveniente da concepção “moderna de ciência”⁷, algo que podemos criticar como próprio da projeção das abstrações do moderno ao passado.

O tratamento da História na forma de crítica do passado, que por motivos incompreensíveis fez mal o que poderia ter feito melhor, é um traço típico do pensamento iluminista, do mesmo modo que a medição do passado em princípios racionais abstratos, sem refletir a história da constituição destes. Esse pensamento pressupõe sempre um sujeito burguês e o projeta para dentro dos acontecimentos históricos, pelo menos da modernidade, sem perceber que toda essa modernidade representa a época de constituição dessa forma de subjetividade (KURZ, 1999, p. 51).

A problemática que intentamos desdobrar aqui passa, assim, por se perguntar sobre a constituição de tais princípios racionais, que, em sua especificidade, levam o sujeito moderno a naturalizar a existência desses mesmos princípios, utilizando-os como critérios válidos até mesmo para compreender formações históricas específicas não mediadas pela forma mercadoria.

Uma expressão desta historiografia dos Annales aplicada à história do Brasil é o estudo de João Fragoso e Manolo Florentino, em *O Arcaísmo como projeto*. A leitura ali formulada faz justamente o caminho metodológico apresentado acima. Os autores partem da ideia de história-problema, segundo Marc Bloch (FRAGOSO; FLORENTINO, 1993, p. 18), para analisarem os fatores históricos capazes de explicar a existência da desigualdade social no Brasil, pós-milagre econômico. Para estes, tal desigualdade comprovaria a manutenção de um projeto “arcaico” de sociedade, já que há grande produção de riqueza (a partir de uma análise de simples crescimento econômico) no período, apesar de não haver redução da pobreza. Ou seja, em um primeiro olhar, a saída social feita pelos autores é essencialmente distributivista, sem passar por uma crítica dos próprios pressupostos dos quais partem para compreender a sociedade que pretendem criticar.

⁷ “[Febvre] observa que as concepções seiscentistas de espaço e tempo eram extremamente imprecisas se comparadas aos nossos padrões. [...] Ele vai mais longe e sugere que a visão era um sentido ‘subdesenvolvido’ nesse período, e que o sentimento de beleza da natureza não existia” (BURKE, 1990, p. 41). Assim, com a finalidade de não cometer anacronismos da forma como praticada pelos positivistas, Febvre acaba por cometê-los sob o subterfúgio de estar considerando e comparando seu ponto de vista sem simplesmente aplicá-lo à mentalidade de um grupo social existente no passado.

O argumento seguido por Fragoso e Florentino (1993) formula que há uma estrutura social que impede uma modernização no país capaz de permitir uma elevação nos níveis de riqueza da população, e que tal estrutura remonta ao momento colonial, às estruturas arcaicas portuguesas. A análise histórica questiona os principais expoentes da história econômica brasileira, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, que teriam afirmado não ter havido acumulação interna, o que manteve uma dependência econômica do Brasil com o exterior, reproduzindo o “subdesenvolvimento” brasileiro. Os autores formulam, em oposição à leitura canônica, que houve reprodução ampliada de capital no Brasil colonial, e que parte desta ficou retida com os mercadores de escravos do Rio de Janeiro. Porém, pelo projeto social arcaico, estes acabavam por imobilizar seu capital em terras em vez de investir nos setores que forneciam maior possibilidade de lucros. Tal fato comprovaria a importância da manutenção do poder baseado em relações pessoais em detrimento das impessoais, como seria aquele do mercado capitalista, e a consequente manutenção dos privilégios de formações sociais não modernas:

A ideia central é a de que a natureza arcaica da formação colonial tardia impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, sem levar em conta os aspectos não econômicos que informavam seu funcionamento (FRAGOSO; FLORENTINO, 1993, p. 18-19).

A tese defendida pelo referido texto é “a de que a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1993, p. 18-19). O procedimento metodológico que acabamos de explicitar reproduz o objeto de crítica de Robert Kurz apresentada anteriormente, caracterizando um pensamento dualista (OLIVEIRA, 2003), que aplica ao passado os pressupostos enraizados na mediação social presente daquele que busca ser sujeito do conhecimento. A problemática da pesquisa apresentada parte do pressuposto de que a autonomização da instância econômica, própria da formação moderna, levaria por si a uma melhor distribuição da riqueza. Se isto não ocorre na realidade social brasileira, logo o arcaísmo é sua característica e a modernização deve ser completada, segundo tal perspectiva.

Desejamos neste ponto destacar a necessidade de pensarmos não sobre a verdade acerca do passado, mas nos perguntar quais as características desta forma de mediação social que nos leva a apreender a sociedade a partir de um de procedimento intelectual que naturaliza seus pressupostos e os aplica a qualquer outra formação social,

avaliando-a a partir destes. Sendo assim, a discussão acerca da História enquanto conhecimento parcelar, acerca de sua cientificidade, leva-nos a uma aporia, já que a prática historiográfica acaba por impedir a própria crítica desses pressupostos, positivando-os como ideal hipostasiado, como no exemplo do estudo de Fragoso e Florentino (1993).

Esta discussão acerca da cientificidade do procedimento historiográfico pode ser encontrada permeando o próprio pensamento de Marx. Tanto Postone (1993) quanto Kurz (2005) apreendem, a seu modo, uma contradição na formulação do pensamento marxiano que está caracterizada por tal problemática. Em *A Ideologia Alemã*, Marx escreveu que “conhecemos somente uma ciência, a ciência da história” (MARX, 1965, p. 14), formulação base para a ideia marxiana de materialismo histórico: “o que as pessoas são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 1965, p. 14). Tal concepção de História parte das categorias mais abstratas para tentar entender as diferenças da sociedade presente em outros “modos de produção”, ou seja, aplica tais abstrações como parâmetro, a fim de conhecer cientificamente o passado:

A produção da vida, seja da nossa própria vida pelo trabalho, ou da vida de outros pela procriação, aparece agora como uma dupla relação: de um lado como uma relação natural, de outro como uma relação social – no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, pouco importando em que condições, de que modo e com que objetivo. Segue-se que um modo de produção ou um estágio industrial definidos estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social definidos, e que esse modo de cooperação é, em si mesmo, uma força produtiva. Segue-se igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e, em consequência, que devemos estudar e desenvolver sem cessar a ‘história dos homens’ em conexão com a *história da indústria e das trocas* [grifo nosso]. É, portanto, evidente desde logo a existência de uma ligação materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens – laço este que toma incessantemente formas novas e apresenta, portanto, uma história (MARX, 1965, p. 16).

Esta concepção é, por sua vez, criticada pelo próprio Marx nos seus escritos preparatórios para a composição de *O Capital* (MARX, 1983). Ao analisar o pensamento da economia política, Marx, no item “O método da economia política”, problematizou justamente a validade das categorias modernas para formas de sociedades passadas. Ao tratar da categoria de trabalho em geral, como uma abstração moderna, temos:

Esse exemplo mostra de maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza mais abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1982, p. 17).

Isto porque neste momento do pensamento de Marx, já em finais de 1857, a história passa a adquirir outra importância para a crítica que pretende fazer à economia política e à sociedade capitalista. Não cabe mais somente entender a história como discurso de uma classe que se beneficia diversamente da exploração do trabalho de outra classe social, oprimida, nas distintas formações sociais históricas, como aparece no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1997, p. 8); em uma disputa pelos frutos do trabalho. Nos escritos do Marx crítico da economia política, o papel que a história passa a ter é o de justamente mostrar que as bases das formações passadas são distintas da moderna. A concepção de *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1983) que ele forja para analisar a especificidade da mediação social capitalista serve, justamente, para explicitar como o pensamento moderno hipostasia as categorias fundamentadas nessa mediação para pensar as formações passadas, naturalizando estas categorias, não as tratando como resultado de uma formação histórica e social, passível de ser transformada.

Sendo a mercadoria a forma da mediação social e o trabalho o seu produtor, estas categorias, a partir do pensamento fetichista moderno, passam a ser consideradas naturais do ser humano, não passíveis de crítica. O Marx crítico da economia política se utiliza da história como instrumento de crítica da formação social presente, do trabalho como seu fundamento negativo, não mais se utilizando da categoria de trabalho apenas como imanente aos homens, como uma categoria positiva e passível de hipostasia, transformando, assim, o enfoque da sua análise sobre a sociedade. Não mais se trata simplesmente de uma burguesia se apropriando, de acordo com seus interesses, do trabalho do operariado, mas de uma sociedade (e isto para ambas as classes) na qual o pensamento se baseia em um fetichismo que determina quais são esses interesses, e que não se dá conta de que o trabalho, ao invés de servir para primordialmente satisfazer necessidades dos homens, tem a função tautológica de se repor indefinidamente, sendo a

valorização do valor a própria finalidade social⁸. A dominação social, aqui, também passa a adquirir outro caráter, não mais como dominação de classe, mas como dominação da forma social, da “coisa” (resultado do trabalho) sobre os homens, personificados em classes sociais em disputa pelos resultados do trabalho (MARX, 1983).

Para Robert Kurz (1999), o Marx da história da luta de classes é o Marx modernizador, que faz ontologia da “substância do capital” (KURZ, 2005), o trabalho, aplicando tal categoria como parâmetro para entender as formações sociais do passado. O pensamento ontológico também aplica a categoria do trabalho para o futuro, já que o trabalho não é entendido como especificidade do moderno, mas natural aos homens, pressupondo-o, o que determina a impossibilidade de transformá-lo.

Ainda em Kurz (1995), a leitura que Lênin fez de Marx ontologiza o trabalho e entende que este havia desvendado o valor enquanto teoria – ao invés de criticá-lo como forma social, aspecto ressaltado por Kurz a partir da noção de fetiche –, cabendo à revolução proletária estatizar a propriedade e distribuir planificadamente o valor produzido pela classe trabalhadora ao povo soviético. Assim, Lênin reproduziria a concepção modernizadora de Marx, reaparecendo a partir das particularidades russas as contradições do duplo da mercadoria na supressão do mercado e racionalização estatal da economia⁹. O estado soviético seria uma formação de modernização retardatária, ou seja, de tentativa de aceleração da valorização do valor (manutenção da mediação social baseada na abstração real e na extração de mais-valia, como sua consequência e finalidade) a fim de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do

⁸ Kurz, ao tratar desse movimento de Marx, formula o que denomina “duplo Marx”: um que positiva o trabalho e defende o fim da propriedade privada e a distribuição da riqueza àqueles que a produzem; e outro, crítico do fetiche da mercadoria, próprio da formação moderna, que volta seu pensamento à negatividade do trabalho como dominação social da coisa (enquanto forma mercadoria, fruto do trabalho) sobre o homem: “Esta argumentação aporética apenas pode ser resolvida se a categoria ‘trabalho’ for definida como abstração real e assim como histórica, moderna, capitalista e, por isso mesmo, a ontologia do trabalho for de todo abandonada. Se Marx designa esta abstração (provavelmente no sentido de uma mera abstração nominal) despreocupadamente como ‘antiquíssima’, esta designação obviamente não se baseia em nenhuma investigação histórica. De fato, em muitas sociedades da história, entre outras também nas chamadas culturas superiores como o Egito antigo, nem sequer existia uma categoria de atividade geral e abstrata. Mesmo nas sociedades onde parece existir um tal conceito genérico nominal (mesmo aí não há nenhuma abstração real), trata-se de áreas de atividade muito limitadas, e nunca de uma generalidade social de ‘atividade em geral’. Se aqui na interpretação moderna se fala sempre de ‘trabalho’, tal é enganador, um anacronismo e no fundo um erro de tradução (o que de resto se aplica também a outras categorias especificamente modernas e associadas à relação de fetiche da valorização do valor, tais como a política, o estado, etc.)” (KURZ, 2005, p. 10).

⁹ Para tal análise, ver Kurz (KURZ, 1999, p. 46, nota 2): “Basta um olhar no registro quilométrico das obras de Lênin para constatar que nelas não se encontra nenhum indício de uma tematização do conceito de valor econômico e da crítica do fetichismo de Marx”.

capitalismo (numa clara perspectiva dualista de Lênin), baseados em uma economia de mercado:

A identidade de classe encontrou sua razão numa ontologia equivocada do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica, como essência eterna da humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos ‘exploradores’, os capitalistas (KURZ, 1999, p. 45).

O pensamento marxista no século XX se distancia da modernização leninista principalmente com Lukács (2003). Isto porque este empreendeu uma análise da concepção de fetiche da mercadoria, numa tentativa de explicar a ideologia de classe burguesa e a possibilidade de tomada de consciência de classe pelo proletariado. Para Lukács, o fetiche da mercadoria leva ao apagamento do que considera o verdadeiro sujeito histórico, o proletariado, produtor das mercadorias, sobre quem incide o trabalho apropriado pela burguesia. O fetichismo faria com que os interesses dos indivíduos se voltassem para a aquisição das mercadorias como forma de satisfação das necessidades humanas, sendo o crescimento econômico, para a consciência fetichista, positivo. Tal movimento acabaria por esconder a exploração do trabalho alheio por uma das classes sociais. O proletário sem consciência de classe seria individualista, já que ao invés de lutar pelo fim desta exploração, buscaria a ascensão social, o enriquecimento e o acúmulo de mercadorias¹⁰. Seria parte do fetiche como mecanismo de subjetivação mostrar a mercadoria como possuidora de propriedades que, na “verdade”, seriam propriedades do trabalho de uma classe. A forma de aparição dessa propriedade estaria em um dos lados do duplo aspecto da mercadoria – valor de uso e valor (MARX, 1983)

¹⁰ “No centro de todas as formas de marxismo tradicional encontra-se uma concepção trans-histórica de trabalho. A categoria trabalho analisada por Marx é entendida em termos de uma atividade social com objetivo definido que efetiva a mediação entre os homens e a natureza, criando produtos específicos a fim de satisfazer determinadas necessidades humanas. O trabalho, assim entendido, é considerado como sendo central a toda a vida em sociedade: constitui o mundo social e é a fonte de toda a riqueza social. Esta abordagem atribui *trans-historicamente* ao trabalho social aquilo que Marx analisou como características historicamente específicas do trabalho no capitalismo. Tal concepção trans-histórica do trabalho está amarrada a uma determinada compreensão das categorias básicas da crítica de Marx à economia política e, por conseguinte, de sua análise do capitalismo. A teoria do valor de Marx, por exemplo, tem sido geralmente interpretada como uma tentativa de mostrar que a riqueza social é sempre, e em qualquer lugar, criada pelo trabalho humano e que, no capitalismo, o trabalho fundamenta o modo de distribuição não-consciente, ‘automático’, mediado pelo mercado. Sua teoria da mais-valia, de acordo com tais abordagens, procura demonstrar que, apesar das aparências, o produto excedente no capitalismo é criado apenas pelo trabalho e é apropriado pela classe capitalista. Dentro deste quadro geral, por conseguinte, a análise crítica do capitalismo elaborada por Marx é, principalmente, uma crítica à exploração *do ponto de vista do trabalho*: desmistifica a sociedade capitalista, primeiro revelando ser o trabalho a verdadeira fonte da riqueza social; e, segundo, demonstrando que esta sociedade repousa sobre um sistema de exploração” (POSTONE, 1993, p. 7).

– em seu valor, sua parte abstrata; e o acúmulo desta parte abstrata seria do interesse da burguesia que o realizaria através da extração de mais-valia. A ideologia, em Lukács, é entendida, assim, como “tomar a parte pelo todo”, ou seja, a ideologia faz com que o valor seja percebido como se determinasse o lado qualitativo da mercadoria (quanto maior seu valor, melhor sua qualidade) e sua hipostasia determinaria os interesses da sociedade no capitalismo: o acúmulo desse aspecto abstrato, contido nas coisas, seria a finalidade social.

A transformação de todos os objetos em mercadorias, sua quantificação em valores fetichistas de troca é mais do que um processo intensivo, influenciando toda forma de objetividade da vida nesse sentido [...]. É, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o alargamento extensivo dessas formas sobre todo o ser social. Para os capitalistas, esse lado do processo significa, pois, um aumento da quantidade dos objetos usados em seu cálculo e em sua especulação (LUKÁCS, 2003, p. 344).

Tal argumentação tem como intenção a tomada de consciência da classe proletária sobre sua condição de explorada para que possa acabar com essa exploração. O trabalho dessa classe está positivado, sendo o desdobramento do duplo da mercadoria entendido como aquele que possibilita ao proletariado se constituir como classe, o que, conseqüentemente, abre a possibilidade para esta classe de se apropriar, conforme seus interesses, do valor de uso de seu trabalho. Lukács, ao tratar do desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo formula:

Para o proletariado, ao contrário, o mesmo processo significa *seu próprio nascimento como classe*. Em ambos os casos, trata-se de uma transformação da quantidade em qualidade. Basta apenas acompanhar a evolução que vai do artesanato medieval, passa pela cooperação simples, até chegar à fábrica moderna, para ver claramente com que intensidade existem aqui – também para a burguesia – diferenças qualitativas enquanto marcos do caminho do desenvolvimento. Porém, para a burguesia, o sentido de classe dessas modificações consiste exatamente na retransformação constante do estágio qualitativo novamente atingido num nível quantificado da calculabilidade racional mais ampla. Para o proletariado, ao contrário, o sentido de classe do “mesmo” desenvolvimento consiste na abolição do isolamento, na conscientização em relação ao caráter social do trabalho, na tendência a concretizar e a superar cada vez mais a universalidade abstrata da manifestação do princípio social (LUKÁCS, 2003, p. 346).

Assim, o argumento de Lukács cabe para criticar as teorias do valor de Adam Smith e Ricardo, que justificavam o lucro nas mãos do proprietário dos meios de produção (a burguesia). Em ambos, o trabalho e a troca de mercadorias são próprios da natureza humana. Para eles, os proprietários acumularam trabalho em um momento

prévio e no processo produtivo podem “comandar” (SMITH, 1974) trabalho alheio. Os lucros (SMITH, 1974) ou juros (RICARDO, 1974¹¹) provenientes da realização da venda das mercadorias cabem ao burguês, justificados pelo risco em colocar seu capital – “fixo” (SMITH, 1974) – no processo produtivo, sendo, ainda, justamente tal capital que viabiliza a produtividade do trabalho.

Para Smith, tratado como pensamento ideológico burguês por Lukács, o trabalho e seus resultados não são conflituosos, muito menos contraditórios: o planejado pela razão se materializa enquanto progresso:

Pode afirmar-se que as quantidades iguais de trabalho têm em todos os tempos e lugares o mesmo valor para o trabalhador. No seu estado normal de saúde, força e disposição, e com um grau normal de habilidade e destreza, esse trabalhador deve sempre produzir a mesma quantidade de conforto, de liberdades e de felicidade (SMITH, 1974, p. 35).

O planejado, para ele, de fato se “materializa” pelo trabalho como riqueza “contida” na mercadoria, e o consumo destas enquanto acesso a sua utilidade proporciona conforto, felicidade e liberdade, estabelecendo uma relação não conflituosa entre o lado abstrato e o lado concreto da mercadoria. A riqueza, “materializada” na quantidade e diversidade de mercadorias, é a finalidade da sociedade, podendo o valor medi-la (SMITH, 1974, p. 35). O desenvolvimento econômico – e chegamos aqui na formulação teórica da economia política que embasa o discurso modernizador (seja capitalista, seja socialista) – pode, então, ser entendido, a partir dessa formulação, como positivo, razão de ser da sociedade e capaz de dizer se esta é evoluída ou atrasada:

Entre as nações civilizadas e desenvolvidas, pelo contrário, apesar de um grande número de pessoas não trabalharem e, no entanto, consumirem dez ou cem vezes mais do que aqueles que trabalham, a produção total da sociedade é tão grande, que está abundantemente abastecida, e qualquer trabalhador pobre, pertencendo mesmo ao mais baixo grau social, se for sóbrio e trabalhador, terá à sua

¹¹ Ver capítulo 1, no qual Ricardo mostra em exemplos os cálculos, justificando a remuneração em lucros compostos do “capital fixo” ao proprietário dos meios de produção. Em Ricardo, diferentemente de Adam Smith, o preço do trabalho é diferente do preço da mercadoria, sendo o valor do primeiro também variável. O trabalhador receberia pelo preço de seu trabalho, enquanto o preço da mercadoria incorporaria este, mais os lucros compostos de capital investido pelo proprietário dos meios de produção, como remuneração de seu trabalho morto poupado. Importa que, para ele, tal variação do valor do trabalho não deixa de estar materializada na própria mercadoria: “O valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho” (Ricardo, 1974, p. 255). Aqui o lado abstrato do duplo da mercadoria está completamente objetivado enquanto materialidade, já que trabalho morto também produz valor.

disposição um número muito maior de coisas necessárias e úteis para a sua vida do que qualquer selvagem (SMITH, 1974, p. 9).

Importante no argumento de Lukács (2003), então, é o desvendamento que a razão pode empreender enquanto tomada de consciência pelo proletariado. É através de um processo intelectual que se pode superar a contradição do duplo da mercadoria e seu fetiche, chegando à conclusão de que apenas trabalho produz valor e de que a hipostasia desse aspecto abstrato é de interesse do burguês, o que justifica a possibilidade desse não-trabalhador abocanhar parte do fruto do trabalho de outrem (como remuneração de capital investido). Não ter consciência de classe é justamente não perceber que a riqueza traz a miséria e a exploração da classe trabalhadora, de quem o fruto do trabalho é alienado, ou seja, este não é reconhecido pelo próprio trabalhador como sendo por si produzido. Como consequência desse processo de alienação, ocorre que as necessidades e os interesses da classe trabalhadora não são possibilitados pelo modo de produção capitalista, sendo a superação da alienação e o reconhecimento dos verdadeiros interesses dessa classe, a consequência da tomada de consciência.

Segundo a análise que Postone (1993) empreende sobre a concepção de fetiche da mercadoria de Lukács, conforme tentamos apresentar acima, esta:

[...] grasps capitalism essentially in terms of the problem of formalism, as a form of social life that does not grasp its own content. This suggests that, when he claims the commodity form structures modern, capitalist society, he understands that form solely in terms of its abstract, quantitative, formal dimension – its value dimension. He thereby posits the use-value dimension, the “real material subtractum”, as a quasi-ontological content, separable from the form, which is constituted by labor, trans-historically understood (POSTONE, 2003, p. 14)¹².

Para Lukács, poderíamos dizer que o abstrato esconde o concreto enquanto um processo fetichista (POSTONE, 2003, p. 16), estando contido no lado concreto o resultado do trabalho, o “substrato material real”. Para ele, voltar a atenção ao aspecto concreto significaria primar pelas necessidades reais do proletariado. Tal classe é que deveria planejar o resultado de seu trabalho para atender aos seus interesses próprios.

¹² Esta “apreende o capitalismo essencialmente em termos do problema do formalismo, como uma forma de vida social que não alcança seu próprio conteúdo. Isto sugere que, quando ele alega que a forma mercadoria estrutura a sociedade moderna, capitalista, ele entende esta forma apenas em termos da dimensão abstrata, quantitativa e formal desta sociedade – sua dimensão do valor. Ele, assim, coloca a dimensão valor de uso, o ‘*subtractum* material real’, como um conteúdo quase-ontológico, separável da forma, que é constituído pelo trabalho, compreendido de maneira trans-histórica” (Tradução do autor).

Aqui está reposta uma relação linear entre planejamento e satisfação de interesses através da materialização do trabalho.

A crítica que Postone (2003) empreende contra Lukács ressalta que tal ênfase ontológica no aspecto concreto do duplo da mercadoria e do trabalho significa dizer que este último é trans-histórico, mas explorado sob o sistema capitalista, permanecendo quando da superação deste sistema. Lukács compreenderia que apenas o trabalho abstrato seria caracterizador da atividade humana sob o capitalismo. Para Postone, Lukács naturaliza tal aspecto concreto¹³ justamente através de um processo fetichista que apaga as determinações abstratas da relação social baseada na mercadoria, como se o concreto também não fosse pautado por uma abstração:

So, for example, the commodity appears to be an object – and not, at the same time, a social mediation. Similarly, the process of production in capitalism appears to be a labour process – and not, at the same time, a valorization process. This notion of the fetish, however, is based on an understanding of the categorical forms as two-sided in ways that differ from Lukács’s dualistic opposition of abstract (capitalism) and concrete (ontological) (POSTONE, 1993, p. 15, nota 44)¹⁴.

Lukács acaba por empreender aqui um movimento fetichista de hipostasia de um dos aspectos contraditórios do duplo da mediação social da forma mercadoria: seu lado concreto. Aplica-o como parâmetro abstrato (não contraditório), para apreender algo como essencial e imanente ao homem em geral, para qualquer formação social, tratando tal aspecto como extrínseco ao sistema produtor de mercadorias. Consegue destarte formular a contradição de tal sistema como entre capital e trabalho, sendo este último negação daquilo que o nega, o capital. Trabalho positivado e mercadoria que contém o trabalho concreto o impedem de formular uma crítica à própria mediação social baseada na troca de mercadorias. Para Lukács, a superação de tal contradição entre capital e trabalho aparece, como vimos, como fruto do pensamento, o que desconsidera que, para

¹³ Desejamos chamar a atenção aqui, a partir desta conclusão, para a dupla possibilidade de posituação ontológica quando da subjetivação do fetiche da mercadoria: o lado abstrato e o concreto. Daremos ênfase a tal constatação, já que nos permitirá entender um movimento que a geografia adotou no Brasil, sem ter feito uma crítica à “economia política do espaço” (ALFREDO, 2008), hipostasiando ora o aspecto abstrato, com Pierre George (1971), por exemplo; ora o concreto, na chamada geografia crítica (baseada no materialismo histórico) da década de 1970, com Milton Santos (1977).

¹⁴ “Assim, por exemplo, a mercadoria parece ser um objeto – e não, ao mesmo tempo, uma mediação social. Similarmente, o processo de produção, no capitalismo, parece ser um processo de trabalho – e não, ao mesmo tempo, um processo de valorização. Esta noção de fetiche, entretanto, está baseada em uma compreensão das formas categoriais como sendo de dois lados de maneira a diferir da oposição dualista entre abstrato (capitalismo) e concreto (ontológico)” (Tradução do autor).

Marx, a contradição está objetivada na própria mercadoria autonomizada, como temos destacado.

Como Marx formulou a especificidade de tal formação social capitalista que determina as formas do pensar e da reflexão modernas? Para nós, esta reflexão se inicia com o pensamento iluminista e se reproduz na filosofia moderna, na economia política e no marxismo ortodoxo de defesa do movimento operário, apologistas da razão como forma-teoria (KURZ, 2007) e do progresso como seu resultado (divergindo esses pensamentos acerca da forma de apropriação/distribuição dos resultados concretos do fruto do trabalho).

Para Jappe (2006), que faz uma síntese da releitura que Postone (2003) e Kurz (1999) elaboraram da crítica do valor de Marx, é fundamental tentar entender forma-mercadoria como forma da relação social sob o capitalismo, desviando o foco da análise crítica da propriedade e distribuição das mercadorias, para a crítica da mediação contraditória das relações entre os homens pelas mercadorias, fruto do trabalho voltado para a troca (Marx, 1983). Jappe (2006) mostra que, logo no capítulo I de *O Capital*, Marx desvenda a relação de troca entre os homens como sendo própria do moderno. Tal relação, que se estabelece entre produtores de mercadorias distintas não inclui em tal momento da análise a existência de mais-valia, nem de separação entre produtores e meios de produção, mas determina que mais-valia e propriedade privada estejam pressupostas pela mediação da mercadoria¹⁵. Isto pode ser assim formulado por Marx, já que na relação de troca de mercadorias, como vimos anteriormente, o duplo cindido da mercadoria – valor de uso e valor – também aparece no trabalho que a produz, enquanto trabalho concreto e trabalho abstrato. Tais contradições, enquanto negação determinada, não podem existir separadamente uma da outra¹⁶. Isto porque na mercadoria se estabelece uma relação de necessidade entre seu duplo:

¹⁵ Postone formulou que: “Even the labor of an independent commodity producer is alienated because social compulsion is effected abstractly (...), as a result of the social relations objetified by labor when it functions as a socially mediating activity” (POSTONE, 1993, p. 160). Tradução do autor: “Até mesmo o trabalho de um produtor de mercadorias independente é alienado, porque a compulsão social é efetuada abstratamente, como resultado de relações sociais objetificadas pelo trabalho quando este funciona como uma atividade de mediação social”.

¹⁶ “O valor de uso como designação apenas faz sentido na mediação com o valor de troca, como a polaridade da relação de valor, e por isso está longe de ser ‘uma condição existencial do homem, independente de todas as formas de sociedade’. Na medida em que o ‘trabalho’ estabelece o ‘valor de uso’, não se trata de uma definição ontológico-trans-histórica para lá da abstração do valor, mas nada mais que o modo específico como a abstração real se apodera dos objetos, que em si nada têm de abstratos. O que Marx designa paradoxalmente como ‘trabalho concreto’ não constitui por isso uma

Suas propriedades corpóreas [das mercadorias] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma, um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada (MARX, 1985, p. 46-47).

A abstração das diferenças concretas das mercadorias no ato da troca mostra-nos que a materialidade destas não está determinada diretamente pelas intenções de seus produtores – apesar destas intenções aparecerem a eles como escolha livre a partir de suas vontades –, mas sim por seu caráter abstrato, sendo a materialidade a forma de aparecer deste. Se uma pessoa deseja acessar uma mercadoria, ela necessita possuir dinheiro que represente o tempo socialmente necessário para produzi-la. Necessita, em geral, trabalhar para se mediar socialmente¹⁷. Necessita, assim, mediar-se com outras personificações sociais através das mercadorias. As relações entre os homens se dão, assim, através das coisas. No ato da troca aparecem apenas os proprietários das mercadorias e as propriedades destas. Está apagado o processo social que determinou a possibilidade daquelas mercadorias serem trocadas, parecendo características naturais das coisas:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (Marx, 1985, p. 71).

A consequência de tal mediação social está justamente em que o trabalho, que produz valor, não pode, assim, ser compreendido como positivo, mas como uma forma de dominação abstrata e impessoal, já que é uma necessidade social para a reprodução do capital, sem que haja dominação direta para que os homens o exerçam:

‘necessidade natural eterna’; pelo contrário, não é outra coisa senão o modo material específico de o ‘trabalho abstrato’ se apropriar da ‘matéria’ natural ou social” (KURZ, 2005, p. 11).

¹⁷ A necessidade de sobrevivência pode “velar a especificidade do trabalho produtor de mercadorias – que, embora alguém não consuma o que produz, o seu trabalho é, em última instância, o meio social necessário para obter produtos de consumo” (Tradução do autor). No original: “veil the specificity of commodity-producing labor – that, although one does not consume what one produces, one’s labor is nevertheless the necessary social means of obtaining products to consume” (POSTONE, 1993, p. 161).

The abstract domination and the exploitation of labor characteristic of capitalism are grounded, ultimately, not in the appropriation of the surplus by the nonlaboring classes, but in the form of labor in capitalism.

The structure of abstract domination constituted by labor acting as a socially mediating activity does not appear to be socially constituted; rather, it appears in naturalized forms. The form of social necessity exerted [...] exists in the absence of any direct, personal, social domination. Because the compulsion exerted is impersonal and objective, it seems not to be social at all but natural. This structure is such that one's own needs, rather than threat of force appear to be the source of such necessity (POSTONE, 1993, p. 161)¹⁸.

Tal dominação abstrata (POSTONE, 1993) adquire significação mais crítica se aprofundamos a análise acerca do duplo do próprio trabalho: concreto e abstrato. Uma mercadoria, fruto de trabalho para a troca, só se realiza se produzida no tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Se estiver acima da média social, só poderá ser vendida por essa média, resultando em prejuízo e na impossibilidade de sua reprodução (ou não será vendida dado o preço acima do valor médio). Se estiver abaixo, pode ser que não seja vendida por superprodução. Sem saber qual será, na troca, o tempo médio socialmente necessário para se produzir uma mercadoria afim de que esta seja realizável, os produtores envolvidos no processo produtivo sempre têm de desenvolver as forças produtivas, em um processo cego e crítico, que ocorre às suas costas (MARX, 1983).

A formação do tempo médio, abstração e simultaneidade espacial, é determinada pela crise de efetividade dos tempos individuais que se expressa pela falência dos capitais que não atingiram este tempo médio, ou ainda, pela incorporação destes capitais aos capitais mais lucrativos. A medida, formada *a posteriori*, dos trabalhos individuais que serão por ela medidos, põe cada produção individual determinada pela crise de sua efetividade, o que, aliás, define a necessidade de maior economia de tempo de trabalho para cada trabalho individual, já que o processo [...] passa às costas dos sujeitos sociais. Cada tempo individual de trabalho é uma desmedida em relação à medida que se efetivará. Não obstante, tal medida é tão somente a forma de ser social que remete à crítica reprodução determinada pela possibilidade de uma ampliação da capacidade social de produzir. [...] Resulta que, estar na medida, exige produzir mais, em menor tempo, sua formação *a posteriori* é determinação *a priori* (ALFREDO, 2010, p. 7-8).

¹⁸ “A dominação abstrata e a exploração do trabalho característica do capitalismo são fundadas, em última instância, não na apropriação da mais-valia pelas classes não trabalhadoras, mas sim na forma do trabalho no capitalismo.

A estrutura de dominação abstrata constituída pelo trabalho agindo como uma atividade de mediação social não parece ser constituída socialmente; mas sim aparece em formas naturalizadas. A forma social exercida da necessidade existe na ausência de dominação direta, pessoal e social. Pela compulsão exercida ser impessoal e objetiva, ela parece não ser social, mas natural. Essa estrutura é tal que as necessidades de uma pessoa, mais do que pelo trato da força, parecem ser a fonte de tal necessidade” (Tradução do autor).

Subjetivar que o valor está materializado nas mercadorias (o trabalho abstrato materializado no concreto) ou abstrair o valor e subjetivar apenas sua concretude como efetivação do projeto do produtor no resultado final para satisfação racional das necessidades sociais (apagando a mediação da troca) é justamente não atentar para o fato de que a materialidade da mercadoria está determinada pela crise de valorização do valor¹⁹, sendo que este não está contido nessa materialidade. No limite, as necessidades da sociedade do sistema produtor de mercadorias são criadas pelo próprio desdobramento crítico desse processo tautológico de valorização do valor. Para que o processo social se efetive enquanto reprodução das relações sociais de produção²⁰, o valor necessita aparecer como materializado às *personas* sujeitadas ao processo social. À tal relação entre sujeito e objeto Marx chamou de *objetividade fantasmagórica* (MARX, 1983) que fundamenta a própria relação social de produção capitalista baseada na troca, sendo esta mediada pela abstração (valor) que se realiza.

Neste sentido, o trabalho, como forma abstrata de dominação social, é abordado, por nós, pela sua negatividade, já que no desdobramento das contradições da forma mercadoria este é “expulso” do processo produtivo, não podendo mais dar continuidade à valorização do valor, sendo esta sua função social. Apesar disso, ele continua a ser necessário como a forma da mediação social, só podendo ser sustentado ficticiamente no momento de crise da sociedade de trabalho (ou seja, ele é repostado tautologicamente).

Tal momento, que Marx denominou de capital fictício²¹, é o que pretendemos neste texto observar como expresso a partir do Proálcool, sendo este uma política econômica do Estado brasileiro proferida com a intenção de ser geradora de empregos; de possibilitar o crescimento econômico para a inserção do país nos altos níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo; de substituir a matriz energética

¹⁹ Possibilidade presente no duplo do trabalho, que pode ser vendido como mercadoria, sendo a mais-valia a diferença entre o preço da força de trabalho e o preço do produto do trabalho aplicado ao processo produtivo.

²⁰ “Os trabalhos privados dos produtores só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. A igualdade dos trabalhos totalmente diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados apenas reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados sob aquelas formas que aparecem na circulação prática, na troca dos produtos [...] o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes espécies sob a forma do caráter do valor comum a essas coisas materialmente diferentes, os produtos do trabalho” (MARX, 1983, I, t. I, p. 72). Assim, temos que as próprias necessidades sociais são determinadas pela possibilidade de valorização do valor, sendo satisfeitas pelos valores de usos das mercadorias produzidas.

²¹ Para nosso entendimento de tal categoria utilizada por Marx em *O Capital*, ver o item 3.3, “Críticas ao Proálcool: da política econômica ou da economia política?”, desta dissertação.

nacional²², o que teria como consequência o “satisfazer das necessidades da civilização brasileira”.

Veremos²³, entretanto, que o incremento da produtividade, e conseqüentemente da produção e consumo de álcool, no setor sucroalcooleiro brasileiro, esteve determinado pela crise de valorização desse setor (quando da queda internacional dos preços do açúcar, em 1974), assim como pela crise de valorização do próprio capital a nível global. Buscamos entender o Proálcool como tentativa de capitais ociosos de se valorizar ficticiamente, momento particular de aprofundamento do trabalho enquanto negatividade, apesar desse momento aparecer como de aumento produtivo. Positivar o trabalho produtor de coisas, para nós, significaria hipostasiá-lo também para o presente e o futuro, em vez de entender o seu papel no processo de desdobramento da contradição imanente do sistema produtor de mercadorias, reproduzindo tal sistema; significaria não destacar sua inserção nos diferentes momentos críticos de tentativa de reprodução ampliada do próprio capital, sendo a contradição entendida aqui como determinação do devir social. Analisar o contexto de industrialização da agricultura nacional em um momento de crise da sociedade do trabalho objetivamente possibilita justamente tal abordagem negativa e crítica do fundamento social do sistema produtor de mercadorias, repostado ficticiamente. Não basta, para nossa formulação, uma crítica distributivista a partir de uma concepção que se baseie exclusivamente na luta de classes, em um momento em que o trabalho está sendo excluído do processo produtivo.

2.2 – A geografia no Brasil e o fetiche do duplo da mercadoria

Intencionamos agora, ao dar continuidade à exposição de concepções que se abstiveram de criticar a mediação social baseada na abstração real (MARX, 1983), tratar do espaço, considerado pela geografia objeto do conhecimento, em si, autonomizado da forma social (ALFREDO, 2008²⁴). Segundo essas acepções, sobre o espaço incidiria o trabalho, mediação entre homem e natureza realizada com a finalidade de atender às

²² Apesar de os objetivos do Proálcool não incluírem o discurso ambientalista atual que propagandeia o etanol como combustível “eco-sustentável”, por não aumentar o efeito estufa, nosso argumento de que o aumento da produção e consumo desse combustível está determinado pela crise de valorização do valor é cabível para criticar também tal discurso.

²³ No capítulo 3 desta dissertação “O Proálcool como expressão da reprodução fictícia do capital no campo paulista”.

²⁴ Ver item 1.1, “O espaço como abstração fundamental”, do texto de Alfredo (2008).

necessidades humanas, sendo seu resultado passível de interpretação e planejamento. Desejamos fazer um paralelo entre duas maneiras distintas de subjetivação da forma social na geografia, que, porém, concebem o espaço de maneira semelhante, sem levar a termo o vínculo entre tal concepção de espaço e a forma social mais abstrata que a fundamenta.

Alfredo (2008), ao fazer a crítica da economia política do espaço, ressalta que tal objeto de estudo deve ser considerado não como materialidade, assim como o fez a física newtoniana, mas como abstração vinculada à determinada relação social:

[...] a física dos objetos, materialidade ou substrato material, segundo Marx, ao se constituir como modo de expressar o valor através de sua respectiva forma, é abstraída na medida em que sua expressão material tão somente permite revestir de concretude aquilo que de abstrato se põe como necessidade do valor, tempo de trabalho e efetividade intersubjetiva por este mediada. (ALFREDO, 2008, p. 17).

Dentre outras, a crítica à economia política de Marx está, de modo contundente, expressa na necessidade de pensar as abstrações postas na sociabilidade moderna em contraposição à análise meramente física (ALFREDO, 2008, p. 18).

Assim, nem uma formulação acerca da geografia como a de Pierre George (1973), que concebe o crescimento econômico como finalidade da geografia como ciência, nem sua crítica, através do chamado materialismo histórico da geografia Crítica da luta de classes, como é o caso de Milton Santos, levaram a cabo tal relação contraditória entre concretude e abstração. Para o primeiro, o valor estaria materializado na mercadoria, levando adiante uma leitura que corresponde à economia política de Adam Smith e Ricardo. Para o segundo, o fruto do trabalho e seu desenvolvimento técnico estariam desigualmente distribuídos em razão da propriedade privada, cabendo ao Estado planejador redistribuí-lo de maneira mais justa à classe que trabalha na sociedade, o que o aproxima da leitura acerca do “desenvolvimento desigual e combinado” de Lênin (1982) e permite-nos criticar sua hipostasia do aspecto concreto da mercadoria, como o fizemos em Lukács²⁵.

Pierre George concebia a geografia como um estudo capaz de “analisar sucessivamente todos os fatos que exercem uma influência sobre a repartição da produção, sobre a sua intensidade em cada região e sobre a distribuição do consumo, relativamente à da produção” (GEORGE, 1973, p. 9). A produção de mercadorias é

²⁵ Para leitura que fizemos de Lukács ver o item 2.1, “A história como aporia”, desta dissertação.

pressuposta nesta concepção e a possibilidade de superação das desigualdades entre regiões e nações passa, para ele, por uma análise das diferenças das capacidades do homem de produzir “riqueza” dentro das potencialidades de determinadas “condições de produção” (GEORGE, 1973). Tais condições são para George: “evolução dos métodos de cultura e fabrico; utilização de descobertas científicas; e a projeção no globo de diferentes meios de produção” (GEORGE, 1973, p. 9). Ao explicar o subdesenvolvimento, George concebe que cabe à geografia analisar o estágio de desenvolvimento de determinado agrupamento no espaço para poder planejar um aumento na eficácia do trabalho, com a finalidade de superar o “atraso”: ou seja, melhoria das técnicas aplicadas ao espaço para poder proporcionar um aumento na quantidade de mercadorias produzidas, satisfazendo assim as necessidades humanas:

O subconsumo procede muito mais da ineficácia do trabalho. Os modos agrícolas, a preparação dos alimentos e a confecção dos tecidos e das vestimentas pelas mulheres, absorvem um número incalculável de horas de trabalho para uma satisfação mínima das necessidades de consumo (GEORGE, 1971, p. 28-29).

O espaço aqui aparece como objeto de investigação que visa auxiliar no planejamento econômico, compreendidos o desenvolvimento técnico e o crescimento do valor como riqueza materializada em mercadorias que promovem a satisfação das necessidades humanas. Esse progresso é entendido como aprofundamento da relação de troca, tratada como positiva e não contraditória, em razão do aumento (medido quantitativamente através do valor) da divisão social do trabalho e da quantidade de mercadorias produzidas:

A forma mais elementar do subdesenvolvimento é a economia natural. [...] denominam-se economias naturais todas as economias em que o setor de comercialização intervém apenas em pequena escala, geralmente em parte inferior a um quarto do consumo e da produção totais (GEORGE, 1971, p. 27-28).

Vale ressaltar que tal formulação de Pierre George repete *pari passo* a ontologia do trabalho de Adam Smith (1974). Como vimos anteriormente, para este último, é a divisão social do trabalho (e seu aumento) e a troca de mercadorias que permitem o aumento da riqueza e da satisfação das necessidades humanas, determinando uma evolução da humanidade que sai de um estágio primitivo até chegar à sociedade moderna, rica em razão da propensão à troca de mercadorias.

A concepção de espaço como objeto a ser planejado, resultando em uma identidade entre sujeito do trabalho e seu objeto, é justamente aquela expressa na modernização retardatária do Estado brasileiro, como poderemos explicitar ao analisarmos a territorialização dos créditos subsidiados no decorrer do Proálcool²⁶. O Estado modernizador da “ditadura militar” dividia o estado de São Paulo em regiões, as DIRAs, sob o critério de diferenciação baseado em produção e produtividade. Assim, ao longo do Proálcool pôde dirigir os subsídios para as DIRAs mais produtivas, em um primeiro momento, como a de Ribeirão Preto, e posteriormente, acabou priorizando as DIRAs que apresentavam menor produção, como a de São José do Rio Preto, na qual se encontra a área de Olímpia.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1977), em ensaio no *Boletim Paulista de Geografia* que antecede e prepara a ruptura de 1978 – entre uma geografia desenvolvimentista e outra marxista ortodoxa –, critica justamente a concepção histórica de Pierre George (1973), por reproduzir a ontologia do trabalho de Adam Smith concernente ao fundamento de sua análise, o espaço como objeto, tratado enquanto concreto não contraditório. Para Ariovaldo, isto leva George a analisar “a distribuição da população no globo, as formas de produção e de consumo próprias aos diferentes grupos, conforme a estrutura de sua economia” (OLIVEIRA, 1977, p. 44) como posições e transformações espaciais em sentido cumulativo e evolutivo, o que não diz sobre o sentido social de tal processo. Para Ariovaldo esta é a “Escola Histórica da Economia”, ideologia da modernização como “riqueza social”. Em Pierre George (1973) o lucro está estritamente naturalizado:

Ao tratar dos lucros na economia capitalista, o autor afirma: Estes lucros resultam da diferença entre despesas de exportação, a amortização do capital inicialmente investido, os investimentos anuais para a renovação e modernização do material de produção, energia, matérias-primas e salários, e o total das vendas (OLIVEIRA, 1977, p. 47).

A crítica de Marx que estamos destacando, por outro lado, passa justamente por demonstrar a contradição existente entre o trabalho e sua objetivação social, contradição esta que aparece aos sujeitos como materialidade, embora esteja determinada por desdobramentos históricos alheios às vontades dos sujeitos. Além disso, essa característica de materialidade na formação histórica capitalista leva também à

²⁶ Ver adiante o capítulo 3, “O Proálcool como expressão da reprodução fictícia do capital no campo paulista”.

formulação de que tal formação seja própria do humano e não específica, o que permite uma interpretação evolutiva e cumulativa do processo histórico.

Pensar, então, o espaço como objeto passível de ser “trabalhado” e sua materialização como a finalidade de satisfação das necessidades humanas é, justamente, transformar a geografia em um conhecimento apologético da modernização, contribuindo para o aprofundamento das contradições da forma social da mercadoria. Por exemplo, como no caso de Pierre George (1973), para o aprofundamento das causas que levaram à existência do próprio subdesenvolvimento, caracterizado por ele como a possibilidade de comparação entre distintos recortes espaciais, a partir da concepção de riqueza por este adotada que coloca certas regiões como parâmetro a ser alcançado. Desejamos aqui ressaltar que tal materialização, no caso, é justamente medida pelo critério abstrato de mediação social: o valor, como tempo de trabalho médio necessário para produção de mercadorias.

Tampouco há em Milton Santos (1977) questionamento da técnica em si, como consequência das determinações da valorização do valor, já que esta é entendida por ele, a partir de seu materialismo histórico, como maior capacidade humana de se mediar com a natureza, de manipulação do espaço e inserção no espaço para satisfação das necessidades humanas, para qualquer período histórico. Sua crítica à geografia econômica, assim, incide sobre a luta de classes enquanto contradição e a apropriação da classe burguesa do fruto do trabalho dos assalariados, crítica que Pierre George (1973) não teria levado a cabo. Sua concepção de espaço, entretanto, permanece próxima à de Pierre George, apesar do tempo compor sua noção de “formação sócio-espacial”:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 1977, p. 92).

O capitalismo é entendido como acelerador do progresso e da técnica, responsável pelas desigualdades na transformação do espaço, no seio da sociedade de classes. Porém, o trabalho permanece não questionado como essência humana, cabendo

aos trabalhadores se apropriar da potencialidade tecnológica do capitalismo para satisfazer as suas “reais” necessidades:

O progresso técnico é o progresso científico encarnado em fatos econômicos. Modifica as produções e os consumos tradicionais e, em consequência disso, possibilita que se produza muito mais coisas em períodos menores de tempo [...] O progresso é portanto o aumento da rapidez com a qual o homem domina as dificuldades (ELIAS, 2003, p. 32, nota 3).

A transformação do espaço pelo trabalho enquanto técnica constitui o espaço social e as potencialidades deste em ser apropriado pelos homens:

Milton Santos argumenta que toda atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que produzir é produzir espaço. Afirma que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade, que a empreendem. Na sociedade capitalista, a organização espacial é imposta pelo ritmo de acumulação. Na verdade esta representa uma dotação diferencial de instrumentos de trabalho, na superfície do planeta, uma fixação de capital no espaço, obedecendo a uma distribuição desigual e combinada.

Desta forma, há um contínuo processo de modernização em curso, que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo, que é estimulado pelo Estado, e que obedece à lógica do capital e não aos interesses do homem (manifestando-se como uma ‘modernização maldosa’) (MORAES, 1999, p. 124-125).

A ideia de que possa haver uma “modernização bondosa” comprova nosso argumento de que a técnica pode ser “positiva”, assim como o trabalho de criá-la. Milton Santos (1977) reproduz, em sua concepção de espaço como materialidade, justamente aquela noção de história que Marx formula, em *A Ideologia Alemã*. As abstrações pressupostas do presente são utilizadas para se chegar ao conhecimento geográfico, sem levar em conta a proveniência de tais abstrações. Vale ressaltar que a geografia passa a ser compreendida como potencial de análise inclusive de “formações espaciais” passadas, a partir da noção de infraestrutura (força produtiva e relações sociais de produção). A análise das relações sociais de produção acaba por permitir uma leitura acerca de qual classe social se beneficia e qual é explorada dos frutos do trabalho em diferentes formações espaciais (SANTOS, 1977), mas impede um questionamento da forma de relação social capitalista baseada na troca e no fetiche da mercadoria.

A desigualdade social é entendida como resultado do capitalismo, cabendo ao geógrafo planejar uma melhor distribuição da “riqueza social” no espaço. Consequentemente, a análise espacial passa por uma atenção acerca das transformações “concretas” empreendidas pelo homem no espaço, abstraindo as determinações da

equivalência abstrata destas transformações sob o sistema produtor de mercadorias. Vale ressaltar, entretanto, que são justamente tais abstrações que permitem a comparação espacial nas “rugosidades”²⁷ (SANTOS, 1977) e a constatação da desigualdade na materialização da acumulação capitalista.

Mesmo Kant (1966), ao criticar a chamada razão pura cartesiana, destacava que esta só deveria ser aplicada para a compreensão de objetos que não fossem representações na consciência de objetos externos a ela. A razão pura poderia resolver problemas referentes a objetos, por exemplo, próprios à matemática. Para os demais objetos, Kant demonstrou a impossibilidade de conhecê-los em si mesmos, já que estes são sempre representados no intelecto a partir de pressupostos *a priori*, sendo o tempo e o espaço os dois principais. Assim em Kant, por conseguinte, o espaço é elaborado como uma abstração e não uma concretude. A crítica de Kant incide, assim, sobre a concepção de espaço de Descartes reproduzida por Newton, já que para este último, o pensamento logra alcançar a coincidência entre objeto e sujeito do conhecimento, o que permite tratar o espaço como extensão e deslocamento. Assim, o pensamento, ao ser concebido como coincidindo com o objeto, naturaliza os pressupostos abstratos dos quais parte, já que os reafirma como externalidade, naturalizando-os (ALFREDO, 2008).

Kant, por sua vez, não tratou tais abstrações como subjetivação de uma determinada forma de mediação social naturalizada, mas sim como ontológicas aos homens em geral. Sua formulação, porém, permite que abordemos o espaço como tal subjetivação. Para Alfredo (2008), a geografia, ao conceber o espaço como concretude, reproduz tal concepção de espaço derivada da física, reafirmando-a como absoluta. A crítica formulada por uma concepção de geografia que se pretende ciência, assim, não superaria o pressuposto modernizador, como ressaltamos em Pierre George e em Milton Santos. Uma concepção que levasse a cabo uma relação contraditória entre sujeito e objeto do conhecimento, sim, permitiria conceber o espaço como uma abstração

²⁷ “Os lugares manifestam uma combinação de capital, trabalho, tecnologia e trabalho morto, expresso nas ‘rugosidades’” (MORAES, 1999, p. 124). Os conceitos de fixos e fluxos (SANTOS, 1977), que nos remetem aos de posição e deslocamento de Newton, assim como aos de capital fixo e capital circulante de Adam Smith, podem ser considerados aqui justamente como de uma concepção de espaço que desconsidera a contradição imanente ao duplo do trabalho objetivado: valor de uso e valor. Por meio destes conceitos a materialidade das coisas é analisada – “circuitos” em Santos (1977) –, ao invés de ser criticada a contradição entre objetividade fantasmagórica e materialidade como seu suporte para o aparecer social. Tal duplo leva Marx (1983) a categorizar a composição orgânica de capital como constante e variável, trabalho morto e vivo, desdobramentos daquele duplo que estabelecem um movimento crítico e contraditório para a valorização do valor, determinando o devir social.

fundamentada na contradição própria da formação social moderna, apesar desta aparecer aos homens como concreta e natural. Apenas através de um viés crítico da categoria de espaço – “crítica da economia política do espaço”, como em Alfredo (2008), não entendido “espaço” como objeto de uma disciplina, mas transcendente à condição disciplinar do pensamento – é que alcançaríamos a possibilidade de negação histórica da modernização e do trabalho como seu fundamento: o enfoque se desvia da análise científica parcelar dos lugares para a crítica da mediação social de objetividade fantasmagórica (MARX, 1983).

Como tentaremos realizar em nossa análise do Proálcool, a crítica do espaço como objeto, o que o torna passível ao planejamento, deve explicitar as determinações críticas abstratas que são objetivadas e se realizam de maneira contraditória. Quando o Estado brasileiro procura fetichistamente aumentar a produção e produtividade do setor sucroalcooleiro o faz determinado pela necessidade de manter uma balança de pagamentos que permita a “rolagem” de suas dívidas, apesar de proferir que o faz para satisfação de necessidades da “nação brasileira”. A incidência dos créditos subsidiados de maneira diferenciada nas DIRAs paulistas será demonstrada como tendo sido determinada pelas abstrações críticas do processo de valorização do valor em crise, e que resultou no aprofundamento desta crise.

Não desejamos aqui afirmar uma geografia (“crítica”), mas negá-la através da crítica do espaço como seu objeto. A crítica, para nós, é um:

[...] modo de expressar o aprofundamento das contradições que estavam universalizadas no conceito de capital, que, assim, transcendiam a própria condição disciplinar do pensamento. A geografia estritamente materialista, ao contrário, compreendeu isto como forma de reafirmação de sua importância parcelar diante do comércio científico – isto é, da troca de conhecimentos estabelecidos – e tornou o Real e suas contradições uma forma de expressar a sua importância como ciência. Neste ponto, portanto, ela reduziu sua capacidade analítica e se fechou, autoritariamente diante daquilo que se expunha, objetivamente, como crítica à sua expressão de método e objeto (ALFREDO, 2008, p. 40).

2.3 – A luta dos trabalhadores de Guariba e a contradição entre capital e trabalho

Como já destacamos anteriormente, a interpretação que Thomaz Jr. (2002) faz do trabalho no corte de cana no período do Proálcool não explicita a crise deste como sendo decorrência da forma da mediação social. Até mesmo por isso, interpreta a

possibilidade dos capitais sucroalcooleiros se reproduzirem de forma ampliada, pela extração de mais-valia absoluta dos cortadores, com o auxílio e a conivência do Estado: “Aliás, quanto aos salários, ou melhor, sobre os baixos salários, assentou-se parte considerável pelo sucesso alcançado pelo Proálcool” (THOMAZ JR., 2002, p. 89).

Sua interpretação não incide sobre a crise imanente de reprodução do capital, mas sim sobre uma luta constante entre capital e trabalho por interesses, configurada na concepção de trabalho enquanto negação da negação (THOMAZ JR., 2002, p. 222) – ou seja, potência de negar aquilo que o nega, enquanto superação do capital. Tal conflito entre interesses personificados em burgueses e trabalhadores pode ser encontrado, como formulado por Thomaz Jr. (2002), quando do tratamento da condição do trabalho sob o capitalismo. O autor ressalta que a luta que os sindicatos de trabalhadores rurais exercem se resume ao âmbito da distribuição do produto social, materializado na transformação do espaço pelo trabalho humano:

Mesmo enraizado no mesmo processo que o capital, ou seja, na produção propriamente dita, ao trabalhador cabe parte ínfima da riqueza socialmente produzida na forma de salário. Desdobrando-se das relações de produção, o trabalho, já fragmentado a partir da divisão social e técnica, manifesta-se geralmente como luta organizada sindicalmente que apresenta no plano do mercado a sua base de assentamento, ou seja, apesar de o trabalho apresentar como sua raiz o lócus da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação [...] (THOMAZ JR., 2002, p. 228).

Já que o trabalho no corte de cana está caracterizado pelo autor como subsunção real deste ao capital, produzindo para atender aos interesses de valorização como necessidade burguesa, caberia ao trabalhador assalariado, como sujeito histórico consciente, promover uma luta que passasse por uma atuação na transformação da produção. O produto final do trabalho, assim, atenderia aos interesses dos trabalhadores e não dos proprietários dos meios de produção:

[...] pode-se afirmar que, embora a retomada de ações do movimento sindical do conjunto dos trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira paulista, a partir de 1984, com o movimento de Guariba, não tenha alterado profundamente a ação política, nos marcos institucionais do discurso oficial, nem derrocado os pilares de sustentação da estrutura vertical e os fundamentos que lhe imprimem o caráter de corporações alienadas, põe em discussão a super-exploração do trabalho e os projetos de dominação do capital.

Isso estimula a reflexão em torno da necessidade de um redimensionamento político da estrutura, organização e ação sindical, apontando claramente rumo ao controle do processo de produção, que teve como resposta do capital, como se viu, a intensificação do processo de tecnificação (THOMAZ JR., 2002, p. 229).

Os conceitos-chave que desejamos aqui destacar são os de “alienação” e “controle do processo de produção”. Segundo a interpretação de Thomaz Jr. (2002) sob o capitalismo, o fruto do trabalho da classe trabalhadora é apropriado pelo capital e a distribuição da riqueza produzida, seu lado abstrato compreendido como materializado na mercadoria, aparece como de interesse de toda sociedade, sendo na verdade de interesse da classe capitalista. Assim, como vimos ao analisarmos a noção de fetiche da mercadoria na qual incorre Lukács, poderíamos dizer que para Thomaz Jr., se a classe trabalhadora tomasse consciência de seus interesses através de sua racionalidade e lograsse conquistar o processo produtivo podendo trabalhar de acordo com seus interesses, a alienação em relação ao fruto de seu trabalho se extinguiria. A noção de trabalho que embasa tal leitura não aborda a concepção de fetiche da mercadoria como analisada anteriormente, justamente aquela que permite questionarmos a positivação da materialização do trabalho enquanto vinculada às intenções daquele que produz uma mercadoria (estando a mediação da troca pressuposta como relação social). O autor aqui em discussão formula sua concepção de trabalho em geral a partir dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* (MARX, 1987), justamente um dos textos principais do que denominamos Marx “modernizador”, aquele que estabelece uma formulação ontológica de trabalho:

A princípio pode-se afirmar que ‘trabalho’ é ‘troca energética’ e, nesse sentido, é possível entender o duplo movimento que se consubstancia no trabalho humano: exatamente o fato de que, ao exercermos qualquer movimento, trocamos com o meio um amplo e complexo conjunto de energias, que se desdobra em um processo concomitante de transformações, tanto nossa quanto dos elementos que em ‘dupla mão’ fazem parte do processo (THOMAZ JR., 2002, p. 223).

A reflexão de Marx, porém, vai muito além da mera constatação, pois infere que a ruptura inerente ao processo de trabalho, na medida mesma em que se materializa como objeto, é condição de uma relação nova, isto é, cria uma nova natureza [...] agora reordenada pela presença de um novo objeto: o produto do trabalho humano. Tem-se aqui, portanto, um movimento contínuo de negações, pois, na medida em que o trabalho morto nega o trabalho vivo por ser a sua própria realização, já em forma de objeto e não de ato, sobre esse novo patamar um novo ato de trabalho poderá se realizar (THOMAZ JR., 2002, p. 224).

Ao formular uma ontologia do trabalho, Thomaz Jr. não explicita a determinação abstrata presente na mediação dos homens pelas coisas; abstração real que media as trocas e que possibilita a formulação categorial do trabalho “em geral”, enquanto atividade humana, mediação homem-natureza, identidade sujeito-objeto. Em tal formulação, a mediação pela abstração parece ser considerada prevalecendo apenas no

âmbito da circulação capitalista. Isto permite que o autor conceba que, se o trabalhador dominasse o processo produtivo (e o sentido da superação sugerida é este), restaria apenas o lado do valor de uso da mercadoria, apenas sua materialidade, como em Lukács. No entanto, trabalho em geral é abstração possível somente enquanto naturalização de determinada forma social: a do sistema produtor de mercadorias. Não passar por uma crítica do trabalho enquanto também um duplo e historicamente determinado, permite conceber os produtores enquanto sujeitos e o fruto de seu trabalho enquanto materialização de seus interesses, embora, por diversas vezes, Marx destaque uma inversão entre sujeito e objeto quando da mediação dos homens por tais abstrações presentes na relação de troca.

Como vimos anteriormente, mesmo estando personificados na mesma pessoa, o proprietário dos meios de produção e o trabalhador, como no capítulo I, “A Mercadoria”, de *O Capital* (MARX, 1983), o fruto do trabalho aparece a estes como materialização de suas intenções, apesar desta materialização servir para o aparecer do lado abstrato do duplo da troca, colocando a finalidade tautológica da produção de mercadorias e da reposição do trabalho como necessidade social. A defesa dos interesses do trabalhador frente aos do burguês acaba por hipostasiar o trabalho e leva à naturalização deste, já que se foca nas necessidades satisfeitas por coisas e não na relação social que determina tais necessidades, ao invés de buscar o desaparecimento do próprio trabalho enquanto forma objetivada de dominação social e do capitalismo como seu sistema de reprodução.

Voltando a Luís Carvalho e Luís Ferreira, cortadores de cana entrevistados e por nós aqui abordados no capítulo anterior, poderíamos dizer que, segundo a concepção de consciência de classe em Lukács, estes seriam alienados por buscarem enriquecimento individual, ou seja, hipostasiam a naturalização do trabalho através da vontade de acúmulo de mercadorias. Porém, destacamos aqui que a consciência de classe sugerida por Thomaz Jr. e Lukács como aquela que levaria à superação da alienação, de defesa dos reais interesses destes explorados, também precisa ser problematizada.

Em Lukács, o proletariado enquanto sujeito histórico é justamente aquele que toma consciência de seus interesses frente aos do capitalista e supera a alienação do fruto de seu trabalho através da tomada do processo produtivo, ou seja, ocorre uma substituição de quem detém os meios de produção, reconfigurando-se assim uma identidade sujeito-objeto idealizada. Para Postone, porém, quando da mediação social

através das mercadorias, o sujeito é o próprio capital, ou seja, trabalho morto presente no processo produtivo a fim de se valorizar, uma inversão que configura a sujeição dos “sujeitos”, seres humanos, sejam burgueses, sejam proletários, à própria objetivação social fantasmagórica.

Assim, em aprofundamento à formulação: “o capital, voltado para todo o circuito do processo produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital da dominação de classe” (THOMAZ JR., 2002, p. 227); desejamos explicitar o capital como uma forma de relação social e não como uma forma de dominação de classe. Em nossa concepção, a dominação na sociedade se dá pelo próprio fruto do trabalho dessa sociedade e as contradições imanentes a este, o duplo da mercadoria e seus desdobramentos críticos, é que condicionam as ações das personificações deste sujeito objetivado, o capital:

Marx, explicitly characterizes capital as the self-moving substance that is Subject. In so doing, Marx suggests that a historical Subject in the Hegelian sense does indeed exist in capitalism. Yet he does not identify that Subject with any social grouping, such as the proletariat, or with humanity. Rather, Marx grasps it with reference to social relations constituted by the forms of objectifying practice grasped by the category of capital [...].
Marx’s interpretation of the historical Subject with reference to the category of capital indicates that the social relations at his critique’s center should not be understood essentially in terms of class relations but in terms of forms of social mediation expressed by categories such as value and capital. Marx’s Subject, then, is like Hegel’s. It is abstract and cannot be identified with any social actors. Moreover, it unfolds in time independent of will (POSTONE, 2003, p. 9).²⁸

Robert Kurz (2007), ao abordar a prática sob o capitalismo a formula como essencialmente reprodutora da relação de troca, já que é impossível em tal momento histórico a atividade sem a abstração real como mediação. Até por isso, toda luta por transformações está calcada nas determinações abstratas do momento de reprodução crítica do capital na qual está inserida:

²⁸ “Marx explicitamente caracteriza o capital como a substância automotriz que é sujeito. Ao fazê-lo, Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano existe de fato no capitalismo. Ainda que não o identifique com nenhum grupo social, tal qual o proletariado, ou a humanidade. Ao invés disso, Marx o apreende com referência a relações sociais constituídas pelas formas da prática objetivadas apreendidas pela categoria de capital [...].

A interpretação de Marx do sujeito histórico com referência à categoria de capital indica que as relações sociais no centro de sua crítica não devem ser entendidas em termos de relações de classe, mas em termos de formas de mediação social expressas por categorias como valor e capital. O sujeito em Marx, então, é como em Hegel. É abstrato e não pode ser identificado com nenhum ator social. Além disso, ele se desdobra no tempo independentemente da vontade” (Tradução do autor).

Em condições de vida capitalistas, constantemente aparecem zonas de atrito – ainda mais em novas circunstâncias de crise como ocorre – que fazem surgir diversas formas de confrontações (até mesmo destrutivas e carregadas de ideologia negativa), nas quais são descarregados os confrontos internos e as absurdidades desse tipo de socialização. Mas a luta por interesses de vida ocorridos no capitalismo que, enquanto tal, não pode absolutamente ser negado, não é per se transcendente para além da ontologia do trabalho, do valor e da dissociação.

Justamente aqui reside o problema para a crítica do valor-dissociação, pois ela precisa redefinir a relação existente com essas lutas encontradas que, no contexto do marxismo calcado na ontologia do trabalho, bem como da práxis como forma imanente própria do marxismo, não mais podem ser prorrogadas de forma linear e sem rupturas em nome de uma perspectiva para além do capitalismo (KURZ, 2007, p. 5-6).

Justamente por isso, a interpretação da greve de Guariba que sugerimos depende de uma tentativa de visualizar o Proálcool como expressão de um momento de reprodução do capital muito particular, que, como veremos, não consegue se efetivar enquanto reprodução ampliada simplesmente através da exploração da mais-valia, configurando uma crise de seu próprio fundamento, o trabalho, sem, no entanto, destituí-lo, já que a mediação social pelo valor se mantém. A greve ocorreu quando da tentativa do capital em aumentar a exploração (corte de 5 ruas para 7 ruas), ao mesmo tempo em que o processo inflacionário encarecia o custo de reprodução do trabalhador, como mostram as reivindicações contra o aumento do preço da água e a depredação da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), em Guariba. Assim, a necessidade do capital da super-exploração do trabalho não se efetiva por causa da ausência de ações e de consciência de classe ou de ausência de defesa dos interesses dos cortadores de cana, como se fosse possível, pelas formas de lutas reivindicatórias, transcender as contradições da valorização do valor. Os cortadores com quem conversamos (os canudeiros Luís Ferreira e Luís Carvalho), assim, podem ser compreendidos inseridos em um momento em que o trabalho se caracteriza por uma extrema instabilidade no que diz respeito à possibilidade de continuidade do assalariamento. Apenas os mais produtivos permanecem empregados em razão de uma concorrência desenfreada entre os cortadores. A necessidade de acumular para garantir maior estabilidade frente à iminência do desemprego é uma das formas de subjetivação de tal crise do trabalho no atual momento do sistema produtor de mercadorias. Tal processo só se acentua dado o ciclo de crescimento fictício experimentado pelo setor, na primeira década do século XXI, como observamos em nossa “Introdução” e no capítulo 1.

Outra forma de subjetivação de tal momento é uma forma de ludismo através da prática de atear fogo ao canavial antes da maturidade da cana-de-açúcar. Uma “vingança” de desempregados contra o produtor que substituiu trabalho por máquinas. Relatos de tais atos são frequentes nas regiões produtoras de cana.

Ocorreria, assim, que em razão de tal crise do trabalho, segundo formulamos, uma tentativa do capital de se reproduzir ampliadamente não se realizaria (nem pela extração de renda da terra), característica que, como veremos, pode ser constatada pela necessidade de créditos subsidiados para a continuidade da produção de cana-de-açúcar e das mercadorias dela derivadas. O procedimento de ontologia do trabalho não permite visualizar tal crise da mediação social já que idealiza o trabalho para o próprio presente e futuro, como essência humana. Isto impede até mesmo Thomaz Jr. (2002) de explicar o movimento de mecanização do corte, já que os custos de produção caem em aproximadamente 40% com tal modernização. Seria possível o aumento da composição do capital caso este aumentasse os custos de produção? A resposta a esta questão, claro, depende da posição em que se localiza o sujeito do processo social sob o capital: no trabalhador, no capitalista, ou no capital entendido como relação social. É necessário, assim, enfatizar que uma crítica fundada na luta de classes e, principalmente, na exploração do trabalho parece-nos anacrônica. Com o fim do corte manual, ou sua redução significativa, o processo histórico permite-nos observar que este não pode ser o alvo de crítica à forma social. Afinal, sem tais trabalhadores/cortadores, de que maneira encontrar pertinência na luta de classes como objeto da crítica, sendo que a mediação social através do valor apenas se mantém em um momento de sua reprodução fictícia?

Além disso, fica como questão a dúvida acerca da possibilidade de reprodução ampliada do valor no ramo sucroalcooleiro paulista, dada a alta composição orgânica de seus capitais. Sendo o trabalho fundamento do valor, sem ele participar do processo produtivo, ficaria inviabilizada tal reprodução ampliada, o que significa para nós momento particular e objetivo da crise do trabalho, permitindo-nos explicitar a necessidade da negação do próprio trabalho e de sua ontologia.

2.4 – O aumento absoluto do número de cortadores em São Paulo; a diminuição do número de trabalhadores no setor sucroalcooleiro e na agricultura paulista; a conseqüente queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra no decorrer do Proálcool

Em nosso primeiro capítulo, tentamos compreender o momento do setor sucroalcooleiro encontrado em trabalho de campo à área de Olímpia como sendo o desdobramento de um processo de modernização retardatária posto pelas políticas econômicas das “ditaduras militares” brasileiras. Em relação ao setor em questão, vinculamos o Proálcool, uma das principais políticas para a agricultura do período, à inserção do país no cerne da crise da sociedade do trabalho em nível global, o que fazia com que o capital fictício, através de créditos subsidiados, determinasse a reprodução crítica de produções de cana-de-açúcar e usinas. Pudemos investigar a existência do trabalhador volante e do assalariamento como relação social de produção que o mobilizava para o trabalho, quando de nosso trabalho de campo, também como parte da crise dessa sociedade do trabalho, característica expressa na forma de subjetivação das próprias personificações do processo social, dada a forte mecanização do corte de cana e redução absoluta dos postos de trabalho na lavoura canavieira, mesmo apesar da expansão extensiva desta.

Destacamos, inclusive, a forma de reprodução da mobilidade para o trabalho no corte de cana, para o século XXI. Muitos cortadores eram provenientes de regiões relativamente mais distantes do que aqueles que vieram para São Paulo nos anos 1960-1980. Vieram de Estados como a Paraíba, e disseram não terem sido expropriados de suas terras para necessitarem se submeter a um trabalho em que tinham “quase morrido”, para reproduzirmos as palavras do cortador Luís Carvalho. Caracterizamos tal particularidade como a de um momento em que a superpopulação relativa já estava formada, funcionando como um mercado de trabalho de âmbito nacional, podendo o trabalhador estar “livre” para escolher tanto trabalhar em sua terra e vender seus produtos no mercado, como cortar cana em outro estado, mesmo com a dificuldade crescente em encontrar trabalho, resultado da crise da sociedade do trabalho. O que motivava sua escolha era o desejo do enriquecimento e da ascensão social, através do consumo de mercadorias. O que determinava a naturalização dessa escolha por parte desses trabalhadores, para nós, era o momento crítico de existência desta relação social de produção, que impelia os trabalhadores através da concorrência a acumular o máximo que conseguissem, dada a iminência da ausência de trabalho e da possibilidade

de reprodução social. Isto mesmo com estes trabalhadores tendo pequenas propriedades em suas terras de origem, já que, como destacaram, não conseguiam dinheiro com a produção nessas terras, em um momento de hegemônica necessidade de dinheiro para poderem se mediar socialmente. As determinações críticas do processo eram subjetivadas pelos trabalhadores como escolha individual e “livre” pelo trabalho assalariado; sendo este entendido por Luís Carvalho e Luís Ferreira (os cortadores com quem mais tempo passamos) como meio para alcançarem a satisfação de necessidades através do consumo de mercadorias.

A redução absoluta no número de trabalhadores no setor foi um argumento importante para demonstrarmos a crise da sociedade de trabalho, com o processo de exclusão gradativa da força de trabalho do processo produtivo. O aumento da produtividade e a diminuição dos salários – formas dos capitais do setor tentarem “compensar” a queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra como aprofundamento da crise de acumulação – pôde ser explicitado por nós pela própria mecanização do corte de cana. Desejamos agora fazer o movimento inverso, qual seja, desdobrar o processo histórico que foi aprofundado pela política econômica de modernização retardatária do Proálcool como necessidade do setor de aumentar a produtividade do trabalho e a produção de cana, e álcool (já que o aumento na produção de açúcar foi inferior relativamente a estes dois); necessidade entrelaçada com a determinação fictícia de reprodução do capital a nível nacional e global.

Continuemos com as relações sociais de produção encontradas no setor, agora no momento do Proálcool. A expansão do setor ocorreu em termos de produtividade, levando ao aumento da produção, mas também da área plantada e colhida com cana-de-açúcar. Durante o PNA, porém, tal expansão ocorreu com aumento do número absoluto de cortadores de cana, o que, aparentemente, poderia ser um argumento contrário à nossa formulação de que o setor expressa, enquanto particularidade de um todo, um momento da crise da sociedade do trabalho.

Tabela 2 – Trabalhadores ocupados na agropecuária, estado de São Paulo, anos agrícolas 1970/1971 – 1993/1994

Ano Agrícola	Residentes		Não-Residentes		Total	Índice *1
1970/71	1.038.732	72,10%	402.655	27,90%	1.441.387	100
1971/72	1.031.244	71,40%	413.756	28,60%	1.445.000	100
1972/73	1.045.777	72,00%	406.394	28%	1.452.171	101
1973/74	1.001.613	71,40%	400.682	28,60%	1.402.295	97
1974/75	936.317	70,80%	386.277	29,20%	1.322.594	92
1975/76	914.748	74,10%	319.902	25,90%	1.234.648	86
1976/77	872.038	63,30%	505.446	36,70%	1.377.484	96
1977/78	879.694	60,90%	565.662	39,10%	1.445.356	100
1978/79	857.575	60,90%	551.509	39,10%	1.409.084	98
1979/80	809.181	60,10%	536.645	39,90%	1.345.826	93
*2
1984/85	848.597	60,10%	563.385	39,90%	1.411.982	98
1985/86	817.651	58,20%	587.248	41,80%	1.404.899	97
1986/87	880.108	57,60%	647.856	42,40%	1.527.962	106
1987/88	847.256	52,10%	777.403	47,90%	1.624.659	113
1988/89	730.222	49,50%	744.296	50,50%	1.474.518	102
1989/90	843.847	52%	780.219	48,00%	1.624.066	113
1990/91	671.532	52,80%	600.263	47,20%	1.271.795	88
1991/92	665.464	51%	639.228	49%	1.304.692	91
1992/93	663.649	52,40%	601.654	47,60%	1.265.303	88
1993/94	618.923	50,80%	598.739	49,20%	1.217.662	84

*1 - Índice simples, base 1970/71=100.

*2 - Para os anos agrícolas entre 1980/81 e 1983/84 os dados não estão disponíveis.

Fonte: Gonçalves (1996, p. 26).

Tal fato pode ser observado através dos números da tabela 2, no que diz respeito ao aumento de “não residentes” para a década de 1970 e 1980; e ao número total de trabalhadores ocupados na agropecuária para o final da década de 1980. A tabela 2 permite-nos, assim, inferir que foi no segundo ano de atuação do Proálcool que o número de trabalhadores não-residentes cresce de maneira significativa, quando ultrapassa 500.000 trabalhadores. Este número cresceu até chegar a mais de 780.000 na safra 1989/90, momento em que começou a apresentar queda. Em relação ao número total de trabalhadores agrícolas do estado de São Paulo, ao observarmos o índice tomando 1970 como base, o que permite comparação entre os anos-safras, foi a partir da segunda metade da década de 1980 que a quantidade destes trabalhadores superou a do

ano base. Isto porque os dados aparecem compensando a redução do número de trabalhadores residentes com a elevação do número de não-residentes.

Apesar de termos de destacar aqui que tais números não se referem exclusivamente à lavoura canavieira paulista²⁹, se considerarmos que a política de industrialização da agricultura através do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965) teve aplicação primordial no estado de São Paulo, o que gerou aumento da composição dos capitais agrícolas para as principais monoculturas (DELGADO, 1985); e também que a lavoura de cana-de-açúcar (como apresentamos na tabela 3) foi das que mais cresceu também neste estado (RAMOS, 2005), ocupando áreas anteriormente usadas para produção de café ou como pastagens, podemos afirmar que o aumento do número de não-residentes foi impulsionado predominantemente pelo do trabalho volante do cortador de cana:

A partir de meados da década de 1970 o debate sobre o que foi chamado de trabalhador volante (de “bóias-frias”, de clandestinos, etc.) acabou tendo como destaque o caso dos vinculados à cana, com o algodão sendo outra cultura mencionada, mas cuja colheita passou a ser totalmente mecanizada a partir da década de 1990. Deste debate destacou-se exatamente o problema relacionado à não garantia dos direitos trabalhistas, bem como foi chamada a atenção para a questão do dimensionamento do contingente de tal categoria, já que os censos agropecuários não permitem a quantificação de forma adequada ou direta [...]. Estes dois problemas têm relação com o fato de que a arregimentação e contratação deles em boa medida é feita por intermediários. Na primeira metade da década de 1980 o uso de trabalhadores temporários no corte de cana cresceu significativamente, em função do Proálcool (RAMOS, 2008, p. 2-3).

²⁹ Tais números não existem de maneira desagregada, ou seja, referindo-se apenas à lavoura canavieira paulista. Teremos, assim, que inferir o aumento do número de volantes nesta lavoura a partir do número total destes no estado de São Paulo. Para tal discussão ver Ramos (2005).

Tabela 3 – Composição da área agropecuária (em hectares) do estado de São Paulo, médias anuais dos triênios 1949/1951 a 2005/2007

Atividade	1949-51	1959-61	1969-71	1979-81	1989-91
Pastagens	8.621.145	9.945.099	11.862.786	11.307.015	10.580.448
Lavouras	4.782.200	5.662.921	6.139.611	7.101.141	7.231.202
Florestas	297.867	440.754	584.712	1.012.436	963.210
Cana	155.467	436.700	737.937	1.350.491	2.118.425
Café	1.269.067	1.472.100	784.266	989.511	500.615
% Pastagens	64,32	63,72	65,9	61,42	59,4
% Lavouras	35,68	36,28	34,1	38,58	40,6
% Cana	3,25	7,71	12,02	19,02	29,3
% Café	26,54	26	12,77	13,93	6,92
% Florestas	6,23	7,78	9,52	14,26	13,32
Área Agropecuária	13.403.345	15.608.020	18.002.397	18.408.156	17.811.650

Fonte: Gonçalves (2011, p. 5)

Em Ricci (1994, p. 6), a estimativa do número de volantes, na agricultura paulista, para a safra 1985/1986, é de 439 mil pessoas, uma porcentagem altíssima frente o total de não-residentes como encontramos na tabela 2, de quase 590 mil pessoas. Além disso, Ricci demonstra também que em 1975 o número era de 334.162 pessoas. Ao constatarmos na tabela 3 que a cana-de-açúcar foi a cultura de maior expansão na agropecuária paulista de 1970 a 1990, tendo crescido no período de 737.937ha (12% da área agropecuária do estado) para 2.118.425ha (29,30% da área agropecuária do estado), isso permite-nos demonstrar, sem muita chance de equívoco, que o aumento do número de volantes concomitante ao aumento da área plantada com cana são consequências do Programa Nacional do Alcool.

A discussão que mencionamos em nosso capítulo 1 acerca do surgimento do “bóia-fria” teve tal momento de aumento no número destes trabalhadores como base para suas formulações. Diversos trabalhos teóricos problematizaram o surgimento do trabalhador volante, dentre eles podemos destacar o texto de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), que analisou a “modernização trágica” (SILVA, 1999, p. 15) e o Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) como causas do surgimento da relação social de produção em questão; o de José Graziano da Silva (1981b), que denominou a modernização de “dolorosa”, em razão da super-exploração do trabalho, mas que o

compreendeu, também, como incompletude do processo de modernização; e o de Pedro Ramos (1999; 2008) que destacou a diferença do momento de surgimento do “bóia-fria” em relação ao momento que o antecedeu, o de existência do colonato, como sendo da diferença entre trabalho permanente e temporário, sendo este caracterizado pela precarização. Todos eles entenderam tal processo de modernização ocorrido durante os anos de “ditadura militar” como tendo alcançado resultados que beneficiavam os interesses das classes dominantes da sociedade brasileira (burguesia nacional e latifundiários), já que os autores hipostasiam um ideal positivo de capitalismo nos países do centro do sistema e por isso, não destacam ali haver reprodução social da forma mercadoria e suas determinações contraditórias da dominação abstrata. Assim, não apenas acabam por exigir políticas econômicas mais distributivistas – que garantam direitos trabalhistas, ou até mesmo a continuidade da modernização até que se complemente (o que, para eles, levaria à “extinção” do trabalhador volante) –, reproduzindo em suas bases o sistema mundial produtor de mercadorias em crise; mas fundamentalmente desvinculam modernização de um processo social concorrencial que ocorre independente da vontade e dos interesses das personificações do capital. Vale dizer isto, já que a modernização sobre o moderno que aparece como solução para a super-exploração tem consequências contraditórias enquanto crise da sociedade do trabalho, “expulsão” do trabalhador do processo produtivo, o que Kurz (1999) denominou de existência de sujeitos monetarizados sem dinheiro, ou *emancipação negativa*. O corolário da modernização não acabaria, assim, com a miséria, característica presente também atualmente no centro do capitalismo em crise, o que os discursos que positivam o capitalismo em tais países não tematizam. A questão agora é como demonstrar tal crise em um momento de crescimento do trabalho do “bóia-fria” que parece “compensar” o de “expulsão” do trabalhador “permanente” pelo processo de modernização.

Podemos dizer que para Pedro Ramos (1999) o trabalhador “temporário” aparece inclusive como “arcaísmo” – se assemelhando à tese de Fragoso e Florentino (1993) conforme apresentada – já que a não aplicação dos subsídios creditícios do Proálcool no desenvolvimento das forças produtivas do setor relativamente aos níveis de desenvolvimento de países como EUA e Austrália (RAMOS, 1999, p. 165), mas sim na terra, teria ocorrido para beneficiar os interesses das elites nacionais, reproduzindo o latifúndio. Partimos aqui, entretanto, de uma acepção que explicita o desenvolvimento

das forças produtivas do setor como aquele que determinou propriamente a existência do trabalhador “bóia-fria”. Apenas uma leitura do trabalho como socialmente constituído, o que permite sua crítica e negação, possibilita que concebamos tal momento do processo capitalista contraditório como de crise do trabalho, relativamente aos altos níveis de produtividade, e não como momento “anterior”, e por isso “conservador” (RAMOS, 1999), em relação a um pleno funcionamento ideal do sistema. Para nós, modernização é sempre conservadora em relação aos pressupostos da formação social capitalista.

Mesmo que os níveis de produtividade do setor sucroalcooleiro brasileiro ou paulista, durante o Proálcool, não possam ser comparados aos níveis de produtividade de EUA e Austrália, que já apresentavam o corte de cana mecanizado em suas agroindústrias sucroalcooleiras, foi, para nós, a alta composição orgânica dos capitais em razão da modernização que levou à incapacidade do setor de se reproduzir sem a determinação do capital fictício, fazendo com que, na tentativa de aumentar sua taxa de mais-valia, aumentasse os níveis de exploração do trabalho (em termos de produtividade e de redução da remuneração). Isto porque não conseguia se valorizar em razão da relação entre capital constante investido e variável disponível, já que aquele conseguia explorar cada vez menos unidades de trabalho relativamente. Isso ocorria mesmo com o número absoluto de trabalhadores aumentando, possibilitando a constatação de queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra para o setor. Podemos assim afirmar que há redução relativa do número de trabalhadores apesar do fenômeno do seu aumento em números absolutos, ou seja, o capital constante empregado no setor tem aumento maior em relação ao de número de trabalhadores (capital variável), configurando aumento da composição orgânica do capital, que pode ser observado através do aumento da produtividade do trabalho.

Temos aqui, agora, que fazer uma importante distinção. Quando destacamos o aumento da produtividade do trabalho no corte de cana estamos nos referindo ao aumento da capacidade de um trabalhador em termos de produção, ou seja, toneladas diárias cortadas. Por outro lado, este aumento acompanha o aumento da produtividade da lavoura canavieira em geral, ou seja, produção de cana por hectare. É deste aumento que vamos tratar agora, já que com alta composição orgânica do capital no setor o trabalho neste fica mais produtivo em todos os momentos da produção, não apenas no que diz respeito ao corte de cana.

Como já enfatizamos, era difícil no período conhecer o número de trabalhadores no corte de cana, em razão da terceirização desta atividade. Assim, para fazermos uma apreciação do aumento da relação entre capital constante e variável aplicados no processo de produção de cana-de-açúcar, no período do Proálcool, necessitaremos de algumas aproximações. O cálculo exato aqui não nos é de suma importância para a finalidade que temos em vista. Um estudo do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (YOSHII *et al.*, 1993, p. 164-165) demonstrou os resultados do Proálcool em termos de produção, área colhida e produtividade no que diz respeito à lavoura canavieira (tabela 4). Há diferença em relação aos números apresentados para a área de lavoura da tabela 3, já que esta apresenta a área plantada com cana.

Tabela 4 – Produção, área colhida, produtividade da lavoura canavieira paulista; não-residentes e total de trabalhadores da agropecuária em São Paulo: 1970/71; 1980/81; 1990/91

São Paulo	1970/71	1980/81	1990/91
Produção de cana (ton)	3.630.000	7.313.000	14.389.000
Área de cana colhida (ha)	617.000	1.055.000	1.864.000
Produtividade de cana (ton/ha)	58,3	69,3	77,2
Não-residentes trabalho agrícola paulista	402.655	536.645	600.000
Total de trabalhadores agrícolas paulista	1.441.387	1.345.826	1.271.795

Fonte: compilado pelo autor de Yoshii *et al.* (1993, p. 164-165); Gonçalves (1996, p. 26).

Começamos pela análise do aumento da produtividade do trabalho apresentado na tabela 4. A produção de 1970/71 para a de 1980/81 salta de 3.630.000 toneladas de cana, em São Paulo, para 7.313.000, e em 1990/91 para 14.389.000, com variações de 101,46% e 96% respectivamente. No que diz respeito à área colhida os números são de 617.000ha para 1970/71, 1.055.000ha para 1980/81 e 1.864.000ha para a safra de 1990/91; e respectivamente, 70,98% e 76,68% de diferença. Isto já demonstra que a produção apresentou aumento maior que o da área colhida com cana, fazendo com que cada hectare de cana passasse a ser mais produtivo, conforme os números acerca da média de produtividade para o Estado nos permite concluir: 58,3, 69,3 e 77,2 toneladas de cana por hectare para os anos acima apresentados respectivamente.

Tratemos agora do número de trabalhadores não-residentes. Segundo Ricci *et al.* (1994), o aumento de tal número para os anos analisados deu-se em razão do aumento do número de volantes em culturas como a cana, a laranja e nas terras ocupadas com cafezais. Ou seja, o trabalho volante não era utilizado apenas para a lavoura canavieira. Como não temos tais números desagregados poderemos especular que o crescimento do número de volantes tenha majoritariamente ocorrido em função da expansão da lavoura canavieira promovida pelo PNA, como destacamos acima. Assim, teríamos que de 402.655 não-residentes, em 1970/71, o número destes teria aumentado para 536.645, em 1979/80; e para 600.000 em 1990/91 (passando a declinar a partir de então). As variações apresentadas seriam de 33,27% e 11,80%. Ou seja, mesmo que considerássemos que todo este aumento tenha ido para a lavoura canavieira, ainda assim estaríamos diante de um aumento significativo na produtividade do trabalho empregado em tal segmento da agricultura paulista. Explicitar tal aumento significa apresentar que cada trabalhador está produzindo mais toneladas de cana, ou seja, em cada tonelada de cana há menos horas de trabalho, o que como intentamos destacar para o caso apresentado, significa também relativamente menos trabalho utilizado no processo produtivo em comparação com o capital investido necessário para realizar tal processo. A este movimento crítico Marx (1983) denominou de aumento da composição orgânica do capital, o qual, como já destacamos, tem como consequência uma queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra. No Brasil, a industrialização da agricultura, entretanto, ocorreu em tal patamar mundial de produtividade que, segundo o que apresentamos aqui para o setor sucroalcooleiro paulista, este não conseguia através da exploração da mais-valia e da renda da terra remunerar seus capitais investidos, reproduzindo-se apenas com a inversão de capital fictício em seu processo produtivo.

Não podemos, entretanto, nos deixar levar apenas pelo fenômeno de aumento do número de trabalhadores “temporários” que ocorre em consonância com a extensão da lavoura canavieira, em São Paulo, para o período analisado, e com o que constatamos como uma diminuição relativa do trabalho. Os dados agregados em relação ao número de trabalhadores têm certa utilidade para o caminho argumentativo que vem a seguir. Ao observarmos o número total de trabalhadores na tabela 4, este apresenta-se em declínio: de 1.441.387, em 1970/71, para 1.271.795, em 1990/91. A industrialização da agricultura reduz os postos totais de trabalho, mesmo que para os anos de 1986 a 1990 – de 1.527.962 para o primeiro e 1.624.006 para o último –, Gonçalves (1996, p. 26)

apresente que este número tenha superado o de 1970, de 1.441.387 trabalhadores ocupados na agricultura paulista. Ricci *et al.* (1994, p. 5-6) destaca que o aprofundamento do processo de industrialização da agricultura brasileira ocorreu a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, sendo que, neste momento, o número de trabalhadores agrícolas, em São Paulo, seria de mais de 1.700.000. Este processo, segundo ele, foi responsável pela mobilização de um terço de trabalhadores rurais para as periferias dos centros urbanos do interior de São Paulo. Aqui apresentamos como conclusão que, no processo observado como um todo, o que ocorre é o declínio do número de trabalhadores, configurando a substituição do trabalho vivo (que produz valor) pelo trabalho morto (capital constante) do processo produtivo agrícola, permitindo que explicitemos a crise do sistema mundial produtor de mercadorias e consequentemente do trabalho como forma da mediação social sob tal sistema. Isto pode ser assim formulado, já que o aumento da composição orgânica dos capitais leva à exclusão do trabalho vivo da agricultura, sendo o setor sucroalcooleiro uma expressão particular de tal processo universal.

Muitos entenderam as diferenças principais das transformações nas relações sociais de produção do colonato para o “bóia-fria” como equivalentes à passagem de trabalhadores “permanentes” para “temporários” na agricultura (RAMOS, 2008). Tal enfoque nessa distinção, porém, acaba por esconder formas particulares de trabalho, que realizam momentos particulares da acumulação do capital. Enquanto a predominância até os anos de 1950 e 1960 era a do regime de trabalho baseado no colonato, no qual este não era um assalariado puro, mas apresentava uma forma mista de remuneração, já que podia plantar alimentos para consumo próprio e para comercialização; o trabalhador assalariado que passa a predominar a partir da década de 1960, principalmente após o Estatuto do Trabalhador Rural, sob nossa perspectiva, é resultado do processo de modernização retardatária brasileiro, que ao se realizar, o faz como crise, com os capitais apresentando alta composição orgânica, com menos trabalho empregado no processo produtivo relativamente ao momento anterior.

Dentre as transformações que o Proálcool fomentou como industrialização da agricultura, o que reduziu, como vimos, a necessidade de força de trabalho no processo produtivo, devemos não só destacar o início do processo de mecanização da colheita de cana, mas também abordar as que se referem ao plantio, aos tratos culturais e à colheita.

É interessante acompanhar como Ricci (1994, p. 104-107) descreveu estas transformações ao longo do Proálcool:

Para o setor sucroalcooleiro, é importante ainda a longevidade da plantação de cana. Isto porque, quanto mais tempo for possível manter em produção o canavial, maior será o tempo que o usineiro precisará investir em novo plantio e assumir os elevados custos de preparo do solo [...].

É importante ter claro que o desenvolvimento de novas variedades de cana terá consequências importantes para toda produção do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Primeiro com a extensão do tempo de colheita e permitindo o funcionamento por maior número de meses das unidades industriais. Segundo, pela necessidade de redução do tempo de algumas atividades, principalmente as de preparo do solo e plantio. A necessidade de redução do tempo de execução da atividade implica a necessidade de introdução da moto-mecanização, o que reduz o número de trabalhadores empregados. A adoção de inovações físico-químicas também reduz o número de trabalhadores, principalmente com a substituição da carpa manual pela química [...]. A pesquisa química teve uma importância crucial no desenvolvimento da lavoura canavieira, por permitir, dentre outras contribuições, a utilização de herbicidas em substituição às carpas manuais ou mecânicas.

As primeiras atividades a se tornarem mecanizadas na lavoura canavieira foram as de preparo do solo e plantio. Nestas, os efeitos da mecanização foram os de reduzir o tempo de realização da atividade e de redução da utilização de trabalhadores.

A colheita de cana compreende três fases independentes: o corte; o carregamento e o transporte até a usina. A mecanização da colheita de cana se dá lentamente, atingindo primeiro o transporte [...]. Posteriormente a mecanização atinge o carregamento. Até a década de 1950, o trabalhador cortava e enfeixava a cana, amarrando os fardos com as folhas [...]. Esta cana cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens até os pequenos caminhões ou carroças puxadas a animais [...].

Na etapa seguinte, no final da década de 1960, os carregadores foram substituídos pelos guinchos mecânicos, que empilham e carregam a cana para a carroceria dos caminhões [...] As carregadeiras mecânicas ou guinchos substituíram os fortes carregadores.

Para nós, o processo de industrialização da agricultura está atrelado a um momento de crise de superprodução dos países centrais do capitalismo, como por exemplo, os EUA, que passam a exportar capitais para os países periféricos, como o Brasil. Esses capitais permitem a internalização, no Brasil, de parte do Departamento I da economia estadunidense (ALFREDO, 2006a), o que aparece às personificações do capital no processo produtivo como política econômica “desenvolvimentista” para industrialização da agricultura, por exemplo. Apesar da ausência de crítica ao processo de modernização retardatária que o excerto acima apresenta, ele explicita, por sua vez, o aumento da composição orgânica do capital na passagem do colonato para o trabalhador assalariado: no caso, o “bóia-fria”. A tratorização do preparo do solo, a adubação química também nesta etapa da produção; a mecanização e o uso de herbicida no lugar

das carpas; e a mecanização da colheita, extinguiram funções e postos de trabalho existentes no momento anterior. Com o Proálcool, que aprofundou tal processo, os empréstimos já tinham levado, no começo dos anos 1980, por exemplo, a que a média de mecanização do corte, em São Paulo, atingisse 20% da lavoura canavieira (RICCI, 1994: 98). Além de subsidiar o processo produtivo de manufatura da cana nas usinas, o Programa garantia o consumo do Departamento I, à jusante da produção agrícola. Tal consumo, como viemos destacando, era posto, assim, por uma crise de valorização do valor, que apenas fez se aprofundar, levando à exclusão processual do trabalho do processo produtivo – de mais de 1.700.000 trabalhadores na agricultura paulista, em 1965; para 1.271.795, em 1990/91, com decréscimo exponencial a partir de então – e à inviabilidade deste em ser valorizado. As distintas relações sociais de produção não podem, segundo nosso argumento, ser diferenciadas apenas através de conceitos como os de trabalho “permanente” ou “temporário”, o que esconde as particularidades dos distintos momentos de acumulação de capital, assim como o momento de crise que fundamenta a existência do trabalhador volante ou “bóia-fria”, na década de 1960 em diante.

2.5 – A formação do “bóia-fria” como crise da sociedade do trabalho

No bojo da já destacada “greve de Guariba”, de 1984, mobilizada pela crise de valorização do valor no setor, diversas greves e paralisações por parte dos trabalhadores da lavoura canavieira ocorreram no interior de São Paulo. Se consideramos a Greve de Guariba como determinada pela tentativa de aumento da taxa de mais-valia sobre o trabalhador (corte de 7 ruas), podemos constatar, continuando em nossa formulação, um movimento semelhante com relação às greves relatadas nos alojamentos da Usina Guarani, em Severínia, nos anos posteriores ao “movimento de Guariba”. Tais movimentos dos trabalhadores foram, em nosso entendimento, resultado de um momento em que, em razão do processo inflacionário³⁰ que o Brasil enfrentava, os preços nacionais pagos à cana-de-açúcar por parte do governo não acompanharam tal processo (com a finalidade de contenção deste). O Estado escolhia assim quais os piores solos que deixaria de remunerar, além de diminuir a taxa de lucro e de renda da terra

³⁰ Sobre tal processo ver nosso item 3.4, “A autonomização do Estado e a modernização retardatária brasileira como colapso da modernização”.

para os demais capitais investidos na produção de cana. Isto pode demonstrar para nós uma incapacidade do setor se reproduzir, mesmo com os créditos subsidiados que recebia, já que a política de preços ao setor também era uma forma de garantir a reprodução dos capitais, como analisaremos em nosso próximo capítulo. As tentativas dos capitais do setor aumentar a exploração do trabalho para compensar tal impossibilidade de reprodução podem ser entendidas, assim, como posta pelos desdobramentos críticos da acumulação fictícia que viemos analisando, determinação também da necessidade da própria produção de cana e etanol.

Diferentemente do que ocorreu em Guariba, quando da tentativa de substituição do modelo de corte de cinco ruas, para o de sete ruas, em Olímpia aumentou-se o não repasse das toneladas cortadas na transformação dos metros em toneladas por parte das usinas, assim como a interferência dos “gatos” no momento de repasse dos dissídios e acordos para os trabalhadores, acordos estes que ocorriam entre fornecedores de cana/usineiros e sindicatos de trabalhadores rurais.

Movimento de cortadores para impedir a piora nas relações trabalhistas também aconteceu nas propriedades da Usina Guarani. A Usina Guarani foi fundada em 1954, por um antigo proprietário de armazém, um imigrante libanês, que acumulou comercializando para colonos do café da região. Jorge Tannuri, filho do fundador, nos contou (em 4 de dezembro de 2010) que seu pai (também Jorge) havia começado um engenho, após comprar terras em Severínia, no final da década de 1940. Ao conseguir autorização do IAA para novas cotas, permitindo-o aumentar sua produção, transformou o engenho em usina, no momento em que o café perdia lugar na região para a produção de laranjas e de cana-de-açúcar. O Sr. Jorge contou-nos também que a usina fora vendida para uma sociedade anônima em 1959, e que desconhecia os proprietários que se sucederam no controle do grupo³¹, o que dificultou a pesquisa sobre o histórico da produção canavieira da usina.

Podemos constatar que a Usina Guarani seguiu o movimento do setor sucroalcooleiro, aumentando ao longo do Proálcool a composição orgânica de seu

³¹ Como já destacamos anteriormente, no momento de nossa pesquisa, a Usina Guarani já era de propriedade de um grupo francês, o Tereos, além disso, sua direção não permitiu acesso às suas instalações, nem concedeu entrevista por nós desejada. Esta permitiria que conhecêssemos os empréstimos adquiridos pela usina ao longo do Proálcool, e também como foram utilizados. Já que não conseguimos tais informações, trataremos aqui apenas dos dados referentes à usina Guarani conforme constam dos Boletins de Safra do IAA, de diversos anos, em São Paulo, para constatar o aumento de sua composição orgânica de capital. Não conseguimos acesso a nenhum documento que informasse o destino dos créditos subsidiados às empresas do setor sucroalcooleiro.

capital, o que a insere no processo crítico que vimos destacando. Tal aumento pode ser inferido se seguirmos o aumento da produtividade de sua lavoura, assim como a expansão da área colhida de cana-de-açúcar de propriedade da Usina Guarani. Ao seguirmos as “Posições finais de Safra”, do IAA (*Boletim de Safra*, 1965-1990), referentes ao triênio 1969/70; 1970/71; 1971/72, obtivemos que a Usina Guarani produziu em média 35.893 toneladas de cana, em uma área de 566,33 hectares de terras próprias, com uma produtividade de 63,37 toneladas por hectares. Na década seguinte, ao adentrar a segunda fase do Proálcool, e produzindo cana para abastecer também uma destilaria anexa para produção de álcool anidro e hidratado, as médias para os anos 1979/80; 1980/81; 1981/82 foram de 485.296 toneladas de cana, em uma área de 5.977 hectares, com rendimento agrícola de 81,19 toneladas por hectare. As diferenças percentuais foram, assim, em relação aos dois períodos, de aumento na área colhida de 955%, na produção de 1.252% e na produtividade do trabalho de 28%. Conforme observamos em relação ao setor sucroalcooleiro paulista, no que se refere à Usina Guarani, podemos constatar um aumento na produtividade do trabalho, sugerindo que este ocorreu a partir dos subsídios fornecidos pelo Proálcool.

A partir da metade da década de 1980 o processo inflacionário passou a se agravar nacionalmente. Enquanto ocorreram diversos cortes nos subsídios concedidos à agricultura e o Sistema Nacional de Crédito Rural foi extinto, o Proálcool continuou existindo. Os créditos subsidiados ainda eram concedidos, mas, os preços repassados para a cana de açúcar tinham por finalidade tentar conter o processo inflacionário. Ao mesmo tempo, os acordos trabalhistas tentavam pelo menos repassar a elevação da inflação ao preço pago pela tonelada de cana cortada. Porém, os “gatos” podiam não fazê-lo na hora de pagar os trabalhadores. Foi justamente o que aconteceu, segundo o que o fiscal de turma, que aqui denominaremos “Mineiro”, nos contou, em entrevista em sua casa, em Severínia, em 22 de julho de 2009. “Mineiro” foi cortador de cana na Usina Guarani, na década de 1980. Hoje, continua na Usina, tendo “subido na profissão”. Ele nos disse que conforme a inflação aumentava, a situação dos cortadores ficou “muito complicada”. O “gato” manteve os salários no mesmo patamar, pagando o mesmo preço por tonelada de cana cortada. A cobrança de alojamento, comida e equipamentos por parte do contratante, por sua vez, apresentava preços que precificavam a inflação, o que teve como consequência a piora nas já precárias condições de vida dos cortadores, que ficavam cada vez mais endividados. Estes, a fim

de acirrar a greve, atearam fogo nos alojamentos da Usina Guarani, em 1987. “Mineiro” alegou que as condições do alojamento revoltavam aos que ali viviam: todos dormiam no chão, em finos colchonetes, com mínimo de espaço para muitas pessoas juntas; não havia limpeza nem nos alojamentos, nem nos banheiros. A revolta teria se exacerbado quando o seu custo ficou mais alto frente aos salários. O processo inflacionário, por sua vez, tem estreita relação com os créditos subsidiados para a industrialização da agricultura brasileira, como veremos no capítulo 3, o que nos permite, por hora, destacar que as aspirações dos trabalhadores estavam determinadas pelos desdobramentos críticos que o processo de modernização retardatária brasileiro impunha às relações sociais de produção no setor sucroalcooleiro paulista, do qual a Usina Guarani era e é parte.

Para entendermos melhor tais greves, justamente no momento em que o número de trabalhadores volantes aumentava (o que aparentemente poderia levar ao aumento dos salários devido a uma pressão do capital em busca por trabalhadores), devemos considerar as relações entre o corte de cana neste momento e aquele que encontramos em nossas visitas à região entre 2007 e 2010, para, a partir disso, demonstrarmos o trabalho volante nestes dois momentos como parte de um mesmo processo.

Em Silva (1999) temos a análise das estratégias utilizadas pelos fornecedores de cana e usineiros que produzem cana própria para não arcar com os direitos trabalhistas dos cortadores, o que encarecia seus custos com capital variável. Para tanto, o chamado “gato” era um elemento fundamental nesta estratégia. Este tinha, nas décadas de 1960 até 1980, que se responsabilizar por arregimentar os cortadores. Sua função consistia em transportá-los de suas cidades de origem para os alojamentos na fazenda produtora de cana ou nas lavouras da usina. Assim, diferentemente do que encontramos quando conversamos com Luís Ferreira e Luís Carvalho, que se deslocavam para São Paulo por meio de ônibus que fazia o percurso Paraíba-São Paulo, o “gato”, em uma Kombi ou caminhão improvisado para carregar passageiros, se dirigia até o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (como nos casos que vamos agora descrever), a fim de trazer “interessados” no trabalho de cortador de cana.

Essa viagem era cobrada depois, assim como as refeições e os alojamentos fornecidos pela empresa produtora de cana. Ou seja, os futuros trabalhadores já chegavam endividados e eram impedidos de deixar a lavoura enquanto não compensassem essas dívidas. Tal característica passou a ser considerada, principalmente

a partir das greves de cortadores em São Paulo (THOMAZ JR., 2002), como “trabalho análogo ao de escravo”, e a sua prática passou a acarretar multas aos empresários.

Em nosso primeiro capítulo apresentamos um empreiteiro que conhecemos em campo e que denominamos “Empreiteiro 2”, o qual havia organizado o corte de cana com sua firma terceirizada para o Grupo Bulle Arruda S/A e para a Usina Guarani ao longo dos anos 1980 e 1990. Além disso, o “Empreiteiro 2” veio para São Paulo trazido por um “gato” na passagem dos anos 1970-1980, para cortar cana, em Olímpia, e só após algum tempo se tornou “gato”. Acompanhemos um pouco o que ele nos contou, na conversa realizada em Olímpia, em 28 de julho 2009:

Pesquisador: – Pra gente é importante conseguir conversar com pessoas que trabalharam na década de 1980, na época do Proálcool, no corte de cana. Seria interessante se o senhor contasse pra gente onde o senhor nasceu, como era a vida de sua família, como e porque o senhor veio trabalhar aqui, no corte de cana...

“Empreiteiro 2”: – *Eu nasci no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Meu pai morreu quando eu tinha três anos de idade. Minha mãe ficou viúva, com sete filhos.*

P: – Qual cidade?

“Empreiteiro 2”: – *Minas Novas. Beirando o rio Jequitinhonha. Eu vim pra cá com 14 anos. Nós morávamos na roça. Quando meu pai morreu, ele deixou uma fabriqueta de rapadura artesanal. Eu queria até remontar ela aqui. Seria um sonho realizado, estou tentando encontrar equipamentos. O que a gente usava não pôde ser repostado e a fabriqueta parou, o que sobrou tivemos que vender na época. Eu tinha um primo que trabalhava aqui nas usinas. Ele adquiriu uma perua Kombi 1974, e eu vim com ele, em nove pessoas.*

P: – O senhor já tinha trabalhado fora da propriedade de sua família?

“Empreiteiro 2”: – *Nunca.*

P: – E o senhor ajudava na roça?

“Empreiteiro 2”: – *Sim, produzia milho, feijão. Carregávamos cana no burro, pra poder moer na fabriqueta.*

P: – E a cana era produzida no sítio de vocês?

“Empreiteiro 2”: – *Sim.*

P: – E comercializava?

“Empreiteiro 2”: – *Também. Era muito pouca coisa, mas era um meio de se viver.*

P: – E o seu pai trabalhou fora da propriedade dele?

“Empreiteiro 2”: – *Não, nunca. Sempre na roça. Mas quando meu pai morreu as coisas estavam mais complicadas.*

P: – E vocês tinham o título da propriedade?

“Empreiteiro 2”: *– De uma parte sim, pagava o INCRA. Mas não é como o título aqui. Mas outra parte da terra não, e fomos perdendo as terras que não tínhamos como provar. Eu não lembro direito porque eu era pequeno. Mas como éramos sete irmãos tivemos que ir procurar trabalho fora. O que a terra produzia não sustentava todo mundo.*

P: – E todos os irmãos saíram?

“Empreiteiro 2”: *– Variou. Tive um irmão mais velho que saiu antes de mim pro corte. Em São Paulo, juntou dinheiro e também comprou uma Kombi pra trazer gente de lá pra cá. Antes o lugar era bom, lá. Mas só se vivia pra comer. Depois, no final dos anos 1970 ficou complicado. Não havia necessidade do dinheiro, não precisava de moeda lá. Mas como as terras foram diminuindo...*

P: – E lá na sua região teve eucalipto?

“Empreiteiro 2”: *– Demais. Hoje é o que predomina. Entraram as produtoras de eucalipto na década de 1970. Hoje vários rios secaram porque o eucalipto bebe tudo. Onde eles plantaram acabou com as cabeceiras d’água. Lá dava cada pé de chuva inexplicável. Hoje não há mais. Não tem dúvida que o eucalipto tem relação com a seca do Vale.*

P: – E em quais terras o eucalipto foi plantado?

“Empreiteiro 2”: *– Eu não posso te dizer se era parte do Estado, não sei seguramente. Mas era nas partes altas do cerrado. Plantaram o eucalipto nas partes com água. Muita gente ficou em terras totalmente secas.*

P: – E a relação com a migração?

“Empreiteiro 2”: *– Total, né. Muita gente que não tinha como provar a terra, perdeu. Muitas terras foram pro eucalipto. Outros ficaram sem água, aí tiveram que sair.*

P: – Mas essa saída não se deu pra qualquer lugar. Por que pra São Paulo, pro corte?

“Empreiteiro 2”: *– Era o que surgia lá, pra gente. O “gato” chegava prometendo uma saída para aquela situação. Estava muita gente sem ter o que fazer, passando pobreza. E não era só em Minas Novas. Era também no Baixo Vale, com a seca, Araçuaí.*

P: – Voltando um pouco, como o senhor veio pra São Paulo pela primeira vez?

“Empreiteiro 2”: *– Naquela época tinha o gato. Foi meu primo que me trouxe. Trazia e te alojava. Dizia que a vida melhoraria, que poderíamos pegar no dinheiro. Você tinha que pagar comida, você tinha que comprar colchão, botina. Tinha um boteco e lá você comprava tudo. Diferente de hoje. Os equipamentos a gente tem que dar: facão, lima, botina, roupa, caneleira, boné, cama, colchão, tudo.*

P: – Até o alojamento?

“Empreiteiro 2”: *– Quando o empreiteiro tem pra dar...*

P: – E os que moram na cidade?

“Empreiteiro 2”: *– Aí não têm isso, porque o patrão não dá o alojamento. Comida eles compram, certo. Mas antes era horrível. Só algumas pessoas ganhavam. Só os que se esforçavam mais. O resto gastava pra ficar. Na época eu não tinha nada. Até me emocionou muito de ficar lembrando. Era muito difícil. Parece que naquela época fazia mais frio. Nossa, quanto eu já passei de frio no alojamento. Eu não tinha roupa. Tinha*

aqueles sacos de açúcar e minha mãe lavou, colocou um pouco de roupa e eu vim pra cá.

P: – O alojamento era onde?

“Empreiteiro 2”: – *Na usina. Mas tinha que pagar.*

P: – E quem pagava o senhor era o gato?

“Empreiteiro 2”: – *Sim. Ele gastava a mão-de-obra pra usina, recebia da usina e descontava. Ele recebia por produção do que o pessoal trabalhava.*

P: – E como se controlava isso?

“Empreiteiro 2”: – *Naquela época não tinha o hábito de comunicar. Boa parte ia pro gato e pra usina.*

P: – E como o “gato” conseguia os trabalhadores, lá?

“Empreiteiro 2”: – *O cara chegava com uma perua e isso era coisa de outro mundo. Você via lá Jeep, Rural. Mas uma perua, Kombi, não existia, lá. O cara chegava com uma dessas lá, todos achavam que era fácil o trabalho no corte, pra acumular. Incentivava a tentar a sorte. Muita gente vinha, não tinha emprego nenhum, lá.*

P: – E naquela época não dava pra pensar em vir por conta própria?

“Empreiteiro 2”: – *De jeito nenhum. Não tinha dinheiro. A gente ficava devendo a passagem pra ele. Já chegava devendo pro “gato”.*

Quando perguntado sobre como tinha conseguido ascender socialmente, acumular e se tornar também “gato”, fato ocorrido no final dos anos 1980, o “Empreiteiro 2” desconversou. Disse que, ao trabalhar para seu primo, o primeiro “gato” que o contratou, tinha levado uma vida “árdua”. Contou, entretanto, que após algum tempo seu irmão havia acumulado algum dinheiro e tinha conseguido financiar uma Kombi, tornando-se também “gato”. Desde então, o “Empreiteiro 2” passou a trabalhar como fiscal de turma para o irmão.

A fala do “Empreiteiro 2” é bastante elucidativa acerca das formas de aumento da taxa de mais-valia por parte dos empregadores dos “bóias-frias”. Elas ainda existem nos dias de hoje. O “Empreiteiro 2”, além de tudo, destacou a inexistência de fiscalização para pesagem da cana e transformação desta de metros cortados em toneladas, conforme destacamos anteriormente. Na época das primeiras greves na área de Olímpia, a partir de 1985, o irmão do “Empreiteiro 2” era um dos “gatos” que organizava o corte de cana nas terras da Usina Guarani. Foi em uma dessas greves, em 1987, que os cortadores atearam fogo ao alojamento, e recusaram-se a trabalhar, como mencionamos acima. Na região estudada, foi a partir de então que a maioria dos cortadores migrantes passou a viver nas periferias de zonas urbanas, para cortar cana na

zona rural, prática que é a predominante atualmente, conforme destacamos nas conversas com cortadores residentes na cidade de Novais.

“Mineiro”, que viveu e vive na periferia de Severínia, cidade da Usina Guarani, também nos contou sobre como e por que veio para São Paulo cortar cana. As histórias de vida do “Empreiteiro 2” e de “Mineiro” elucidam o processo de conformação do trabalhador volante, atrelado ao modo de arregimentação de cortadores ao longo do Proálcool, o que iremos abordar a seguir. Passemos pela história do “Mineiro”:

Pesquisador: – Você podia começar nos contando onde você nasceu, na roça ou na cidade, onde seus pais moravam, com o que trabalhavam, como era sua vida, como você se tornou cortador de cana...

“Mineiro”: – *Eu nasci na roça, no município de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha. Meu pai tem um sítio. Até hoje ele tem um sítiozinho, lá. Eu me criei neste sítio. Plantava e colhia de tudo. Inclusive cana. Meu pai cultivava cana até hoje, pra engenho de rapadura, cachaça.*

P: – Ele mesmo faz?

“Mineiro”: – *A rapadura ele mesmo fazia e ainda faz. Agora a cachaça, não. Ele vende a cana pra cachaça. Ele fornece a cana pros alambiques da região e depois divide a pinga. Ele tem uma porcentagem da pinga.*

P: – Essa terra era de quem?

“Mineiro”: – *É do meu pai.*

P: – Como ele conseguiu?

“Mineiro”: – *Uma parte de herança, do meu avô. E outra, há pouco tempo ele anexou, comprou.*

P: – Vocês tinham papel?

“Mineiro”: – *Sim, meu pai tem. Eles falam INCRA, né.*

P: – E seu avô trabalhava em quê?

“Mineiro”: – *Meu avô, meu pai, sempre na roça. Inclusive tem irmãos de meu pai que migraram pra São Paulo, que nunca mais voltaram. A gente nem tem mais notícia. Isso há sessenta anos atrás.*

P: – O que você lembra de produzir, lá?

“Mineiro”: – *Cana, feijão, milho, arroz, mandioca.*

P: – E o que você comprava?

“Mineiro”: – *Meu pai comprava sal, macarrão, querosene, carne.*

P: – E criava o que de animal?

“Mineiro”: – *Galinha e porco. Mas a situação não dava pra criar outras coisas. Era muito trabalho.*

P: – E de onde vinha o dinheiro?

“Mineiro”: – *A gente vendia na cidade. E meu pai era pedreiro e carpinteiro. Na entre safra ele construía casa na cidade, pro pessoal da região. Ele precisava trabalhar pra fechar as contas. E era diarista pros fazendeiros da região, carpindo, fazendo cerca. E eu trabalhava com meu pai de diarista. E ganhava metade do que meu pai ganhava, roçando, capinando.*

P: – E com quantos anos você começou na roça?

“Mineiro”: – *Ah, com sete anos comecei. Não fui pra escola, né. Brincar mesmo eu não conheci, não tinha moleza, não.*

P: – E vocês moravam onde, em Turmalina?

“Mineiro”: – *Uma parte no cerrado, mas outra parte era no chapadão, meu pai tinha terras no chapadão.*

P: – Por que tinha, não tem mais?

“Mineiro”: – *Essa parte do chapadão hoje é eucalipto. Depois meu pai arrendou pro eucalipto uma parte do cerrado.*

P: – E desde quando tem eucalipto, lá?

“Mineiro”: – *Desde o começo dos 1980 é que chegaram as empresas de reflorestamento. Foi meu primeiro registro em carteira.*

P: – Você já tinha vindo pra São Paulo?

“Mineiro”: – *Não. Eu nasci em 1960, e foi em 1980. Eu tinha 20 anos. Chegaram duas empresas. A Suzano e a Acesita. Eu tenho vários primos e tios de parte de mãe que trabalharam nela.*

P: – E o que vocês faziam?

“Mineiro”: – *Plantio e colheita. Hoje tem cada vez menos emprego, porque mecanizou muito. Trabalhamos muito nas carvoeiras. Tem parente que trabalha na carvoaria.*

P: E como são as condições?

“Mineiro”: – *Eles não gostam muito, mas não migraram...*

P: – Conta um pouco como foi a chegada do eucalipto, lá. De quem eram as terras?

“Mineiro”: – *Eram nas fazendas que ficavam nas chapadas. Apareceram as empresas e tiraram as pessoas. Pra algumas pessoas fizeram propostas, que não eram muito boas, mas pra quem não tinha dinheiro nenhum, acabou vendendo. Eles forçavam comprar também. Diziam que estava todo mundo vendendo e que depois as pessoas ficariam sem poder vender e não veriam dinheiro nenhum. Muita gente precisava do dinheiro.*

P: – E teve gente que não recebeu nada pelas terras?

“Mineiro”: – *Sim, teve gente que entregou terra por quase nada. Isso porque o eucalipto secou as nascentes, né. Aí, não tinha mais como produzir nas terras mais baixas, mais do cerrado, entende. Aí vendiam por qualquer preço. Eu conheço área com minas de água que secaram por causa do eucalipto no chapadão.*

P: – E qual a relação do eucalipto ter chegado e a migração?

“Mineiro”: – *Muita gente que vendeu essas terras, ou que não tinha mais água, foi migrando pra conseguir melhorar de vida. O dinheiro era muito curto. E a terra não dava pra todos os irmãos, principalmente depois que não tinha como aumentar o*

tamanho da terra. Aí o “gato” chegava lá prometendo arrumar emprego pro pessoal mais moço e muita gente vinha. Tinha gente que vinha e se dava bem, mas tinha gente que se dava mal. Mas mesmo esses mandavam algum dinheiro, ou voltavam com algum dinheiro pra própria família. E alguns tentavam comprar um pedacinho de terra, porque a terra do pai não dava pra todo mundo. Mas hoje o pessoal vem mais por outros motivos, mais por bens materiais, né. Uma moto, televisão, DVD, celular.

P: – Você conheceu gente que estava passando necessidade e que teve que vir pra cá?

“Mineiro”: – *Sim, claro. Muita gente veio e nem quis voltar. Subiu na vida aqui, como eu, como fiscal de turma. E teve gente que veio e nem conseguiu voltar por falta de dinheiro.*

P: – Como assim?

“Mineiro”: – *Tinha gente que não conseguiu ganhar dinheiro pra voltar. Era muita exploração na época. Eles roubavam na pensão, porque eram eles que forneciam comida. Eles roubavam no barzinho, era a pinga o que eles mais vendiam, né. E roubavam na hora do pagamento, que era o pior. Eles ficavam com o pagamento, descontava tudo e o que sobrava era pouco.*

P: – Sem contrato?

“Mineiro”: – *Tinha registro em carteira, mas não valia muito. Era registro de fachada. Como você recebia pela produção, o que estava na carteira não garantia nada. Era mias pra mostrar pra fiscalização.*

P: – Por que o senhor veio pro corte?

“Mineiro”: – *Meu pai não tinha condições de dar uma vida melhor pra gente. A gente ganhava muito pouco e era pobre. Os “gatos” chegavam lá e faziam a cabeça das pessoas. Eu trabalhei seis meses no eucalipto e ela começou a dispensar gente, depois do primeiro plantio. Eu tive que sair. Aí apareceu um “gato” chamando pessoal pra fazer a safra de cana.*

P: – Você veio com conhecidos?

“Mineiro”: – *Não, vim sozinho. Não conhecia ninguém. Apareceu um gato de Virgem da Lapa e eu vim. Ele prometeu emprego e muita gente que veio estava em condições desfavoráveis. Só tinha a carvoeira pra gente trabalhar.*

P: – Carvoeira de madeira nativa?

“Mineiro”: – *Sim, a gente cortava lenha e trabalhava pro dono da carvoeira. Só que trabalhava trinta dias e depois voltava. Com quatorze anos eu fui com meu pai. Só que a gente não aguentava. Era no machado, né. O que meu pai tem hoje foi tirado das carvoeiras. A cerca do terreno com arame farpado foi com esse dinheiro. Um animal, burro, pra puxar cana foi com esse dinheiro. Ele comprou também um engenho pra fazer rapadura. Foi com esse dinheiro. Até 1979 eu fui pra carvoeira. Depois eu fui pro eucalipto, e depois vim pra São Paulo.*

P: – E depois da primeira vez que você veio, você ficou em São Paulo?

“Mineiro”: – *A gente vem com o “gato”, e chegou lá com um monte de promessa. Depois que você chega aqui é no alojamento. E péssimo.*

P: – Na roça ou na cidade?

“Mineiro”: – *Na roça, no canavial. Esse alojamento era perto do trevo de Olímpia. O alojamento era um barracão feito de bloco, da Guarani. Só pintado e coberto de telha Brasilit. De dia era um calor insuportável e de noite era muito frio.*

P: – Qual firma era isso?

“Mineiro”: – *Era pra própria Guarani. Mas era uma empreiteira de Barrinha. Chamava Nicoline a firma. Era terceirizada pela Guarani. Os “gatos” buscavam lá no Jequitinhonha pra gente trabalhar pra ela.*

P: – Qual era a média de corte nessa época?

“Mineiro”: – *Não sei, não tinha média. Não passavam pra gente. Eles mediam pra receber da empresa, não pra gente. O gato descontava o que você devia pra ele e sobrava uma mixaria pra gente. Eu lembro que quando terminou a safra a gente não teve dinheiro pra ir embora. Tivemos que buscar outro lugar pra trabalhar. Fiquei no trecho, como dizem. Aí fui pra Usina Bonfim pra fazer o plantio. Foi terrível, nem consegui voltar pra casa. Já na primeira semana eu quis ir embora. A comida era horrível, o alojamento era horrível. Mas não tinha como sair. A gente devia. Eles tinham pago a passagem.*

P: – E depois?

“Mineiro”: – *Na Bonfim eu consegui juntar um dinheiro e no final da safra eu consegui voltar pra Minas. Lá, na Bonfim, eu fiz o plantio e o corte no ano. Aí, como lá não tinha mudado muito as coisas, eu continuei vindo. Ganhava melhor aqui, né?*

P: – E quando foi que acabou o vai-e-vem?

“Mineiro”: – *Voltei pra Minas em 1982. Em 1983 e 1984 eu não voltei pra Minas. Em 1985 eu voltei pra Minas. Em 1984 eu trabalhei com laranja, aqui em Severínia. Até 1986 eu fiquei na laranja. Depois eu voltei pra cana. De 1987 pra frente eu casei aqui e não voltei mais pra Minas. E em 1987 eu fui pra parte da indústria, na Guarani.*

P: – E o que você fazia na indústria?

“Mineiro”: – *Sacaria de açúcar, de 50 kilos. Depois fui pra área de carga, de carregamento. E depois fui pra parte de empacotamento. Eu fiz dez anos na indústria, até 1997. Depois eu voltei pro corte. Nesse ano eu acertei com a empresa pra poder pegar o FGTS e construir essa casa.*

P: – E depois?

“Mineiro”: – *Eu tentei voltar pra indústria e não quis mais. Era contrato, seis meses de safra, sem ter outro emprego depois. Aí eu voltei pro corte. Começava em janeiro, entrava na safra e ia até dezembro. Tinha então emprego mais fixo. Depois eu me tornei fiscal de turma e faço isso até hoje.*

P: – E a diferença do corte na década de 1980 e depois, na década de 1990?

“Mineiro”: – *Ah, mudou, né. Hoje tem mais proteção, tem os equipamentos, antes a gente que comprava do “gato”. Você podia chegar de chinelo e trabalhar. E até dá pra ganhar mais dinheiro, porque o pessoal se esforça mais, né. Quem tá ficando são os mais fortes. Eu sou fiscal, eu sei. Cada vez corta mais, só ficam os melhores. Acho que é principalmente isso.*

Ao longo do Proálcool quem calculava a produção do trabalho, fomentando o aumento da produtividade e o pagamento do cortador, era propriamente o “gato”, responsável por sua contratação e registro em carteira de trabalho (quando realizado). O sistema de corte era basicamente o mesmo que encontramos nos dias de hoje, preponderantemente de 5 ruas, com o pagamento feito em toneladas de cana a partir da metragem cortada e a tonelagem de cada metro calculada nas balanças da usina. Silva (1999, p. 108) destaca o que chamou de “pulo do gato”: uma porcentagem da produção do trabalhador em salário se torna o salário do “gato”. Porém, tal interesse direto do “gato” no aumento da produtividade do trabalho não é a única estratégia do capital para aumentar sua taxa de mais-valia. Com o “gato” sendo aquele contratado pela empresa produtora de cana, o cortador não tem nenhum acesso à transformação dos metros cortados em toneladas, podendo aí, tanto a usina quanto o “gato”, ficar com parte de produção para além dos acordos. Além disso, estando o “gato” responsável pelo registro dos trabalhadores, ficava muito mais difícil encontrar o responsável perante a justiça pelos descumprimentos dos direitos trabalhistas, daí a prática da terceirização.

Estas formas de tentativa de aumento da exploração do trabalho eram as predominantes do setor no momento do Proálcool e levaram muitos estudiosos de suas relações sociais de produção a encontrar aí a tal “modernização dolorosa” ou “incompleta”. Temos, entretanto, que destacar aqui que tais práticas não deixaram de existir no século XXI, como vimos em nosso capítulo 1. Apesar de atualmente muitos cortadores terem equipamentos concedidos pela empresa e carteira assinada em regime temporário (por safra, recebendo direitos ao final desta), ou permanente de trabalho (recebendo os direitos quando demitidos), os casos de descumprimento são recorrentes, tanto em São Paulo, como nas demais regiões (SILVA, 2008), mesmo com o aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e a extrema presença de colhedeiças para a realização do corte de cana (ou seja, predominância da mecanização). Tais casos permitem-nos demonstrar que a reiteração do processo de modernização do setor não os extinguiu, mas apenas os repôs em outros patamares, passando a coexistir com casos de morte nos canaviais (altíssima produtividade do cortador), mesmo que a presença do “gato” e da terceirização tenha diminuído aparentemente – já que este passou a ser contratado como funcionário (empreiteiro³²) das empresas fornecedoras de cana ou

³² Vale destacar que apesar do salário do empreiteiro ainda estar vinculado à produtividade do trabalhador, o que o leva a fomentar seu aumento, não é ele o responsável pelo pagamento deste, o que diminui seu poder de manipulação deste.

usinas – e a possibilidade dele de manipular o repasse do salário ao trabalhador não mais ocorra, por exemplo. Conseqüentemente, se observamos que o aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e dos sindicatos possa ter apenas diminuído relativamente práticas de aumento da mais-valia absoluta, como as que vimos destacando para o período do Proálcool, temos que ressaltar que outras formas de aumento da taxa de mais-valia através do aumento da produtividade do trabalho que anteriormente já existiam, agora passaram a ser predominantes.

Ao analisarmos a tabela 5, assim, é possível inferirmos o mesmo movimento predominante que destacamos acerca da produtividade do trabalho, para o século XXI, como forma de aumento da taxa de mais-valia. Ou seja, o movimento de aumento desta produtividade – de 3 toneladas por dia, em 1970, para 6 toneladas por dia, em 1990, ou seja, o dobro (tabela 5) – se atrela a uma concorrência cada vez mais acirrada entre trabalhadores, já que a substituição do trabalho no processo produtivo impele o trabalhador a cortar cada vez mais e a receber menos por tonelada de cana. A redução dos salários não ocorre atualmente apenas como pagamento inferior aos acordos (o que continua a acontecer), caracterizando uma apropriação do trabalho necessário tanto pelo “gato” como pela empresa produtora de cana; mas, pelo contrário, justamente tais acordos “aceitam” receber cada vez menos por tonelada de cana. Este processo se acentua conforme o aumento da composição orgânica do capital, permitindo-nos colocar a crise da sociedade do trabalho como sua determinação, tanto para o período do Proálcool, como para o momento atual.

Tabela 5 – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo, 1969-2005, São Paulo (todos os valores monetários expressos em R\$ de julho de 1994)

Anos	Sal. Diário médio do trabalhador volante (1)	Pagto. Colheita de cana. Em R\$/t (2)	Rend. médio corte. Em t/homem/dia (3)	Remun. diária (2) x (3)	Salário mínimo diário em São Paulo (4)
1969	3,86 (apenas março)	2,73	2,99	8,16	4,94
1970	4,36	2,02	3,05	6,16	4,92
1972	5,11 (apenas março)	2,50	3,00	7,50	4,98
1973	5,90	2,51	3,30	8,28	5,02
1977	7,59	2,57	3,77	9,69	5,33
1980	6,60	2,29	3,97	9,09	6,03
1982	6,23	2,17	4,50	9,77	5,68
1985	5,72	1,92	5,00	9,60	5,51
1988	3,70	1,25	5,00	6,25	3,86
1990	3,95	0,96	6,10	5,86	2,30
1992	3,12	0,84	6,30	5,29	3,11
1994	5,67 (só novembro)	0,83	7,00	5,81	2,22 (= em US\$)
1996	6,36	1,05	7,00	7,35	2,52
1998	6,27	1,06	7,00	7,42	2,63
2000	5,40	0,88	8,00	7,04	2,47
2002	5,13	0,88	8,00	7,04	2,67
2004	4,54 (v. c.: R\$ 15,42)	0,86 (v.c.:R\$ 2,93)	8,00	6,88	2,48 (v.c.:R\$ 8,44)
2005	4,83 (v. c.: R\$ 17,47)	0,86 (v.c.:R\$ 3,11)	8,00	6,88	2,64 (v.c.:R\$ 9,56)

(1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas. (2) Tal como o salário mínimo e demais valores monetários, corrigidos com base no IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV; (4) Para os anos de 1980, 1982 e 1985, trata-se da média dos dois salários mínimos (maio e novembro). Depois daqueles anos, os valores correspondem às médias anuais, quaisquer que tenham sido as periodicidades dos reajustes (em 1994, igualando os de janeiro e fevereiro aos de março/agosto).

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos. (v. c. = valor corrente), *apud* Ramos (2007, p. 16).

Queremos aqui destacar uma diferença entre esse momento estudado e o atual na forma de contratação dos cortadores: no período do Proálcool prevalecia a arregimentação dos trabalhadores por parte do “gato” nas cidades de origem dos cortadores. Como vimos em nosso primeiro capítulo, atualmente o cortador procura o

empreiteiro a partir de sua cidade de origem e migra tendo acertado de antemão ser contratado ao chegar. Se não tem dinheiro, empresta de algum parente ou conhecido. Muitos daqueles que não se fixaram em São Paulo, porém, migram para o corte anualmente tendo guardado dinheiro da safra anterior para pagar a viagem. Outros migram por conta própria, mesmo sem a certeza de que irão encontrar trabalho. Isto acarretou uma redução dos casos de endividamento do cortador em relação ao “gato”, já que a prática deste de arregimentação e transporte dos cortadores deixou de cumprir a função para a qual existia. A abordagem apresentada nas entrevistas do “Empreiteiro 2” e de “Mineiro”, os dois casos de migrantes do Vale do Jequitinhonha que foram morar na área de Olímpia, nos ajudarão a entender tal prática, que foi predominante no Proálcool, momento de formação do mercado de força de trabalho em âmbito nacional, concomitantemente à própria crise do trabalho.

Vimos argumentando ao longo desta dissertação, que a mediação social dos homens através de coisas, especificidade do capitalismo, aparece fetichistamente às *personas* sociais como capacidade natural do homem para realização de suas necessidades, mas tem na valorização do valor sua finalidade tautológica como processo social. Este processo se desdobra de forma crítica, como demonstrou Marx (1983), às costas dos sujeitos, determinando as ações dos homens conforme seus diferentes momentos de reprodução (formação, reprodução ampliada e crise). Destacamos isso quando explicitamos a inserção da Greve de Guariba e dos movimentos dos trabalhadores da área de Olímpia no momento de reprodução fictícia dos capitais do setor sucroalcooleiro: os movimentos reivindicavam contra o aumento da exploração do trabalho. A sujeição a tais determinações, desta forma, está fundamentada em que para se reproduzirem, os homens tenham que levar uma mercadoria – produzida no tempo médio social, podendo ser sua força de trabalho ou qualquer outra mercadoria, que se apresenta no dinheiro como equivalente geral – ao mercado para ser trocada pelas demais. Assim, acessar dinheiro para reprodução social é uma dominação abstrata universal à qual os homens estão submetidos no capitalismo, fazendo-os sujeitados ao movimento contraditório e crítico da troca de mercadorias, mas que aparece a estes como liberdade para vender sua força de trabalho onde “quiserem” e capacidade de satisfazer suas necessidades através do consumo do que “livremente” escolherem. A dominação social, necessidade de trabalhar, através de uma inversão, aparece socialmente como “liberdade” (GAUDEMAR, 1977).

Resgatamos tais formulações para destacarmos aqui que a dominação social pelo trabalho impõe a submissão a diferentes relações sociais de produção, particulares, conformadas pelas diferentes relações entre terra, trabalho e capital dadas pela não-simultaneidade entre Estados e entre as regiões destes. Como destacamos em nosso primeiro capítulo, no setor sucroalcooleiro do Proálcool, tais categorias de valorização do valor apareciam separadas e funcionavam fetichistamente conforme Marx analisou ocorrer no momento de prevalência da mais-valia relativa no sistema produtor de mercadorias: com a terra auferindo renda; o capital, juros; e o trabalho, salário. Desejamos, assim, compreender aqui os relatos do “Empreiteiro 2” e do “Mineiro”. Estes destacaram que o “gato” tinha como função “arregimentar” trabalhadores assalariados para o corte de cana em São Paulo. A submissão às condições de trabalho que o cortador de cana tinha que enfrentar podiam ser “aceitas” por certos trabalhadores, particularidade encontrada naqueles mobilizados para este trabalho a partir do Vale do Jequitinhonha, proveniência principal dos cortadores de cana do Estado de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980 (MARTINS, 1986). Por que estes trabalhadores foram impelidos a “aceitar” o trabalho assalariado no corte de cana conforme as condições que tal relação social de produção apresentava?

Segundo os relatos que acabamos de transcrever é possível relacionar a necessidade de abandonar as terras no Vale do Jequitinhonha, onde os pais do “Empreiteiro 2” e do “Mineiro” haviam-lhes criado, para buscar trabalho assalariado em outra localidade. A ausência de dinheiro para essa busca por trabalho, assim como, a ausência de opções de trabalho nos centros urbanos de Minas Novas e Turmalina, cidades de onde migraram respectivamente, no final da década de 1970, impôs-lhes a possibilidade de trabalhar no setor sucroalcooleiro paulista. O endividamento inicial dos cortadores migrantes é sintomático da incapacidade de financiar a procura por trabalho em razão da falta de propriedade de dinheiro por parte desses mobilizados. Ambos entrevistados trabalharam a adolescência fazendo roça em pequenas propriedades dos pais. O “Empreiteiro 2” não havia trabalhado fora das terras de seu pai e “Mineiro” já havia trabalhado cortando lenha para carvoarias, assim como no plantio do eucalipto que chegou, à partir da década de 1970, às áreas de chapada da região.

Assim, podemos ressaltar a diferença entre dois momentos particulares de acumulação de capital relativos à inserção do Brasil nas trocas de mercadorias a nível internacional que mobilizaram para o trabalho os dois entrevistados, assim como os

potenciais cortadores de cana provenientes do Vale do Jequitinhonha que migraram para São Paulo. A necessidade destes procurarem trabalho no corte de cana em São Paulo foi posta pela impossibilidade de continuarem se reproduzindo como pequenos proprietários posseiros, conforme seus pais o tinham feito. A expansão da cultura do eucalipto, no Vale do Jequitinhonha, foi destacada por eles como estando relacionada a esta impossibilidade. Concomitantemente a este processo, nas demais regiões do país, ocorriam transformações semelhantes nas relações sociais de produção que até então prevaleciam (como o sistema de moradia, no nordeste). Em São Paulo, onde até a década de 1960 foi o regime de colonato a forma de acumulação capitalista que predominou, transformações nesta forma também vinham ocorrendo e determinaram a dissolução desta relação social de produção e, conseqüentemente, um processo de expulsão do colono produtor de café das fazendas paulistas.

Marx, no capítulo XXIII de *O Capital* (1983, I, t. II), expôs a “Lei geral de acumulação capitalista”, como sendo a de constituição de uma *superpopulação relativa* ao capital, uma população supérflua que mantém os salários baixos, permitindo que os proprietários dos meios de produção possam explorar um montante de força de trabalho capaz de viabilizar a acumulação. Assim, se possibilita a extração de mais-valia como diferença entre o valor da mercadoria força de trabalho, que aparece como custo para o capitalista, mas que é menor que o valor por esta produzido na produção das mercadorias. Com o desdobramento da acumulação e desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da composição orgânica dos capitais garante a existência do *exército industrial de reserva* (MARX, 1983, I, t. II, cap. XXIII): trabalhadores disponíveis em tal montante relativamente ao capital constante aplicado no processo produtivo que, quando do crescimento dos investimentos capitalistas, a demanda por trabalho não eleva os salários a ponto de inviabilizar a acumulação.

Podemos afirmar, por sua vez, que as relações regionais de produção se conformaram como possibilidade de acumulação capitalista, na ausência de uma superpopulação relativa constituída. Ou seja, as determinações críticas da forma mercadoria, enquanto processo tautológico de valorização do valor, foram postas pela constituição do Brasil colonial escravista (sendo tal relação social de produção parte deste processo), e tiveram como seu sentido a acumulação primitiva de capital europeia (NOVAIS, 2005).

Mesmo após a instauração do trabalho livre (1888), formas regionais de mobilizar trabalho teriam se constituído, como a agregação e a posse, no Vale do Jequitinhonha; e o colonato, em São Paulo. Tais relações, consequência da ausência de uma superpopulação relativa constituída em âmbito nacional, passaram a ser transformadas em um longo processo que Francisco de Oliveira (2007) analisa a partir da modernização de Vargas, desde 1930. Foi então que a dissolução da Guarda Nacional teria retirado das mãos dos coroneis o poder local (capaz de forçar trabalho), para centralizar, no Estado, o monopólio da violência.

[...] a generalização do trabalho livre no Brasil se processa sem a existência de uma superpopulação relativa que permitisse a consolidação de relações de trabalho assalariadas: a própria forma de reprodução do capital em marcha não tinha condições de promover essa expulsão relativa de braços, uma vez que se processava de forma extensiva num processo de incorporação de terras e expansão de criações e lavouras, fruto, em grande medida, da dinâmica do sistema colonial. Além de se considerar que o processo de formação de uma superpopulação relativa via colonização sistemática apenas vai ser desencadeado e subvencionado na que pode ser considerada região da cafeicultura paulista ou, antes, do colonato (BOECHAT, 2009). No restante do país, outras condições particulares para a reprodução do capital são criadas, correspondendo essas distintas dinâmicas de acumulação a regiões diversas, conforme sugeriu a análise de proposta por Oliveira (2007).

Essas formas particulares se organizam com base em mecanismos próprios que permitem forçar ou mobilizar trabalho num contexto em que a expropriação do trabalhador não é completa, a violência não se encontra totalmente separada do capital e este, por sua vez, é personificado pelo proprietário de terras (LEITE, 2010, p. 152-153).

A forma possível de mobilizar trabalho – em uma realidade em que a posse de terras ainda era relativamente acessível e a extensão das fazendas o modo de expansão da produção – foi a de condicionar o acesso à terra por parte do trabalhador em troca de que trabalhasse para o proprietário de terras, que era também o capitalista (como uma mesma *persona*). Assim, trabalho e terra não apareciam como separados, por um lado, nem capitalista, proprietário de terras e a violência, por outro, como destacamos ocorrer quando a relação predominante passou a ser a do trabalhador assalariado, volante, nos canaviais paulistas.

Nas terras devolutas no Vale do Jequitinhonha a posse estava subordinada à expansão da fazenda agropecuária (LEITE, 2010); em São Paulo, a extensão da produção através da expansão da fronteira agrícola com os cafezais paulistas, o que exigia incorporação de colonos, era a forma da reprodução ampliada dos capitais (BOECHAT, 2009). Era, assim, na extensão das condições de acumulação particulares

que residia a possibilidade de reprodução ampliada do capital nas diferentes regiões, reprodução realizável através da extração do mais-trabalho do agregado ou do colono³³, o que fazia com que estes não pudessem buscar terras para enriquecer a si mesmos pura e simplesmente, o que inviabilizaria tal acumulação. E foi a necessidade de subordinação do trabalhador a tais formas particulares de acumulação de capital que, enquanto dominação abstrata, determinou as formas de reprodução sociais do próprio trabalhador, enquanto o assalariamento não tinha ainda se tornado predominante na agricultura brasileira. Os relatos do “Empreiteiro 2” e do “Mineiro” explicitam justamente a passagem de um momento a outro, tanto para o Vale do Jequitinhonha, como para São Paulo. A forma de “arregimentação” dos trabalhadores a que ambos destacaram terem sido submetidos é justamente a de um momento em que estes foram mobilizados para o trabalho em um mercado nacional que se formava. Ambos ainda introjetavam a “liberdade” necessária de procurar trabalho onde este era demandado. Não era mais possível, para eles, se reproduzirem através do trabalho nas propriedades dos pais. Como tal formação do mercado nacional de força de trabalho ocorreu, como vimos explicitando, concomitante à crise da sociedade de trabalho, as opções de realização da “liberdade” eram restritas e apresentavam condições que apareceram como “precárias” ou “flexíveis” aos estudiosos da questão.

Maria Aparecida Moraes Silva (1999), conforme destacamos ao longo desta dissertação, analisa o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) como o responsável pelo surgimento do “bóia-fria” por este estipular o cumprimento dos direitos trabalhistas apenas para os registrados por mais de 90 dias, e não reconhecer os direitos dos contratados por tempo inferior a este. Para ela, tal legislação teria criado uma brecha para o precarização do trabalho e teria promovido o surgimento do trabalhador volante, já que ficava menos custoso contratar trabalhadores por um prazo menor do que estes 90 dias. Desejamos destacar aqui que não foi tal legislação que criou o trabalhador volante,

³³ Não cabe aqui fazer a análise destas relações de produção particulares. É importante, porém, que ressaltamos que o mestrado de Cássio Arruda Boechat (2009), *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista*; e o de Ana Carolina Gonçalves Leite (2010), *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o Processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*, se concentraram em criticar a formulação canônica de que a possibilidade do trabalhador livre ter acesso à terra como meio de produção para garantir sua subsistência, permitiria a ele potencial de autonomia em relação às determinações contraditórias da forma mercadoria. Ambos formulam que justamente tal acesso é o que garante a exploração do trabalho destes trabalhadores e é somente sob esta condição, dada a inexistência de um mercado nacional de força de trabalho, que estes podem se reproduzir socialmente. Para entender a dinâmica de apropriação do trabalho do posseiro no Vale do Jequitinhonha, ver Leite (2010).

mas antes, que esta generalizou o assalariamento nacionalmente no Brasil, em um momento em que as condições para tanto já estavam postas.

Pudemos aqui sugerir que o longo processo de modernização que criou as condições para a aparente separação entre terra, trabalho e capital, foi o de constituição de uma superpopulação relativa ao capital. A política de subvenção à imigração europeia para o trabalho na região do colonato é um exemplo desse processo, o que permitiu até certo momento a reprodução crítica da produção de café em constante superprodução (BOECHAT, 2009). Este foi o principal produto exportado pelo Brasil ao longo da primeira metade do século XX, e permitiu uma acumulação de capitais nas mãos do Estado através do “confisco cambial”³⁴, servindo de divisas para a chamada “substituição de importações” da Era Vargas. Tal política, como destacamos, reproduziu, ao mesmo tempo, relações particulares de produção que se expandiam extensivamente, mas não intensivamente, não permitindo que o Brasil acompanhasse o nível de desenvolvimento produtivo dos países centrais do capitalismo. Justamente por isso não teria sido possível que as importações nacionais gerassem, pelo consumo, a realização dos excedentes industriais (Departamento I inclusive) daqueles países (ALFREDO, 2006a). Desta forma, as exportações brasileiras, principalmente a partir da década de 1950, não podiam mais manter a capacidade de importações com as divisas da exportação dessa mercadoria.

As políticas modernizadoras que se seguiram tiveram como intento a transformação na forma de acumulação que anteriormente prevaleceu. Fez-se necessário modernizar o país não apenas no sentido de promover uma modernização retardatária que buscasse alcançar os níveis de desenvolvimento dos países do centro do capitalismo em termos de internalização do Departamento I da economia, através de empréstimos provenientes desses mesmos países. Modernização retardatária brasileira, crise da economia exportadora de café e crise de super-acumulação nos países centrais estavam entrelaçadas, no momento dos “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek. Fez-se necessário, ao mesmo tempo, buscar alcançar a formação das categorias já postas nestes países, e que aparentemente propiciariam a acumulação interna necessária para valorizar o capital constante internalizado (Departamento I). Um mercado de trabalho nacional

³⁴ Para uma explicação detalhada do “confisco cambial” ver o livro *Cafecultura, homens, mulheres e capital (1890-1980)*, de Verena Stolcke (1986). Nele a autora demonstra como o Estado, no segundo governo Vargas, ao promover uma taxa de cambio mais baixa para o café, arrecadava recursos para subsidiar sua venda no mercado internacional.

potencialmente garantiria a reprodução de tais capitais ociosos internacionais. Porém, como viemos argumentando, a elevada composição orgânica dos capitais internalizados, acarretando em baixa incorporação de trabalho no processo produtivo relativamente, não foi capaz de valorizar os investimentos externos no Brasil realizados, o que fica patente ao findar o processo de modernização na metade dos anos 1980 (LEITE, 2010).

O aprofundamento da modernização, ao longo da ditadura militar, promoveu a industrialização da agricultura em termos nacionais pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual subsidiou o aumento da produtividade da mesma com aplicação dos recursos na reprodução ampliada do capital de maneira intensiva e permitiu a transformação da base técnica desse ramo produtivo. Para Delgado, em *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*, foi a partir de então que se configurou o Complexo Agroindustrial, no qual a indústria passou a fornecer capital constante para a produção agrícola (como analisamos no caso do setor sucroalcooleiro), mas também esta se tornou fornecedora de matérias-primas a serem manufaturadas industrialmente para serem consumidas nacionalmente ou exportadas. O entrelaçamento entre indústria e agricultura foi estabelecido tanto à montante, quanto à jusante desta. O Proálcool se insere no bojo de tais políticas econômicas para a agricultura, tendo sido constituído como uma política exclusiva para o setor sucroalcooleiro, em relação ao SNCR.

É evidente que o crédito rural institucional é anterior à constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965 (SNCR). É também verdade que a modernização da agricultura, medida genericamente em termos dos indicadores de tratorização e consumo de NPK, já se observa nos anos cinquenta [...]. Mas as políticas agrícolas anteriores ao SNCR, explicitam-se, basicamente, por intermédio dos institutos isolados de produto – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Comissão especial da Lavoura Cacaueira (DELGADO, 1985, p. 20).

Devemos destacar, assim, que o início da industrialização da agricultura é anterior à “ditadura militar”, mas esta o consolida. A internalização do Departamento I da economia dos países centrais do capitalismo já vinha ocorrendo, de maneira incipiente, desde a modernização iniciada por Getúlio Vargas. A industrialização da produção agrícola foi um dos “Planos de Metas” de Juscelino Kubitschek, e já havia promovido mudanças na sua composição orgânica, inclusive a do setor sucroalcooleiro paulista, ao longo da década de 1950 (STOLCKE, 1986, p. 147-148, nota 39), mas que não foram suficientes para transformar a forma de acumulação daquela. Formulamos aqui, porém, que as condições para a substituição das relações sociais de produção

regionais particulares pelo assalariamento já estavam postas e precederam o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. A necessidade de manter preso à terra trabalhadores que pudessem ser utilizados em diferentes montantes ao longo da safra, com pico de demanda na colheita, deixou de ser fulcral para a acumulação, já que estes podiam ser encontrados, mesmo nos momentos produtivos de maior necessidade de trabalhadores, sem inviabilizar a acumulação, como no caso do corte de cana³⁵. Os pressupostos para um mercado nacional de força de trabalho estavam constituídos, e a oferta de trabalho passou a ser de enorme montante. Faltava se estruturar as possibilidades de circulação da força de trabalho como mercadoria a ser vendida pelo trabalhador, enquanto mobilização para o trabalho. O “gato” passou a ser a personificação dessa estruturação no que diz respeito à oferta de braços para a lavoura canavieira.

Verena Stolcke (1986), no seu estudo *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, discutiu justamente a passagem da relação social de produção baseada no trabalho do colono nas plantações de café, para o trabalho assalariado volante, e consequente substituição daquela cultura pela cana-de-açúcar. Segundo ela, as políticas econômicas de industrialização da agricultura promovidas na década de 1950 não teriam sido suficientes para a transformação das relações sociais de produção. Elas, porém, potencialmente, permitiriam que a força de trabalho do colono, disponível ao longo de toda a safra, passasse a ser dispensável. Teria sido uma série de medidas modernizadoras as responsáveis pelo processo de transformação na forma de acumulação de capital na agricultura paulista. Ao apresentar o argumento de Silva (1987), a autora destacou que:

Conforme este autor, inovações tecnológicas foram introduzidas na agricultura paulista no final dos anos 1950 e início dos anos 60, numa época que se estabeleceu a indústria pesada no país. O período de rápida expansão econômica entre 1956 e 1960 foi seguido por um período de estagnação, que durou até 1967, e foi nessa época que se estabeleceu no país uma indústria

³⁵ “A questão é que o colonato, ao manter cativos todos os braços da família do trabalhador rural, impunha um rígido limite à introdução de técnicas que possibilitassem uma economia parcial de braços na lavoura fora do pico da colheita. A ocupação da mão-de-obra excedente da família nas atividades da subsistência permitia não apenas sua reprodução doméstica como também colocava à disposição do capital braços extras nas ocasiões em que havia uma demanda adicional de força de trabalho, como ocorria nas colheitas. Ocorre que a mecanização da colheita não tinha ainda solução técnica disponível. Por isso, qualquer redução de mão-de-obra nas demais atividades do ciclo produtivo era dificultada sob o regime do colonato pelo fato de que o fazendeiro não podia prescindir do total de força de trabalho nos momentos de pico” (SILVA, 1987, p. 178–179). Não citamos aqui tal excerto para concordarmos com a forma com que Silva (1987) atrela desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, mas sim, para explicitarmos que a não disponibilidade do excedente de força de trabalho para a totalidade da produção agrícola impedia a transformação das relações de produção.

doméstica de insumos agrícolas (tratores, fertilizantes, etc.). A disponibilidade de insumos agrícolas intensivos em capital, aliada ao crédito agrícola subsidiado pelo governo, beneficiou particularmente os grandes proprietários rurais. Isso, juntamente com um aumento no valor da terra devido ao uso mais intensivo e à especulação fundiária, acelerou o desenvolvimento tecnológico da agricultura no final dos anos 60. Essas modificações na tecnologia aplicada à produção agrícola tiveram consequências de longo alcance para as relações de produção dominantes principalmente no Estado de São Paulo. Porém, apenas parte do processo de trabalho foi mecanizada, reforçando a sazonalidade da mão-de-obra na fazenda. Os fazendeiros reduziram ao mínimo sua mão-de-obra permanente, utilizando cada vez mais trabalho assalariado eventual, contratado nas cidades vizinhas (STOLKE, 1986, p. 186).

A autora, ao criticar Silva (1987) por centrar sua análise na transformação das relações sociais de produção essencialmente sobre as inovações tecnológicas, permite que visualizemos nestas um dos pressupostos para a formação da superpopulação relativa. A autora destaca que diversas outras políticas econômicas voltadas à produção cafeeira paulista coexistiram a partir de meados da década de 1950, quando a concorrência internacional com o café africano e colombiano derrubou as cotações internacionais e acirrou as dificuldades na balança comercial brasileira (STOLKE, 1986, p. 191).

Foi neste momento que o Estado brasileiro passou a subsidiar a substituição de cafezais com a intenção de melhoria na qualidade, ao mesmo tempo em que financiava a erradicação dos pés pouco produtivos. Tal substituição financiada, promovida pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a partir de 1961, possibilitou que novas culturas, que auferissem maior renda da terra naquele momento, ocuparem as terras anteriormente plantadas com café. Como destacado no excerto acima, o preço da terra se elevava, dada a impossibilidade de continuidade da expansão da fronteira agrícola:

No passado, sempre que os preços do café aumentavam, havia a possibilidade de abrir novas terras. Não se fazia nenhum esforço para melhorar a produtividade através de inovações técnicas, ou para manter ou recuperar a fertilidade do solo. Mas, nos anos 50, deixou de haver em São Paulo a possibilidade de cultivar terras virgens (STOLKE, 1986, p. 189).

Apesar de Stolcke (1986) ressaltar que foi a política de erradicação dos cafezais que promoveu a maior expulsão de colonos até o momento de sua execução, processo que seria generalizado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, ela acrescenta que novos métodos de cultivo que inviabilizavam a cultura intercalar da roça de subsistência já

vinham promovendo a saída de diversos colonos das lavouras. Ao mesmo tempo, a elevação do preço da terra, dada sua escassez relativa, também a partir da década de 1950, levou muitos fazendeiros a expulsar os antigos colonos de suas terras a fim de negociá-las no mercado nacional de terras que se constituía, já que esta passou a ser comercializada como ativo financeiro (DELGADO, 1985); ou a produzir outras culturas, como, por exemplo, a cana de açúcar, que exigia um quarto da força de trabalho utilizada na safra do café, como a própria Stolcke relatou (1986, p. 180, nota 2). Isto em um momento em que a mecanização parcial do plantio e a tratorização dos tratamentos culturais já eram realidade na lavoura canavieira paulista e vinham se aprofundando. Os colonos, assim, não eram mais necessários para promover a acumulação, neste caso. Os momentos de grande demanda por força de trabalho, como no corte de cana, seriam supridos devido à grande oferta de trabalho que passava a existir. Os subsídios para substituição de culturas foram utilizados para implantação da cultura canavieira nas terras desses antigos cafezais (STOLCKE, 2008, p. 201). Ao mesmo tempo, subsídios voltados especificamente para a lavoura canavieira foram concedidos através do IAA, transformando a anterior política protecionista desse órgão, que apenas subsidiava os preços do açúcar no mercado internacional e estipulava quotas de produção:

A demora em questão se deveu fundamentalmente à eclosão, naquela mesma época, da Revolução Cubana, seguida, no início da década de 1960 pelo rompimento de relações entre Cuba e os Estados Unidos, e pela exclusão das exportações de açúcar daquele país do mercado preferencial norte-americano. Esses eventos tiveram o dom de alterar por completo a política do governo brasileiro em relação à agroindústria canavieira. Tratava-se em parte de uma decorrência do fato do Brasil ter obtido, pela primeira vez naquela ocasião, um acesso substancial a esse mercado protegido e de preços normalmente mais altos que os do mercado livre mundial. Mas, a radical mudança de política então empreendida foi também causada pelas grandes (e infundadas) expectativas do Brasil vir a poder substituir *toda* a produção cubana destinada àquele mercado. O fato de que dezenas de outros países produtores de açúcar também estavam começando a ter acesso a ele na mesma época não chegou a ser devidamente levado em conta.

Um fator adicional para esse repentino surto de otimismo vinculava-se à filiação de Cuba ao Bloco Socialista liderado pela URSS, país do qual a ilha do Caribe logo se transformou no principal fornecedor de açúcar. A grande e crescente demanda daquele imenso mercado preferencial, somada às dificuldades de Cuba em rapidamente ampliar a sua produção, por razões de ordem climática e de outra natureza, estava também abrindo um novo espaço no mercado livre mundial, do qual aquele país sempre fora um dos maiores exportadores.

Essas perspectivas de uma demanda crescente de açúcar tanto pelo mercado livre mundial como pelo mercado preferencial dos Estados Unidos levaram o IAA a conferir a mais alta prioridade ao abastecimento dos mercados

externos e a estabelecer em consequência, no ano de 1961, uma nova e poderosa Divisão de Exportação. Pelas mesmas razões, os controles governamentais até então prevaletentes sobre a produção, os quais, por sinal, já haviam deixado de funcionar satisfatoriamente, foram não apenas relaxados, mas plenamente transformados em incentivos à produção. Créditos subsidiados de longo prazo começaram a ser concedidos à agroindústria canavieira, com o objetivo de ampliar a produção de açúcar e de cana. O propósito deste e de outros incentivos adotados na época era o de fazer voltar o Brasil à liderança mundial da produção e das exportações de açúcar. Estas últimas deixaram de ser encaradas como simples expediente para garantir a manutenção de altos níveis de produção, de preços e de lucros na agroindústria canavieira do país. Elas se tornaram *ipso facto* um objeto em si mesmo (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 9-10).

A erradicação dos cafezais menos produtivos teria levado, assim, a uma redução da taxa de renda da terra incorporada pelos mais produtivos, e o atrelamento dessa política à possibilidade de acessar subsídios para a produção canavieira era interessante economicamente em razão das taxas elevadas de renda da terra diferencial I e II que esta passou então a oferecer, devido aos subsídios do Estado para o setor e o mercado externo preferencial estadunidense que se abria. Com um mercado nacional de terras se constituindo, a renda da terra, sobrelucro em relação ao lucro médio, passou a se tornar a forma de acumulação crítica preponderante com a conformação do complexo agroindustrial paulista³⁶, em um primeiro momento, e nacionalmente com o desdobrar do processo. Assim, não só a localidade e a fertilidade do solo permitiam o sobrelucro na produção agrícola, mas os diferenciais de produtividade relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas também o faziam. Terra, trabalho e capital passaram a aparecer separados e a funcionar fetichistamente auferindo renda ao proprietário de terras, juros ao capitalista, e salário ao trabalhador³⁷.

Processo semelhante ocorreu no Vale do Jequitinhonha no que diz respeito às transformações das relações sociais de produção. Quando cotejamos a discussão feita por Ana Carolina Gonçalves Leite (2010) com as falas do “Empreiteiro 2” e do “Mineiro” fica claro como a modernização do campo brasileiro promoveu a formação do trabalhador volante, já que ambos, mesmo com o acesso a terra que tinham, não mais conseguiam se reproduzir socialmente através dela, como tinham feito seus pais.

³⁶ Vale ressaltar que o complexo agroindustrial paulista também se constituiu com outras culturas como a laranja, preponderante na área de Olímpia e Bebedouro, a partir de 1960.

³⁷ À aparente separação das categorias terra, trabalho e capital em relação à forma social, Marx denominou *autonomização*. É a autonomização que permite que a terra funcione socialmente como uma mercadoria, aufera renda e possa ser comercializada, sendo seu preço a renda multiplicada pela taxa de juros. Para tal formulação ver Marx (1983, III, t. II, cap. XLIII – “A Fórmula Trinitária”). Para entender nossa discussão de tal conceito ver, no capítulo 3, a seguir, o item 3.4, “A autonomização do Estado e a modernização retardatária brasileira como colapso da modernização”.

Segundo ela, a industrialização da agricultura, no Vale do Jequitinhonha, esteve vinculada a políticas regionais que buscavam promover uma modernização retardatária das relações sociais de produção caracterizadas pelo Estado como “arcaicas”. Tal classificação, inclusive, era a responsável pela demarcação regional da área de atuação do Estado, com o intuito de aumentar a produtividade desta área. Assim, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), em 1964 e, em 1975, o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha. Neste foram aplicados os recursos do Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) e do Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV). Foi no bojo de tais planos que diversas empresas produtoras de eucalipto receberam terras tidas como devolutas, no Vale do Jequitinhonha, a fim de abastecer as siderúrgicas que se expandiam em Minas Gerais com créditos subsidiados fornecidos pelo BNDE (LEITE, 2010). A produção siderúrgica foi imprescindível nas formulações da política econômica da “ditadura militar”, o que reduzia os custos (inclusive de importação de aço) da produção da indústria automobilística internalizada, a qual se tornava o cerne da modernização retardatária brasileira – um exemplo significativo, mas não o único dentre os bens de consumo que passaram a ser produzidos em território brasileiro. O Estado passou, assim, a criar as condições para a implantação da produção de eucalipto no Vale do Jequitinhonha através inclusive da criação de infraestrutura na região (telefonia, eletricidade e estradas) que permitisse o escoamento economicamente viável da produção.

Tais políticas modernizadoras transformaram as relações sociais de produção que existiram ali até meados da década de 1970. Leite (2010) explicita em seu texto como a criação de infraestrutura, a concessão de terras para as empresas “reflorestadoras” e os incentivos fiscais e subsídios creditícios fomentaram uma mudança na forma de acumulação capitalista, que passou a estar baseada na tentativa de apropriação da renda da terra das mercadorias produzidas na região. Vale ressaltar que, segundo tal estudo, eram os subsídios fornecidos pelo Estado que garantiam a reprodução das empresas reflorestadoras. Temos, assim, que a modernização retardatária empreendida pelo Estado no Vale do Jequitinhonha resultou na elevação do preço da terra, o que culminou tanto na expulsão de agregados das fazendas pecuárias como na grilagem de terras ocupadas por posseiros (por parte dos antigos proprietários de terras da região). Mesmo aqueles que mantiveram a terra necessitavam migrar em busca de trabalho:

Essas transformações, que culminam na expropriação de agregados, posseiros e sitiantes da terra na medida em que cerceiam as condições de reprodução dos mesmos, destruindo relações de produção nas quais terra e trabalho não se encontram autonomizadas, podem ser identificadas tanto no âmbito da reestruturação das fazendas como no âmbito da chegada das empresas reflorestadoras na “região”, cuja implantação contou com o estímulo da intervenção do planejamento regional [...] (LEITE, 2010, p. 246).

Nos relatos do “Empreiteiro 2” e do “Mineiro”, fica clara a relação que pode ser estabelecida entre a modernização do Vale do Jequitinhonha e o que eles narraram. Ambos foram mobilizados para o trabalho, já que não havia mais possibilidade de reprodução nas terras de seus pais, fosse porque estes não tinham como expandir tais terras para sustentar maior número de pessoas – em razão do preço da terra, que passou a ser ocupada pelas produtoras de eucalipto –, fosse porque tinham perdido parte das antigas posses ou a possibilidade de acessar terras de chapada para coleta e produção de gado (terras devolutas também ocupadas pelo eucalipto). Tais relatos, porém, expressam apenas algumas das formas de separação entre o trabalhador e a terra. Como vimos, a expulsão de antigos agregados das fazendas também foi a forma predominante na produção extensiva de rebanhos de gado, após a dinâmica de acumulação passar a ser determinada pela renda da terra.

Se nos referirmos à formulação de Francisco de Oliveira (2008) acerca da dissolução das relações sociais de produção regionais para a constituição de um mercado nacional de trabalho, o Estado, da maneira exposta acima, teria praticado uma “mudança da forma da mais-valia que deve ser repostada para a continuidade do ciclo”, transformando “uma parte da mais-valia, os impostos, e fazendo-os retornar sob o controle da burguesia como capital, o Estado tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo” (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

Muitos dos colonos expulsos das fazendas paulistas passaram a constituir as periferias dos núcleos urbanos das cidades Brasil afora. Em Novais, cidade majoritariamente composta por cortadores de cana, conforme apresentamos ao longo deste texto, encontramos alguns habitantes descendentes de antigos colonos que, ao deixarem as fazendas de café, tinham se estabelecido na periferia dessa cidade. Muitos, atualmente, trabalhavam na zona urbana de Catanduva, Olímpia e Bebedouro: na construção civil, como seguranças, em postos de gasolina, entre outros. Trabalharam também na colheita de laranja, principal cultura da região após a erradicação dos cafezais, e no corte de cana, isso nos anos 1960 e 1970. Com a concorrência dos

mineiros trazidos para o corte, principalmente a partir de 1970, o número de ex-colonos no trabalho agrícola diminuiu relativamente.

A mobilização para o trabalho no corte de cana a partir do Vale do Jequitinhonha mostrava-se aos trabalhadores como uma das poucas possibilidades de trabalho para eles no mercado, já que não mais podiam se submeter ao proprietário de terras da região para acessar a terra e poder sobreviver. Assim, a aceitação de baixos salários, do estafante trabalho e de suas precárias condições, que incluíam a busca constante por novos empregos dada alta rotatividade dentre os cortadores, conforme os relatos que viemos seguindo ao longo de nossas apreciações, reforçou a preferência dos produtores da cana por esses migrantes. O entrelaçamento entre a origem da mercadoria força de trabalho e a localização do processo produtivo ocorreu nos anos 1970 e 1980, até a figura do “gato” que promovia a migração passar a ser desnecessária sob este aspecto. Conforme pudemos encontrar nas conversas com Luís Carvalho e Luís Ferreira, que vinham da Paraíba para o corte em São Paulo com dinheiro próprio, estes estavam inseridos em um momento de reprodução da mobilidade do trabalho, a qual era subjetivada enquanto necessidade natural, já que o assalariamento já havia se constituído como a relação social de produção preponderante para a acumulação capitalista brasileira, no período em que passaram a migrar. Ao olharmos para os cortadores “Empreiteiro 2” e “Mineiro”, cuja migração do Vale do Jequitinhonha para o corte ocorreu na passagem da década de 1970 para a de 1980, podemos dizer que eles são expressão do momento de constituição da mobilidade para o trabalho, e de formação da subjetividade dos trabalhadores então mobilizados sobre o próprio trabalho como “liberdade”. Se em um primeiro momento, quando das primeiras vezes que migram para São Paulo, tal mobilidade aparece como uma das únicas alternativas possíveis para sua reprodução, ao serem questionados sobre suas respectivas histórias (de cortadores a “gato” e fiscal de turma respectivamente), ambos positivam o trabalho realizado e os “resultados” alcançados, caracterizados como “ascensão social”, após terem se mudado definitivamente para Olímpia e Severínia.

A dominação abstrata da forma social da mercadoria, a qual determinou relações sociais de produção e acumulação particulares, mas também a passagem à generalização da relação social de produção assalariada, na crise do sistema produtor de mercadorias, é o cerne que a crítica ao trabalho como negatividade procura atingir:

Todo o processo de modernização é um processo de mobilização geral. Pouco a pouco, mesmo territorialmente diferenciado e conforme as graduações da inserção nos mecanismos de mercado, todos se tornavam migrantes potenciais, disponíveis naqueles lugares onde a lei da concorrência exigia e atraía a sua presença. Os exércitos de reserva estavam, e estão ainda, subordinados à indiferença do movimento da valorização perante o seu conteúdo material, ao caráter do fim em-si-mesmo da produção capitalista e à separação das esferas da vida. O fetiche da mercadoria escondia as causas mais profundas atrás das roupagens das motivações pessoais dos mobilizados: educação, saúde, “qualidade de vida”, problemas e sonhos individuais, mas, antes de tudo, salários.

Nos momentos de crise fundamental do sistema social e do modelo civilizatório da modernidade, à mobilidade acrescenta-se a flexibilidade. A crise de modernização foi mais longe nas suas depravações. Da ‘crise do fordismo’ à revolução micro-eletrônica da automação e à ofensiva da globalização com métodos de um ‘far-west’ neoliberal, presenciamos uma ampla flexibilização e desregulação dos mercados e das relações de trabalho. A palavra mágica da flexibilização implicava em pôr à disposição a força-de-trabalho na porção e no tempo desejados [...]

O mundo contemporâneo, cada vez mais subordinado às coerções de uma economia do mercado totalitário e até os últimos poros monetarizado, parece ter criado na sua crise uma nova condição humana: o homem flexível, sujeitado plenamente ao ideal do valor de troca (HEIDEMAN, 2003, p. 3).

O longo processo de modernização retardatária brasileira, que, conforme destacamos, teve como marcos pertinentes o início do “Era Vargas” e o fim da “ditadura militar”, transformou a forma da acumulação capitalista se realizar nacionalmente, resultando na generalização do assalariamento tanto no campo (como vimos), como nas zonas industriais urbanas, em substituição a formas particulares e regionais de acumulação. Tal forma, porém, devido à alta composição orgânica dos capitais necessários para a produção de matérias-primas a serem industrializadas, não se realizava a não ser ficticiamente, ou seja, por meio de subsídios creditícios da política econômica do Estado brasileiro. Conforme analisaremos no capítulo a seguir, tais subsídios concedidos pelo Proálcool e as dívidas do setor sucroalcooleiro – como expressão do momento de colapso da modernização (KURZ, 1999) do campo brasileiro – apenas aprofundavam a queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra, sendo esta a forma de acumulação no campo que se generalizou conforme os desdobramentos críticos da própria modernização brasileira em entrelaçamento com o centro do capitalismo.

3. O Proálcool como expressão da reprodução fictícia do capital no campo paulista

3.1 – Caracterizando o Proálcool

Inúmeros são os estudos realizados sobre o Proálcool e, com a retomada atual do crescimento da produção e produtividade de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, estes se proliferaram nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas. Quando da implantação (segunda metade dos anos 1970) e crise do Programa (início dos anos 1990), diversas análises de economistas, agrônomos, geógrafos, historiadores, entre outros, criticaram-no enquanto política econômica do governo Geisel e de seus sucessores. Tais análises se ativeram às intenções explicitamente formuladas pelo Estado para a implantação do Programa e se detinham nas formas assumidas pelo Proálcool para sugerirem o equívoco de sua política e proporem outras possibilidades de atuação do planejamento econômico sobre o campo brasileiro. Dificilmente, porém, tais análises partiram de um momento particular de reprodução do capitalismo mundial para entender as características das determinações da forma de reprodução do capital objetivadas deste momento. Isto permitiria uma crítica às consequências contraditórias de uma política econômica como planejamento do Estado, aparente sujeito (mas sujeitado) da modernização retardatária, que organiza a produção, a distribuição e o consumo com o intuito de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. Cabia ao Estado arcar com os *faux frais* (MARX, 1983) do setor sucroalcooleiro, ou seja, com a parte não produtiva de valor:

1.6 – Cabem a órgãos do Governo Federal a fixação do Plano de Safra da cultura canavieira, o estabelecimento dos preços para o álcool, em todos os níveis, do produtor ao consumidor final, o controle dos estoques estratégicos, a realização de misturas carburantes que envolvam o álcool, a fiscalização do uso e da qualidade do produto, e a coordenação da logística de abastecimento (TCU, 1990, p. 2).

Como veremos, tais análises críticas de uma política econômica partem essencialmente da constatação de que uma “modernização conservadora” foi implantada por parte dos governos militares, questionando os resultados concentracionistas que os créditos subsidiados geraram em benefício das classes dominantes do país à época (latifundiários e industriais), apesar das justificativas governistas de que o Proálcool tivesse características distributivistas. Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de

outra modernização, as determinações do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social se apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência dessas determinações fundamentadas no momento fictício de reprodução capitalista, expresso aqui pela incapacidade do setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais. Nossa crítica caminha no intuito de problematizar a modernização em si, e o Estado modernizador como agente deste processo fetichista, e por isso contraditório. Assim, suas ações de política econômica não serão aqui analisadas como passíveis de serem implantadas como identidade sujeito-objeto, em consonância com seus resultados. Para nós, não há “boa” modernização.

O principal argumento do governo brasileiro para a implantação do Proálcool foi o chamado “choque do petróleo” de 1973/1974, que elevou o preço do barril de três dólares, em setembro de 1973, para doze dólares, em janeiro de 1974¹ (MELO; FONSECA, 1981, p. 1), onerando significativamente seu saldo comercial e, conseqüentemente, seu balanço de pagamentos. Segundo Shikida (1997, p. 69), tal elevação correspondeu ao dispêndio de 8,6 bilhões de dólares para importação de petróleo referente ao triênio 1974-1975-1976, em relação ao gasto de 1,4 bilhões de dólares referente ao triênio anterior. Aliando a necessidade de diminuir tal déficit com as tendências da política econômica modernizadora do campo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, formulou-se o Programa Nacional do Álcool, pretendendo a “substituição da matriz energética”, da gasolina pelo álcool. Utilizando-se de análises macroeconômicas, tanto Fernando Homem de Melo (1981; 1984) quanto Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) tentaram demonstrar que tal objetivo do Programa não seria alcançado devido à sua inviabilidade econômica. Assim, para eles, apesar do acerto por parte dos militares na tentativa de substituir a matriz energética, a forma escolhida teria levado ao privilégio de latifundiários e industriais ao invés de alcançar a distribuição da riqueza, um dos objetivos declarados do Programa. Para tais pesquisadores, o problema não estava nas intenções declaradas do governo brasileiro, mas em como estas foram levadas adiante, já que esses economistas propunham outra

¹ Segundo Shikida (1997), foi a Guerra do *Yom Kippur* (Dia do Perdão), envolvendo Egito, Israel e Síria, a responsável direta por tal elevação. Ocorrida a partir de outubro de 1973, levou os países árabes reunidos na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a se recusarem a vender petróleo aos países ocidentais que apoiavam Israel.

política econômica, outra forma de modernização que poderia ser implantada para proporcionar uma distribuição mais equânime da riqueza produzida.

Exponentes das interpretações que questionam diretamente os objetivos distributivistas do Proálcool, tais como explicitados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, passam tanto por um ponto de vista socialista, como o de Denise Elias (2003), que defende o fomento estatal aos pequenos proprietários pelos subsídios e a diversificação das matérias-primas para a substituição de matriz energética; quanto liberal (“neoshumpeteriano”), como em Shikida (1997), que critica a “orquestração de interesses” que levavam o Estado a beneficiar determinadas classes sociais, impedindo que a concorrência conduzisse a um incremento da produtividade, o que, segundo sua concepção, contribuiria com a distribuição de renda.

A proposta do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de cinco de novembro de 1975, aprovada por Geisel através do decreto número 76.593, de 14 de novembro de 1975, enumera como objetivos do Proálcool:

- a) economia de divisas – que é um de seus principais objetivos, através da substituição de importações do combustível petrolífero, atualmente consumido por nossa frota rodoviária – e fornecimento de matérias-primas para a indústria química;
- b) redução das disparidades regionais de renda: dado que todo o país, mesmo as regiões de baixa renda, dispõe das condições mínimas para a produção de matérias-primas em volume adequado;
- c) diminuição das desigualdades individuais de renda, por ter seus maiores efeitos sobre o setor agrícola e, dentro deste, sobre produtos altamente intensivos no uso de mão-de-obra.
- d) crescimento da renda interna, pelo emprego de fatores de produção ora ociosos ou em desemprego disfarçado – terra e mão-de-obra, principalmente –, considerando que se pode orientar a localização das culturas para onde haja essa disponibilidade;
- e) expansão da produção de bens de capital, através da crescente colocação de encomendas de equipamentos, com alto índice de nacionalização, destinadas à ampliação, modernização e implantação de destilarias (CNP, 1978, p. 262).

Aqui, é importante ressaltar que a relação de objetivos do Proálcool expressa idealmente os diferentes e contraditórios interesses econômicos que atuaram para a realização do Programa. A Comissão Nacional do Álcool (CNAL)², responsável pelas

² Esta foi extinta em 1979 e substituída pelo Conselho Nacional de Álcool (CNAL), composto pelos secretários gerais dos ministérios envolvidos, um representante do Comando Superior das Forças Armadas e representantes da iniciativa privada. Dele fazia parte a Comissão Executiva Nacional do Álcool, responsável pela execução dos projetos, sendo esta composta por representantes do IAA, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

decisões acerca da execução deste, possuía representantes de diferentes ministérios, personificações de disputas acerca da forma de realização da política econômica modernizadora de substituição de matriz energética. A Petrobrás, o Ministério da Agricultura e parte do Ministério da Indústria e do Comércio apoiavam a opção da mandioca como matéria-prima para a produção de etanol; enquanto o Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA), o Ministério de Minas e Energia e parte do Ministério da Indústria e do Comércio apoiavam a cana-de-açúcar, ainda mais porque o setor sucroalcooleiro passava por uma crise de superprodução devido à queda nos preços do açúcar no mercado internacional, a partir do final de 1974 (BORGES; FREITAG; HURTIENNE e NITSCH, 1988).

No geral, as análises que vínhamos destacando acerca do Proálcool pressupunham a necessidade de substituição de matriz energética como efeito do aumento nos preços do petróleo, tratando este como fato histórico – tratamento este que é uma coisificação, já que o naturaliza como causa. Não se questionavam, assim, sobre o processo pelo qual a valorização do valor passou, ao longo do século XX, e no qual assumiu certas particularidades que nos permitem compreender o aumento dos preços do petróleo “não como resultado do acaso, nem como produto de elementos exógenos à lógica imanente do sistema” (MANDEL, 1990, p. 7). Para melhor explicitarmos as particularidades de um momento da acumulação que determinaram as “vontades” do Estado como sujeito sujeitado (KURZ, p. 1993), sendo os efeitos dessas “vontades” contraditórios em relação a como apareciam quando proferidos, acompanharemos os argumentos de Mandel (1990):

A incidência real da alta do preço do petróleo sobre a conjuntura foi dupla: de um lado, acentuando a tendência inflacionária geral – pela alta dos custos e pelo aumento da liquidez –, precipitou o momento no qual a inflação teve um efeito perverso sobre a conjuntura e no qual os governos foram obrigados a tomar medidas para, de alguma forma, freá-la; por outro, pensando sobre a taxa média de lucros do capital industrial, acentuou o seu movimento de baixa, o que é causa fundamental da recessão. Porém, nos dois casos, trata-se de uma amplificação de um movimento já em curso. A recessão generalizada estava inscrita no ciclo que começou com a recessão ainda parcial de 1970/71 e que se prolongou com o *boom* especulativo dos anos 1972/73. Tanto as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram incontestavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da Guerra do Yom Kippur. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise (MANDEL, 1990, p. 38).

O que Ernest Mandel tenta analisar aqui é o fenômeno denominado “estagflação”. Esse fenômeno se dá justamente no mesmo momento que, para Kurz (1995), com a revolução microeletrônica, a alta composição orgânica dos capitais determinou a incapacidade de valorização do valor, a não ser ficticiamente. Para ambos os autores, a acumulação no *boom* fordista, baseada nos créditos fornecidos pela dívida pública dos países centrais do capitalismo, havia impulsionado a modernização dos países periféricos. Tendo a indústria automobilística posição de destaque na internalização do Departamento I (bens de produção) da economia desses países através da dívida externa – baseada em capitais ociosos dos países centrais em crise que buscavam se valorizar –, a dependência em relação ao petróleo importado e ao financiamento externo se tornaram características particulares desta modernização retardatária (KURZ, 1999). Nem há necessidade de lembrar aqui o chamado “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek, da segunda metade dos anos 1950, como marco inicial dos empréstimos internacionais para modernização retardatária brasileira, com ênfase no setor automobilístico.

O aumento dos preços do petróleo, no caso do Brasil, acabou por “amplificar”³, como destaca Mandel (1990), as determinações imanentes de crise da valorização do valor neste país–, quando esta passava qualitativamente a um novo momento – o fictício – de reprodução em nível global. A escolha do planejamento estatal pela substituição de matriz energética como tentativa de desonerar o balanço de pagamentos estava, assim, posta e delimitada pelo processo de desdobramento da contradição da reprodução social capitalista: capitais ociosos internacionais que passaram a formar a dívida externa brasileira necessitavam ser valorizados⁴. Uma crise de super-acumulação dos países centrais colocou o processo de modernização retardatária brasileira. Justamente por isso trataremos aqui o Estado e sua política econômica como *sujeito sujeitado* (KURZ, 1999) aos desdobramentos críticos da acumulação capitalista.

³ “A estagnação, em geral catastrófica, da expansão fordista na periferia capitalista anunciou a crise final também nos países centrais. Já a crise petrolífera, em meados dos anos 1970, demonstrou que a estagnante criação real de valor das indústrias fordistas suportava agora mal os custos adicionais” (KURZ, 1995, p. 19).

⁴ “A renovação da própria capacidade produtiva brasileira – posterior aos anos 30 – sempre esteve fundamentada pelos níveis de desenvolvimento das forças produtivas postos nos países centrais da reprodução social capitalista, isto implicou uma superação de certas condições de desenvolvimento das forças produtivas sempre às custas de uma importação de bens de produção, o que fez do próprio Estado e da própria modernização um elemento tributário de uma reprodução externa, enquanto que, internamente, portanto, tratava-se, ao mesmo tempo, de uma modernização negativa” (ALFREDO, 2008, p. 374).

Partimos aqui de um processo e não da naturalização da causa – aumento do preço do petróleo – da política econômica de modernização retardatária do campo por meio do Proálcool, durante a “ditadura militar”. Como veremos, apesar de não substituir completamente a gasolina pelo álcool, o Proálcool permitiu a rolagem da dívida externa brasileira e a reprodução fictícia da inserção brasileira nas trocas internacionais.

Veremos, agora, como o Programa foi realizado através da incidência de créditos subsidiados (a juros reais negativos) ao setor sucroalcooleiro, o que levou os estudos acima mencionados (que analisaram o Proálcool) a denunciar como falaciosos os objetivos governamentais apresentados para justificar o Programa.

Tais estudos estabelecem uma periodização um tanto unívoca, que se tornou canônica, dividindo o Programa em três fases, e tem como marcos as mudanças em relação às incidências do crédito subsidiado fornecido pelo Estado ao setor. Vale lembrar que o Proálcool não teve um término institucionalizado, o que demonstra a necessidade de manter em aberto a possibilidade de uma política ao setor conforme a conjuntura econômica (oscilação dos preços de açúcar e álcool). Um marco importante, porém, para constataremos o final de um “ciclo expansionista” é a extinção do IAA (Medida Provisória número 151), em 15 de março de 1990, quando do governo “neoliberal” de Fernando Collor de Mello. Essa extinção pode ser considerada como a responsável por instituir a liberalização do setor, como abordaremos mais adiante. Nosso enfoque, desta forma, percorrerá estes quinze anos, 1975-1990, em três fases⁵:

- A primeira que vai da institucionalização até 1979;
- A segunda, a partir de 1979, quando da chamada segunda crise do petróleo⁶, até 1985;
- E a terceira, de 1985 até a extinção do IAA, em 1990.

As controvérsias iniciais quando da promulgação do Proálcool, acerca de quem receberia os créditos e para produzir qual matéria-prima, resolveram-se com a primazia da cana-de-açúcar e da incidência destes créditos seletivamente nas regiões e empresas mais produtivas. A concentração de terras e das empresas é característica da realização

⁵ Sobre esta periodização, ver Thomaz Jr.(2002); e Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988).

⁶ Em razão da Revolução Iraniana de 1979, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um drástico aumento dos preços de petróleo, fazendo com que 42% da renda proveniente de exportações fosse utilizada para importar petróleo, que correspondia a 30% da importação nacional – lembrando que o balanço de pagamentos brasileiro aumentou seu déficit e a necessidade da dívida externa para a reprodução da economia nacional.

do Proálcool e levou estudos acerca de tal política econômica a explicitá-la enquanto uma “modernização conservadora”.

Tabela 6 – Recursos financeiros direcionados para o Proálcool (US\$ milhões)

Ano	Recursos							
	Públicos	%	Próprios	%	Total	Públicos %	Próprios %	
1976	80,6	2,0	33,1	1,1	113,7	70,9	29,1	
1977	281,3	7,1	96,8	3,1	378,1	74,4	25,6	
1978	205,2	5,2	77,5	2,5	282,7	72,6	27,4	
1979	198,8	5,0	46,6	1,5	245,4	81,3	18,7	
Subtotal	765,9	19,3	253,4	8,1	1.019,9	75,2	24,8	
1980	688,3	17,3	195,3	6,3	883,6	77,9	22,1	
1981	1.170,0	29,5	466,4	15,0	1.636,4	71,5	28,5	
1982	395,5	9,9	491,2	15,7	887,6	44,6	55,4	
1983	406,2	10,2	461,8	14,8	868,0	46,8	53,2	
1984	442,3	11,1	689,0	22,1	1.131,3	39,1	60,9	
Subtotal	3.102,3	78,2	2.303,7	73,9	5.406,0	57,4	42,6	
1985	66,2	1,7	37,7	1,2	153,9	75,5	24,5	
1986	24,4	0,6	60,2	1,9	84,6	28,9	71,1	
1987	8,4	0,2	313,2	10,0	321,6	2,6	97,4	
1988	0,4	0,0	73,4	2,3	73,8	0,6	99,4	
1989	-	-	24,8	0,8	24,8	-	100,0	
Subtotal	99,4	2,5	509,3	16,3	658,7	-	-	
TOTAL	3.967,6	100	3.117,0	100	7.084,6	-	-	

Fonte: TCU (1990, p. 49).

Mais de 7 bilhões de dólares (tabela 6) foram destinados ao setor sucroalcooleiro, sendo que os subsídios eram cobertos pela União, incluindo aqueles provenientes do crédito privado. Os créditos incidiram tanto para financiar o setor industrial como o setor agrícola. No primeiro, ampliando e fomentando a substituição de equipamentos das plantas fabris já existentes, aumentando assim sua produtividade,

como também com a implantação de novas destilarias. Quanto à parte agrícola, os créditos serviram para custeio, mecanização e expansão das lavouras de cana-de-açúcar (TCU, 1990). Aumentou-se tanto a produtividade quanto a produção das partes agrícola e industrial do setor, em termos nacionais (tabela 7). Isto não ocorreu, entretanto, homogeneamente. Os créditos tenderam, nas duas primeiras fases, a privilegiar as regiões mais produtivas quando do início do Programa, apesar de também terem sido utilizados, em menor escala, por regiões menos produtivas. Aumentou-se assim a produtividade média e diminuíram-se os diferenciais de produtividade – ver tabela 11, na p. 143 desta dissertação, no que concerne às DIRAs paulistas, por exemplo –, garantindo que as diferenças continuassem a existir.

Tabela 7 – Área colhida, quantidade produzida de cana-de-açúcar e rendimento agrícola no Brasil – 1974 a 1985

Ano	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil toneladas)	Rendimento agrícola (toneladas/ha)
1974	2.057	95.624	46,5
1975	1.969	91.525	46,5
1976	2.093	103.173	49,3
1977	2.270	120.082	52,9
1978	2.391	129.145	54,0
1979	2.537	138.899	54,7
1980	2.608	148.650	57,0
1981	2.826	155.924	55,2
1982	3.084	186.647	60,5
1983	3.479	216.037	62,1
1984	3.656	222.318	60,8
1985	3.912	247.199	63,2

Fonte: FIBGE *apud* Shikida (1997, p. 91)

Vale ressaltar, e aqui está um ponto fulcral da crítica que tentaremos explicitar, que a incidência de créditos subsidiados acabou por fomentar a produção nas regiões que antes do Proálcool já haviam recebido outros créditos subsidiados (via Fundo Especial de Exportação, de 1965; e Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965⁷) para a

⁷ “O FEE se notabilizou pelo fato de ter potenciado, a partir da execução dos outros programas e planos, a modernização da agroindústria açucareira antes do Proálcool, com a inversão de elevadas somas de recursos. Pode-se dizer que articulados a um só tempo: a) estímulo a fusões, realocações e incorporações de empresas (Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, de 1971), b) melhoramento da qualidade da matéria-prima e práticas agrícolas mais adequadas (Planalsucar: Programa Nacional de Melhoramento da cana-de-açúcar, de 1971) e, c) estímulo às exportações e

industrialização do setor – representando o Programa Nacional do Alcool, assim, uma modernização sobre o moderno – e que demonstravam capacidade produtiva ociosa, após a queda dos preços do açúcar no mercado internacional. Esta ociosidade deve-se ao incremento de produtividade pelo qual passou o setor quando da política de maior inserção na concorrência internacional do mercado de açúcar, no início da década de 1970:

Criou-se, no início da década de 1970, todo um esquema de financiamento subsidiado do complexo agroindustrial canavieiro para que ele pudesse colocar parte de sua produção no mercado mundial. Predominava uma visão extremamente otimista quanto à possibilidade de que esse mercado iria absorver os excedentes da produção nacional. Essa visão foi explicitada nos seguintes termos pelo representante do IAA em Londres: O ano que passou (1973) foi o segundo da crise de escassez de açúcar [...] e o resultado de estudos projetivos sobre a demanda e a oferta de açúcar na década em curso revelam que, em 1980, o mundo precisará de pelo menos 24 milhões de toneladas a mais do produto do que em 1970, e de que não há capacidade industrial instalada que baste para tanto (RAMOS, 1999, p. 170-171).

Apesar das previsões por parte do IAA de que a demanda mundial continuaria crescendo, a superprodução de açúcar foi escamoteada. De 1969 a 1974, as exportações brasileiras de açúcar triplicaram (90.000 toneladas para 2.500.000), passando o Brasil, em 1974, a comandar 12% do mercado internacional (BORGES; FREITAG; HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 15). Aproveitou-se, nesta ocasião, um momento de expansão do consumo de açúcar, principalmente pelos Estados Unidos, que deixaram de importar açúcar de Cuba, quando do embargo econômico decretado em 1962, após a revolução socialista ali ocorrida, em 1959. Tal expansão foi possível em razão da industrialização, mas foi seguida de uma crise de superprodução que derrubou as cotações internacionais do preço do açúcar de US\$ 1.400/t para US\$ 336/t, ao final de 1974. Sua exportação respondia, então, por 30% do total de vendas nacional do produto. Em 1975, São Paulo tinha uma capacidade ociosa de aproximadamente 640 milhões de litro de álcool – potencial para produzir um bilhão de litros –, e a incorporação deste à gasolina garantiria a compensação para a crise do preço do açúcar no mercado internacional. Foi a crise do setor que levou à escolha da cana-de-açúcar como

financiamento propriamente dito à modernização tecnológica, fundamentalmente no setor fabril, produziram profundas alterações na territorialidade das empresas e na produção de cana e do açúcar, no final dos anos 60 até meados dos anos 70. Assim, enquanto se assistia a uma diminuição do número de empresas, a produção de açúcar crescia, juntamente à capacidade agroindustrial e performance técnica das empresas, materializando um processo de concentração e centralização jamais visto no setor até então” (THOMAZ JR., 2002, p. 92, nota 75).

mercadoria a ter a produção ampliada através do processo de industrialização da agricultura, que se aprofundava naquele momento.

Tabela 8 – Açúcar: quantidades exportadas (Brasil e mundo), preços e receita das exportações, 1972-1979

Ano	Quantidade Exportada Brasil (1.000 t.)	Receita das Exportações Brasil (US\$ milhões)	Preço Internacional (US\$/ t.)	Quantidade Exportada Mundo	Brasil / Mundo (%)
1972	2.535	404	163	14.621	17,3
1973	2.798	559	211	15.061	18,6
1974	2.351	1.322	656	22.838	10,3
1975	1.731	1.100	451	21.244	8,1
1976	1.167	307	258	23.396	5
1977	2.455	463	178	28.509	8,6
1978	1.962	350	176	25.702	7,6
1979	1.829	364	222	-	-

Fonte: Para quantidade e valor das exportações brasileiras, Anuário da Cacex. Para os preços internacionais (mercado livre, Nova York), *Conjuntura Econômica*, maio de 1979, para 1972/1977; e *Anuário Estatístico da Comissão de Financiamento da Produção*, de 1980, para 1978/1979. Para as exportações mundiais, *Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics, Food and Agricultural Organization*. Apud Melo e Fonseca (1981, p. 17).

Conseqüentemente, São Paulo, principal produtor nacional (de cana, álcool e açúcar) quando do advento do Programa, manteve-se nesta posição ao final da década de 1980⁸, assim como a Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, no que concerne a este estado. Além disso, todo crescimento na produção de cana-de-açúcar foi revertido para a produção de álcool, já que o mercado de açúcar estava estagnado no período (tabela 8):

Quanto à localização do crescimento verificado na área colhida de cana-de-açúcar [...] São Paulo sozinho foi responsável por 56% do aumento verificado entre 1976 e 1980. [...] Como resultado, São Paulo que, em 1976, tinha 34,5% da área plantada com cana-de-açúcar, já em 1980 ficava com 39,3% da área e praticamente 50% de sua produção total [...] Entre os maiores produtores, São Paulo é um caso expressivo, pois, nesse período, o aumento da produtividade agrícola foi de 20,4%. Esses são acontecimentos favoráveis, pois desde os anos 40 os rendimentos de cana no Brasil e na maioria dos estados produtores vinham apresentando um crescimento bastante lento (MELO; FONSECA, 1981, p. 8-9)⁹.

⁸ São Paulo, que produziu 362,28 milhões de litros de álcool na safra de 1975/1976 (aproximadamente 65% da produção nacional), passou a produzir 7.957,60 milhões na de 1990/1991, aproximadamente 68% da produção de álcool do país (THOMAZ, 2002, p. 92).

⁹ Vale ressaltar que os dados utilizados pelos autores são referentes ao Censo do IBGE para o período.

Fica explícita a intenção da política econômica em aumentar a produção de cana e álcool (o que refletiu na de açúcar) via expansão da área colhida e aumento de produtividade por meio da incisão de créditos sobre as principais regiões produtoras – e que já eram as mais produtivas¹⁰. O Estado, ao mesmo tempo, fomentou por meio de política distributivista a implantação de novas unidades e garantiu preços a uma faixa de produtores menos competitivos, nas pequenas propriedades¹¹ (menos de 10 ha): “A estrutura produtiva é formada por grandes e médias destilarias. E não houve grandes incentivos a destilarias com capacidade inferior a 150 mil litros/dia. As justificativas apontam o fato de que as pequenas destilarias não são competitivas” (TCU, 1990, p.59).

Tabela 9 – Produção, área e número de propriedades com cana-de-açúcar, por estrato de área – São Paulo

Estrato de Área (ha)	Propriedades (números)	%	Produção (100.000 ton)	%	Área colhida (1000 ha)	%
1970/1971						
3,1 a 10,0	683	6,60	0,21	0,60	5	0,8
10,1 a 50,0	5.089	49,20	4,80	12,50	68	11,0
50,1 a 300,0	3.431	33,10	10,66	29,60	186	30,1
300,1 a 1.000,0	768	7,40	7,59	21,10	130	21,1
Acima de 1.000,0	383	3,70	13,04	36,20	228	37,0
Total	10.354	100,0	36,3	100,0	617	100,0
1980/1981						
3,1 a 10,0	2.794	21,8	0,94	1,3	15	1,4
10,1 a 50,0	4.070	31,8	4,45	6,1	70	6,6
50,1 a 300,0	4.137	32,4	22,06	30,2	307	29,2
300,1 a 1.000,0	1.344	10,5	23,21	31,7	358	33,9
Acima de 1.000,0	452	3,5	22,47	30,7	305	28,9
Total	12.797	100,0	73,13	100,0	1.055	100,0
1990/1991						
3,12a 10,0	3.214	17,9	1,15	0,8	15	0,8
10,1 a 50,0	7.838	43,7	12,57	8,7	164	8,8
50,1 a 300,0	4.728	26,3	30,24	21,0	394	21,2
300,1 a 1.000,0	1.661	9,3	41,27	28,7	534	28,6
Acima de 1.000,0	504	2,8	58,66	40,8	757	40,6
Total	17.945	100,0	143,89	100,0	1.864	100

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 165).

¹⁰ “Quase sempre, o aumento da produtividade ou o crescimento da produtividade são identificados diretamente com o crescimento dos mercados, com a criação de valor e logo com a acumulação de capital” (KURZ, 1995, p. 18).

¹¹ Para os dados, demonstrando que as pequenas propriedades têm maior custo de produção de cana-de-açúcar, ver Gonçalves (1991). Vale ressaltar que discordamos do ponto de vista do autor de que é a economia em escala que explica tal característica.

Pode-se comprovar que a expansão da área ocupada com cana em São Paulo deu-se considerando os dois primeiros momentos (safras 1970-1971 e 1980-1981), sobre todos os estratos de área, mas concentrou-se no intervalo de 300,1 a 1.000 ha. Notabilizou-se, ainda, o aumento expressivo das propriedades com menos de 10 ha incorporadas ao circuito canavieiro, registrando aumentos de 309% em número, 347% na produção e 200% quanto à área, mas significando, em termos absolutos, somente 1,3% da produção, 21,8% do número de propriedades e 1,4% da área colhida, enquanto o crescimento total da área colhida foi de 71%, passando de 617.00 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81 (THOMAZ JR., 2002, p. 84).

Ao analisarmos as tabelas 9 e 11 (p. 143 desta dissertação) e o mapa 2 (p. 147 desta dissertação), podemos inferir um movimento de territorialização do capital (ALFREDO, 2005) no estado de São Paulo para a região estudada, caracterizado pela tentativa de reprodução por meio de sobrelucro da renda da terra¹², ou seja, determinado pelas abstrações do processo crítico de valorização do valor.

Para acompanharmos a evolução da incorporação da renda da terra para as diferentes DIRAs paulistas, e entendermos o movimento de territorialização do capital, as tabelas podem demonstrar que para os dois primeiros períodos do Proálcool os créditos incidiram sobre as DIRAs com maior produtividade. É possível acompanhar um movimento que pode ser entendido como a incorporação da renda da terra diferencial II para tentativa de valorização do capital fictício aí investido.

Em relação à área plantada temos um aumento também horizontal, incorporando pequenas propriedades, principalmente no segundo e terceiro períodos do Programa:

No início da década de 80 [...] o número de propriedades canavieiras apresentou um aumento de 23,6% derivado, principalmente, do grande crescimento do número de pequenas propriedades, situadas no estrato de 3,1 a 10 ha (YOSHII *et al.*, 1993, p. 164).

Tal distributivismo, no entanto, garantiu também o aumento da produtividade e da produção, assim como o concentracionismo nos latifúndios (acima de 1.000 ha), e

¹² Para Marx haveria dois tipos de renda da terra diferencial, o que permitiria que as terras mais rentáveis propiciassem um sobrelucro proveniente da mais-valia global distribuída no processo de circulação do capital. A renda diferencial I diz respeito à produtividade e localização do solo, enquanto a renda diferencial II seria aquela proveniente dos capitais investidos no solo a fim de aprimorá-lo. Em concorrência, os diversos capitais tendem a aumentar a composição orgânica de suas produções, diminuindo cada vez mais a proporção (taxa de renda da terra) entre estes capitais investidos e a renda da terra extraída, o que exige uma expansão extensiva cada vez maior para buscar compensar a redução da taxa da renda. Ou seja, a aparente expansão produtiva e territorial seria determinada pela contradição crítica imanente ao processo de acumulação. Vale destacar aqui que a Divisão Regional Agrícola se caracteriza pelas diferenças de produtividade, como critério utilizado pelo Estado brasileiro e reproduzido pelas unidades federativas para planejamento da modernização retardatária do país. Região, assim, é entendida aqui como lugar do planejamento.

pode ser entendido como incorporação da renda da terra diferencial I, com a introdução de solos piores, o que caracterizaria tal movimento, dado que o preço pago pela cana, estabelecido pelo IAA, por ser único, baliza-se no pior solo e não na média, para ser definido¹³. Podemos constatar, principalmente a partir da segunda fase do Programa, a incidência de créditos em novas áreas, menos produtivas. A DIRA de São José do Rio Preto é representativa de tal característica, já que se localiza em áreas mais ao noroeste do Estado, permitindo a expansão da fronteira da cana a partir da segunda fase do Proálcool (com o Pró-Oeste), o que parece explicar a diminuição de sua produtividade (de 86,3 t/ha em 1980/81 para 70,8 t/ha em 1985/86). Para a segunda fase, podemos também destacar o aumento na produtividade média para o estado de São Paulo como um todo – 69,3 t/ha em 1980/81 para 72,1 t/ha em 1985/86 –, junto com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar – de 617.000 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81; e 1.864.000 ha em 1990-91 –, o que demonstra expansão extensiva e intensiva desta cultura¹⁴.

O movimento acima destacado parece buscar compensar a queda tendencial da taxa de renda da terra devido aos altos custos de investimentos. Assim, a redução dessa taxa estaria buscando uma compensação não realizável através da ampliação da área produzida com menor produtividade de modo a compensar a perda da taxa em solos mais produtivos. O estabelecimento do preço – regulados pelo IAA, definindo aí a renda da terra a ser incorporada – devido a um solo regulador menos produtivo acrescentaria sobrelucro ao mais produtivo, garantindo também a reprodução dos menos produtivos. Trata-se daquilo que Marx observa como a expansão da renda da terra em *zigzague* (MARX, 1983, III, t. I, seção VI), tanto de solos mais produtivos para os menos, como vice-versa. O distributivismo também ocorre como reprodução das determinações do processo crítico de valorização do valor.

Nosso argumento, que não pretende enveredar por uma crítica à suposta “modernização conservadora” de tal política econômica – o que pressuporia uma possível “modernização democrática”, mais distributivista –, visa demonstrar como o

¹³ “[...] a política de preços beneficiou os usineiros paulistas, uma vez que os preços fixados para a matéria-prima levavam em consideração os custos de produção em nível nacional, ou seja, tanto da agroindústria sucroalcooleira nordestina e fluminense como os dos fornecedores de menor área em qualquer região” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 179).

¹⁴ “Na década de 70, a DIRA de São José do Rio Preto se destacava pela produtividade, bem acima da média do Estado. Na década de 1980, o grande crescimento na produção da DIRA não foi acompanhado por aumento, ou mesmo manutenção, dos níveis de produtividade. Isso pode indicar que a expansão da área verificada com a cultura, naquela região, se deu provavelmente em terra de pior qualidade do que as anteriormente ocupadas” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 163-164).

Estado, através da incidência dos créditos subsidiados, estabelecia o lucro médio e a renda da terra média a serem apropriados pelos produtores com elevada composição orgânica de capital no setor. Isto explicaria o concentracionismo apesar do distributivismo:

A partir de 1986, os financiamentos passaram a estabelecer pagamento integral da correção monetária, mais taxas de juros reais, exceto para os Estados sob jurisdição da SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha, Espírito Santo e Rio de Janeiro, nos quais os encargos incidiam 85% das OTNs mais 5% de juros/ano [...] (THOMAZ JR., 2002, p. 97).

Destacamos, aqui, a incapacidade deste setor se reproduzir sem a intervenção estatal, já que a solvência destas unidades produtivas só se fez possível através da incidência dos subsídios, gerando um deslocamento a partir do qual apareciam as dívidas; no caso, no balanço de estatais (Petrobrás, através da Conta-Álcool) e nos cofres públicos (Banco do Brasil, Tesouro Nacional, dívida externa, entre outros), assim como na inflação do período (principalmente nos anos de 1980, após a chamada “crise das dívidas”¹⁵).

Apesar desses déficits em relação ao Estado, o *Relatório do Tribunal de Contas da União* (TCU, 1990) concluiu que as unidades produtivas de cana e álcool eram solventes no período, e que a insolvência de diversas dessas unidades, de 6% delas (TCU, 1990, p. 50), devia-se à não repassagem de financiamentos previstos pelo programa a partir de 1985. Esse relatório defendia a continuidade do Proálcool, avaliando-o como tendo alcançado sua intenção de substituição de matriz energética, como veremos mais adiante. Em confronto a esse documento, após discriminarmos as inversões financeiras realizadas pelo Estado nas etapas do Programa, faremos uma exposição dos argumentos de Melo e Fonseca (1981), assim como de Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) que, ao analisarem economicamente o Programa, demonstram-no inviável, já que a produção de álcool no Brasil era deficitária aos cofres públicos. Enfocaremos nossa análise na necessidade de crédito subsidiado para manutenção do Programa, já que isso era o que garantia a aparência de solvência das

¹⁵ A “crise das dívidas” ocorreu após setembro de 1982, quando da insolvência do México para saldar os juros de sua dívida externa, o que levou a uma diminuição considerável dos investimentos externos nos países do então denominado “terceiro mundo”, dado o risco de não serem remunerados (KURZ, 1999, p. 160). Sem a dívida externa como fonte de capital ocioso para rolagem das dívidas, tais países tiveram de manter os subsídios tanto à sua indústria, como à sua agricultura por meio de impressão de dinheiro, gerando alta inflação, característica comum a esses países para a década de 1980 e início da de 1990.

unidades produtoras de cana e álcool. Os 6% considerados insolventes são relativos a unidades que deixavam de pagar dívidas acumuladas e referentes a créditos subsidiados a juros reais negativos, e que nem assim conseguiram rolar essas mesmas dívidas. O relatório do ano subsequente, de 1991, da Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros (THOMAZ JR., 2002, p. 102), constata, por sua vez, altíssima inadimplência para o setor devido à não rolagem das dívidas via novos créditos subsidiados do Estado, sendo 160 empresas inadimplentes das 281 que haviam recebido os subsídios através do Proálcool.

Tais características para o setor no período estudado são, para nós, expressão de um momento particular de reprodução da acumulação capitalista no campo. A tentativa de aumento da extração da taxa de mais-valia – através do aumento da produção e da produtividade – visa compensar a queda da taxa de lucro e de renda da terra¹⁶, causada no ramo sucroalcooleiro brasileiro pela necessidade de aumento da produtividade, em razão das determinações do aprofundamento da concorrência quando da tentativa de maior inserção no mercado internacional de açúcar. A tentativa de diminuição de custos – a fim de o capital investido ser remunerado através da apropriação do lucro e sobrelucro dos capitais menos produtivos – leva a uma alta composição orgânica do capital, excluindo trabalho do processo produtivo. Isto gera e gerou uma discrepância entre o capital investido e a possibilidade de valorização do valor através de trabalho vivo quando no processo produtivo. O capital aparece, então, reproduzindo-se, porém, só o faz com a inversão permanente de capital a crédito nas unidades produtivas, o que aprofunda ainda mais a crise imanente de acumulação característica do capitalismo, tornando-se capital fictício quando atrelado sistemicamente à dívida pública. A expansão da produção extensiva e intensivamente traz a subjetivação fetichista de aumento da riqueza¹⁷, porém, ela ocorre pela necessidade crítica dos capitais do ramo de competir para estarem na média:

A produção de mais-valia relativa conduz a uma contradição lógica. Ela aumenta a parcela de mais-valia por cada força de trabalho, mas ao mesmo tempo por causa dos efeitos da racionalização produzidos pelo mesmo desenvolvimento, pode-se empregar cada vez menos força de trabalho para cada soma de capital (o que faz aumentar [...] os custos preliminares para cada emprego, ou seja, a intensidade de capital ou a parcela de capital constante na ‘composição orgânica’). Este segundo efeito de tendência

¹⁶ Ver Marx (1983, II e III) e Alfredo (2006a).

¹⁷ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983, p. 45).

contrária compensa o primeiro efeito a longo prazo. Isto significa que o aumento da taxa conjunta de mais-valia relativa para cada força de trabalho é obtido ao preço de uma queda concomitante da taxa de lucro para cada soma de capital investido. Tal efeito só pode ser compensado se crescer a massa absoluta de força de trabalho (produtiva!) utilizada, e portanto se juntamente com a massa absoluta de mais-valia crescer a massa absoluta de lucro; mas isto só é possível com uma extensão permanente do modo de produção como tal (KURZ, 1995, p. 17).

A ação do Estado, no sentido de uma modernização para alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, reproduz as contradições imanentes ao processo de valorização do valor. Assim, entendemos tal modernização como retardatária (KURZ, 1999), ou seja, para tentar realizá-la, o Estado age conforme as determinações críticas do momento de valorização do valor em relação ao capital conjunto global. Aparece fetichistamente às personificações (MARX, 1983) do processo como ação linear entre estes e os objetos de seu planejamento, mas ocorre em um momento de alta composição orgânica dos capitais (MARX, 1983), fazendo com que a valorização do valor não pague os custos com capital constante (provenientes do crédito subsidiado pelo Estado, ou, em relação às contas do Estado, provenientes da dívida externa em maior montante). Retomamos o argumento para ressaltar que ocorre, assim, uma inversão, na qual o incremento da produção e da produtividade – que não mais realiza a extensão do modo de produção e o crescimento da massa absoluta de força de trabalho produtiva – serve para permitir a contração de novas dívidas que paguem as anteriores, passando tal finalidade a determinar a modernização.

Para o balanço de pagamentos brasileiro, o aumento expressivo nos preços do petróleo aumentava o risco de insolvência do país. A dívida externa de aproximadamente 20 bilhões de dólares no momento da posse de Geisel (março de 1974) deveria ser rolada, determinando os rumos da modernização brasileira através dos subsídios fornecidos pelo Estado. Em 1978, a dívida já atingia 43,5 bilhões de dólares:

Para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Daí resultou, porém, o aumento da dívida externa, tanto pública como privada. No fim de 1978, era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do que o nível de três anos antes. Além disso, o pagamento dos juros da dívida passou a pesar mais fortemente sobre o balanço de pagamentos. Isso porque a maioria dos empréstimos foi contratada a taxas flexíveis de juros [...]. Como o período se caracterizou por uma elevação da taxa internacional de juros, o país passou a arcar com compromissos cada vez mais pesados, correspondentes ao serviço da dívida (FAUSTO, 1994, p. 497).

Primeira fase (1975-1979)

O que chama atenção para este momento, no que diz respeito à reprodução ampliada do setor sucroalcooleiro, é a necessidade de créditos a juros reais negativos, com prevalência destes em São Paulo e na DIRA de Ribeirão Preto. Segundo Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 1990), de 1990, realizado para avaliar as causas da crise na produção de álcool no ano de 1989, 136 projetos (47% em São Paulo) foram aprovados para destilarias anexas e 73 para autônomas (32% para São Paulo), incidindo 35% do total investido de 765,9 milhões de dólares no estado de São Paulo, metade deles e dos projetos na DIRA de Ribeirão Preto. São Paulo continuou a ser o maior produtor de álcool, assim como teve 56% do aumento brasileiro da área colhida com cana para o período (MELO; FONSECA, 1981, p. 8). Segundo Thomaz Jr. (2002, p. 90):

As taxas de juros estabelecidas nesse momento foram de 17%/ano para o financiamento do parque industrial do Centro/Sul e 15% para o Norte/Nordeste, em um período em que a inflação situava-se em torno de 37%/ano e o financiamento cobria 100% do empreendimento em todo o país, sem haver necessidade de contrapartida do empresário, com prazos de 12 anos para pagamento e três de carência.

Para a parte agrícola, prevaleceram praticamente as mesmas determinações, exceto no primeiro ano de vigência, quando a taxa de juros fora fixada em 7% ao ano, passando em seguida para 15% com cobertura de 100%. Em 1977, foram revisadas, passando a taxa de juros a equivaler ao crédito rural em geral, em torno de 13% ao ano para contratos que atingissem 50 MVRs (Máximo Valor de Referência) e de 15%/ano para contratos que extrapolassem essa quantia.

A produção prevalecente em destilarias anexas se deu em um momento, como ressaltamos, de crise de superprodução de açúcar. Assim, o Programa estipulou a adição de 20% de álcool anidro à gasolina em substituição ao chumbo tetra-etila. Tal prática de adição de álcool à gasolina remonta à criação do IAA por parte do governo Vargas, em 1933, que já determinava em 5% a quantidade incorporada, o que garantia o consumo de mercadoria derivada da cana-de-açúcar, já que com as anexas a usina poderia decidir produzir açúcar ou álcool conforme os preços de mercado. Neste momento, entretanto, o aumento na porcentagem visava garantir o consumo do derivado da cana:

Importante mudança no período 1977/1979 foi a drástica redução de nossas exportações de açúcar – mais de 600 mil toneladas. Aliás, poder-se-ia dizer que no período 1976/1979 todo o aumento verificado na produção de cana-

de-açúcar foi destinado à produção de álcool, enquanto a redução das exportações teria servido a suprir o crescimento da demanda interna desse produto. Assim, esse foi um fato facilitador do rápido aumento registrado na produção brasileira de álcool (MELO; FONSECA, 1981, p. 8).

Conforme dados do Anuário Estatístico do IAA (BORGES; FREITAG; HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 7) de uma produção nacional de 625 milhões de litros de álcool produzidos nacionalmente na safra 1974/1975, chegou-se à produção de 3.383.773 bilhões de litros de álcool na safra 1979/80, sendo a meta para o período de três bilhões de litros, como podemos ver na tabela 10.

Tabela 10 – Produção de álcool (1.000L) no Brasil, safras 1970/71-1979/80

Ano-Safra	Anidro	Hidratado	Total
1970/71	252.397	384.841	637.238
1971/72	389.948	223.120	613.068
1972/73	388.891	292.081	680.972
1973/74	306.215	359.763	665.979
1974/75	216.529	408.457	624.985
1975/76	232.621	323.006	555.627
1976/77	300.339	363.682	664.002
1977/78	1.176.948	293.456	1.470.404
1978/79	2.095.867	395.006	2.490.873
1979/80	2.712.388	671.385	3.383.773

Fonte: IAA, *Boletim de Safra apud* Melo e Fonseca (1981, p. 7).

Importa ressaltar aqui, para a composição de nosso argumento, que as taxas de juros cobradas estipulavam valores abaixo da inflação, permitindo que as produções se reproduzissem, tanto no que concerne à parte agrícola quanto à industrial. Segundo Melo e Fonseca (1981, p. 13), as taxas de inflação para o período foram de 28%, 41%, 43%, 39% e 34%, de 1975 a 1979.

A partir de 1979, outro conflito no Oriente Médio, agora entre Irã e Iraque, e uma nova subida dos preços do petróleo (“segundo choque do petróleo”), que atingiu o valor de 30 dólares o barril, serviram de justificativa para manutenção e aprofundamento do Proálcool, tendo como finalidade a substituição da matriz energética nacional. O Irã era o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, que consumia 42% de suas

exportações na compra dessa mercadoria, correspondente a 30% das importações nacionais (BORGES; FREITAG; HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27). Manteve-se então a prática de fornecimento de créditos subsidiados por parte do Estado para uma maior industrialização do setor, porém, com nova política econômica para garantir a realização do álcool como mercadoria no que se refere ao consumo interno deste no Brasil.

Segunda fase (1980-1985)

Esta foi a fase com maior aporte de recursos a juros reais negativos, sendo de 2,1 bilhões de dólares o montante de dinheiro público destinado ao Programa, fomentando então a instalação de destilarias anexas e autônomas – em muito maior número do que na primeira fase – para a produção de álcool hidratado, aquele utilizado em motores de automóveis movidos por este combustível, os quais passaram a ser produzidos neste período. Desse montante de recursos, 38% foram destinados a São Paulo.

Para a parte industrial, foram oferecidos recursos de longo prazo (10 anos para as maiores quantias e 8 anos para faixas menores), à base de 4% de juros/ano para destilarias anexas e 3%/ano para as destilarias autônomas do N/NE e 6%/ano para as anexas e 5%/ano para as destilarias autônomas do C/S, sendo, até 1981, indexado a apenas 40% do índice de inflação e posteriormente a 70%. Contudo, os prazos e os limites de financiamento não foram alterados, senão homogeneizados para todo o país.

Para a parte agrícola, as mudanças ocorridas deram-se sob a porcentagem de correção monetária e da taxa de juros, sendo 2% e 5% para o N/NE e C/S respectivamente e posteriormente, em 1981, estabeleceu-se para os encargos financeiros 35%/ano para o N/NE e 45%/ano para o C/S (THOMAZ JR., 2002, p. 95).

Neste segundo período, porém, o incremento na produção e produtividade de cana-de-açúcar e álcool adquiriu novas dimensões qualitativas significativas. Isto porque a meta de produção de álcool passou para 10,7 bilhões de litros em 1985, sendo 6,1 bilhões de litros de álcool hidratado para abastecer carros com motor a álcool. Como álcool anidro, 3,1 bilhões de litros deveriam ser incorporados à gasolina e 1,5 bilhão de litros deveria ser para o abastecimento da indústria química (BORGES; FREITAG; HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 28). Desta forma, o Proálcool passou a fazer parte do Programa de Mobilização Energética do Ministério de Minas e Energia, lançado em 2 de agosto de 1979, que acabava por estabelecer o aprofundamento dos subsídios para a ampliação das metas de produção do Proálcool:

O ano de 1980 foi caracterizado por uma expansão impetuosa do Programa. A produção de álcool aumentou no ano-colheita de 1979/1980 em quase 1 bilhão de litros para 3,4 bilhões de litros em relação a 1978/1979 [...]. As usinas existentes já estavam em alta proporção equipadas com destilarias adicionais para a produção de álcool (anexas), em condição de produzir, com custos adicionais reduzidos, ao final de um ano. A continuidade da expansão do Programa dependia, pois, da construção de unidades produtoras de álcool autônomas, não-acopladas a usinas açucareiras, levando em média até 5 anos para serem construídas (BORGES, FREITAG, HURTIENNE & NITSCH, 1988, p. 30).

Para garantir o consumo da mercadoria que viria a ser produzida com uma meta de aumento de aproximadamente 7,7 bilhões de litros, em 5 anos, o governo assinou acordos com a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), garantindo também o consumo de carros movidos a álcool, que passaram a ser produzidos a partir de então:

Até o final de 1980 a participação do carro a álcool na venda global de automóveis (no Brasil) ascende a 72% para cair abruptamente em 1982 para menos de 10%, e cresce a partir do segundo trimestre de 1982 continuamente até chegar a 95% em dezembro de 1983, permanecendo assim até 1986 (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27).

Para que o consumo de álcool fosse garantido, o governo estabeleceu uma política econômica para a venda de carros a álcool com isenção de impostos e garantia para o preço do álcool. A partir de 1982, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) foram reduzidos para compra de carros a álcool; estabeleceu-se que o preço do álcool não superaria 65% o da gasolina (uma garantia que mais que compensava a maior produtividade da gasolina); estimulou-se a conversão de motores à gasolina para álcool; para o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e IPI na compra de táxis a álcool estabeleceu-se também isenção total, o que significou 50% de redução no preço final desses veículos. Se for considerada a adição do álcool à gasolina, chegou a 34% a participação do álcool como combustível carburante no Brasil, em 1983.

A garantia do consumo do derivado da cana-de-açúcar pelo Estado demonstra a necessidade deste fornecer os pressupostos e os resultados da valorização do valor. A indústria automobilística ampliou a base de consumo de álcool para que todos os tipos de solo pudessem ser remunerados, garantindo a incorporação de renda da terra pelos solos mais produtivos.

A partir de 1981, a alocação dos recursos passou a ser realizada no estado de maior implantação dos projetos. Se, como vimos, São Paulo continuou a ser o principal estado a receber os recursos, seu governo direcionou a instalação de destilarias autônomas para o oeste do estado, incidindo os subsídios para a ampliação das anexas nas principais DIRAs produtoras de cana e álcool da primeira fase do Programa: Ribeirão Preto, Campinas e Bauru. Para as DIRAs de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, foram 80% dos investimentos, equivalentes a aproximadamente 600 milhões de dólares (THOMAZ JR., 2002, p. 94). Essa mudança objetivava uma melhor distribuição dos recursos para DIRAs onde anteriormente predominavam outras culturas, como o café, propiciando o distributivismo via industrialização do campo. Os programas da Secretaria de Abastecimento do Estado, como o Procana (Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo) e o Pro-Oeste (Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo), acabaram por definir a implantação de destilarias onde ainda não existiam usinas, por isso as autônomas predominaram nessas áreas.

Tabela 11 – Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91

DIRA	1970-71	1975-76	1980-81	1985/86	1990-91
	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha	t/ha
Araçatuba	94,8	68,5	77,2	75,3	75,6
Bauru	57,8	57,0	63,1	73,5	76,9
Campinas	59,0	65,6	67,8	71,9	74,6
Marília	62,7	68,4	66,3	73,4	81,1
Presidente Prudente	33,6	66,7	68,0	66,0	65,0
Ribeirão Preto	56,9	62,8	70,9	72,4	80,2
São José do Rio Preto	83,7	90,1	86,3	70,8	76,3
Sorocaba	45,7	65,1	66,9	67,9	70,8
São Paulo	62,8	53,3	55,6	64,3	62,5
Vale do Paraíba	65,1	57,1	51,5	56,4	53,3
Estado de São Paulo	58,3	64,1	69,3	72,1	77,2

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 164).

Apesar da intenção de se planejar quais culturas seriam substituídas, garantindo a produção de alimentos nas pequenas propriedades, Thomaz Jr. (2002) ressalta que isso não evitou o ritmo concentrador da expansão da produção canavieira. Vale destacar que

os subsídios eram muitas vezes lastreados na propriedade da terra, ou seja, a industrialização e os benefícios apenas ocorriam caso se produzisse cana, garantindo uma maior possibilidade de reprodução àqueles que aderissem a tal cultura. Exatamente por isso, as DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru mantiveram as maiores produções e índices de produtividade, já que eram referência das produções com maior composição orgânica de capitais (tabela 11). Os novos financiamentos foram utilizados nas usinas anexas dessas regiões para serem reequipadas, permitindo que se apropriassem de renda da terra, dados os diferenciais de produção em relação às regiões menos produtivas.

Vale destacar que, para o período, o Brasil ainda produziu um excedente de 1,2 bilhões de litros de álcool, que teve de ser exportado para Estados Unidos, Europa e Japão. O mercado de exportação e os preços do açúcar estiveram estagnados para o período, significando que a expansão da produção de cana foi praticamente toda revertida em álcool.

A produção de álcool na safra 85/86 chegou a 11,7 bilhões de litros de álcool, maior patamar na década (TCU, 1990, p. 59). A capacidade produtiva nacional ultrapassou 12,5 bilhões de litros/ano, maior do que o planejado (tabela 12). Apenas São Paulo possuía 239 destilarias e uma capacidade produtiva de 6 bilhões de litros/ano (SHIKIDA, 1997, p. 85).

Tabela 12 – Evolução da capacidade de produção de álcool no Brasil, 1974/1985 (em milhões de litros/safra)

Região e Estado	Capacidade anterior ao Proálcool	%	Capacidade criada pelo Proálcool	%	Capacidade total	%
Norte	5,4	1,3	153,5	1,3	158,9	1,3
RO	-	-	61,9	0,5	61,9	0,5
AM	-	-	42,6	0,4	42,6	0,3
PA	5,4	1,3	31,0	0,3	36,8	0,3
AC	-	-	18,0	0,1	18,0	0,1
Nordeste	111,9	26,8	2.278,8	19,0	2.390,7	19,2
MA	-	-	91,0	0,7	91,0	0,7
PI	1,2	0,3	27,0	0,2	28,2	0,2
CE	7,2	1,7	55,5	0,5	62,7	0,5
RN			128,6	1,1	128,6	1,0
PB	24,7	5,9	260,8	2,2	285,5	2,3
PE	75,2	18,0	549,5	4,6	624,7	5,0
AL	-	-	821,2	6,8	821,2	6,6
SE	-	-	58,0	0,5	58,0	0,5
BA	3,6	0,9	287,2	2,4	290,8	2,4
Sudeste	252,8	60,4	7.282,9	60,5	7.535,7	60,5
MG	28,4	6,8	860,5	7,1	888,9	7,1
ES	-	-	189,5	1,6	189,5	1,5
RJ	29,0	6,9	260,8	2,2	289,8	2,3
SP	195,4	46,7	5.972,1	49,6	6.167,5	49,6
Sul	48,3	11,5	870,8	7,2	919,1	7,4
PR	42,5	10,1	762,2	6,3	804,7	6,5
SC	5,8	1,4	47,9	0,4	53,7	0,4
RS	-	-	60,7	0,5	60,7	0,5
Centro-Oeste	-	-	1.450,4	12,0	1.450,4	11,6
MS	-	-	279,9	2,3	279,9	2,2
MT	-		364,1	3,0	364,1	2,9
GO	-	-	806,4	6,7	806,4	6,5
Brasil	418,4	100,0	12.036,4	100,0	12.454,8	100,0

Fonte: CENAL *apud* Shikida (1997, p. 85).

Terceira fase (1985-1990)

Durante este período, os subsídios creditícios mudaram profundamente de característica. A partir de 1986, os créditos deixaram de ser subsidiados, estabelecendo o Estado a cobrança integral da correção monetária e taxas de juros reais. Isso não ocorria, entretanto, para os estados da SUDENE, SUDAM, Vale do Jequitinhonha, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nessas regiões, os juros eram de 5% ao ano e a

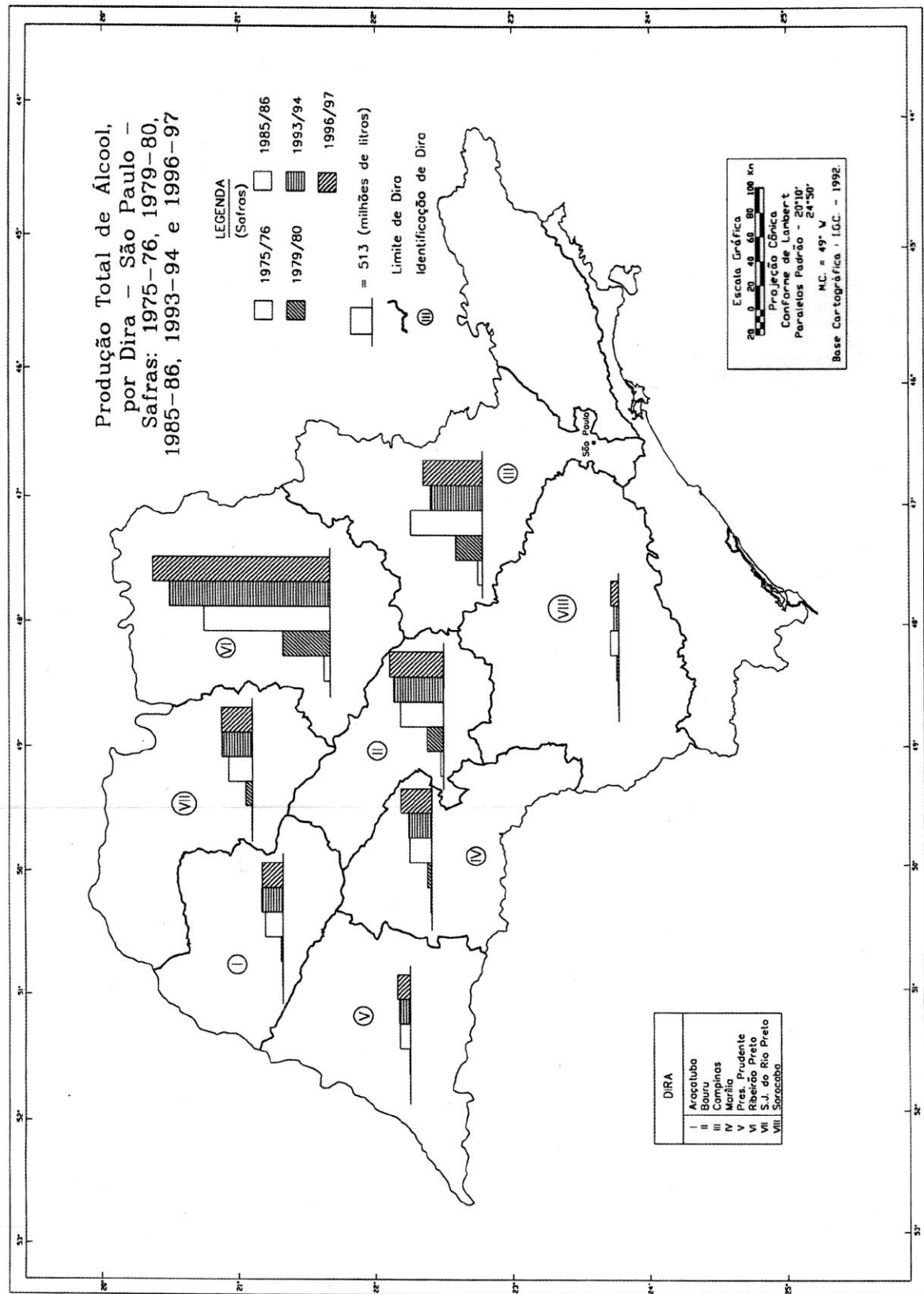
correção monetária de 85% das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Constatase, neste período, uma retirada do Estado como credor do ramo sucroalcooleiro. “Apenas” 500 milhões de dólares foram investidos no Programa nesta terceira fase (TCU, 1990, p. 49).

Tal mudança na política econômica gerou, como destaca Thomaz Jr., “uma débâcle nas empresas sucroalcooleiras. Isso ocorreu não somente em São Paulo, mas em quase todos os Estados produtores e, de forma mais intensa, no Norte e Nordeste, principalmente nas destilarias autônomas que ainda não tinham conseguido autossuficiência na produção de cana, como também em número considerável de destilarias anexas, em especial as de pequeno porte” (THOMAZ JR., 2002, p. 98). O fim da disponibilidade dos subsídios acaba por explicitar a incapacidade do setor se reproduzir sem a incidência do capital fictício. Sua incapacidade imanente de valorização do valor caracteriza-o como parte do momento fictício de reprodução do capital a nível mundial.

As falências levaram ainda à falta de álcool nas bombas de combustível para os anos-safra de 1986/87, 1987/88, 1988/89 e 1989/90, como demonstra Shikida (1997, p. 94):

Este desequilíbrio entre a oferta e demanda de álcool combustível levou à necessidade de importação do produto a partir de 1989, inclusive na forma de metanol, para adições à gasolina ou ao próprio álcool hidratado. Entretanto, deve-se destacar que um dos objetivos do Proálcool é a economia (via redução da dependência externa do petróleo), e a importação de álcool contradiz esta proposição na medida em que se reduz a importação do petróleo e cria-se a necessidade de importação do álcool combustível e/ou de similares

Mapa 2 – Produção total de álcool por DIRA – São Paulo – Safras 1975-1997



Fonte: Thomaz Jr. (2002, mapa 9).

Tabela 13 – Produção de álcool – Brasil (milhões de litros)

Ano/Safra	Regiões		
	Norte e Nordeste	Centro Sul	Brasil
1985-86	2.020,60	9.799,00	11.819,6
1986-87	2.205,10	8.300,70	10.505,9
1990-91	1.807,30	9.975,60	11.782,9
1991-92	1.784,80	10.967,40	12.752,2
1992-93	1.630,56	10.067,30	11.698,7
1993-94	912,84	10.376,40	11.294,2
1996-97	2.287,20	12.113,50	14.400,7

Fonte: IAA, SDR/DSA, *apud* Thomaz Jr. (2002, p. 78).

As consequências da falta de fornecimento de álcool (tabela 13) refletiram também na venda de automóveis movidos por este combustível, assim como nas indústrias fornecedoras de maquinário e insumos para o setor agrícola e industrial do ramo em questão. Já a partir de 1989, verifica-se queda nas vendas de carro a álcool, que passam a ser de 52,5% dos automóveis vendidos, sendo que em 1988 chegaram a equivaler a 88,4% (tabelas 14 e 15). Em 1995, o número de carros a álcool vendidos no Brasil foi de 3,5% do total (SHIKIDA, 1997, p. 96), comprometendo a viabilidade do entrelaçamento produtivo do setor que estamos analisando.

Tabela 14 – Proporção de vendas de veículos a álcool sobre o total de veículos – Brasil (1980-1990 e 1994-1995)

Ano	% de veículos a álcool
1980	28,5
1981	28,7
1982	38,1
1983	88,5
1984	94,6
1985	96,0
1986	92,1
1987	94,4
1988	88,4
1989	52,5
1990	11,6
1994	12,2
1995	3,5

Fonte: compilado da ANFAVEA (dados de 1980-1990 e dados de 1994 e 1995) e de “Vendas de automóveis a álcool despencam 76%” (*Folha de S. Paulo*, 1995) *apud* Shikida (1997, p. 96).

Tabela 15 – Venda de Veículos a Álcool – Brasil (1980-97)

Ano	Venda de veículos a álcool	Total %	Frota estimada considerando sucateamento
1980	240.638	28,5	164.956
1981	137.307	28,7	369.765
1982	233.497	38,10	553.810
1983	581.373	88,50	966.415
1984	568.163	94,60	1.517.847
1985	647.445	96,00	2.083.617
1986	698.564	92,10	2.759.476
1987	459.233	94,40	3.250.977
1988	565.699	88,40	3.693.083
1989	405.302	52,50	4.110.735
1990	81.998	11,55	4.220.390
1991	150.547	19,59	4.190.122
1992	195.546	26,40	4.235.291
1993	262.644	24,76	4.314.339
1994	142.760	9,5	4.373.865
1995	40.685	3,0	4.236.118
1996	7.647	0,53	4.032.570
1997 (julho)	150	0,04	3.747.249

Fonte: Datagro e ANFAVEA *apud* Thomaz Jr. (2002, p. 96).

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (1990), os recursos destinados a cobrir os custos de produção de cana-de-açúcar deixaram em grande medida de ser repassados, gerando uma defasagem nos preços da cana de 106,44% no Rio de Janeiro, 86,13% no Norte e Nordeste e 60,72% no Centro-Sul, o que foi, na análise do governo, causa direta da incapacidade de reprodução de algumas das unidades produtoras, recrudescendo em 400 mil hectares a área de cana plantada – sendo de 4,4 milhões de hectares a área de lavouras plantadas com cana-de-açúcar no momento do relatório¹⁸. Os recursos do chamado Programa de Equalização de Custos (não incidentes no Centro-Sul), que são destinados aos produtores de açúcar e álcool, também deixaram de ser repassados, ficando retidos no Tesouro Nacional, e eram equivalentes a Cr\$ 1,6 bilhão, em 31/08/1990.

Importa para nós aqui destacar que desde o início do Proálcool houve uma política que tentava aumentar a produção e a produtividade das regiões mais produtivas (São Paulo e Centro-Sul), ao mesmo tempo em que tentava diminuir a desigualdade do

¹⁸ Vale ressaltar que, segundo o mesmo relatório do TCU (1990), as terras agricultáveis do país são de 500 milhões de hectares, e 55 milhões destas estão ocupadas com lavouras. As melhores terras, principalmente as do Centro-Sul, foram ocupadas pela cana-de-açúcar.

nível de produtividade entre as diversas regiões do país, já que o Programa de Equalização de Custos¹⁹ e a conta-álcool²⁰ incidiram particularmente nessas regiões. Neste terceiro período, quando da suspensão desta política “compensatória” – principalmente do repasse referente à política de equalização de custos –, aumentou-se o número de falências e a concentração das unidades produtivas. Tal concentração aparece como principal argumento das leituras de crítica da “modernização conservadora”, que partem de um ideal de igualdade (subjetivação naturalizada da forma da equivalência) e concebem o distributivismo via política econômica do Estado como potencial de superação das contradições da reprodução capitalista, o que na verdade acaba por aprofundá-las. Deixam de lado a explicação das consequências contraditórias das ações do Estado enquanto sujeito, lugar das tentativas distributivistas, ao não encamparem uma crítica da equivalência, própria da mediação social baseada na abstração real da forma mercadoria, e da finalidade tautológica desta, a valorização do valor. Justamente o critério que permite ao observador a comparação entre as diferentes produções como atrasadas é o que mobiliza a industrialização do campo e a incorporação de lucro e renda da terra pelos capitais mais produtivos, através do menor custo. Ou seja, o Estado, ao garantir ficticiamente a reprodução das unidades produtivas com maior custo, estava determinando a possibilidade de incorporação de renda da terra pelas unidades mais produtivas, na tentativa de valorização do valor²¹, ao estabelecer o lucro e a renda da terra socialmente médios. A crítica que esboçamos aqui é uma crítica à forma da equivalência de mediação social contraditória, subjetivada positivamente pelo discurso de defesa de uma modernização (boa, positiva), que reproduz e hipostasia os próprios pressupostos da forma social fetichista da mercadoria.

¹⁹ “8.4.1 – O Programa de Equalização de Custos é o instrumento de incentivo do Governo ao desenvolvimento regional, destinado exclusivamente às regiões Norte e Nordeste e ao Estado do Rio de Janeiro. Nessas regiões, as condições de clima e solo são menos favoráveis à lavoura canavieira e, em consequência, os custos finais de produção são superiores aos das demais regiões produtoras do país.

8.4.9 – Conforme previa a Legislação, o subsídio de equalização de custos ao produtor foi retirado em 01/06/78. Contudo, como as diferenças persistiam, passou-se a dar outro subsídio de equalização, desta vez, apenas aos produtores de açúcar e álcool, das regiões Norte e Nordeste e dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses produtores passaram a pagar pela cana seu preço real” (TCU, 1990, p. 96-97).

²⁰ A Conta-Álcool é equação do preço de venda do álcool ao consumidor menos o custo final do álcool combustível: garantindo o preço máximo de 65% em relação ao preço da gasolina, para que o álcool pudesse ser vantajoso para o consumo. Tal custo final do álcool combustível é referente ao lucro das usinas produtoras de álcool. Como a conta-álcool era deficitária e o prejuízo cabia à Petrobrás (TCU, 1990), responsável pela venda do produto, podemos constatar a necessidade de transferência de dívidas da unidade produtiva ao setor público, fazendo parecer solvente um ramo que de fato não o é.

²¹ Como veremos a seguir, tal tentativa não se realiza, já que a incorporação do lucro e da renda da terra não repõe os pressupostos para reprodução ampliada do capital, tendo estes de ser ficticiamente reproduzidos.

Se substituirmos “países” ou “economias nacionais”, do trecho citado a seguir, por “unidade produtiva”; e “mercado mundial” por “capital conjunto nacional”; este ficará mais próximo de nosso argumento:

O problema que surge aqui é, porém, muito mais complicado do que parece nos diversos discursos sobre a ‘justiça’, os quais muitas vezes supõem que aos países pobres seja subtraída uma parte da ‘sua’ produção do valor, através talvez de pressões políticas, etc... Na verdade, é a própria ‘igualdade’ do parâmetro de valor que faz com que os países capitalistas com pouco capital possam apropriar-se de uma massa relativamente menor de valor em relação a países com muito capital. O sistema de coordenadas não é constituído por processos autônomos ‘nacionais’ de criação de valor, mas pela criação de valor por parte do capital conjunto global, cujo parâmetro é o nível de produtividade válido no mercado mundial. Do mesmo modo que um capital singular empresarial obtém no mercado, não um valor individual de acordo com a medida do seu tempo de trabalho efetivamente gasto, mas, através do preço realizável no mercado, apenas uma parte da criação conjunta de valor, de acordo com o nível de produtividade socialmente válido, assim também uma economia nacional não pode obter no mercado mundial uma massa de valor correspondente ao seu dispêndio nacional de trabalho, mas sempre apenas a parte da produção global de valor que corresponde à sua produtividade; e esta é, de fato, relativamente mais baixa nos países com pouco capital. Tanto na relação entre capital singular e capital conjunto, como na relação entre economia nacional e mercado mundial, o paradoxo está no fato de que aquelas empresas e aqueles países que, graças à sua produtividade relativamente mais alta, criam menos valor (ou seja, menos trabalho coagulado fictício) – sendo suficiente menos trabalho por cada produto, ou seja, por cada emprego de capital – podem apropriar-se, na concorrência do mercado, da maior parcela de valor real (válido) produzido pelo capital conjunto mundial (KURZ, 1995, p. 9).

3.2 – Inadimplência e endividamento do setor sucroalcooleiro

Como mencionamos anteriormente, o relatório do Tribunal de Contas da União destacou que 14 (6%) dos 281 contratos assinados de créditos subsidiados estavam inadimplentes em 01/10/1990, em um total de 532.780,22 mil dólares. No entanto, tal cálculo não considera os subsídios existentes nos empréstimos que, como vimos, faziam com que os juros destes fossem negativos. As empresas assim pareciam solventes, desde que mantidos os financiamentos para rolagem das dívidas ou outros mecanismos financeiros (Programa de Equalização de Custos ou Conta-Álcool). Porém, um relatório posterior, da Comissão Interministerial da Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros, apresenta dados diferentes – como veremos na tabela 16 –, já que o montante total de inadimplência de 2,5 bilhões de dólares recaía sobre 160 empresas em setembro de 1991, o que equivale a 57% das

unidades produtivas. Um ano após a definitiva saída do Estado e de liberalização do setor sucroalcooleiro podemos observar um quadro mais representativo das consequências causadas pelo fim dos subsídios e do controle estatal do entrelaçamento produtivo.

Tabela 16 – Endividamento das empresas sucroalcooleiras – Brasil (mil US\$)

Regiões e Estados	Banco do Brasil	IAA	Receita Federal	Procuradoria Geral da Fazenda	Total	%
Norte e Nordeste	778.821,04	277.476,89	54.110,18	52.876,83	1.168.284,94	48,34
AC	25.260,00	-	-	-	25.260,00	1,04
PA	135.803,93	6,24	-	-	135.810,17	5,6
MA	18.732,00	32,61	200,85	-	18.965,87	0,78
PI	1.680,00	-	-	-	1.680,00	0,07
CE	8.815,44	1.474,50	5.603,24	1.426,16	17.388,34	0,72
RN	19.869,93	4.393,10	-	7.738,90	32.001,92	1,32
PB	106.090,95	6.196,80	8.033,60	20.951,50	141.272,86	5,85
PE	306.350,37	158.451,16	24.282,70	6.931,40	488.015,60	20,2
AL	148.754,26	106.752,58	20.454,04	7.158,63	283.120,51	11,70
SE	6.959,93	148,20	-	3.992,51	11.100,62	0,46
BA	203,82	22,20	535,75	4.677,73	5.439,50	0,22
Centro Sul	775.650,04	339.416,70	105.633,31	27.553,23	1.248.253,28	51,66
MG	126.566,35	60.638,60	37.682,74	-	224.887,70	9,30
ES	5.796,90	-	-	-	5.796,90	0,24
RJ	93.002,64	212.404,84	35.803,45	5.707,94	346.912,90	14,35
SP	342.275,02	66.638,60	4.927,30	5.821,21	419.361,65	17,35
PR	43.482,36	15,60	24.734,82	13.582,43	81.815,21	3,38
SC	-	0,24	-	-	0,24	0,00
RS	5.410,06	0,33	247,66	124,40	5.782,15	0,24
MT	76.330,70	1,20	-	-	76.330,70	3,16
MS	20.219,80	0,48	-	-	20.270,28	0,83
GO	61.416,70	17,28	2.237,34	2.317,25	65.988,60	2,70
DF	1.149,51	-	-	-	1.149,51	0,05
BR	1.554.475,9	616.893,59	164.743,49	80.430,06	2.416.538,22	100,0

Fonte: Relatório da Comissão Interministerial da SDR/DAS, set. 1991, *apud* Thomaz Jr. (2002, p. 92).

Ao analisarmos o montante de dívidas de unidades produtivas por estados, no Brasil, notamos que mesmo São Paulo – estado com maior produção e com a melhor produtividade – apresenta 17,4% (US\$ 419.361.220,00) da dívida total, pouco abaixo do maior devedor nacional, Pernambuco, com 20,2% (US\$ 488.015.600,00) da dívida. Thomaz Jr. (2002) destaca que:

Na média, considerando o período de 1975 a 1985 e incluindo financiamentos direcionados para a parte industrial e agrícola, de tudo o que foi emprestado pelo Estado ao setor, apenas 42,5% foi reavido pelos cofres públicos, sem contar as diversas anistias (THOMAZ JR., 2002, p. 103).

Em 1991, um relatório do Tesouro Nacional (*apud Folha de São Paulo*, 1991, Caderno Dinheiro, p. 1-9) fez o levantamento de dívidas externas de 23 usinas que haviam sido avalizadas pelo IAA. O total da dívida era de Cr\$ 82,1 bilhões (R\$ 739 milhões, em números de 1996), e a solvência das usinas que ainda funcionavam era baixa. Das 23 usinas, nove eram no Rio de Janeiro (39,3% da dívida), nove em Pernambuco (33,5%), quatro em São Paulo (16,7%), quatro em Minas Gerais (6,7%) e uma em Alagoas (3,9%). A Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool, que possuía a maior parcela da dívida, havia falido. E ainda as Usinas Tamoio, em São Paulo; Novo Horizonte e Santa Maria, ambas no Rio de Janeiro; e a Copaminas também haviam falido. A possibilidade de o Tesouro reaver essas dívidas que teve de cobrir era, na época, muito baixa, dada a situação financeira das usinas.

O que tentamos enfatizar com tais dados é a incapacidade de reprodução das unidades produtivas do setor sucroalcooleiro quando excluído o capital fictício estatal como política econômica interventora de modernização retardatária, no momento de colapso desta modernização (KURZ, 1999). Boa parte dos subsídios creditícios, apesar de não termos conseguido acesso às porcentagens, foram direcionados para o reequipamento das usinas, assim como para reestruturação das lavouras no que diz respeito ao produtor de cana-de-açúcar, o que significa dizer que, sem a rolagem das dívidas, as unidades empresariais não conseguiriam saldá-las, justamente o que ocorreu quando da última fase do Proálcool.

Devemos considerar ainda que a Conta-Álcool, que mantinha o preço do álcool comum para todo o território nacional, acabava por garantir a competitividade desse combustível frente à gasolina, ficando o prejuízo com a Petrobrás – mais de 2 bilhões de

dólares no início dos anos 1990, segundo Shikida (1997). A incapacidade de reprodução ampliada desses capitais do setor sucroalcooleiro seria mais patente caso o prejuízo não aparecesse nos cofres públicos, mas no balanço das empresas:

Como o Estado deveria cobrir a diferença de custo através da Conta-Álcool – dada pela equação do preço de venda do álcool (anidro + hidratado) ao consumidor menos o custo final do álcool combustível – e, sendo os recursos gerados insuficientes para cobrir tais despesas, o que ocorreu novamente foi a transferência do ônus financeiro dessa atividade para a Petrobrás (SHIKIDA, 1997, p. 98).

Tabela 17 – Preços pagos ao produtor de cana-de-açúcar para o estado de São Paulo (em R\$/tonelada) – preços deflacionados – valores de fevereiro de 1996

Período	R\$ /1 (deflacionado)		
	Mínimo	Média	Máximo
Década de 70	21,83	32,96	37,14
Década de 80	13,53	24,95	37,48
1990-96	11,89	14,55	18,24
1987-96	11,89	15,72	23,95
fev/95 a fev/96	12,54	13,25	14,33

Fonte: SHIKIDA (1997, p. 102).

Como vimos, outro papel da política econômica baseada no Proálcool dizia respeito a uma política de preços tanto aos produtores de álcool quanto aos produtores de cana – para além do Programa de Equalização de Custos. Tais preços passaram a ser rebaixados ao longo dos anos 1980, concomitantemente à redução dos créditos subsidiados, aprofundando ainda mais a incapacidade de reprodução do setor, já que a rolagem das dívidas ficava cada vez mais inviável até mesmo junto ao crédito privado. Personificações dos empresários do setor, como João Francisco Soares, presidente da Sopral (Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool), calculavam em 4,17 bilhões de dólares, em fevereiro de 1991, o prejuízo do setor sucroalcooleiro em razão do rebaixamento relativo dos preços pagos aos produtores de cana, açúcar e álcool (SHIKIDA, 1997, p. 102), acelerado a partir da Terceira Fase do Programa²² (tabela 17).

²² Os números são de proveniência dos empresários do setor, e utilizamo-nos aqui apenas para demonstrar que a transformação na política de preços do setor sucroalcooleiro causou significativo impacto no que diz respeito à reprodução das unidades produtivas com menor composição orgânica de capital. Tais números não significam, em si, que os empresários do setor deixavam de acumular, se os cálculos para chegar a eles fossem feitos com simples correção inflacionária – e não sabemos como foram calculados –,

Já em 1990, quando do governo de Fernando Collor de Melo e de sua política de privatização, de retirada do Estado modernizador via créditos subsidiados e de contenção de preços na tentativa de contenção da inflação através de uma reestruturação fiscal das contas públicas, a chamada “crise” do setor se explicitou e uma política particularizada para o setor foi novamente levada adiante. Em 1991, foi criado o “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados” (para rolagem de dívidas do setor); mesmo durante o congelamento de preços no chamado “Plano Collor II”, o setor sucroalcooleiro foi o único da economia nacional a ter os preços elevados em 46,7%; e, já no governo de Itamar Franco, 500 milhões de dólares foram liberados para a renovação agrícola – para tais intervenções estatais ver, Thomaz Jr. (2002, p. 103-105).

Mesmo com tais medidas, que não cessaram de ocorrer ao longo dos anos 1990, o setor sucroalcooleiro não apresentou melhora significativa até o início do século XXI, quando ocorreu um novo surto de crescimento na produção de álcool, a ser consumido pelos automóveis denominados *flex fuel*, como vimos em nosso capítulo 1²³.

3.3 – Críticas ao Proálcool: da política econômica ou da economia política?

O discurso legitimador do governo Geisel para a incidência dos créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro através do Proálcool não se utilizou de mera justificativa falaciosa nacionalista – desonerar o balanço de pagamentos através da substituição da matriz energética – para favorecimento dos empresários do setor. Arriscamos interpretar que os motivos explicitados pelo Estado modernizador brasileiro para a implantação do Programa eram críveis às próprias personificações deste Estado, enquanto fetichistas, já que concebiam o planejamento como autônomo em relação às contradições da forma social²⁴. Tal afirmação não significa dizer que as escolhas da política econômica do governo que formulou o Programa são baseadas em análises neutras. A técnica não é entendida aqui como isenta, já que pressupõe a reprodução das

já que a redução dos custos de produção com os subsídios do Proálcool, em tese, poderia ter levado a um aumento do lucro pelo aumento da mais-valia relativa. Caso não estivéssemos considerando a crise do trabalho na valorização do valor, a utilização de tais dados seria incabível.

²³ Tal ciclo de aparente crescimento entrou em crise em 2008, assim como vimos anteriormente.

²⁴ Foram capazes de torturar e matar aqueles que aparecessem a esses governantes como podendo impedir o processo de modernização retardatária que tentavam implementar. Concebiam-se, esses governantes, como sujeitos de um processo que, na verdade, ocorria às suas costas, enquanto crise da valorização do valor em nível mundial.

determinações da forma mercadoria e está sujeita às suas contradições. Foi baseando-se em cálculos de custo e benefício que o governo justificou o Proálcool, e é fazendo o mesmo que seus críticos tentaram prová-lo inviável, através da demonstração dos erros desses dados oficiais – que convenceram até o Banco Mundial, dado o empréstimo ao Brasil, em 1983.

As críticas à política de modernização do Estado brasileiro através do Proálcool que primam por positivar uma “modernização democrática” são compreendidas por nós também como reprodutoras do fetichismo da mercadoria, já que incidem sobre a escolha estatal de privilegiar interesses de determinadas classes sociais. Hipostasiam também a planificação estatal, como capaz de se realizar independentemente das contradições do processo modernizador, além de conceberem o distributivismo como simples satisfação das necessidades dos homens, em vez de criticarem a reprodução da mediação do dinheiro pela imposição de tais necessidades.

Este paradigma teórico brasileiro, que atravessa as hipóteses dualistas, referindo-se à existência de relações pré-modernas ou ainda ligadas a outros modos de produção no país, para alcançar também diversas críticas a tais hipóteses, que não deixaram de se vincular a uma discussão sobre o atraso, ou sobre as relações não-especificamente capitalistas, partem da imposição do padrão de desenvolvimento inglês, onde a acumulação primitiva assume sua forma clássica, pautando-se por uma objetividade formal de tal desigualdade, sem considerá-la como objetividade social que contém a verdade de toda particularidade, por trás da qual a relação capital se estabelece e mundializa, estabelecendo como nexos a igual objetividade de valor, também socialmente referida, e, portanto, a forma mercadoria como mecanismo central de socialização. Objetividade fantasmagórica que, enquanto tal, passa a ser encarada não como resultado de uma socialização objetivada, que oculta seu processo de formação e seu próprio sentido contraditório, mas como parâmetro para alcançar um desenvolvimento positivo, que possa superar tal desigualdade pelo aumento da capacidade produtiva, sem levar em conta o caráter immanentemente crítico do desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias (LEITE, 2009, p. 42-43).

As críticas dirigidas à política econômica do Proálcool adotada pelos governos da “ditadura militar” no Brasil, desde Geisel, concordam, assim, com a substituição da matriz energética, mas não com a forma adotada para isso – créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro. Estas não explicitam a incapacidade de realização desta modernização retardatária sem o capital fictício (internacional), para o momento histórico em questão, partindo do pressuposto de que a modernização, através do denominado por tais críticas como “inviabilidade econômica do Proálcool”, significou a defesa dos interesses das classes dominantes do setor. Para nós, tal interpretação não

considera a tentativa de substituição de importação como posta pela necessidade de rolagem da dívida externa brasileira, forma de perpetuação da reprodução fictícia do capital universalizado.

As análises de Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) juntamente com as de Melo e Pelin²⁵ (1984) encaram a crítica ao Proálcool justamente a partir da perspectiva esboçada no parágrafo anterior, como política econômica. Parece, conforme seus discursos, que se o Proálcool fosse lucrativo e economizasse divisas aos cofres públicos, seria caracterizado como planejamento bem elaborado. Vale destacar que estamos tentando realizar uma crítica que se remeta à mediação social do valor como objetividade fantasmagórica, e que, por isso, também se dirige à economia política e sua cientificidade. Mesmo se a modernização retardatária empreendida pelo Estado brasileiro o levasse a ocupar uma posição central no capitalismo universalizado, ainda assim nossa crítica seria válida, segundo nosso ponto de vista.

Sendo assim, vejamos. Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) tentam demonstrar que, ao elaborarem uma “análise de custos e benefícios” que levante a questão em torno da vantagem “objetiva” do Proálcool, este não se apresenta positivamente. Ao analisarem o cenário mais otimista para o Programa – que considera uma estimativa de alta para o preço do barril de petróleo e de baixa para o preço do açúcar no mercado internacional, o que garantiria economia de divisas ao Estado brasileiro –, tais autores escolhem destacar que o Programa seria inviável, já que o fôlego deste para substituir a matriz energética seria ínfimo com relação ao montante da dívida externa:

Uma simples consulta aos números indica que o Proálcool não pode contribuir decisivamente na solução do problema da dívida externa: o consumo total de álcool de 1983, no montante de aproximadamente 3,6 milhões de toneladas de equivalente de petróleo, com um preço do petróleo de US\$ 29/barril, corresponde a um valor internacional de apenas aproximadamente US\$ 761 milhões. Mesmo quando se aceita a estimativa obviamente bastante inflada da Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool (SOPRAL) que calcula a poupança de divisas pela produção de álcool em 1983 com um valor de US\$ 1.566,6 milhões, diante de uma dívida externa de mais ou menos US\$ 100 bilhões, com o correspondente serviço da dívida de pelo menos US\$ 10 bilhões para juros e US\$ 10 a 20 bilhões para amortizações, não se pode esperar uma contribuição essencial, mesmo se considerada uma multiplicação de duas a três vezes da quantidade produzida de álcool (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 54).

²⁵ Aliás, os primeiros se utilizam dos cálculos elaborados pelos segundos. Para ter acesso às análises macroeconômicas, consultar ambos os estudos.

A tal “inviabilidade econômica” do Proálcool depende de como se especula acerca dos cenários futuros em relação ao câmbio – já que 25% do capital constante do setor sucroalcooleiro era importado (MELO; PELIN, 1984) –, à redução de custos de produção, ao preço do petróleo (importado) e ao do açúcar (exportado). Melo e Pelin (1984) demonstram, por sua vez, um cenário pessimista. O argumento principal para seus cálculos está em considerar os subsídios enquanto custos sociais para a realização do Programa. Isto porque explicitam que o Proálcool não gera lucros sem os subsídios, particularidade que não foi levada em consideração nos cálculos do Banco Mundial – para empréstimo ao Brasil em 1983 –, nem nos relatórios de viabilidade econômica do MIC-Cenal – cenário especulado por este ministério e criticado pelos autores: “este estudo tomou o preço oficial da matéria-prima cana-de-açúcar, o que subestima o custo de produção pela existência de subsídios creditícios” (MELO; PELIN, 1984, p. 39). “Verificamos, desse modo, que a eliminação dos subsídios creditícios encareceria o custo de produção do álcool hidratado em cerca de 15%” (MELO; PELIN, 1984, p.115), o que acarretaria prejuízo às unidades produtivas, tanto de açúcar quanto de álcool.

Esses cálculos podem ser desviados por nós como argumento para questionarmos o Relatório do TCU (1990), que, como vimos anteriormente, apresentava a solvência da maioria das unidades produtivas que haviam recebido empréstimos através do Proálcool (6% de inadimplência), mas não destacava que tal solvência só se manteria caso os subsídios não cessassem. Como os subsídios não foram retomados, o relatório subsequente, da SDR/DAS (1991), já destacava a insolvência de mais da metade das unidades produtivas do setor sucroalcooleiro que haviam recebido empréstimos a juros reais negativos.

Por outro lado, os autores Melo e Pelin (1984) tinham por intenção demonstrar quem eram os “verdadeiros” beneficiados com o Programa, aqueles que tinham seus lucros garantidos pelas dívidas do governo brasileiro. Concebiam, assim, que uma política econômica que estivesse interessada efetivamente no crescimento da nação como um todo deveria ter planejado uma política econômica de substituição de matriz energética que obtivesse receitas para o Estado brasileiro.

Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988) expressam incompreensão com o empréstimo do Banco Mundial ao Brasil, após análise favorável ao Proálcool realizado por tal órgão, em 1981²⁶. Os autores discordam dos cenários especulados pelo Banco

²⁶ Para consultar o estudo do Banco Mundial, ver Melo e Pelin (1984).

Mundial, considerando-o “otimista” demais. Justificam tal análise como “interessada”: “querer ser o precursor para outros financiamentos internacionais” (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 56). Para ambos os estudos economicistas aqui mencionados, o Proálcool apenas seria uma boa escolha do planejamento estatal caso fosse “viável economicamente”.

Para o período que abrange o Proálcool, destacamos o número elevado de empresas incapazes de saldar suas dívidas, mesmo com os juros reais negativos dos subsídios, com os preços repassados aos produtores estipulados pelo Estado e com os prejuízos arcados por este. Para tentarmos entender tal momento histórico do setor, temos nos remetido ao longo deste texto à categoria crítica marxiana de capital fictício (MARX, 1983, III, t. I, cap. XXV). Tentaremos agora explicitar nossa referência a esta categoria para podermos derivar uma crítica à economia política para este particular momento da acumulação capitalista.

Como vimos em nosso capítulo 1, para Marx, o capital é uma relação social entre homens mediadas por coisas, mercadorias, possível em razão da equivalência dessas coisas em uma abstração que se realiza na troca: o tempo médio de trabalho. Essas coisas parecem, dada sua objetividade, conter propriedades imanentes, característica que Marx denominou de fetichismo. Isto não significa que as coisas não tenham sua utilidade, seu valor de uso, e sim que sua materialidade não contém efetivamente aquilo que serve para realização da troca das mercadorias, seu valor de troca, mas serve para expressá-lo, sendo a valorização do valor o critério que determina as necessidades a serem satisfeitas por esses valores de uso nesta sociedade: o que ocorre, desta forma, às costas dos sujeitos (MARX, 1983). A isto Marx categorizou como objetividade fantasmagórica (MARX, 1983), relações sociais determinadas pela abstração que se realiza aparecem como propriedades imanentes às mercadorias, autonomizadas e naturais, não como historicamente constituídas. Esta mediação social possibilita, por sua vez, a existência do dinheiro, “trabalho morto, tornado realmente abstrato na forma de uma coisa, no fim em si mesmo capitalista, uma acumulação sempre crescente de tal meio fetichista” (KURZ, 1995, p. 1). O dinheiro aparece no capitalismo como qualquer mercadoria, contendo uma propriedade imanente natural, um valor de uso, o de autovalorização, de transformação de dinheiro em mais dinheiro. A fórmula $D - D'$ surge como momento plenamente fetichista da relação social mediada por mercadorias, explicitação cabal das determinações dessa mediação. É também o

vínculo efetivo entre o momento lógico mais simples do capitalismo, a mercadoria, e o desdobramento mais completo da contradição da forma mercadoria:

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias – pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria (MARX, 1983, III, t. I, p. 255).

A partir da exposição de Marx (1983, III, t. I, cap. XXI), portanto, não se pode conceber o dinheiro por si só como mercadoria, havendo a necessidade de que ele seja investido no processo produtivo para ser valorizado por trabalho também produtivo. Sua autonomização, por sua vez, gera a possibilidade lógica de que se descole do trabalho produtivo, contradição imanente desdobrada daquela contradição lógica mais simples da mercadoria, a de valor de uso e valor (MARX, 1983, I, t. I, cap. I). “A única fonte efetiva de ‘dinheiro que gera mais dinheiro’ (MARX, 1983), o consumo de trabalho abstrato na produção real de mercadorias desaparece assim na ‘forma sem conteúdo’ (MARX, 1983) do próprio movimento” (KURZ, 1995, p. 2) da produção capitalista. Isto só funciona, conseqüentemente, enquanto uma quantidade suficiente de trabalho produtivo é utilizada na valorização do valor desses empréstimos. A possibilidade fetichista de autovalorização do dinheiro, por sua vez, torna o caso

problemático quando o dinheiro emprestado não é realmente empregado para o efetivo consumo empresarial de trabalho abstrato. Este emprego, malgrado, se ocorre em grande escala, faz com que o capital que rende juros se destaque cada vez mais do processo real de valorização e se torne ‘capital fictício’ [...] O aparente movimento direto D – D’ só se torna fictício em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram podres com novos créditos (KURZ, 1995, p.3).

É justamente este o caso analisado por Marx no que diz respeito a um ramo produtivo particular, o da venda de tecidos ingleses no comércio com as Índias Orientais (MARX, III, t. I, Cap. XXV), na década de 1840. O caráter fetichista de toda produção de mercadorias aparece aí com plenitude. A necessidade de valorização do valor repõe

ficticiamente os pressupostos para a manutenção da produção de mercadorias, sem lograr se valorizar. O capital, para continuar a produzir em tal situação, passa a hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho futuro, determinando a dominação abstrata (o trabalho) sobre o homem através da necessidade social de extração de mais-valia. Acompanhemos a análise:

Quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para obter sobre elas de início adiantamentos em dinheiro (MARX, 1983, III, t. I, p. 307).

Aqui temos o exemplo, retirado por Marx do *The Manchester Guardian*, de 24 de novembro de 1847:

A em Londres manda mediante B comprar mercadorias ao fabricante C em Manchester, a serem remetidas por navio a D nas Índias Orientais. B paga a C com letras de câmbio de 6 meses, emitidas por C sobre B. B, por sua vez, se cobre emitindo letras de 6 meses sobre A. Uma vez embarcada a mercadoria, A saca, contra o conhecimento de embarque enviado pelo correio, letras de 6 meses sobre D.

Comprador e expedidor estão ambos de posse de fundos muitos meses antes de pagarem realmente as mercadorias; e habitualmente essas letras, ao vencerem, eram renovadas sob o pretexto de dar tempo ao refluxo num negócio de tão longo prazo. Infelizmente, porém, as perdas de tal negócio não levavam à sua contração, mas justamente à sua expansão. Quanto mais pobres ficavam os participantes, tanto maior sua necessidade de comprar, para encontrar assim, em novos adiantamentos, um substituto do capital perdido nas especulações anteriores (MARX, 1983, III, t. I, p. 309).

A determinação que aqui se processa, a necessidade de se produzir mercadorias para poder conseguir novos empréstimos com a finalidade de saldar os empréstimos anteriores, é efetivamente a reposição fictícia dos pressupostos necessários para a perpetuação da forma mercadoria como forma de dominação social. A relação entre tal exemplo e o setor sucroalcooleiro brasileiro passa pela categoria de análise que Marx chamou de capital fictício.

Cabem aqui, porém, diversas explicitações. Os momentos históricos em questão, a forma de reprodução do capital, são, objetivamente, diferentes nos dois casos – Inglaterra do século XIX e Brasil do Proálcool. Enquanto na exposição de Marx o que está em questão é o surgimento da grande indústria inglesa, e a acumulação capitalista ocorre baseada na extração de mais-valia relativa essencialmente, para o caso do setor sucroalcooleiro brasileiro partimos de uma formulação que denominamos de *colapso da*

modernização. Esse momento de reprodução do capital está assentado, destarte, na incapacidade de valorização do valor através da extração de mais-valia e na necessária reposição fictícia, para o capital conjunto (MARX, 1983), dos pressupostos para reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1974). O que seria o mesmo que dizer que o capital fictício se universalizou como momento de reprodução das relações sociais baseadas na forma mercadoria. Para esse momento, a necessidade de investimento em capital constante seria muito grande em relação à capacidade de valorização desses capitais, que se torna impossível em razão da alta composição orgânica do capital global – pouca força de trabalho relativamente em razão da automatização do processo produtivo, o que teria se estabelecido qualitativamente quando da revolução microeletrônica da década de 1970 em diante (KURZ, 1995).

Vale destacar ainda, no caso do setor sucroalcooleiro, a predominância da política econômica do Estado modernizador e retardatário brasileiro, em uma tentativa de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo, tendo empreendido tal modernização através da necessidade de reprodução fictícia de capitais ociosos desses mesmos países centrais via empréstimos internacionais. Os momentos históricos, assim, são qualitativamente distintos.

A condição de possibilidade de o dinheiro se desligar da sua real substância de trabalho é tanto mais forte, quanto maior se torna na reprodução geral a parte que se refere ao capital que rende juros. Quanto a isso, pode de fato constatar-se a longo prazo um desequilíbrio a favor do crédito. A extensão gradual da racionalidade empresarial a toda produção, a sua cientificização e o conseqüente aumento, em escala secular, da intensidade do capital (ou seja, custos prévios sempre mais altos para uma produção competitiva de mercadorias), além da extensão concomitante do capital acionista anônimo, exigem massas sempre maiores de dinheiro creditício, para poder manter em curso a produção capitalista (KURZ, 1995, p. 4).

O Proálcool, então, pode ser entendido como expressão do momento fictício de reprodução das relações sociais capitalistas, surgido necessariamente após a modernização empreendida pelo Estado brasileiro no setor sucroalcooleiro quando da tentativa de modernização deste, e da economia nacional como um todo, a partir do final da década de 1950 (ALFREDO, 2006b). Como destacamos anteriormente, com o bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba, em 1962, um imenso mercado consumidor de açúcar se abriu, e a necessidade de diminuir os custos de produção de tal mercadoria para conquistá-lo levou o Estado brasileiro a emprestar, a juros reais negativos, ao setor. A cientificização da produção também foi arcada pelo Estado com a

criação do Planalsucar (1971), como destacamos previamente, para o desenvolvimento de novas variedades de cana, tentativa de reprodução do capital com a diminuição de custos, aumento de produtividade e melhor inserção concorrencial.

Uma crise de superprodução, como a que derrubou as cotações do açúcar nos anos 1970 – mais precisamente com um choque no final de 1974 –, já que outros países também buscavam conquistar novos mercados para consumo de seu açúcar (como a Índia, por exemplo) e faziam o mesmo com o seu setor sucroalcooleiro, levou o Estado a intervir no setor com novas aplicações de capital a juros reais negativos (Proálcool). Isto permitiu a rolagem de dívidas que no momento em questão não seriam salgadas, o que criaria um problema de reprodução ao próprio Estado modernizador brasileiro – déficit no balanço de pagamentos, agravado pela crise do petróleo, já que o investimento para maior competitividade na exportação do açúcar não se realizaria. Temos aqui um entrelaçamento entre capital internacional e nacional e entre Estado nacional e empresas privadas que precisa ser detalhado.

O Estado aparece, nas críticas que a economia política fez ao Proálcool, como sujeito histórico dotado de racionalidade. Capaz, assim, de intervir na produção capitalista como se pudesse planificá-la ao seu bel prazer, como se não houvesse contradição entre suas ações e os objetos sobre os quais age. Aqui está pressuposto o sujeito-objeto idêntico hegeliano de Lukács (2003), hipostasia do fetiche da mercadoria, conforme a formulação que apresentamos no capítulo anterior. Desejamos agora explicitar o Estado como momento contraditório imanente ao sistema produtor de mercadorias, impulsionador da acumulação primitiva (MARX, 1983), modernizador dos estados retardatários em relação aos países centrais (KURZ, 1999), administrador da crise no colapso da modernização (KURZ, 1999), via capital fictício, como ocorre com o Proálcool. Este se entrelaça à reprodução capitalista através da inserção nos diferentes momentos da crise de acumulação dessa mesma reprodução, determinado e posto por esta:

[...] o dinheiro e a circulação (e, por consequência o mercado) estão sempre presentes no Estado moderno, sendo inclusive impostos e desencadeados por ele.

O Estado moderno é o recipiente institucional da riqueza nacional abstrata, para cuja acumulação sem sentido ele tem de reunir as necessidades e impulsos humanos numa única vontade global exteriormente imposta. E a existência encarnada da riqueza abstrata, do trabalho morto que se multiplica, é precisamente o dinheiro, que por sua vez somente pode existir no contexto do mercado e da circulação. Se esse Estado quisesse mesmo abolir o dinheiro e a circulação teria de destruir sua própria finalidade (KURZ, 1999, p. 68).

3.4 – A autonomização do Estado e a modernização retardatária brasileira como colapso da modernização

Francisco de Oliveira, em “O Surgimento do antivalor” (OLIVEIRA, 1997), tenta justamente elaborar qual o papel do Estado de Bem-Estar Social após ter se transformado no “padrão de financiamento público da economia capitalista” (OLIVEIRA, 1997, p. 19), dos anos 1930 aos 1990. Sua concepção de Estado na reprodução capitalista é oposta à que tentamos nos apropriar para abordarmos o Proálcool. Oliveira não se utiliza da categoria de capital fictício, mas das distintas de “anti-valor” e “anti-mercadorias” (OLIVEIRA, 1997). A racionalidade do planejamento estatal, em sua análise, é capaz de planejar a distribuição da riqueza em oposição às leis caóticas do mercado, regulando o lucro médio e a apropriação privada daquela. Tal momento do Estado frente à reprodução capitalista é entendido por ele como o do surgimento de novas “relações de produção”, rumando para um modo de produção “superior”: trabalho e produção de riqueza abstrata materializada estão naturalizados enquanto pressupostos de sua leitura, assim como o Estado. Este apresenta um potencial de distribuição da riqueza positivo, de superação do fetiche da mercadoria. Assim, também para ele, não há contradição entre trabalho e dinheiro, e as crises provenientes do descolamento deste de sua substância fantasmagórica não são consideradas, o que o permite vislumbrar a racionalidade do Estado enquanto idêntica ao objeto do planejamento, não havendo contradição entre ambos.

A formulação de Oliveira (1997) acerca do papel do Estado no que estamos denominando de momento do colapso da modernização através da reprodução fictícia da valorização do valor se dá fundamentada na ontologia do trabalho própria à concepção de fetiche da mercadoria, conforme apresentada por Lukács (2003), e que explicitamos no capítulo 2 deste texto.

Permanece, no campo marxista, uma interrogação sobre o fetiche da mercadoria. O percurso teórico até aqui sumarizado tem, como necessidade intrínseca de seu desdobramento, a anulação do fetiche da mercadoria, se esta categoria está se desfazendo no sistema capitalista; principalmente se a força de trabalho está se desvestindo das determinações da mercadoria. De fato, a des-mercantilização da força de trabalho opera no sentido da anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente, no sentido de que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente. Tal é a natureza dos gastos sociais que compõem o salário indireto, e a luta política se trava para fazer corresponder a cada item do consumo uma partida correspondente dos gastos sociais. Não há fetiche nesse sentido, sabe-se agora exatamente do que é composta a

reprodução social. Ou, em outras palavras, a fração do trabalho não-pago, fonte da mais-valia, se reduz socialmente (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

A crítica à qual Oliveira (1997) está atrelado é a da desigualdade sob o capitalismo. Para ele, fetiche é um “ocultamento” no nível do mercado daquele sujeito que efetivamente produz a riqueza sob o modo de produção capitalista, e não uma objetividade fantasmagórica da equivalência correspondente à mediação social abstrata que se realiza na mercadoria e no próprio dinheiro, ou seja, na possibilidade social de abstração das diferenças das coisas e dos trabalhos pelo valor, mediador da troca de mercadorias, seja no regime de concorrência, seja no mercado planejado socialista. A razão, por meio do planejamento estatal, pode, segundo seu argumento, desvendar qual o valor da força de trabalho e pagar efetivamente este ao trabalhador pelo “salário indireto” (aqui denominado pelo autor como “fundo público”, proveniente dos tributos e da dívida pública), como distribuição da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores da sociedade: educação pública, saúde, seguro desemprego, previdência. Entendemos, porém, a partir da concepção de objetividade fantasmagórica, que o preço (incluído aí o preço do trabalho) é a abstração real potencialmente autonomizável no dinheiro:

Não se abstrai somente a condição qualitativa e concreta dos trabalhos individuais como tempo de trabalho, mas o próprio tempo individual, abstração, se abstrai na média determinante da trocabilidade pressuposta (porém, enquanto tempo individual) ainda não posta. A posição desta trocabilidade, entretanto, é crítica, já que se tem a formação de uma medida *a posteriori* dos trabalhos individuais que, assim, podem não realizar os pressupostos da trocabilidade. A média, enquanto esta abstração determinante da sociabilidade capitalista, é uma forma lógica que retroage determinando a validade daqueles trabalhos que tornaram possível a sua própria forma de média que, nesse caso, coincide com a mediação social [...] Aquilo que se põe como a régua mensurante do processo social, o preço, que deve expressar o valor, é redução niveladora das diferenças que, em sua expressão média, não revela os tempos sociais realmente existentes em cada mercadoria, mas faz *aparecer* este preço como se fosse o valor (ALFREDO, 2010, p. 6-7).

A crescente quota de participação do “fundo público” na reprodução da acumulação capitalista, mas, também, na reprodução da força de trabalho, foi entendida por Oliveira (1997) como superação possível do modo de produção, e não como reprodução da dominação abstrata sob a forma do trabalho:

É interessante notar que a média do déficit público como porcentagem do PIB foi geralmente dos mesmos valores em quase todas as partes do mundo,

por grupos de países, o que sugere que as internacionalizações produtiva e financeira estão obrigando praticamente todos os países a adotarem o padrão de financiamento público do Estado-providência (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

Marx (1983), como já destacamos, ao analisar a realidade inglesa pressupondo o pleno funcionamento lógico desta, buscou criticar justamente a dominação social desta abstração real que determina a mediação social dos homens através das coisas, sendo a possibilidade da troca de equivalentes o que, na aparência de materialização do valor no valor de uso da mercadoria, leva à sua hipostasia, e não à sua superação. A permanência da troca de equivalentes entre trabalho e dinheiro para continuidade da sociabilização das *personas* (MARX, 1983) sob o capitalismo não está questionada no argumento de Oliveira (1997), o que não permite ao autor vislumbrar a crise do trabalho, apesar da continuidade atual da mediação do valor e da finalidade tautológica de sua expressão fantasmagórica, o dinheiro. O que ele denomina por “fundo público” não é entendido por ele como objetividade fantasmagórica da realização do valor, mas como “anti-valor” (OLIVEIRA, 1997). Para nós, a apologia da satisfação das necessidades humanas na materialidade das mercadorias, seja através da racionalidade empresarial, seja através da racionalidade do “fundo público”, mantém o fetiche da mercadoria na subjetivação da realidade sob o sistema produtor de mercadorias (ou “anti-mercadorias”).

Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma sequência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista caminha rumo à sua prova de resistência e ruptura, pois chegará inevitavelmente ao ponto [...] em que irá suprimir a condição de substância social do valor econômico que caracteriza o trabalho abstrato. Mas por outro lado quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância (KURZ, 1999, p. 75).

O papel do Estado em tal momento para a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1974) fica, então, explícito. O Estado aparece, por sua vez, na análise de Robert Kurz (1999), determinado pelos desdobramentos daquela contradição fundamental presente na forma da mercadoria. Media-se de diversas formas pelo dinheiro e pressupõe suas categorias de base (como o valor), sem as quais deixaria de existir. A aparência de autonomia deste em relação à sua substância, o trabalho, permite que Oliveira (1997) formule que, apesar do lucro não ser suficiente para a reprodução

das unidades produtivas, o Estado pode planejar – via dívidas públicas ou impressão de dinheiro, já que pelos impostos não é capaz de dispor do necessário às suas atuais funções estruturais – também autonomamente:

O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações auto-valorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas. A massa de valor em mãos dos capitalistas, sob a forma de lucro, de cuja abundância a circulação monetária contemporânea é a expressão, não deve iludir: apesar da enorme liquidez, essa massa de valor é insuficiente para plasmar as novas possibilidades abertas em acumulação de capital concreta (OLIVEIRA, 1997, p. 32).

Oliveira não explicita aqui as contradições postas pela proveniência fictícia do dinheiro utilizado pelo fundo público para a valorização do valor que não consegue se valorizar. Como temos afirmado, partimos da análise das determinações do Estado pelas contradições da forma mercadoria, assim como da crise atual deste sistema gerada pela queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1983). A incapacidade das unidades produtivas se reproduzirem sem o papel particular atual do “fundo público” explicita, para nós, a reprodução fictícia desses capitais, determinação dos desdobramentos da contradição entre trabalho e dinheiro e limite da ação sobre o sistema produtor de mercadorias pela racionalidade do planejamento estatal, no momento em questão. Tal limite, já que o Estado aparece como “devedor infalível”, é a expropriação dos cidadãos quando da impossibilidade de rolagem das dívidas pelo capital fictício, criando uma crise de sociabilidade pela existência de cidadãos monetarizados sem dinheiro (KURZ, 1999) – já que necessitam de dinheiro para se sociabilizarem, mas não encontram trabalho para acessá-lo.

A apreensão de que o Estado é o lugar do sujeito racional da modernização²⁷, como vimos em Francisco de Oliveira (1997), o que possibilitaria através do primado da política o planejamento estatal, provém de uma análise que não o considera parte autonomizada (MARX, 1983) da mediação social, mas sim autônoma de fato. Desta

²⁷ Ver também o conceito de Estado em Hegel (2003), que o concebe como lugar do “Espírito Absoluto”, que supera as contradições entre sujeito e objeto; e em Lefebvre (1971), no qual o Estado aparece criticado, porém também é sujeito histórico moderno, capaz de superar as contradições do fetichismo da mercadoria.

perspectiva, como vimos, ele não estaria sujeito às determinações da forma mercadoria e consequentemente de seus processos de desdobramento contraditórios. Sendo o dinheiro a categoria básica autonomizada²⁸ da forma mercadoria, por aparecer socialmente separado da sociedade, o Estado – e suas ações – também estaria autonomizado e sujeito às contradições de tal forma, por ser agente reproduzidor da mediação do valor através do dinheiro:

A política não é um meio neutro, uma forma existente em cada sociedade e suscetível de ser preenchida por qualquer conteúdo, mas é uma forma específica em que se desenvolvem as relações entre os sujeitos de mercado. Trata-se de uma forma indireta de socialização. Na sociedade baseada na produção de mercadorias, o elo social é [...] a troca que se desenvolve através da transformação de todo produto da atividade social em uma determinada quantia de trabalho abstrato. A democracia, evidentemente, é a forma mais completa de tal política porque corresponde àquela liberdade formal que é constitutiva da troca capitalista [...] O destino da política está preso à trajetória histórica da economia da mercadoria [...] Sem meios financeiros e por causa disso, o Estado perde facilmente suas possibilidades de intervir nos processos de reprodução [...] A política não goza de nenhuma autonomia ou liberdade de decisão, mas está reduzida à política econômica e a um só tipo de política econômica: o esforço, muitas vezes desesperado, para manter a competitividade do próprio país nos mercados mundiais (JAPPE, 2006, p. 263).

É constitutivo dos sujeitos do pensamento burguês acreditarem-se livres e fazerem abstração de todas as coerções que derivam das leis das entidades fetichistas que a sociedade criou sem saber e sem querer. O valor e sua expressão tangível, o dinheiro, são formas a priori que estão acima de cada vontade consciente dos sujeitos, a qual se expressa de uma forma já determinada, isto é, como exigência de dinheiro ou de poder político. A maior liberdade na esfera política e a mais radical ‘democracia’ são vazias quando não podem aportar outra coisa além da execução das leis cegas do automovimento da economia (JAPPE, 2006, p. 265).

²⁸ *Autonomização* (MARX, 1983) é utilizada aqui no sentido apresentado por Marx, em *O Capital*. Para ele, as instâncias cindidas da vida, incluindo aí a política, a cultura (a religião), a economia, mas também o Estado, aparecem como separadas da forma de mediação predominante na sociedade capitalista, possuindo cada uma delas uma lógica imanente própria. Aparecem assim como o dinheiro o faz em relação ao trabalho, ou seja, separado, sendo ambos, porém, partes constitutivas de um mesmo processo social fetichista. Tal aparência de separação é justamente o que leva à consideração fetichista de naturalização de ambos, fazendo com que os sujeitos modernos não os apreendam enquanto determinados historicamente. O mesmo vale para o Estado, que pode aparecer como trans-histórico. Diversos são os textos historiográficos que fazem a discussão acerca de qual das instâncias determina as demais, como por exemplo, aqueles que formulam a política como sendo mais determinante que a economia para a sociedade ateniense da democracia direta na Antiguidade. Partimos aqui do pressuposto de que tais instâncias surgem cindidas no próprio processo de imposição da forma mercadoria e são essencialmente modernas, e não podem ser aplicadas para se chegar a verdades acerca do passado, sendo o conhecimento sobre este uma aporia, como destacamos anteriormente (ver item 2.1 desta dissertação). A crítica então incide, aqui, à forma que cinde as instâncias, justamente para a não naturalização de tal cisão, nem de tal forma social.

Preferimos aqui denominar tais “leis cegas” de determinações de crise dos desdobramentos da contradição fundamental do duplo da mercadoria, que se expressa nas demais instâncias autonomizadas, conforme destacado. Fiquemos, porém, com o argumento central de Anselm Jappe (2006), de que o Estado se media com o mercado através do dinheiro, o que o leva a reproduzir os pressupostos naturalizados deste duplo, devendo a atuação política, não criticar e muito menos superar tais pressupostos. Justamente daí advém o papel essencialmente modernizador do Estado que necessita, através da concorrência cega com os demais Estados nos quais a totalidade do globo terrestre está dividida, aparecer como sujeito, apesar de estar determinado pelos limites dos diferentes e particulares momentos críticos de reprodução ampliada do valor. Se, como vimos, o capitalismo se encontra no momento fictício de reprodução ampliada do valor, o Estado passa a ser um dos principais sujeitos sujeitados desta reprodução por poder fazer dívidas ou imprimir dinheiro para rolagem das dívidas precedentes, já que, segundo Oliveira (1997), a arrecadação de impostos não é capaz de suprir a necessidade de dinheiro que o “fundo público” apresenta. O autor, porém, não considera que justamente por isso o Estado está sujeito às crises iminentes dessas políticas e denomina o déficit do Estado de “anti-valor”, como se as dívidas pudessem se estender infinitamente e não fizessem parte do capitalismo. As ações do Estado são, por outro lado, para nós, propriamente a reprodução do valor a partir de seus pressupostos, sendo o distributivismo desse momento a única maneira de o Estado reproduzir a aparência de realização da mais-valia ao nível da unidade empresarial, apesar de as dívidas aparecerem nos cofres públicos como hipoteca de extração de trabalho abstrato futuro (KURZ, 1995). Ou seja, apesar da necessidade de desenvolvimento das forças produtivas pelos Estados nacionais a fim de terem suas mercadorias realizáveis segundo o nível de produtividade do capital conjunto internacional, o Estado, através do capital fictício, ficticiamente financia o consumo das mercadorias produzidas, assim como garante a infraestrutura social – os *faux-frais* (MARX, 1983, Livro II), como trabalho improdutivo – necessária para a realização daquelas. A satisfação de tais necessidades socialmente criadas é o que garante ao Estado a possibilidade de aquisição de novas dívidas, através do acesso ao crédito. Tal permite a rolagem das dívidas antigas e o aprofundamento da contradição entre trabalho e dinheiro.

Considerações finais

Mesmo que o Proálcool não conseguisse saldar a dívida externa brasileira, nem fosse capaz de acabar com o consumo de derivados de petróleo, substituindo a matriz energética, este programa foi uma das políticas relevantes para o Banco Mundial conferir um empréstimo ao Brasil, em 1983, que permitiu a continuidade do pagamento dos serviços da dívida do país, em plena “crise das dívidas”. O Proálcool continuou a ser levado a cabo e até mesmo foi ampliado após esse empréstimo.

A concessão do crédito por parte do Banco Mundial chamou a atenção finalmente para outro fator importante, que contribuiu para a consolidação do Proálcool. Trata-se aqui da dívida externa do Brasil, a qual exatamente durante esse período aumentou aceleradamente, o que levou, no final de 1982, pela primeira vez, à suspensão temporária do pagamento dos débitos vencidos. A credibilidade internacional na solvência do Brasil, atestada pelo empréstimo do Banco Mundial e a possibilidade de apresentar um grande programa aprovado permitiram ao país, até certo ponto, o acesso a créditos internacionais. Sob o ponto de vista da dívida externa o Proálcool, na qualidade de programa nacional de substituição de petróleo importado, criou a ilusão de altos efeitos de poupança em divisas e de uma maior independência em termos de abastecimento, o que levaria dessa maneira, em vista da possibilidade não descartável de uma suspensão das importações de petróleo [...] a uma reavaliação implícita dos custos econômicos e benefícios sociais do Programa (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 35-36).

Temos que ressaltar aqui que, no segundo período do Proálcool, justamente por uma diminuição dos créditos internacionais, as políticas agrícolas passaram a ser subsidiadas através de uma particular fonte de capital fictício nacional: a impressão de dinheiro por parte do Estado, o que trouxe, como consequência, a alta inflação dos anos subsequentes. O Proálcool como política econômica acabou por indicar um processo de expansão do capital fictício nacional, tendo como sua fonte o Estado, o que se acentuaria com a dívida interna dos anos 1990. Podemos destacar, assim, que o empréstimo do Banco Mundial não foi fonte de capital fictício suficiente para reprodução da política de modernização retardatária que o Estado vinha empreendendo. A partir de 1985, os subsídios creditícios pelo Proálcool foram reduzidos drasticamente. O Programa de Equalização de Custos também deixou de ser realizado concomitantemente ao crescimento da inflação, sendo que o Estado passou a tentar reduzir o preço das mercadorias (inclusive as do setor sucroalcooleiro), como tentativa de controle daquela.

Por diversas razões, entre as quais podemos alinhar taxa de juros altamente favorecidas, desvios do crédito e ainda alta taxa de modernização agropecuária, a demanda de crédito rural cresceu a taxas muito elevadas de 1969 a 1979, com uma média anual, em termos reais, de 17,5% ao ano. Os problemas de oferta de fundos teriam que surgir, ainda mais que as taxas de juros eram praticamente fixas e bastante abaixo da taxa inflacionária. A solução encontrada para atender essa questão não deixou de ter impacto sobre a oferta de moeda, por intermédio da criação ativa de moeda bancária pelo Banco do Brasil. Esse comportamento bancário prescinde do respaldo prévio de aumento de depósitos do público e de elevação das reservas bancárias, repousando, em última instância, nas emissões primárias das autoridades monetárias (DELGADO, 1985, p. 73).

O Proálcool, como expressão deste momento de reprodução do setor sucroalcooleiro através de capital fictício via Estado brasileiro é, fenomenicamente, uma tentativa de o Estado garantir a rolagem de sua dívida externa através da aparente substituição da matriz energética, mas que tinha por finalidade desonerar seu balanço de pagamentos, apesar de acabar por aprofundar as contradições da mediação da forma mercadoria, no caso a autonomização do dinheiro em relação ao trabalho produtivo. O prolongamento de tal processo levaria à necessidade cada vez maior de capital fictício e à determinação mais profunda pela crise particular de tal momento da reprodução capitalista.

O processo de modernização retardatária brasileira se deu baseado em dívidas externas a partir dos anos 1950. Quando da não realização da mercadoria açúcar (e outras exportáveis) no mercado externo, para continuidade de aquisição dos empréstimos, era necessário fazer dívidas para pagar as dívidas do setor, fomentando um aumento na produtividade de fornecedores e produtores de açúcar e álcool, a fim de conseguir “rolar” tal dívida externa brasileira, o que tornou o capital fictício determinante em relação à produção de mercadorias. Na tentativa de resolução da crise iminente de acumulação, se agravou ainda mais tal crise.

Se a política econômica de modernização retardatária brasileira não se efetiva autônoma em relação ao momento de reprodução ampliada do capitalismo universalizado, devemos explicitá-la justamente como parte hodierna do colapso da modernização (KURZ, 1999). A proveniência de financiamentos internacionais, majoritariamente estadunidenses, a partir da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), é constituinte do momento do capitalismo a nível global. A tentativa de modernização retardatária brasileira a partir do recurso à dívida externa respondeu à necessidade de capitais ociosos internacionais se valorizarem.

Dessa forma, a internalização do Departamento I (MARX, 1983) dos países centrais, por parte dos países à época denominados “subdesenvolvidos”, através de empréstimos desses mesmos países centrais, realizou-se em tal patamar de produtividade que impediu, ao final do processo, na década de 1980, esses empréstimos de serem saldados. Restava a possibilidade de “rolá-los”, o que configura justamente a determinação fictícia de reprodução da forma mercadoria.

A iniciativa de buscar empréstimos nos mercados financeiros internacionais era, portanto, antes um passo desesperado do que um caminho bem refletido de desenvolvimento. Já que os juros e o custo administrativo dos créditos, na maioria dos países atingidos, expandiam-se necessariamente com rapidez muito maior do que qualquer desenvolvimento imaginável nos mercados internos e externos, a industrialização endividada tinha de fracassar por motivos objetivos, seja na forma da substituição das importações, seja naquelas da industrialização para a exportação.

[...] Quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado.

[...] Se nos anos 70 esses créditos ainda estavam ligados à ilusão de que eles poderiam trazer desenvolvimento interno, industrialização e poder de concorrência no mercado mundial, essa bolha de sabão estoura em 1982, ano em que a insolvência do México marcou o início da famosa crise das dívidas do terceiro mundo [...] (KURZ, 1999, p. 160-162).

Em relação às políticas agrícolas, tal momento aparece de maneira particular, já que a industrialização da agricultura demonstraria, segundo Alfredo (2006a), a alta composição orgânica dos capitais urbano-industriais depois de internalizados¹, o que impediu a valorização do valor pela extração de mais-valia em tal ramo da divisão social do trabalho. A “Revolução Verde” se apresentaria como a tentativa não alcançada desses capitais de se valorizarem através da apropriação da renda da terra, enquanto sobrelucro (MARX, 1983, III, t. II), dadas as determinações fictícias de reprodução também desses capitais no setor agrícola.

Todo passo de crescimento agrário orientado no mercado mundial tinha de ser necessariamente um passo em direção à agroindústria intensiva de capital, cuja produtividade, bem como aquela nos próprios centros do mercado mundial, está roendo o crescimento global do capital mundial, em vez de fomentá-lo (KURZ, 1999, p. 158).

¹ Considerando que a modernização retardatária brasileira ocorria em um momento em que os níveis de produtividade dos países centrais eram extremamente altos em relação ao capital variável incorporado no processo produtivo. Tal característica se revelou no início da década de 1970, nos EUA, com “estagflação” (alta inflação e capacidade ociosa da indústria) e altas taxas de desemprego. Ver Prado Jr. (2004, p. 349).

A industrialização da agricultura no setor sucroalcooleiro, fosse voltada para a exportação de açúcar, fosse para a produção de álcool para consumo interno como substituição de matriz energética, acabava por ter o papel de rolar a dívida externa brasileira, inserido o país em tal processo contraditório. O consumo de máquinas, tratores, colhedoras fabricados nacionalmente – após a internalização da produção destes na década de 1950, com a Massey Ferguson ou a Caterpillar – pela agricultura, assim como o consumo de usinas e destilarias também nacionais (Dedini ou Zanini), acabou por aprofundar a crise de acumulação que os créditos subsidiados tentavam superar. Ao final da década de 1980, após a modernização empreendida no setor sucroalcooleiro, este não foi capaz de, através do lucro e do sobrelucro, saldar suas dívidas. O Estado também não foi mais capaz de dar continuidade à sua política de subsídios, tendo o Proálcool “quebrado”, levando a uma série de falências no setor. A sequência histórica de tal processo em âmbito nacional, na década de 1990 e com o chamado “Consenso de Washington”, foi de transformação do papel do capital fictício para reprodução das relações sociais de produção: securitização das dívidas, terceirizações dos serviços do Estado, liberalização da economia.

Importa para nós, aqui, finalmente, não simplesmente problematizar a acumulação capitalista, mas dar ênfase às consequências das contradições de seu processo àqueles por este dominados. A modernização retardatária brasileira, ao mesmo tempo em que mobilizou contingentes populacionais do campo para a cidade com sua industrialização, revolucionando de determinada maneira sua inserção na forma-mercadoria (já que tinham de vender sua força de trabalho, no campo ou na cidade, como mercadoria em troca de dinheiro a fim de ter acesso às demais mercadorias), não pôde incorporar ao processo produtivo parte dessa população mobilizada. Constituiu-se, assim, uma superpopulação relativa (MARX, 1983) para além do clássico “exército industrial de reserva” (MARX, 1983), ou seja, cujo tempo de trabalho vale cada vez menos ou não se realiza. Por isso, essa superpopulação relativa é composta por uma massa de desempregados absolutos e por trabalhadores com baixos salários. O “bóia-fria” assalariado foi por nós compreendido como sendo pressionado por uma determinação abstrata e objetiva de crise que o impeliu e impele a ser o mais produtivo possível, afim de manter-se trabalhando – a ponto de se matar de tanto cortar. A modernização, dada sua alta composição orgânica, acabava por gerar, por outro lado,

aqueles que ficaram ou estão desempregados, sujeitos monetarizados sem dinheiro que passaram a habitar as periferias e favelas das cidades. Se entendermos capital como relação social e a forma-mercadoria como forma desta relação, então devemos destacar que a necessidade da mediação do valor para esta sociabilidade aí possível ocorre como crise, para o Brasil no momento estudado.

O resultado desse processo de modernização universalizado foi denominado por Kurz (1999) como *crise* ou *colapso da modernização*: desemprego em termos absolutos – não podendo ser enquadrado como “exército industrial de reserva” –, miséria, bolsões de pobreza nas grandes metrópoles – como crise urbana. Para Kurz, chegou-se à simultaneidade negativa (KURZ, 1999), momento em que a modernização expulsa o trabalho do processo produtivo, o que leva a crise de sociabilidade até aos países centrais do capitalismo, os quais apareciam como tendo realizado positivamente e sem contradições o capitalismo ao longo do século XX.

Coube ao Estado, através do capital fictício, administrar tal crise com a inserção na sociabilidade através de trabalho improdutivo – infraestrutura ou subsídio às empresas, por exemplo – e de créditos para consumo das mercadorias. A dominação abstrata objetiva do valor leva à subjetivação hipostasiada (fetiche) da necessidade da mediação dos homens pelas coisas, estabelecendo uma sociabilidade reduzida a isto. Questionando os termos de Francisco de Oliveira (1997): se o Estado garantisse tais “coisas” (“anti-mercadorias”) teríamos a satisfação das necessidades e uma sociedade emancipada?

Chegamos à concepção de que tais necessidades são determinadas socialmente, e que no momento em questão são necessidades postas pela crise da mediação da forma mercadoria. O consumo de automóveis em massa é expressivo em relação ao que estamos denominando fetichismo, no momento de reprodução fictícia da forma mercadoria. O fomento ao consumo dessa mercadoria ocorreu como tentativa de garantir a realização do álcool, na década de 1980, cujo aumento na produção e produtividade dessa mercadoria surgiu como política econômica de modernização retardatária, reprodutiva da necessidade brasileira de tentar alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, o que garantiria ao país não ser excluído das trocas internacionais de mercadorias. Para tanto, necessitava manter o acesso aos créditos, sendo que estes eram provenientes de capitais internacionais ociosos em crise de valorização e acabavam, assim, por determinar todo o processo.

Aos habitantes urbanos e das metrópoles – estas se constituíram também nesse momento, já que a industrialização do campo mobilizou colonos, moradores, agregados, entre outros, para o trabalho assalariado² –, o crédito, por exemplo, para consumo de automóveis apareceu como satisfação de suas necessidades: maior rapidez no deslocamento, conforto, aparecer social pela imagem que a posse de um carro traz, sensação de poder...³ Contudo, tais necessidades foram e são determinadas pela dominação abstrata do fetichismo da mercadoria, que assim se reproduz, mesmo no momento da crise da mercadoria como forma de mediação da relação entre os homens. Foi de uma forma determinada pelo momento de crise da própria dominação abstrata que tentamos construir um texto fundamentado primordialmente no desejo de criticar a sociedade produtora de mercadorias, reprodução desta dominação. Tal reprodução se projeta ao futuro via endividamento dos países e cidadãos que devem continuar trabalhando para saldar suas dívidas, mas encontram e irão encontrar cada vez menos trabalho para tanto. Luís Carvalho, um dos cortadores de cana migrante da Paraíba e residente em Novais, cuja história acompanhamos ao longo de nossa dissertação, se endividou, em 2010, para comprar um carro usado, movido a álcool. Foi o Proálcool como expressão e particularidade desta dominação abstrata em crise que encontramos como caminho para nossa crítica desta sociedade.

Nem há necessidade de destacar aqui o trânsito caótico, o número de atropelamentos, acidentes e mortes nas ruas e estradas... Estas são apenas algumas consequências deste processo que aqui tentamos explicitar e criticar, melhor caracterizado como tragédia do que se o tratássemos através do recurso ao drama.

² “O Estado, ou desempenhava, como no socialismo real, o papel de proprietário e explorador das indústrias-chave, ou pelo menos as subvencionava numa extensão muito maior do que o faria o sistema da economia de concorrência do Ocidente. Dessa maneira surgiu uma classe de trabalhadores industriais estatizada ou alimentada intravenosamente pelo Estado, classe que na maioria dos países do Terceiro Mundo se integrou à classe média, enquanto grande massa da população ficava fora do aparato estatal e da produção industrial insular para o mercado mundial, acabando na miséria” (KURZ, 1999, p. 167).

³ Isenção de IPI e ICMS, e aumento das prestações para compra de automóveis (majoritariamente *flex fuel*) foram medidas da política econômica do governo Lula durante o ano de 2009, com a finalidade de garantir que o país não “sofresse” amplamente com a “crise financeira” de setembro de 2008. O consumo de automóveis e motocicletas aumentou, assim, e contribuiu para a aparente resolução da crise em âmbito nacional.

Referências

Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Sobre sujeito e objeto*. 1967. Disponível em: <<http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

AGUIAR, Carlos Eduardo Junqueira. *Força de trabalho e relações de produção na agroindústria canavieira*. São Paulo, 1988. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

ALFREDO, Anselmo. *Formação econômico-social brasileira; Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Edição do autor, 2005. (Mimeo)

_____. *Modernização e contradições espaço-temporais. Geografia Econômica e relação agrário urbana na formação brasileira dos anos 50*. Edição do autor, 2006a. (Mimeo)

_____. Modernização e reprodução crítica. Agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. *Revista Geosp*, n. 24, São Paulo, Discurso, 2006b.

_____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Edição do autor, 2008. (Mimeo)

_____. *Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica*. Edição do autor, 2010. (Mimeo)

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 21 dez 2009.

BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do Colonato: Mobilização do Trabalho e autonomização do Capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; NITSCH, Manfred. *Proálcool: Economia Política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis*. Sergipe, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1988.

BRASIL. *Relatório da Comissão Interministerial sobre o Setor Sucroalcooleiro*. Brasília/SDR/DAS, setembro, 1991.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia (1929-1989)*. São Paulo, Editora Unesp, 1990.

CAMARGO, Paula. *Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. São Paulo, 2010. Trabalho de

Graduação Individual (TGI), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Orientadora: Marta Inez Medeiros Marques.

CAVALIERI, Lúcia. *Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família*. São Paulo, 2010. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO (CNP). *Legislação Nacional sobre Álcool*. Brasília, 1978.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo, Ícone, 1985.

D'INCAO, Maria da Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria* (1979). Petrópolis, Vozes, 1979.

EID, Farid. *Économie de Rente et Agro-industrie du Sucre et de L'alcool au Bresil*. 1994. Tese de Doutorado, Faculté d'Économie et Gestion, Université de Picardie Jules Verne.

ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo, Edusp, 2003.

ETTORI, O. J. T. Custo de produção de cana de açúcar industrial produzida pelos fornecedores cotistas em SP. *Agricultura em SP*, São Paulo, n. 15, p. 33-45, jan.-fev. 1968.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1994.

FEBVRE, Lucien. *Combates por la Historia*. Barcelona, Ediciones Ariel, 1970.

Folha de S. Paulo. Tesouro paga Cr\$ 82,1 bilhões da dívida externa de 23 Usinas. Folha de São Paulo, 28 jan. 1991, Caderno Dinheiro. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. *Geografia do Consumo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. *Geografia Econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1973.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Considerações sobre a expansão recente da lavoura canavieira no Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 39, n. 10, out. 2009.

GONÇALVES, Fernando P. Botafogo. *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília, Tribunal de Contas da União, 1990.

GONÇALVES, José Sidnei. Salário, Emprego, Modernização e Sazonalidade na Agropecuária: as contradições do processo excludente do desenvolvimento brasileiro. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 23-39, jan. 1996.

_____. A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 38, n. 2, p. 69-115, 1991.

_____. *Do mar de café ao mar de cana ou ainda um mar de braquiária: transformações estruturais e composição da área agropecuária paulista*. Edição do autor, 2005. (Mimeo)

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

HARTSHORNE, Richard. *Questões sobre a natureza da geografia*. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, 1969.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2007.

HEIDEMAN, Heinz Dieter. Um novo modo de ser (inclusive migrante): Flexi-existência 'Just in time'. *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, ano XVI, n. 45, jan.-abril 2003.

HEGEL, Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo, Vozes, 2003.

HYPOLITE, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo, Discurso Editorial, 1999.

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool. *Boletim de Safra*. Brasília, IAA, 1965-1990.

IDEA – Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial. 2002 e 2003. Disponível em: <www.ideaonline.com.br>. Acesso em: abril 2005.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*. Lisboa, Antígona, 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1966.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Junho de 1994. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: maio 2008.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *Razão sangrenta*. Junho de 2002. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

_____. *A substância do capital: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Setembro de 2005. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

_____. *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria*. Tradução de Tito Lívio Cruz Romão. Abril de 2007. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O fim da História*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1971.

_____. *A produção do espaço*. Tradução de Sérgio Martins. Edição do tradutor, 1974. (Mimeo)

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e o processo de formação do “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Qualificação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2009. (Mimeo)

_____. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LÊNIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio, 1990.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1998.

_____. *Migrações temporárias: problema para quem?. Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*. São Paulo, Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, 1991.

_____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

_____. *Camponeses e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1982. (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume I). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, tomo II (volume II). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro II (volume III). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, tomo I (volume IV). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. *A Ideologia Alemã* (primeira parte). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

MELO, Fernando Homem de; FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Proálcool, Energia e Transportes*. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1981.

MELO, Fernando Homem; PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1984.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar*. Brasília, 2009; Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo, Hucitec, 1999.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec, 1989.

NORMA REGULATÓRIA 31 (NR-31). *Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura*. Ministério do Trabalho, 2005. Disponível em: <<http://www.riscorural.com.br>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8. ed. São Paulo, Hucitec, 2005.

OGATA, Leandro Marcel. *O setor sucroalcooleiro no Brasil: desenvolvimento, modernização e competitividade*. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 2009. (Mimeo)

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. São Paulo, Vozes, 1997.

_____. *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo, Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo, LABUR Edições, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 04 jan./2010.

_____. A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial. In: ROSS, Jurandy. *Geografia do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1998.

_____. O Econômico na Obra “Geografia Econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, junho de 1977.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de Oliveira. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. Tese de Doutorado, UNESP, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

PITTA, Fábio Teixeira. *Epistemologia da História em Adam Schaff*. Relatório de Iniciação Científica em Filosofia, FFLCH, USP, 2005. Orientador: Prof. Doutor Franklin Leopoldo e Silva.

_____. Modernização retardatária e agricultura paulista: o Proálcool na reprodução crítica do capital fictício. *Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)*. Montevideu, abril de 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6090_Pitta_Fabio.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: a Reinterpretation on Marx Critical Theory*. Cambridge University Press, 1993.

_____. *Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism*. 2003. Disponível em <http://home.comcast.net/~platypus1848/postone_lukacsdialecticalcritique2003.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2009.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 2000a.

_____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2000b.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista*. ESALQ, Piracicaba, Tese de Doutorado, 1972.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

_____. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. *Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira*. Coordenadores Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

_____. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985. In: RAMOS FILHO, Luiz O.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Eds). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Incra, p. 87-128, 2005.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos no Brasil 2009*. São Paulo, 2009.

Reuters. Setor sucroalcooleiro do Brasil tem pausa após grande expansão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 out. 2009. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1974 (Série “Os pensadores”).

RICCI, Ruda *et al.* *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília, IPEA, 1994.

RIBEIRO, Veridiana. Usina pede recuperação judicial por causa da crise. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2008. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em 02 jan. 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 54, junho de 1977.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

SEABRA, Catia. Usinas de álcool dão calote no fisco em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2009. Disponível em: <www.noticias.busca.uol.com.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. Tese de Doutorado, ESALQ, Piracicaba, 1997.

SHOLZ, Roswitha. *O Valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. 1992. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/roswitha/tx_roswi_002.htm>. Acesso em: 22 dez. 2009.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do 'mar de cana e rio de álcool. *Migrantes*. São Carlos, EDUFSCAR, 2008.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

_____. De camponesas a proletárias. *Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*, São Paulo, Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, 1991.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981a.

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981b.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, ano 2, vol. 1, p. 171-179, jan./abril 1987.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (Série "Os Economistas").

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. São Paulo, Hucitec; Campinas, UNICAMP, 1979.

SZMRECÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11; jan./abril 1991.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.

THOMAZ JR., Antonio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

YOSHII, Regina *et al.* Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 157-182, 1993.

Sites

<http://www.ibge.gov.br>

www.anp.gov.br

www.pastoraldomigrante.org.br

Entrevistas

Informações verbais de Lenita Arruda Boechat, em entrevista realizada em 24 de julho de 2009.

Informações verbais de Sérgio Luís Sanches, presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Olímpia, em entrevista realizada em 22 de julho de 2009.

Informações verbais de Fernando Homem de Melo, professor de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em entrevista realizada em 02 de março de 2010.

Informações verbais de “Empreiteiro 1”, em entrevista realizada em 23 de julho de 2009, em Olímpia, São Paulo.

Informações verbais de “Empreiteiro 2”, em entrevista realizada em 28 de julho de 2009, em Olímpia, São Paulo.

Informações verbais de Luís Carvalho, 40, em entrevista realizada em 26 de julho de 2009, em Novais.

Informações verbais de Luís Ferreira, 43, em entrevista realizada em 26 de julho de 2009, em Novais.

Informações verbais de Antônio, 39, em entrevista realizada em 26 de julho de 2009, em Novais.

Informações verbais de Sr. Hernani Bulle Arruda, em entrevista realizada em 21 de julho de 2009, em Olímpia.

Informações verbais de Irmã Inês, da Pastoral do Migrante de Guariba, em entrevista realizada em 29 de julho de 2009.

Informações verbais de Dona Neide Maciel, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Granada, em entrevista realizada em 24 de julho de 2009.

Informações verbais de Sr. Alonso, técnico agrícola da Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de S. Paulo), em entrevista realizada em 21 de julho de 2009, em Sertãozinho.

Informações verbais de “Mineiro”, fiscal de turma da usina Guarani, em entrevista realizada em 22 de julho de 2009, em Severínia.

Informações verbais de Jorge Tannuri, em entrevista realizada em 4 de dezembro de 2010.

Informações verbais de Sr. Walkimar Brasil de Souza Pinto, engenheiro agrônomo, responsável pela Casa de Agricultura de Bebedouro, em entrevista realizada em 29 de julho de 2009.